

# REDIS

Alexandra Pinto  
Valdir Barzotto  
ORG.

REVISTA DE  
ESTUDOS DO  
DISCURSO

2017

# REDIS

REVISTA DE  
ESTUDOS DO  
DISCURSO

FLUP/CLUP  
FFLCH - USP  
EDI.

Nº6 ANO 2017  
ISSN 2183-3958  
DOI 10.21747/21833958/red6

Editada pelo CLUP - Centro de Linguística da Universidade do Porto em parceria com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, a revista “REDIS: Revista de Estudos do Discurso” é uma publicação científica cuja edição digital respeita integralmente os critérios da política do acesso livre à informação.

Published by CLUP - Centro de Linguística da Universidade do Porto in partnership with Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, “REDIS: Revista de Estudos do Discurso” is a scientific open access journal whose digital version follows all the criteria of OA publishing policy.

## FICHA TÉCNICA

<b>TÍTULO</b>	<i>REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO</i> NRº 6, ANO 2017
<b>EDITORES</b>	CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO ESTE TRABALHO É FINANCIADO POR FUNDOS NACIONAIS, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA, NO ÂMBITO DO PROJETO PEST-OE/LIN/ UI0022/2014 & FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
<b>LOCAL DE EDIÇÃO</b>	PORTO, PORTUGAL
<b>ISSN</b>	2183-3958
<b>DOI</b>	10.21747/21833958/red6
<b>PERIODICIDADE</b>	ANUAL
<b>DIREÇÃO DA REDIS</b>	ALEXANDRA GUEDES PINTO (FLUP; CLUP) & VALDIR HEITOR BARZOTTO (FFLCH; FE - USP)

## FICHA TÉCNICA

<b>CONSELHO CIENTIFÍCO</b>	ALDINA MARQUES (ILCH - UM; CEHUM), ANTÓNIO BRIZ (UNIVERSIDAD DE VALENCIA), CATHERINE KERBRAT-ORECCHIONI (ICAR CNRS-UNIVERSITÉ LUMIÈRE LYON 2), CHRISTIAN PLANTIN (UNIVERSITÉ DE LYON 2; ICAR), DOMINIQUE MAINGUENEAU (UNIVERSITÉ PARIS IV- SORBONNE), ISABEL MARGARIDA DUARTE (FLUP; CLUP), JOAQUIN GARRIDO (UCM), JOSÉ PORTOLÉS (UAM), LUIZ ANTÔNIO DA SILVA (FFLCH - USP), RUI RAMOS (IE - UM), SÓNIA RODRIGUES (FLUP; CLUP) & ZILDA AQUINO (FFLCH - USP)
<b>DESIGN E PAGINAÇÃO</b>	SILVANA COSTA
<b>ACESSO EM LINHA</b>	<a href="http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id05id1446&amp;sum=sim">http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id05id1446&amp;sum=sim</a>

Os artigos publicados na REDIS – *Revista de Estudos do Discurso* estão sujeitos a *peer review*.

## ÍNDICE

<b>AGUIAR, MICAELA</b> Manipulação nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo – estratégias discursivas e manipulatórias DOI 10.21747/21833958/red6a1	12 - 37
<b>BRANDÃO, RENATA ORTIZ</b> A construção dos sujeitos brasileiros na enunciação presidencial de Getúlio Vargas: uma análise semântica de seus discursos de posse de 1930 e 1951 DOI 10.21747/21833958/red6a2	38 - 65
<b>CAVALCANTE FILHO, URBANO</b> O poder do discurso darwinista sob o olhar da teoria dos gêneros discursivos: uma análise dialógica dos elementos estáveis do enunciado DOI 10.21747/21833958/red6a3	66 - 96
<b>DUARTE, ISABEL MARGARIDA, MARQUES, ALDINA &amp; PINTO, ALEXANDRA GUEDES</b> O discurso publicitário ao serviço da construção da identidade no Estado Novo: o caso de <i>Mundo Gráfico</i> DOI 10.21747/21833958/red6a4	97 - 117
<b>GIL, ISABEL FUZETA</b> O poder do discurso: emoções no quadro de uma consulta referendária DOI 10.21747/21833958/red6a5	118 - 139

## ÍNDICE

<b>MUNHOZ, RENATA FERREIRA</b> O poder do discurso de submissão: reflexões sobre as práticas discursivas na esfera da administração setecentista DOI 10.21747/21833958/red6a6	140 - 171
<b>PRESTIGIACOMO, CARLA</b> Legiones y Falanges: construcción lingüístico-discursiva del enemigo DOI 10.21747/21833958/red6a7	172 - 192
<b>SIMÕES, ELSA &amp; TUNA, SANDRA</b> Words of empowerment: (pseudo-)scientific discourse in magazine advertisements DOI 10.21747/21833958/red6a8	193 - 211
<b>TEXEIRA, CARLA &amp; OLIVEIRA, TERESA</b> O poder da opinião. Análise comparada de comentários televisivos sobre política DOI 10.21747/21833958/red6a9	212 - 234
<b>VALENTE, ANDRÉ CRIM</b> Argumentatividade no jornalismo político brasileiro: aspectos linguístico-discursivos do adjetivo nas notícias sobre o governo atual DOI 10.21747/21833958/red6a10	235 - 253

## NOTA EDITORIAL

A *REDIS, Revista de Estudos do Discurso*, é uma iniciativa de duas instituições académicas e de investigação parceiras que uniram esforços na concretização de um projeto editorial conjunto: a Universidade de São Paulo, por intermédio das Faculdades de Educação (FEUSP) e de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) e a Universidade do Porto, por meio da Faculdade de Letras (FLUP) e do Centro de Linguística (CLUP).

Trata-se de uma publicação que reúne trabalhos no domínio dos Estudos Linguísticos do Discurso, pretendendo albergar estudos das diferentes linhas de investigação coexistentes nesta área, reveladoras da heterogeneidade epistemológica do objeto discurso e da interdisciplinaridade teórico-metodológica que os investigadores tendem a adotar neste domínio científico.

A revista é uma publicação anual sujeita a *peer review* e com algumas orientações temáticas por número, inspiradas nos tópicos abordados nas Jornadas Anuais de Análise do Discurso – JADIS - realizadas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pelas mesmas entidades promotoras da Revista.

O presente volume acolhe artigos subordinados à temática *The power of discourse and the discourse of power*, trabalhando, sob enquadramentos teóricos diversos, vários géneros de texto e vários períodos históricos.

São quatro os estudos que se ocupam de discursos dos regimes totalitários do século XX na Europa e no Brasil. Micaela Aguiar, enquadrada numa perspetiva discursiva-enunciativa interdisciplinar da Análise do Discurso, contribui com um trabalho sobre os discursos

presidenciais de tomada de posse, no período do Estado Novo português, analisando as estratégias discursivas de legitimidade, de credibilidade e de captação do público, desenvolvidas nestes textos como forma de manipulação. Renata Brandão debruça-se sobre o regime congénere no Brasil, estudando a construção dos sujeitos brasileiros na enunciação presidencial dos discursos de tomada de posse de Getúlio Vargas (1930 e 1951). Nestes discursos, a pesquisadora procura compreender os modos de identificação do sujeito brasileiro pelo Estado e de construção da relação entre governante e governados. Também as autoras Isabel Margarida Duarte, Aldina Marques e Alexandra Guedes Pinto se concentram na identificação das estratégias enunciativo-pragmáticas de construção da identidade portuguesa, no regime totalitário Estado Novo. Fazem-no, com base no confronto de um conjunto de anúncios publicitários, de outubro de 1940 a janeiro de 1941, publicados na revista portuguesa da época *Mundo Gráfico*.

Carla Prestigiaco, por sua vez, tomando como objeto de análise a revista *Legiones y Falanges* (1940-43), estuda a forma como o enunciador institucional da revista, através de um discurso populista, apoiado na construção discursiva da imagem do inimigo da pátria, defende os fundamentos ideológicos da ditadura franquista, justificando e legitimando a essência do regime.

Recuando um pouco mais no tempo, Urbano Cavalcante Filho analisa as peculiaridades genéricas das *Conferências Populares da Glória*, importante atividade de divulgação científica, ocorrida no Brasil, na segunda metade do século XIX. No seu artigo, o autor, adotando uma perspectiva dialógica bakhtiniana, procura identificar os elementos estáveis que configuram esta atividade de divulgação científica como género.

Renata Ferreira Munhoz transporta-nos, por sua vez, para um período histórico ainda mais distante, analisando um conjunto de cartas que compuseram a documentação pública enviada do Brasil colonial para Portugal, no período de 1765 a 1775, estudando, nas mesmas, a forma como se processava a construção da intersubjetividade e o exercício do poder na esfera da administração setecentista.

Já com base em corpora atuais, Isabel Fuzeta Gil; Carla Teixeira e Teresa Oliveira; Elsa Simões e Sandra Tuna e, por fim, André Crim Valente propõem diferentes tipos de análises sobre textos extraídos dos media. A autora Isabel Fuzeta Gil, no trabalho “O poder do discurso: emoções no quadro de uma consulta referendária”, reflete sobre algumas estratégias de “patemização” num corpus de textos de opinião da imprensa escrita, salientando o modo como as emoções são mobilizadas com vista a agir sobre um Outro. Carla Teixeira e Teresa Oliveira, seguindo uma abordagem descendente dentro do Interacionismo Sociodiscursivo, descrevem, por sua vez, dois exemplares do género textual comentário político televisivo, considerando e analisando as marcas linguísticas, de ordem enunciativa, temporal e lexical, mais relevantes nestes textos. André Crim Valente, através de uma abordagem comparativa de textos das revistas *Veja* e *Carta Capital* sobre o governo de Dilma Rouseff, antes e após o impeachment, comprova como o adjetivo cumpre um papel discursivo-argumentativo e ideológico forte na elaboração das mensagens jornalísticas. Por fim, as autoras Elsa Simões e Sandra Tuna, no estudo intitulado “Words of empowerment: (pseudo-) scientific discourse in magazine advertisements”, estudam anúncios publicitários impressos em que a convocação do discurso da ciência atua como estratégia de construção da credibilidade discursiva.

Assim, percorrendo um espectro grande de tipos de discurso e de géneros de texto, percorrendo até contextos socio-históricos muito diversificados, os trabalhos publicados neste número da revista REDIS desenvolvem, sob prismas variados, o tópico que os motivou: “O poder do discurso e o discurso do poder”.

Novembro de 2017

Alexandra Pinto

*REDIS – Revista de Estudos do Discurso*

Centro de Linguística da Universidade do Porto

Número 5, 2016



## Manipulação nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo – estratégias discursivas e manipulatórias

AGUIAR, MICAELA  
maguiar60@gmail.com

CEHUM - Universidade do Minho

**PALAVRAS-CHAVE:**  
manipulação;  
argumentação;  
discurso presidencial;  
discurso de tomada de posse;  
*ethos*.

**RESUMO:** Enquadrado numa perspetiva discursiva-enunciativa interdisciplinar da Análise do Discurso, o presente artigo tem como objeto de estudo os discursos presidenciais de tomada de posse, proferidos no período do Estado Novo (1926-1974). Este artigo propôs-se, partindo da hipótese de que os discursos presidenciais de tomada de posse no Estado Novo confluem para o discurso propagandista e doutrinário do regime, analisar as estratégias discursivas globais e as estratégias manipulatórias locais (Charaudeau, 2009) indicadoras de um discurso de manipulação. Para tal, organizámos a análise em três partes de forma a focar estratégias discursivas de legitimidade, de credibilidade e de captação do público. Concluimos que (1) a legitimidade do estatuto institucional de Presidente da República (e a retoma deste *ethos* institucional no discurso) serve como base para o discurso de manipulação; (2) a captação do público é feita através da construção de uma emotividade negativa (fruto de estratégias manipulatórias específicas); (3) a credibilidade (ou construção de imagens) resulta de estratégias manipulatórias particulares e apresenta o locutor na figura de salvador; (4) a articulação das diferentes estratégias manipulatórias traça a estrutura prototípica das narrativas de aventuras; e (5) os propósitos manipulatórios destas estratégias diferem de acordo com as conjunturas históricas.

**KEY-WORDS:**  
manipulation;  
argumentation;  
presidential speech;  
inaugural address;  
*ethos*.

**ABSTRACT:** Under the scope of an interdisciplinary approach of Discourse Analysis, this article focuses on Estado Novo's (1926-1974) presidential inaugural addresses. We will be working under the hypothesis that presidential speeches (as well as all other institutional interventions) were aligned with the ideology of the dictatorial regime. Our work examines the global discursive strategies and the local manipulative strategies (Charaudeau, 2009) found to be indicative of manipulation. This article has been divided in three parts to focus on the discursive strategies of legitimacy, credibility and audience engaging. We have concluded that (1) the legitimacy of the President of the Republic's status (as well as the rework of the speaker's institutional *ethos*) serves as the basis of the manipulation in these speeches; (2) negative emotions are created to engaged the audience; (3) the image and credibility of the speaker are a result of local manipulative strategies; (4) the different manipulative strategies follow the prototypical structure of popular tales of adventure; and (5) the manipulative agenda of these strategies changes over time.

## 1. INTRODUÇÃO

1. Este trabalho enquadra-se no projeto de dissertação doutoral, intitulado “Imagens presidenciais nos discursos de tomada de posse nos cem anos da República portuguesa”, o qual procurará analisar os mecanismos linguístico-discursivos ao serviço de uma determinada imagem ou ethos presidencial e a organização global dos discursos de tomada de posse presidenciais, enquanto género discursivo. O nosso trabalho de dissertação doutoral encontra-se inserido num projeto de investigação mais amplo, intitulado “O discurso do Presidente. Cem anos de discursos presidenciais”, de que é investigadora principal a doutora Maria Aldina Marques.

O presente trabalho<sup>1</sup> tem como objeto de estudo os discursos presidenciais de tomada de posse, proferidos no período do Estado Novo (1926-1974) e propõe-se analisar as estratégias discursivas globais e as estratégias manipulatórias locais, tal como são teorizadas por Charaudeau (2005a, 2009), empregues ao serviço da manipulação, nestes discursos.

Enquadrado numa perspetiva discursiva-enunciativa interdisciplinar da Análise do Discurso, partiremos da hipótese de que os discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo confluem, como todos os discursos institucionais, para o discurso doutrinário que circulava no “aparelho de propaganda e inculcação ideológica do regime” (Rosas, 2001, p.1037) e que, como tal, encontraremos nestes discursos estratégias discursivas e manipulatórias (Charaudeau, 2009) indicadoras de um discurso de manipulação.

Nesse sentido, apoiar-nos-emos nos contributos da Análise Argumentativa (Plantin, 1999, Charaudeau, 2005a, 2007,) na teoria do ethos (Amossy 1999, 2010 e Maingueneau, 1999 e 2002) e em alguns trabalhos da Ciência Política (Braga da Cruz, 1982, Rosas, 2001, entre outros) para:

- examinar como as estratégias discursivas de legitimidade, de credibilidade e de captação do público contribuem para a manipulação;
- analisar as estratégias manipulatórias locais presentes nos discursos;
- categorizar os mecanismos linguístico-discursivos ao serviço destas estratégias;
- explicitar as dimensões político-ideológicas que ajudam a clarificar a orientação argumentativa deste tipo de estratégias.

## **2. CONDIÇÕES HISTÓRICO-POLÍTICAS DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE TOMADA DE POSSE NO ESTADO NOVO (1926-1974)**

O regime político autodenominado Estado Novo engloba, como defendem alguns politólogos (Rosas, 2013, p.13), “48 anos de ponta a ponta (1926-1974), metendo nesse transcurso a Ditadura Militar (1926-1933), o Estado Novo que dela saiu (1933-1968) e a ponta final do marcelismo [...] (1968-1974)”, constituindo, assim, um dos regimes ditatoriais mais longos da Europa Ocidental, no século XX.

Este regime instaurou-se em Portugal, oficialmente, com a Constituição de 1933, na sequência dos movimentos revoltosos de 1926, que puseram irredutivelmente fim à Primeira República (1911-1926) e à instabilidade política das primeiras décadas do século XX. O Estado Novo afasta-se do totalitarismo de regimes contemporâneos como o alemão ou o italiano, pela sua “formação católica” e pela “recusa de insubordinação do Estado ao Direito” (Braga da Cruz, 1982, p.775), mas não deixa de pertencer aos regimes de “vocaçao totalitária” (Rosas, 2001:1054), constituindo uma “ditadura autoritária” com um “desígnio doutrinário totalizante” (Braga da Cruz, 1982, p.784 e p.777, respetivamente).

O Estado Novo procurou, com efeito e à semelhança de outros regimes fascistas europeus, pôr em prática “um projeto totalizante de reeducação dos ‘espíritos’” que pretendia a “criação de um novo tipo de portuguesas e portugueses regenerados pelo ideário genuinamente nacional de que o regime se considerava portador” (Rosas, 2001, p.1032).

Tal projeto de inculcação ideológica seria inconcebível sem a ação coordenada dos órgãos de poder, que, na Constituição de 1933, estavam centralizados na figura do Presidente da República e na do Presidente do Conselho de Ministros, naquilo que, pelo menos no texto constitucional, constituiria um sistema de governo caracterizável como “presidencialismo bicéfalo”, mas que, na prática, resultou numa “subalternização do chefe de Estado ao presidente do Conselho de Ministros” (Braga da Cruz, 1982, p.784).

A figura do Presidente da República alinhava-se, então, com a orientação ideológica do regime, sendo impensáveis situações de “coabitação” entre Presidente da República e Chefe de Governo de cores partidárias diferentes, como, aliás, se verificou em várias ocasiões após o 25 de Abril, com a progressiva “personalização da política” (Freire e Pinto, 2010, p.102); e cabia-lhe exercer uma “chefia simbólica da nação”, servindo de “complemento político ao chefe de governo” (*idem*, p.10).

As intervenções presidenciais no período do Estado Novo confluem, assim naturalmente para o discurso doutrinário que circulava no “aparelho de propaganda e inculcação ideológica do regime” (Rosas, 2001, p.1037) e para o qual as inaugurações e visitas ao império do Presidente da República, sem dúvida, contribuiriam.

Os discursos de tomada de posse constituem, por natureza, espaços privilegiados de mobilização do povo, ao serem dotados de solenidade histórica (Noppen, 2002), e, no período do Estado Novo, serviam como plataforma, não só de reafirmação da autoridade e legitimidade presidenciais, mas sobretudo de inculcação e gestão ideológicas do regime, na medida em que, com a forte ideologização da política da altura, é do ideal sociopolítico do regime, e não de um necessariamente desejado por todos (Houessou, 2013, p.19), que o Presidente é representante.

### 3. ARGUMENTAÇÃO E MANIPULAÇÃO

Argumentação será aqui considerada, não como questão de raciocínio e de relações puramente lógicas, mas, à semelhança de Charaudeau (2007, p.1), como uma “prática social”, inscrita na problemática mais geral da influência<sup>2</sup>, o que implica necessariamente perspetivar a argumentação em contexto e considerar o género de discurso em questão, os objetivos estratégicos e todos os componentes contextuais que regulam a interação.

A argumentação no discurso político caracteriza-se pela orientação para a persuasão<sup>3</sup> e por ter, assim, como objetivo global modificar opiniões e crenças, de “fazer crer” e, em última

2. Charaudeau (2007, p.1) define influência como o ato de “tout sujet parlant cherche[r] à faire partager à l'autre son univers de discours”.

3. Para Charaudeau (2007 p.5), embora as finalidades de uma determinada situação de comunicação possam ser variadas, são três as mais relevantes para a argumentação: (1) a demonstração, que pressupõe a determinação e fundamentação de uma verdade que ainda não se encontra estabelecida, como nos artigos e colóquios científicos; (2) a explicação, que consiste em esclarecer as razões de um determinado fenómeno, como no contexto pedagógico e (3) a persuasão, que implica “‘faire faire’ ou ‘faire penser’ quelque chose à l'autre, par l'intermédiaire d'un ‘faire croire’”, como é o caso, nas palavras do autor, da comunicação propagandista publicitária ou política.

instância, de “fazer fazer” (Charaudeau, 2009, p.29). O ator político faz, então, uso de estratégias discursivas – que remontam, em parte, à tríade aristotélica de provas argumentativas – de legitimidade, credibilidade e de captação do público (Charaudeau, 2007, p.3), sem as quais qualquer projeto persuasivo estaria condenado.

A legitimidade advém, ao contrário da credibilidade, de uma posição atribuída por um determinado sistema de organização social reconhecido pelos membros dessa sociedade, pelo que “a legitimidade se baseia num reconhecimento e numa crença coletiva”<sup>4</sup> (Charaudeau, 2015, p.7). A legitimidade determina, como tal, a posição de autoridade do locutor em relação ao interlocutor, que reconhece “em nome de quem o locutor fala” (Charaudeau, 2007, p.3) e faz parte da dimensão extralinguística<sup>5</sup> da imagem ou *ethos*<sup>6</sup> do locutor. Aliás, o estatuto institucional é uma dimensão da imagem de quem toma a palavra, que Amossy (2010) denomina de *ethos* institucional, ao referir-se às considerações sociológicas de Bourdieu (1982) sobre a posição social do indivíduo, e que pode ser retomada e retrabalhada no discurso.

A credibilidade é sobretudo uma questão de *ethos* (discursivo) (Charaudeau, 2009, p.7), pelo que é construída no discurso e prende-se com a necessidade de o locutor se mostrar digno de confiança<sup>7</sup>. No discurso político, a construção de imagens é virada para o público e, se, em democracia, o *ethos* político mergulha nos imaginários coletivos mais populares (Charaudeau, 2005b); nos discursos do Estado Novo, a imagem do Presidente da República parte, como veremos, do imaginário ideológico do regime.

A captação do público prende-se, por sua vez, com a problemática do *pathos* e, consequentemente, com a da emoção enquanto categoria discursiva (Marques, 2012, p.118). As emoções construídas no discurso, sejam elas expressas ou conotadas (Micheli, 2008, p.5), ligam-se invariavelmente à construção do *ethos*. Daí Plantin (1998, p.214) falar da “estrutura patémica” do *ethos*, já que é em relação às emoções construídas no discurso que o locutor se posiciona e constrói a sua imagem.

4. Todas as traduções são da nossa responsabilidade.

5. Referimo-nos aqui a distinção entre *ethos* discursivo (Maingueneau, 1999, 2002), ou a imagem que o locutor constrói conscientemente ou não de si no discurso, e *ethos* pré-discursivo (ou *ethos* prévio, na terminologia de Amossy), ou a imagem que preexiste do locutor – a sua imagem pública –, que pode ser evocada e reelaborada no discurso. Esta problemática remonta à retórica clássica que oponha um *ethos* construído no discurso que permitia ao locutor mostrar-se digno de confiança, tal como era concebido por Aristóteles, a uma reputação pessoal, construída ao longo da vida, que credibilizava o locutor, tal como a retórica romana defendia

6. Partimos aqui do conceito de *ethos* tal como é atualmente teorizado na perspetiva da Análise do Discurso (Amossy, 2010, Charaudeau, 2005b, Maingueneau, 1999, 2002) enquanto imagem que é construída do locutor.

7. O conceito de *ethos* enquanto imagem que é construída do locutor encontra-se, aliás, ligado, desde as suas origens na retórica clássica, à questão da credibilidade.

A manipulação enquadra-se precisamente nesta dimensão da argumentação direcionada para a persuasão (Charaudeau, 2009, p.9-11). A manipulação voluntária, que Charaudeau distingue de formas de manipulação involuntárias, como o rumor, define-se por duas condições: (1) o manipulador não revela o seu projeto e fá-lo passar por um outro que é apresentado como benéfico ao manipulado e (2) o manipulador goza de algum tipo de legitimidade e credibilidade (Charaudeau, 2009, p.8).

Exemplo paradigmático da manipulação voluntária é o da propaganda política e de um dos seus tipos mais radicais, o da doutrinação e inculcação ideológica, que procura a adesão das massas a um determinado ideal social ou humano, recorrendo para tal a estratégias manipulatórias particulares, e cujo funcionamento é bem visível em regimes totalitários (*idem*:10-11).

E é exatamente o funcionamento discursivo – das estratégias discursivas mais gerais e das estratégias manipulatórias locais – desta manipulação direcionada para a doutrinação e para a inculcação ideológica que será analisado, neste artigo, a partir dos discursos presidenciais de tomada de posse proferidos no Estado Novo. A análise privilegiada é, dado que se parte do pressuposto de que os discursos são práticas sociais e de que sentido é contextualmente construído, de base qualitativa.

O *corpus* de análise é constituído pelos 8 discursos presidenciais de tomada de posse proferidos nos 48 anos do Estado Novo, um período em que a “Presidência da República foi dominada por militares, no fundamental, obedientes a Oliveira Salazar” (Freire e Pinto, 2010, p.25).

Presidente da República	Ano	Mandato	Sigla
Óscar Carmona	1928 <sup>a</sup>	1º mandato	OC1928
Óscar Carmona	1935	2º mandato	OC1935
Óscar Carmona	1942	3º mandato	OC1942
Óscar Carmona	1949 <sup>a</sup>	4º mandato	OC1949
Craveiro Lopes	1951	1º mandato	CL1951
Américo Tomás	1958	1º mandato	AT1958
Américo Tomás	1965	2º mandato	AT1965
Américo Tomás	1972	3º mandato	AT1972

E, com efeito, os Presidentes da ditadura – Óscar Carmona, Craveiro Lopes e Américo Tomás – foram militares de carreira, desprovidos de “uma imagem marcadamente política” (*idem*:37) e foram eleitos para mandatos de 7 anos, através de sufrágio direto, mas não universal até 1958 e através de colégio eleitoral, após a revisão constitucional de 1959.

#### 4. AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS E AS ESTRATÉGIAS MANIPULATÓRIAS

##### 4.1. A LEGITIMIDADE DE PRESIDENTE NA BASE DO DISCURSO DE MANIPULAÇÃO

A manipulação (aquela que é estratégica e voluntária) parte necessariamente de algum tipo de posição de legitimidade (Charaudeau, 2009, p.8), que, nos discursos de tomada de posse do Estado Novo, provinha do estatuto social do locutor, o de Presidente da República. E há uma dupla legitimidade neste estatuto: a da dimensão institucional (e constitucional) do cargo e a da eleição por voto (ainda que não universal). O Presidente da República é – e tem sido em toda a história da República Portuguesa – o representante eleito por excelência da Nação e dos portugueses.

Tabela 1 - *Corpus*

8. Óscar Carmona toma posse da presidência em 1926 na sequência da revolução militar de maio de 1926 que pôs fim à 1.ª República, mas só é eleito oficialmente em 1928. O discurso em causa refere-se, pois, à tomada de posse de 1928.

9. Óscar Carmona morre no exercício da presidência, não completando o mandato de 7 anos e precipitando as eleições presidenciais para 1951.

O estatuto de Presidente da República confere ao locutor uma voz autorizada – autorizada a falar em nome do país e dos portugueses, a falar em nome do interesse geral da nação e, desta forma, a falar diretamente para os portugueses. Aqui, os discursos de tomada de posse constituem uma plataforma de dimensões únicas, pois, ao serem espaços de reflexão e diagnóstico da situação do país articulados com o carácter cerimonial da investidura, abrem lugar à apresentação do que poderá ser considerado um projeto de vida para o país e à mobilização direta da população, nesse sentido.

Este estatuto institucional, cujas funções e poderes, mesmo os informais, – como o de falar em nome e para os portugueses – são *a priori* reconhecidos, não deixa de ser reforçado no discurso, num processo que é mais de credibilização, do que de legitimação. O *ethos* institucional do Presidente é retomado e retrabalhado no discurso.

A retoma da dimensão institucional da imagem do Presidente da República nos discursos de tomada de posse do Estado Novo salienta aquilo que é descrito com uma posição de grandes responsabilidades (“*estar atento aos erros que se cometem*”), que traz consigo muitas preocupações (“*é na sua consciência que pesará a responsabilidade*”) e exige uma postura um tanto abnegativa (“*firme desejo e da preocupação constante de só ser útil à causa que serve*”).

(1) A quem administra cabe estar atento aos erros que se cometem e às deficiências que forem surgindo e animado do firme desejo e da preocupação constante de só ser útil à causa que serve. (AT1958)

(2) E se ao Chefe do Estado cabe sempre estar atento, compete-lhe sobretudo estar preparado para as emergências que possam surgir, pois é na sua consciência que pesará a responsabilidade das decisões a tomar. (AT1965)

Ser-se Presidente da República – ou, aliás, qualquer posição de alta chefia – apresenta-se como algo que não é, e ninguém quer que seja, para todos: é um cargo que, com as suas responsabilidades e obrigações (“*consciente das responsabilidades do cargo e das dificuldades da época*”), não se ambiciona, mas desempenha-se por dever (“*segui o imperativo do dever*”);

(3) Como homem consciente das responsabilidades do cargo e das dificuldades da época que atravessamos, não obedeci, com efeito à voz da comodidade, mas posso dizer que segui o imperativo do dever. (OC1949)

e não são todos que conseguem ser mais do que “*um simples espectador*”, pois quem é Presidente tem que, não só estar preparado para as emergências, mas ter as capacidades para avaliar e diagnosticar situação e os problemas que poderão afetar o país (“*Não penso que venham a ser fáceis os anos que se avizinham*”).

(4) Não penso que venham a ser fáceis os anos que se avizinham, pois se tal pensasse seria agora e apenas mais um simples espectador desta solene cerimónia. (AT1972)

Expressa-se, aqui e por contraste, além de uma conceção de presidência, um ideal de vida coletiva assente na “mediania”, no “viver habitualmente” e numa “*aurea mediocritas*” definida como “a felicidade possível e conveniente para as aspirações dos portugueses” (Rosas, 2013, p.175).

Mas, sobretudo, constrói-se uma credibilidade discursiva que se apoia na legitimidade institucional conferida pelo cargo da presidência. Em enunciados assertivos, marcados por valores deônticos fortes (“*cabe*”, “*competete*”, “*obedeci*”, “*responsabilidades*”, “*imperativo*”, “*dever*”); e na adoção de uma atitude orientada para a explicação<sup>10</sup> (com estruturas explicativas, “pois é na sua consciência que pesará a responsabilidade das decisões a tomar”, “*pois se tal pensasse seria agora e apenas mais um simples espectador*”; e apagamento enunciativo, “*A quem administra cabe estar atento aos erros que se cometem*”) que contribui para o acréscimo do “capital de autoridade”<sup>11</sup> (Bourdieu, 1977, p.20) do locutor, reforça-se a dimensão institucional da imagem do Presidente, construindo-se uma imagem do que significa ser-se Presidente da República. O discurso de manipulação só pode existir com base numa voz autorizada, neste caso, legitimada pelo estatuto institucional e credibilizada enquanto tal no discurso.

10. Charaudeau (2005a, p.27), considerando a argumentação enquanto modo de organização do discurso, defende que esta pode ser orientada para objetivos comunicativos distintos (o de explicação, de persuasão e de demonstração); definindo que um propósito de explicação implica que o locutor clarifique as razões e o funcionamento de um determinado fenómeno, tal como é característico de contextos pedagógicos e informativos (*idem*:6). Um discurso de explicação pressupõe, então, a legitimidade do locutor (Grize, 1981, p.9-10), uma “máscara de objetividade” (Adam, 1997, p.134) e uma relação de poderes, na medida em que “pour l’explication, cette règle veut que celui qui explique domine son partenaire” (Borel, 1981, p.27).

11. Bourdieu (1977, p.20) considera a linguagem como um instrumento de poder, defendendo que as palavras não têm poder (ou significado) inato e servem, sim, de veículos para mobilizar a autoridade acumulada pela posição social do locutor num determinado campo. Apesar de defender a completa determinação da imagem do indivíduo pelo estatuto social, Bourdieu considera a palavra de autoridade – entendida como um discurso de quem tem legitimidade – “doit un part très importante de ses propriétés au fait qu’il doit contribuer a sa propre crédibilité” (*ibidem*).

12. Rowland (2002) defende que uma das características constituintes dos discursos de tomada de posse prende-se com o ato de “tell the people where the nation places itself in the context of history”. Também Chung e Park (2010, p.219) referem que, considerando os discursos de tomada de posse na sua globalidade, estes “provide a history of the nation’s growth over time”.

#### 4.2. A CONSTRUÇÃO DE UMA EMOTIVIDADE NEGATIVA NA CAPTAÇÃO DO PÚBLICO

A questão da captação do público está relacionada com a problemática do *pathos* e dos processos de dramatização usados para suscitar emoções que predisponham o público a partilhar o ponto de vista (ou universo de discurso (Maingueneau, 2002)) de quem fala (Charaudeau, 2008, p. 50). Estamos, de entre os diferentes modos de inscrição de afetividade no discurso (Micheli, 2008, p.4), ao nível da construção estratégica de emoções.

Nos discursos de tomada de posse do Estado Novo (como aliás no discurso político em geral (Charaudeau, 2005a, p.36)), as emoções são construídas através de estratégias argumentativas específicas que vão contribuir para o discurso global de manipulação. Uma destas estratégias consiste na afirmação e descrição de um mal (seja este económico – como o desemprego ou a crise –, social – como o crescente individualismo e a consequente isolamento do indivíduo – ou moral – como a crise de valores ou a decadência moral) (Charaudeau, 2009, p.8-9).

O mal que se descreve nos discursos de tomada de posse do Estado Novo consiste, não num fenómeno económico, social ou político particular, mas num “estado de coisas” do período em que se vive, que se explicita em estruturas apositivas que pressupõem um conhecimento partilhado (“*nesta hora conturbada*”). E este mal é descrito, em atos, sobretudo, assertivos, como um diagnóstico da situação do país, que é, aliás, característico dos discursos de tomada de posse presidenciais<sup>12</sup>. A dramatização da situação do país é, aqui, validada pela legitimidade de Presidente da República e pelo próprio género discursivo.

(5) Estas palavras do compromisso constitucional que podem, em épocas de calma normalidade, parecer simples manifestações da majestade do poder público, envolvem, nesta hora conturbada, responsabilidades que todos conhecem e a muitos causam justa apreensão. (OC1942)

Este “estado de coisas” ao mesmo tempo que afeta diretamente os Portugueses a quem o Presidente se dirige – e nos quais se inscreve pelo uso inclusivo do pronome Nós – (“*a época em que vivemos, tão perturbada e de futuro tão incerto*”), toma também proporções planetárias, estendendo-se a todo o mundo (“*na hora em que parece o mundo tudo despreza e tudo subverte*”).

(6) A época em que vivemos, tão perturbada e de futuro tão incerto, não nos permite – nem às nações nossas amigas – dedicar energias e haveres exclusivamente ao bem-estar das populações; é mister que nos apetrechemos para enfrentar os perigos que nos ameacem. (CL1951)

(7) Vale a pena, Senhores Deputados, viver e morrer por uma Pátria que, ainda na hora em que parece o mundo tudo despreza e tudo subverte, encontra justos motivos para o respeito dos outros povos. (OC1942)

Há aqui uma hiperbolização da realidade, assente em estruturas generalizantes (“*tudo despreza e tudo subverte*”), em estruturas de superlativização (“*tão perturbada e de futuro tão incerto*”) e no recurso a léxico disfórico (“*perturbada*”, “*perigos*”, “*ameacem*”, “*despreza*”, “*subverte*”).

As consequências da situação que se descreve são graves e antevêm uma transformação económica, social e política (“*no mundo económico, no mundo social, no mundo político*”), à escala mundial e à qual será impossível ficar indiferente (“*numa das grandes viragens da História*”). São mudanças que causam problemas (“*Multiplacam-se os problemas*”), perturbam o indivíduo (“*uma grave perturbação agita os espíritos*”) e criam inseguranças (“*mais perplexidades que seguranças*”) e cujas consequências são, em última instância, imprevisíveis.

(8) Estamos, como todos reconhecem, numa das grandes viragens da História. Multiplacam-se os problemas; acumulam-se as dificuldades; uma grave perturbação agita os espíritos; no mundo económico, no mundo social, no mundo político, nas relações entre Estados e no seio das Nações, os homens revelam mais perplexidades que seguranças, mais problemas que soluções, mais dúvidas que certezas. (OC1949)

Também as consequências deste mal são hiperbolizadas, através de enumerações (“*Multiplícam-se os problemas; acumulam-se as dificuldades; uma grave perturbação agita os espíritos*”), estruturas superlativização (“*mais perplexidades que seguranças, mais problemas que soluções, mais dúvidas que certezas*”), de repetições enfatizantes (“*no mundo económico, no mundo social, no mundo político*”) e de léxico disfórico (“*problemas*”, “*grave perturbação*”, “*agita*”, “*perplexidades*”, “*dúvidas*”).

A projeção deste “estado de coisas” num futuro sem fim à vista, através de atos preditivos, legitimados pela voz do Presidente, (“*não voltarão, com a brevidade precisa, os tempos calmos*”) cria uma expectativa permanente de um mal, que paira indistintamente no quotidiano e provoca uma “inquietação que causa angústia” (Charaudeau, 2005a, p.37).

(9) Infelizmente não voltarão, com a brevidade precisa, os tempos calmos que há anos atrás se viveram, embora a parte boa e sã da humanidade os deseje, como nós, com toda a compreensível ansiedade. (AT1972)

Nos discursos de tomada de posse do Estado Novo, é descrito, então, um “estado de coisas” inquietante e tumultuoso, que tem por consequência a instabilidade social, económica e política generalizada; que afeta os Portugueses em particular e o mundo, na sua globalidade, e que se prolonga indefinidamente no futuro.

Outra estratégia argumentativa ao serviço da construção de emoções e que contribui para o discurso de manipulação, nestes discursos, caracteriza-se pela descrição das causas do mal. E se em discursos mais populistas, que têm por objetivo a mobilização, a fonte deste mal são as classes políticas, as elites ou os imigrantes (Charaudeau, 2008, p.55); nos discursos de tomada de posse, que partilham de um propósito de unificação e se afastam da polémica ou da retórica divisiva (Álvarez e Chumaceiro, 2009), as causas deste mal são escassamente descritas.

O mal que afeta o País é descrito como sendo, essencialmente, causado por fatores e condições externas que escapam ao controlo de todos. O País é, pois, como outras nações, uma

vítima (“*as nações são vítimas*” e “*que tão injustamente nos criaram*”) de problemas e dificuldades desencadeadas por outros países (“*mas das que em outros povos se geram*”). Há um apagamento discursivo dos agentes do mal: a origem do mal é desconhecida (“*que tão injustamente nos criaram*”) ou o mal é personificado (“*dificuldades que em cada povo se engendram e nascem*”).

(10) A crise mundial continua dominando todos os povos, invadindo todos os setores da atividade. No mundo assim conturbado, e por força da solidariedade que a todos une, as nações são vítimas não só das dificuldades que em cada povo se engendram e nascem, mas das que em outros povos se geram. (OC1935)

(11) E não penso, nem é de pensar, porque a humanidade se está mostrando cada vez mais profundamente perturbada e porque a experiência trazida dos dois anteriores mandatos e o clima de incrível animosidade, que tão injustamente nos criaram e tão encarniçadamente está sendo mantido, não permitem otimismo inconvenientes. (AT1972)

Não existindo uma causa concreta, uma possibilidade de controlar a situação ou um inimigo a quem apontar o dedo, intensifica-se a dimensão emocional deste “estado de coisas”. A articulação destas duas estratégias (a descrição de um mal e das suas causas) dá, com efeito, resposta aos tópicos das emoções, propostos por Plantin (1999, p.8) para delimitar os traços argumentativos emocionais (ou “*pathèmes*”) de enunciados que, não tendo um termo de emoção (“*Tenho medo!*”, “*Que feliz estou!*”) explícito, são passíveis de suscitar uma emoção (Plantin, 1998, p.1314). São eles: O quê?, Quem?, Como?, Quando?, Onde, Quantidade/intensidade?, Causa/agente?, Consequência? Possibilidade de controlo?, entre outros. E a emoção que se constrói no discurso através deste “estado de coisas” é uma marcadamente disfórica, como é, aliás, característico dos discursos totalitários<sup>13</sup> (Kacprzak, 2013, p.2).

Através de variados mecanismos linguístico-discursivos de hiperbolização (como enumerações, repetições, estruturas de superlativização e de generalização, personificações, atos preditivos e recurso a léxico disfórico) e das estratégias argumentativas de descrição de um mal e descrição das causas desse mal, constrói-se no discurso uma emotividade negativa que pode

13. Kacprzak (2013, p.2) defende que os discursos totalitários demonstram uma predileção por uma emotividade de carácter destruidor e que este tipo de pathos negativo serve de base emocional do que o regime pretende impor à sociedade.

ser traduzida por sentimentos de inquietação, medo, angústia ou preocupação e que é validada pela legitimidade do Presidente da República (e do próprio gênero discursivo que prevê o diagnóstico da situação do país).

O recurso à construção de emoções negativas não é incomum nos discursos presidenciais, como nota Charaudeau (2009, p.9) ao fazer referência ao discurso “Wanted Ben Laden” de George W. Bush, após o 11 de setembro, e vai servir propósitos persuasivos (e, em alguns casos, manipulatórios) distintos. Nos discursos em análise, a dramatização da situação do país é essencial para predispor (emocionalmente) o público a aceitar as indicações e os projetos (apresentados como benéficos) de quem manipula. Ou, por outras palavras, os projetos propagandistas e doutrinários do regime são passados, como em seguida veremos, como a melhor forma de sair (ou, pelo menos, de atenuar e de não agravar as consequências) de uma situação dramática.

#### 4.3. A CONSTRUÇÃO PERFORMATIVA DO ETHOS E A FIGURA DO SALVADOR

A construção da credibilidade ou da imagem de quem fala é fundamental no discurso persuasivo e, em especial, no discurso de manipulação. A construção de uma emotividade negativa permite ao locutor construir a sua credibilidade, destacando aqui uma dimensão distinta da sua imagem, mas que não deixa de estar de acordo com o *ethos* globalmente construído no discurso. É um *pathos* com fins de *ethos* (Charaudeau, 2008, p.56).

A dramatização da situação do País (e do mundo) abre caminho para a entrada em cena de uma figura heroica, um salvador que vai libertar o povo dos seus males (Charaudeau, 2005a, p.37) e dar-lhe razões para não ter mais medo (Plantin, 1999, p.12). A aparição desta figura resulta da articulação de duas estratégias argumentativas específicas, que contribuem para o discurso global de manipulação: (1) a exaltação de valores que vão reparar o mal e (2) o apelo ao povo (Charaudeau, 2009, p.9).

A partir destas estratégias, o locutor vai apresentar no exercício de uma autoridade e liderança dinâmicas, mostrando o caminho para a salvação e enunciando as medidas que vão reparar o mal. É uma construção performativa do *ethos* (Charaudeau, 2007, p.6). Aliás, Campbell e Jamieson (1985, p.401) consideram que o próprio género discursivo é performativo, na medida em que, nos discursos de tomada de posse, o Presidente deve mostrar-se no papel de Presidente e ser-se Presidente é, entre outras coisas, ser uma figura de autoridade e de liderança.

A exaltação de valores e os apelos ao povo coadunam-se com o discurso global de propaganda e inculcação ideológica do Estado Novo. A união, por exemplo, enquanto princípio é transversal no ideário salazarista, seja na idealização de um Estado corporativista, no qual estavam “representados os interesses económicos, sociais e morais dos diversos estratos da população, numa coexistência do consenso possibilitada pela polarização comum em torno do pretenso engrandecimento da Pátria” (Torgal e Homem, 1982, p.1438); seja no modo de representação política através do partido único – a União Nacional – seja ainda na questão do Império e do colonialismo.

Nos discursos de tomada de posse, o apelo e a exaltação da união realiza-se através de atos assertivos, marcados por estruturas que apagam o enunciador (“*Os povos só prosperam e são fortes quando, espiritualmente unidos, formam um bloco sólido e homogéneo*”) e por estruturas deônticas (“*é necessário que a comunidade nacional de encontre espiritualmente unida na sua defesa*”);

(12)Para que triunfem não basta porém que as sigamos; é necessário que a comunidade nacional de encontre espiritualmente unida na sua defesa. É para essa união dos portugueses que apelo, é essa união de espíritos que desejaria se fortalecesse cada vez mais, como indispensável à realização dos seus destinos. (OC1949)

e ainda por atos diretivos diretos (“*É para essa união dos portugueses que apelo*”) e atos expressivos indiretos (“*é essa união de espíritos que desejaria se fortalecesse cada vez mais*” e “*Desejo ardentemente que em minha volta se reúnam*”) de apelo, enquadrados em segmentos e estruturas

textuais explicativos (Adam, 1997) – como é aliás característico dos discursos presidenciais de tomada de posse, não só do Estado Novo, mas dos diferentes períodos políticos da República Portuguesa. Também se formam redes lexicais que explicitam a exaltação da “união” como um valor reparador: os vocábulos que gravitam em torno do conceito de “união” (“*unida*”, “*unidos*”, “*união*”, “*reúnam*”) surgem aqui ligados às ideias de prosperidade (“*prosperam*”) e força (“*fortalecer*” “*fortes*”).

(13) Desejo ardentemente que em minha volta se reúnam todos os que tiveram a honra de nascerem terras de Portugal, sem distinguir raças, religiões ou ideias, e que no Chefe do Estado vejam segura garantia do prestígio e da continuidade da Pátria. Os povos só prosperam e são fortes quando, espiritualmente unidos, formam um bloco sólido e homogéneo, invulnerável às investidas do tempo e dos homens. (CL1951)

A exaltação e apelo ao trabalho contribui, por sua vez, para a narrativa do mito da ruralidade, que fazia o apanágio do homem-trabalhador e da “vocaçãõ rural da nação” (Rosas, 2001, p.1035). Aqui recorre-se a mecanismos linguístico-discursivos idênticos (neste caso, mais uma vez a atos assertivos, indiretamente diretivos – (“*há, porém, que trabalhar muito mais*”)).

(14) Para o vencermos há, porém, que trabalhar muito mais e, mais acertadamente ainda, que unir produtivamente todos os nossos esforços num sentido mais benéfico para a comunidade portuguesa, e evitar dissensões que a experiência nefasta do primeiro quartel deste século, em absoluto, condenou. (AT1972)

Também valores como Deus, (“*peço a Deus*” e “*Peço a Deus que conserve em perfeita união todo o povo português*”) a família (“*de ver reconciliada, em breve, numa perfeita unidade moral, toda a Família portuguesa*”) e a Pátria (“*orgulhosamente portuguesas, úteis à Pátria*”), que fazem parte do imaginário do Estado Novo – basta recordar os slogans “Deus, Pátria, Família” ou “Tudo pela Nação, nada contra a Nação” –, são evocados e exaltados nestes discursos presidenciais, através de atos assertivos e atos diretivos de apelo.

(15) (...) e só peço a Deus que, se algum prémio merece a minha dedicação à causa da Pátria, me dê a felicidade de ver reconciliada, em breve, numa perfeita unidade moral, toda a Família portuguesa. É a minha suprema aspiração. (OC1926)

(16) Peço a Deus que conserve em perfeita união todo o povo português. A união multiplica a força e nós carecemos dela, tanto como noutros momentos difíceis da nossa História, para vencer a crise em que nos debatemos. Unidos, conseguiremos defendermo-nos e progredir e, portanto, vencer e continuar Portugal. (...) Se o meu apelo for ouvido, o que espero; se todos nos conservarmos perfeitamente unidos naquilo que fundamentalmente interessa à nossa terra, como é mister: nunca deixaremos – todos – de nos sentirmos orgulhosamente portugueses, úteis à Pátria em que nascemos e queremos constantemente progressiva e eterna. (AT1972)

As diferentes conjunturas históricas que se viveram durante o longo período da ditadura vão refletir-se, como afirma Rosas (2001), em “alterações do discurso e dos propósitos que animavam a sua divulgação”. Existem, pois, diferentes remédios para diferentes problemas. Ou melhor, a manipulação, nestes discursos, serve diferentes propósitos propagandistas e doutrinários que vão responder a problemáticas sociopolíticas distintas.

A crise financeira dos anos 30 (ou a Grande Depressão), por exemplo, abriu portas, para o aparecimento de regimes ditatoriais, na medida em que “para boa parte das classes dominantes da Europa mais atrasada pelos efeitos acumulados desses choques e pelas ameaças da massificação política, esse era o caminho para a reposição (...) da ordem perdida” (Rosas, 2013, p.192). O primeiro discurso de tomada de posse de Óscar Carmona, após a Constituição de 1933, que marcou o início do Estado Novo (e o fim da ditadura militar), traduz bem a empresa salazarista de regeneração do País que estava em pleno vigor (“*A reconstrução nacional tem de ser, tem de continuar a ser, simultaneamente moral e material*”), através, mais uma vez, de atos assertivos, marcados por estruturas deônticas.

(17) A reconstrução nacional tem de ser, tem de continuar a ser, simultaneamente moral e material; obra moral de fortalecimento contínuo do ideal coletivo pela exaltação dos altos des-

14. Embora tenha sido uma “crise sem oportunidades reais de transição”, nas palavras de Rosas (2013, p.236), este movimento de oposição contou com “frustradas conspirações golpistas” (*ibidem*), do Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), em 1944, e do Movimento de Unidade Democrática (MUD), no imediato pós-guerra.

15. Tanto a candidatura do general Norton Matos como a de Humberto Delgado provocaram reações políticas fortes. Na revisão constitucional de 1951, após a candidatura do primeiro, Salazar pretendia já acabar com o sufrágio direto, ficando-se, contudo, pela resolução da “ameaça de apresentação de candidaturas ‘subversivas’, estabelecendo agora a Constituição o princípio de que os candidatos teriam de ser aceites pelo Conselho de Estado, com base na fidelidade aos valores do regime” (Pinto, 2016, p.48). O abalo que a candidatura de Humberto Delgado provoca ao regime leva Salazar a acabar com o sufrágio direto do Presidente, na revisão de 1959, o que contribuiu, contudo, para o descrédito do salazarismo (Freire e Pinto, 2010, p.41).

tinis da raça e das perspetivas que o seu génio saberá traçar, e pelo apaziguamento das paixões desvairadas, dos conflitos que dividem e por isso mesmo diminuem; obra material, que eleve o nível de vida da população e torne, se não mais fácil, pelo menos, mais útil o esforço dos que trabalham. (OC1935)

Quando, no imediato pós-guerra, os movimentos oposicionistas ganham expressão<sup>14</sup>, naquilo que foi, de acordo com Saraiva (1991, p.360) o “primeiro movimento generalizado de contestação do regime” e que culminou na candidatura do general Norton de Matos às eleições presidenciais de 1949 e, anos mais tarde, na candidatura do general Humberto Delgado, em 1958<sup>15</sup>, também os discursos de tomadas de posse dos Presidentes que ganharam estas eleições refletiram essa conjuntura sociopolítica.

(18) E sendo assim, muito perigosa é para as sociedades a ânsia duma impossível renovação total, e falsa a ideia de que, para fazer de novo, se podem esquecer ou postergar os princípios que derivam da própria natureza humana e a experiência de séculos foi pouco a pouco revelando e cristalizando na consciência dos povos. (OC1949)

(19) Ocorreu recentemente uma dessas ocasiões, que se caracterizou por nefasto clima de paixões, apto a envenenar a paz e harmonia em que vivemos. Convêm, no entanto, estar atento e sentimentos ou críticas que pareçam justificados. Em toda a obra humana nem tudo resulta bem feito ou executado em conformidade com os melhores intentos e, não se afigurando sério negar ou minimizar o muito que de bom se faça, não há, também, que falar apenas no que resulte bem, escondendo o que ficou por fazer ou se realizou mal. (AT1958)

O Presidente dirige-se ao povo agora através de atos diretivos com uma carga deontológica mais forte: são atos diretivos, não de apelo, mas de advertência (“*muito perigosa é para as sociedades a ânsia duma impossível renovação total*” e “*Convêm, no entanto, estar atento e sentimentos ou críticas que pareçam justificados.*”), muito à semelhança de um pai que repreende e aconselha os filhos; atitude que, aliás, era prática documentada na literatura política portuguesa já desde os tempos da Monarquia (Torgal e Homem, 1982, p.1439). O contexto sociopolítico determina

e modela, como se pode observar claramente, não só os objetos de discurso, mas também os seus modos de construção.

As admoestações presidenciais não se dirigem tanto aos movimentos e organizações políticas oposicionistas, mas sim à população geral que, em ambas as campanhas presidenciais, aderiu entusiasticamente aos candidatos da oposição. Aliás, Raby (1982, p.880) refere que a candidatura de Delgado, “provocou uma explosão popular sem paralelo antes do 25 de Abril”.

Com a Guerra Colonial (1961-1974), surge também a necessidade de apaziguar uma oposição crescente, sobretudo com uma guerra que se tornou impopular, pelos graves problemas humanos e financeiros que acarretou, e que era atribuída principalmente a uma “obstinação colonialista” do Estado Novo (Lucena, 2002, p.11), que defendia “uma vocação imperial da nação” (Rosas, 2001, p.1035).

(20) A espécie de angústia espiritual do nosso tempo não se curará através da permanente e sôfrega procura de gozos e bens materiais, nem se curará com mutações políticas a cada momento procuradas, ainda que as instituições tendam a evolucionar à medida que as circunstâncias da vida económica e social apresentem alterações profundas (...). Sejamos por isso modestos, não ambicionando alterar em décadas a constituição do Mundo, mas trabalhemos antes por melhorá-lo em cada momento no que de nós dependa e o progresso da técnica, em certas épocas como a nossa mais aceleradamente permita. (AT1965)

Há um exercício de uma ação preventiva e corretiva, característica do discurso propagandista do Estado Novo: o propósito aqui não é “fazer fazer” (Charaudeau, 2007, p.5), mas sobretudo um “fazer não fazer”, que pretendia domesticar o que Raby (1982, p.869) denomina de uma “vontade popular de mudança”.

Constrói-se aqui uma dimensão performativa da imagem do Presidente da República: é o salvador que surge no meio de uma situação dramática, é o líder que sabe o que é necessário fazer para reparar a situação e a que valores apelar para motivar o povo, e, ao dirigir-se aos

Portugueses, fá-lo de forma paternal, guiando-os para o caminho certo. Esta imagem do Presidente da República não é, claro, mais do que uma extensão da imagem do regime.

A articulação destas diferentes estratégias argumentativas – (1) descrição de um mal, (2) descrição das causas do mal, (3) exaltação de valores e medidas que reparam o mal e (4) apelo ao povo e aparição do salvador – traça a estrutura prototípica dos contos populares e das histórias de aventuras (Charaudeau, 2009, p.9): uma situação inicial, marcada pela presença de um obstáculo ou de um mal, a determinação das causas desse mal e a sua reparação através da intervenção de um herói. E este tipo de “narrativa dramatizante”, sistemática nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo, está na base do discurso de manipulação (Charaudeau, 2009, p.9).

Os aspetos que fazem de um discurso um discurso de manipulação (Charaudeau, 2009) verificam-se nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo: um locutor dotado de legitimidade, um projeto que se apresenta ao manipulado como benéfico e uma credibilidade que se constrói no discurso. Estão aqui em jogo (e, como em qualquer discurso persuasivo) estratégias discursivas de legitimidade, de credibilidade e de captação do público e, como é característico dos discursos de propaganda política, usam-se estratégias manipulatórias locais, como as que analisámos, para construir uma “narrativa dramatizante” que predispõe o público a adotar o ponto de vista do locutor e permite a quem fala adotar uma posição de salvador.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para Charaudeau (2009, p.11), o discurso de inculcação ideológica constitui a forma mais extrema de manipulação dos espíritos e foram precisamente as estratégias discursivas mais gerais e as estratégias manipulatórias locais ao serviço desse propósito nos discursos presidenciais de tomada de posse, proferidos no período do Estado Novo (1926-1972), que este artigo se propôs analisar.

Partindo do pressuposto de que a manipulação faz parte de uma argumentação do tipo persuasiva e que o locutor para atingir o sucesso do seu projeto argumentativo deve assegurar a sua legitimidade, a sua credibilidade e captar (afetivamente) o público, organizámos a análise em três partes, e focámos, respetivamente, (1) de que forma a legitimidade do estatuto institucional de Presidente da República serve de base para o discurso de manipulação, (2) as estratégias manipulatórias locais empregues ao serviço da construção de emoções e da captação do público e (3) as estratégias manipulatórias locais que contribuem para a construção de uma dimensão da imagem presidencial.

Verificámos que, nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo, o estatuto do Presidente da República, que dá legitimidade a quem fala e faz parte da imagem prévia (Amossy, 2000) ou *ethos* institucional (Amossy, 2010) do locutor, é retomado e retrabalhado no discurso, de forma a evidenciar-se a dimensão institucional da imagem do Presidente e reforçar a credibilidade da palavra presidencial enquanto voz autorizada. A construção desta dimensão da imagem do Presidente é feita no discurso através do recurso a atos assertivos, marcados por estruturas deônticas, estruturas explicativas e apagamento enunciativo, nos quais são enunciadas as competências necessárias e responsabilidades que acarreta o exercício do cargo da presidência. A construção desta voz legitimada e credibilizada é o ponto de partida para o discurso e (as estratégias) de manipulação.

Concluimos ainda que a captação do público é conseguida através da construção de uma emotividade negativa. Este *pathos* negativo, característico dos discursos totalitários (Kacprzak, 2013, p.2), é construído através de duas estratégias argumentativas: (1) a descrição de um mal e (2) a descrição das causas do mal. No discurso, é, então, descrita uma situação dramática, através de variados mecanismos de intensificação (como enumerações, estruturas de superlativação, léxico disfórico): o povo português vê-se impotente em relação a um mundo em constante mutação social, política e económica e vítima de consequências imprevisíveis, numa conjectura que não apresenta fim à vista. Observámos que é a partir da dramatização da situação do País que os projetos propagandistas e doutrinários do regime são apresentados como algo benéfico para o público.

<b>Estratégias discursiva</b>	<b>Descrição</b>	<b>Mecanismos Linguístico-discursivos</b>	<b>Estratégias manipulatórias</b>
<b>De legitimidade</b>	– estatuto institucional de Presidente da República – retoma no discurso do ethos institucional	– atos assertivos, marcados por estruturas deônticas fortes, estruturas explicativas e apagamento enunciativo.	—
<b>De captação do público</b>	– construção de uma emotividade negativa, através da dramatização da situação do país	– mecanismos de intensificação (enumerações, estruturas de superlativação e de generalização, personificações, repetições, léxico disfórico e atos preditivos)	– estratégia de descrição de um mal
			– estratégia de descrição das causas do mal
<b>De credibilidade</b>	– construção performativa do ethos (focada na dimensão de liderança e autoridade)	– atos assertivos, marcados por estruturas deônticas; – atos diretivos e expressivos de apelo; – atos diretivos de advertência	– estratégia de exaltação de valores e medidas reparadoras
			– estratégia de apelo ao povo e aparição de um salvador

Tabela 2 - Estratégias de influência discursiva e estratégias argumentativas

Apurámos também que a credibilidade do locutor é construída no discurso através do recurso a duas estratégias manipulatórias locais: (1) a exaltação de valores e medidas reparadoras e (2) o apelo ao povo e aparição de um salvador. Concluimos igualmente que é através de atos assertivos, marcados por estruturas deônticas, atos diretivos e expressivos de apelo e atos diretivos de advertência, que é construída uma dimensão performativa da imagem do Presidente da República: o locutor apresenta-se no papel de salvador e de líder do povo.

Confirmámos ainda que a articulação das diferentes estratégias argumentativas – (1) descrição de um mal, (2) descrição das causas do mal, (3) exaltação de valores e medidas que reparam o mal e (4) apelo ao povo e aparição do salvador – confluem numa estratégia mais global de manipulação, que mimica a estrutura prototípica dos contos populares e das narrativas de aventuras.

Verificámos também que a manipulação, nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo, serve propósitos de propaganda e inculcação ideológica que diferem de acordo com as diferentes conjecturas que o regime viveu. Observámos que serviu como justificação do modelo político, durante a Grande Depressão dos anos 30 e como ferramenta de repressão de um espírito popular oposicionista, no período pós-guerra, com as candidaturas presidenciais de Norton de Matos e de Humberto Delgado, e no período da Guerra Colonial (1961-1974). Constatámos ainda a dimensão estruturante do contexto sociopolítico de cada discurso, ao verificarmos que não só são construídos objetos de discurso diversos, mas os seus modos de construção discursiva também variam.

Confirmámos, por último, que a forma como as estratégias discursivas mais gerais (de legitimidade, de credibilidade e de captação do público) e as estratégias manipulatórias locais são empregues nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo são indicativas da presença de um discurso de manipulação voluntária, na medida em que instauram um locutor dotado de legitimidade e credibilidade que faz passar um projeto como benéfico para quem é manipulado.

Análises comparativas entre outros géneros de discurso presidencial, como os discursos de Ano Novo ou os de abertura da Assembleia Nacional, e/ou entre discursos de outras figuras do regime, como os do Presidente do Conselho de Ministros, são necessárias para traçar um quadro mais completo do discurso de manipulação (e das suas possíveis mutações) no Estado Novo.

#### REFERÊNCIAS

- Adam, JM. (1997). Genres, texte, discours, pour une reconception linguistique du concept de genre. *Revue belge de philologie et d'histoire*, v.75- 3, p. 665-681.
- Álvarez, A. & Chumaceiro, I. (2009). El discurso de investidura en la reelección de Uribe y de Chávez. *Forma y Función*, Vol.22, 2.
- Amossy, R. (1999). *Images de soi dans le discours – La construction de l'ethos*. Paris: Delachaud et Niestlé.
- \_\_\_\_\_ (2000). *L'argumentation dans le discours*. Discours politique, littérature d'idées, Fiction. Paris: Nathan.
- \_\_\_\_\_ (2010). *La présentation de soi – Ethos et identité verbale*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Borel, MJ. (1981). L'explication dans l'argumentation: approche sémiologique. *Langue française*, v.50, p. 20-38.
- Bourdieu, P. (1977). L'économie des échanges linguistiques. *Langue française*, v.34, p. 17-34.
- \_\_\_\_\_ (1982). *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.
- Braga da Cruz, M. (1982). Notas para uma caracterização política do salazarismo. *Análise Social*, v. XVIII (72-73-74), p. 773-794.
- Campbell, K. & Jamieson, K. (1985). Inaugurating the Presidency. *Presidential Studies Quarterly*, v.15, 2, p.394-411.
- Charaudeau, P. (2005a). Quand l'argumentation n'est que visée persuasive. L'exemple du discours politique. In: Burger, M. e Martel, Guylaine (org.). *Argumentation et communication dans les médias*. Québec: Éditions Nota Bene, p.23-43.
- \_\_\_\_\_ (2005b). *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert.
- \_\_\_\_\_ (2007). De l'argumentation entre les visées d'influence de la situation de communication. In: Boix, C. *Argumentation, Manipulation, Persuasion*. Paris: L'Harmattan.
- \_\_\_\_\_ (2008). Pathos et discours politique. In: RINN, M. (org.). *Émotions et discours. L'usage des passions dans la langue*. Rennes: Presses universitaires de Rennes.
- Charaudeau, P. (2009). Le discours de manipulation entre persuasion et influence sociale. *Acte du colloque de Lyon*.

Charaudeau, P. (2015). Le charisme comme condition du leadership politique. *Revue française des sciences de l'information et de la communication*, v.7. [Disponível online em: <http://rfsic.revues.org/1597> , consultado a 15 de setembro de 2016].

Chung, J.C. & Park, H.W. (2010). Textual analysis of a political message: the inaugural addresses of two Korean presidents. *Social Science Information*, v. 49, 2, p.215–239.

Freire, A. & Pinto, A.C. (2010). *O Poder Presidencial em Portugal*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.

Kacprzak, A. (2013). Le pathos négatif en tant que trait du discours politique totalitaire. *Argumentation et Analyse du Discours*, v.10.

Maingueneau, D. (1999). Ethos, scénographie, incorporation. In: Amossy, . (org.). *Images de soi dans le discours – La construction de l'ethos*. Paris: Lausanne, Delachaux et Niestlé, p.75-101.

Marques, M.A. (2012). Emotions and Argumentation in the Portuguese Parliament. In: Ionescu-Ruxandoiu, L. (org.). *Parliamentary Discourses across Cultures: Interdisciplinary Approaches*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, p. 117-132.

Noppen, J.P. (2002). The Presidential Inaugural Address – A genre analysis. *Les cahiers du CeDop*, Université Libre de Bruxelles.

Micheli, R. (2008). L'analyse argumentative en diachronie: le pathos dans les débats parlementaires sur l'abolition de la peine de mort. *Argumentation et analyse du discours*, v.1.

Plantin, C. (1999). La construction rhétorique des émotions. In Rigotti, E. *Rhetoric and Argumentation. Proceedings of the International Conference*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag, p.203-219.

Raby, D. (1982). O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado em 1958. *Análise Social*, vol. XVIII, (72-73-74), p.869-883.

Rosas, F. (2001). O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, vol. XXXV (157), p.1031-1054.

\_\_\_\_\_ (2013). *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China.

Rowland, R. (2002). *Analyzing rhetoric: A handbook for the informed citizen in a new millennium*. 2ª ed. Dubuque, IA: Kendall Hunt.

Saraiva, J.H. (1991). *História concisa de Portugal*. 14ª ed. Mem Martins: Europa-América Scherer.

Torgal, L.R. & Homem, A.C. (1982). Ideologia salazarista e «cultura popular» – análise da biblioteca de uma casa do povo. *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), p. 1437-1464.



## A construção dos sujeitos brasileiros na enunciação presidencial de Getúlio Vargas: uma análise semântica de seus discursos de posse de 1930 e 1951

**BRANDÃO, RENATA**  
renata.o.brandao@gmail.  
com

**PALAVRAS-CHAVE:**  
semântica;  
enunciações presidenciais;  
Era Vargas;  
sujeitos brasileiros.

**KEY-WORDS:**  
semantics;  
presidential enunciations;  
Vargas government;  
Brazilian subjects.

Mestrado em Linguística

Instituto de Estudos da Linguagem/Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP)

**RESUMO:** Este artigo apresenta uma análise semântica da enunciação de Getúlio Vargas ao tomar a palavra enquanto locutor-presidente em dois de seus discursos de posse (1930 e 1951). O intuito é analisar o conjunto de palavras que nomeiam e designam os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado, observando, deste modo, como Vargas, em sua atividade de fala enquanto governante, afirma, faz pertencer e produz sentidos para os sujeitos brasileiros, dirigindo-se a eles ou mencionando-os em sua enunciação. Esta análise nos levará a compreender os modos de identificação do sujeito brasileiro pelo Estado e de construção da relação entre governante e governados, a partir da enunciação presidencial de Getúlio Vargas. O estudo está ancorado na Semântica do Acontecimento, tal como proposta por Eduardo Guimarães (2002), cuja filiação é materialista. Nessa perspectiva, não se parte de um sentido fixo a priori para as palavras, mas se busca na materialidade enunciativo-discursiva compreender suas especificidades nos direcionamentos semânticos e em sua inscrição em posições ideológicas presentes na sociedade.

**ABSTRACT:** This article presents a semantic analysis of the president Getúlio Vargas' enunciation, more precisely of two of his inaugural speeches (1930 and 1951). The aim is to analyse the group of words that nominate and designate the Brazilian subjects regarding their relation to the State, this way observing how Vargas, in his presidential speeches, affirms, creates sense of belonging and yields meaning for the Brazilian subjects when addressing them or mentioning them in his enunciation. The analysis of Getúlio Vargas' presidential enunciation will allow us to comprehend the ways of Brazilian citizens are identified by the State as well as the ways of establishing the relation between the Government and the Nation. This study is based on the Semantics of the Event, affiliated to the materialism, as proposed by Eduardo Guimarães (2002). From this perspective, there is not a prior fixed meaning for the words; on the contrary, we seek to understand the word's specificities on the enunciative-discursive materiality, regarding its semantic directions and the ideological positions in the society.

## 1. INTRODUÇÃO: OBJETIVOS E CORPUS DE ANÁLISE

1. Trabalho sob a orientação da Professora Dra. Sheila Elias de Oliveira (DL/IEL/UNICAMP).

2. Fonte do *corpus*: BIBLIOTECA da Presidência da República: banco de dados. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas>>. Acesso em 13 mai. 2014.

O presente artigo é parte do meu trabalho de dissertação<sup>1</sup> e tem por objetivo analisar a enunciação presidencial de Getúlio Vargas, mais especificamente dois de seus discursos de posse: o de 1930, em que assume como chefe do Governo Provisório da República e o de 1951, ao assumir o cargo de presidente por meio do voto popular<sup>2</sup>. Deste modo, propomo-nos, neste artigo, a fazer uma análise do acontecimento enunciativo da tomada da palavra de Getúlio Vargas, em sua atividade de fala enquanto governante dirigindo-se à nação. Interessa-nos, portanto, por um lado, observar o modo pelo qual Vargas, ao tomar a palavra como presidente da República, se afirma como locutor e legitima seu dizer. Por outro lado, nosso intuito é também compreender como ele afirma, faz pertencer e produz sentidos para os sujeitos brasileiros, dirigindo-se a eles ou mencionando-os em sua enunciação.

Ao analisar, na enunciação de Getúlio Vargas enquanto locutor-presidente, o conjunto de palavras que, pelos procedimentos semânticos de nomeação e designação, vão construindo os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado, interessa-nos compreender como essas palavras significam os sujeitos na sua relação com a própria construção da república brasileira, entendendo que a república se constrói também pelo efeito material das palavras que a compõem e pelo modo como elas se estabilizam por meio da enunciação.

O modo como os nomes significam se inscreve no processo histórico de construção do referente, processo este determinado por relações sociais. Nesse sentido, é papel do linguista ler o acontecimento, uma vez que é a linguagem “que nos permite significar o vivido, dotar de sentidos a espacialidade e a temporalidade, (...) conferindo-lhes possibilidades de múltiplas leituras” (Zandwais, 2012, p.49).

O intuito deste trabalho é, portanto, analisar, na enunciação de Getúlio Vargas, mais especificamente nos dois pronunciamentos selecionados, os modos de construção dos sujeitos

brasileiros pelo funcionamento semântico da nomeação, isto é, pelos nomes que recebem a coletividade e os agentes sociais amigos e inimigos do governo, bem como pela designação destes nomes, isto é, de sua significação, “enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história” (Guimarães, 2002, p.9). Isto nos levará a compreender os modos de identificação do sujeito brasileiro pelo Estado e de construção da relação entre governante e governados, a partir da enunciação presidencial de Vargas.

## 2. A SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO COMO ANCORAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Este trabalho está ancorado na Semântica do Acontecimento, tal como desenvolvida por Guimarães (2002). Inscrita em uma posição materialista sobre a linguagem, esta teoria não toma a linguagem como transparente, pois entende que as relações estabelecidas com o real, o que está para ser significado pela linguagem, são sempre históricas. Trata-se de uma semântica que “considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (Guimarães, 2002, p.7). O acontecimento constitui sua própria temporalidade. Entende-se, a partir disso, que uma palavra, enquanto forma da língua, significa na relação entre a história de enunciações passadas e o presente do acontecimento, produzindo uma latência de futuro. O acontecimento produz a cada vez uma nova temporalidade:

um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro. Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. (Guimarães, 2002, p.12).

É neste jogo entre presente, passado e futuro que se configura a designação de uma palavra no acontecimento enunciativo. Para Guimarães (2002), a *designação* é entendida como a

significação de um nome, enquanto uma relação linguística tomada na história. Segundo o semanticista, “(...) a linguagem significa o mundo de tal modo que *identifica* os seres em virtude de significá-los” (Guimarães, 2002, p.10, grifo do autor). A operação de referência produz uma identificação do objeto de discurso no real das coisas e/ou das ideias, pela relação entre a palavra e as determinações que recebe no enunciado em que se inscreve, como parte de um texto. Entendemos, deste modo, que a identificação está associada à própria construção dos objetos de dizer. Os modos de nomear são, nesse sentido, elementos da própria designação deste nome e o determinam. Segundo o semanticista, “o objeto designado é assim uma construção da textualidade sobre a palavra” (Guimarães, 2002, p.82).

O conceito de designação coloca, portanto, a materialidade da enunciação e do discurso no primeiro plano, o que para nós é fundamental tanto para a concepção quanto para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que não tomamos aqui o referente como algo pronto; ao contrário, entendemos que a construção do referente, do objeto de dizer, em nosso caso, dos sujeitos brasileiros, se dá pela própria designação. Isso não significa dizer que não há real fora da linguagem, mas sim que nossa apreensão do real se dá pelo simbólico, e, portanto, na dispersão contraditória dos jogos de forças do sentido.

O fato de voltarmos nosso olhar para o modo de construção do referente, partindo da designação, vai ao encontro do conceito de *formação nominal* (FN), desenvolvido por Dias (2016), cuja perspectiva teórico-analítica é a mesma que assumimos neste artigo, isto é, de uma semântica da enunciação. Dias aborda o conceito de FN como a contraparte enunciativa do sintagma nominal. Desse modo, “se o conceito de sintagma nominal se assenta num segmento da sentença que tem um nome como núcleo, passível de uma abordagem descritiva, o conceito de formação nominal se assenta nas razões enunciativas da conformação de um nome como designador” (Dias, 2016, p.40) cujo estatuto é, de tal maneira, explicativo, em virtude mesmo da visão vertical que se tem das construções nominais - ao contrário da visão horizontal e sequencial que se tem do conceito de sintagma nominal. O semanticista acrescenta ainda que

a forma dos nomes (constituída pela condensação de enunciados extensivos que ele arremonta, bem como pelas determinações contraídas nas determinações que sofre à direita e esquerda nas construções nominais) nos permite conhecer parte da relação entre enunciado e enunciação (Dias, 2016, p.40).

É preciso, então, observar as operações de textualidade em torno da palavra, e as cenas enunciativas configuradas a partir destas operações. Uma *cena enunciativa* “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas” (Guimarães, 2002, p.23). Desse modo, é a cena enunciativa que distribui os lugares de enunciação no acontecimento, configurando assim o agenciamento das figuras da enunciação. As figuras da enunciação são o Locutor (L), o locutor-x (l-x) e os enunciadores (Es).

A cena enunciativa se constitui pelo agenciamento do falante em Locutor (L) que, ao instaurar uma alocação com seu correlato necessário, o Alocutário (AL), assume a palavra. Deste modo, o Locutor (L) é aquele que é responsabilizado pelo dizer, aquele ao qual se atribui uma “assinatura” pelo dizer. Segundo Guimarães (2002, p.24), “para se estar no lugar de L é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar”, ou seja, é necessário estar predicado por um lugar social. A este lugar social do locutor Guimarães chama de *locutor-x*, “onde o locutor (com minúscula) sempre vem predicado por um lugar social que a variável x representa (presidente, governador, etc)” (Guimarães, 2002, p.24). Os enunciadores são *lugares de dizer* que se apresentam como representações - independentes ou fora da história - “da inexistência dos lugares sociais de locutor” (Guimarães, 2002, p.26), colocando, no dizer do Locutor, outras vozes. Os enunciadores projetam no dizer destinatários, a quem sua enunciação se dirige. Guimarães (2002) apresenta quatro tipos de enunciadores:

1) o *enunciador-individual*, que se apresenta como independente da história, produzindo assim um efeito de origem;

2) o *enunciador-genérico*, em que há simulação da origem de um dizer que é dito por um todos diluído, independente da história, apresentando-se assim como o apagamento do lugar social;

3) o *enunciador-coletivo*, que traz, em perspectiva, um dizer que é compartilhado por um grupo, caracterizando-se assim como o lugar de dizer em que a voz do grupo é uma única voz;

4) o *enunciador-universal*, que se apresenta como quem diz algo verdadeiro diante dos fatos, ocupando um lugar de universalidade em que se fala sobre o mundo, um lugar do dizer que está acima da história.

Uma vez que temos por objeto de estudo, neste trabalho, os pronunciamentos do governante Getúlio Vargas, é fundamental e decisivo considerar um traço específico do discurso político: a sua multidestinação. Segundo assinala Verón (1986), o discurso político constrói múltiplos destinatários, exatamente porque apresenta uma dimensão polêmica na qual se produz um inevitável enfrentamento entre os enunciadores, construindo assim, conseqüentemente, um adversário. Desse modo, o discurso político supõe pelo menos dois destinatários simultâneos: um destinatário positivo, chamado pelo autor de “prodestinatario”, e um destinatário negativo, chamado de “contradestinatario”, com os quais os enunciadores entram em relação. Segundo o autor,

El lazo com el primero [o destinatário positivo] reposa en lo que podemos llamar la *creencia presupuesta*. El destinatario positivo es esa posición que corresponde a un receptor que participa de las mismas ideas, que adhiere a los mismos valores y persigue los mismos objetivos que el enunciador: el destinatario positivo es antes que nada el partidario. (...) El destinatario negativo está, por supuesto, excluido del colectivo de identificación: esta exclusión es la definición misma del destinatario negativo. (...) El lazo com éste reposa, por parte del enunciador, en la hipótesis de una *inversión* de la creencia: lo que es verdadero para el enunciador es falso para el contradestinatario e inversamente (...). (Verón, 1986, p.4, grifos do autor).

García Negroni (2016) atesta a necessidade de tornar mais complexa a caracterização do posicionamento enunciativo daqueles cuja crença é inversa ao do enunciador, isto é, os contra-destinatários, a fim de dar conta dos diferentes modos de dizer pelos quais eles são construídos no discurso político. Para tanto, a autora fala em:

1) *contra-destinatários encobertos*, que aparecem sob a forma da terceira pessoa do singular ou do plural. Segundo Soledad Montero (2009), a forma linguística mais frequente deste tipo de contra-destinatário é “aquellos que’, ‘los que’, ‘ese/a/os/as que’, ‘algunos’, ‘ellos’, ‘los de siempre’” (Soledad Montero, 2009, p.334).

2) *contra-destinatários indiretos* que, não designando claramente a um referente e não havendo marcas de terceira pessoa, são evocados mediante marcas polifônicas. Segundo García Negroni (2016), tais marcas são veiculadas “por la negación metadiscursiva (...) o por ciertos mecanismos de incorporación crítica del discurso del otro” (García Negroni, 2016, p.42).

A estes dois tipos de contra-destinatários, García Negroni (2016) afirma que se destinam “actos de advertencia/amenaza o de descalificación, cuestionamiento o refutación” (García Negroni, 2016, p. 41). Ainda sobre este tema, Soledad Montero (2009) acrescenta que as noções de contra-destinatário produzem uma tentativa de apagar o destinatário do próprio discurso político, uma que vez, ao não serem explicitamente designados pelo locutor nem por ele interpelados, adquirem o status de *terceiros discursivos*. Desse modo, ficam excluídos do *coletivo de identificação*, tal como proposto por Verón, e, portanto, fora do circuito comunicativo, isto é, sem possibilidade de resposta.

Pelos movimentos textuais de *reescritura(ção)* (retomada) e *articulação* (contiguidade), as formas linguísticas são predicadas e determinadas nos textos em que se inscrevem. A reescrituração, conforme Guimarães (2007, p. 84), “é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si”. A articulação, por sua vez, para Guimarães (2007), são relações de contiguidade local que,

não redizendo, afetam os elementos linguísticos no interior dos enunciados ou na relação entre eles.

Interessa-nos particularmente para esse artigo o conceito de Domínio Semântico de Determinação (DSD), procedimento que representa os sentidos das palavras em virtude da relação de uma palavra com a outra, no texto em que se insere. Importa para nós a concepção de Guimarães (2007) de que é o processo enunciativo que constrói as determinações das expressões linguísticas. As relações entre as palavras são escritas no DSD por meio de alguns sinais específicos, determinados por Guimarães (2007, p.81): “┌ ou ┘ ou ⊥ ou ⊓ (que significam determina); — que significa sinonímia; e um traço como \_\_\_\_\_, dividindo um domínio, significa antonímia”.

Operamos também e fundamentalmente com o *movimento do político na enunciação*, tal como definido por Guimarães (2002). O semanticista afirma que enunciar é uma prática política, e que o político é “o fundamento das relações sociais, no que tem importância central a linguagem” (Guimarães, 2002, p.16). Nesse sentido, a enunciação, tomada aqui como um acontecimento, é constituída pela própria disputa dos sentidos, o que aponta para o seu caráter político, isto é, não-natural, conflitual, dividido. O acontecimento é, pois, político porque os falantes são agenciados a dizer de diferentes lugares, o que modifica as relações de sentido e as nomeações, levando, inevitavelmente, a confrontos, dissensos e desentendimentos. A designação, tal como a tomamos aqui, apresenta igualmente caráter político, porquanto produz uma partilha do real que identifica os seres, os objetos, o mundo e os significa. A tomada da palavra se dá, portanto, a partir de um litígio permanente, por uma disputa incessante de lugares e de sentidos. Tal embate produz efeito sobre o real, isto é, sobre o sensível, sobre aquilo que pede para ser significado e nomeado, assim reconfigurando-o.

Segundo Guimarães (2002), há um esforço do poder, dos governantes, em apagar as contradições, em negar as versões concorrentes de um acontecimento, a fim de homogeneizar o

político. Tal perspectiva interessa a nós neste artigo na medida em que procuramos analisar as contradições operando nas nomeações e nas designações que vão construindo os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado e, deste modo, produzindo efeitos de homogeneidade e, ao mesmo tempo, dividindo de modo desigual e, no limite, excludente, os sujeitos construídos pelo acontecimento enunciativo. Ao mesmo tempo em que se produz tal exclusão, o dizer da normatividade também realiza gestos de pertencimento, de inclusão dos sujeitos à coletividade, uma vez que é preciso nomear os governados para que eles existam, para que seja possível governar.

Interessa-nos, portanto, compreender como, nas afirmações de exclusão ou de pertencimento, os procedimentos semânticos de nomeação e designação, a partir de diferentes nomes e adjetivos, vão configurando e reconfigurando a construção dos referentes e, assim, de um modo tal, vão produzindo e reproduzindo uma nova partilha do sentido. Para nós, é no próprio acontecimento enunciativo de tomada da palavra do locutor-presidente que se constrói o objeto do dizer como referente, no nosso caso, os sujeitos brasileiros; por conseguinte, é também pelo dizer que se produz o litígio, isto é, a partilha política do sensível - que não cessa de reclamar significação.

### 3. ANÁLISES

#### 3.1. PRONUNCIAMENTO DE GETÚLIO VARGAS POR OCASIÃO DE SUA POSSE COMO CHEFE DO GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA: 03 DE NOVEMBRO DE 1930

Trazemos abaixo um trecho do pronunciamento de Getúlio Vargas ao tomar posse do cargo de chefe do governo provisório da República em 3 de novembro de 1930. Este trecho apresenta o movimento dos sentidos de *povo brasileiro* e, desse modo, afeta o modo de compreensão da relação dos sujeitos com o Estado.

(1) O movimento revolucionário, iniciado vitoriosamente a 3 de outubro, no sul, centro e norte do país, e triunfante a 24, nesta capital, foi a afirmação mais positiva, que até hoje tivemos, da **nossa existência, como nacionalidade**. Em toda nossa história política, não ha, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do **povo brasileiro**, afinal **senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas**. No fundo e na forma, a revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os **elementos civis** venceram as **classes armadas**, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. **Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo**, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: a construção de **uma Pátria nova**, igualmente acolhedora para **grandes e pequenos**, aberta à colaboração de todos os seus **filhos**. (...) Por toda parte, como mais tarde na capital da República, **a alma popular** confraternizava com os **representantes das classes armadas**, em uma admirável unidade de sentimentos e aspirações. **Realizamos**, pois, um movimento eminentemente nacional. (...) Quando, nesta cidade, as **forças armadas** e o **povo** depuseram o Governo Federal, o movimento regenerador já estava virtualmente triunfante em todo o país. A **nação, em armas**, acorria de todos os pontos do território nacional. No prazo de duas ou três semanas, as legiões do norte, do centro e do sul bateriam às portas da capital da República. (...) a Revolução foi a marcha incoercível e complexa da nacionalidade, a torrente impetuosa da vontade popular, quebrando todas as resistências, arrastando todos os obstáculos, à procura de um rumo novo, na encruzilhada dos erros do passado. (Vargas, 1930, grifos nossos).

No recorte acima, configura-se uma cena enunciativa na qual o Locutor, que assina o texto como Getúlio Vargas, toma a palavra como locutor-chefe do governo provisório (l-x). Notamos que, no trecho (1), o *movimento revolucionário* de 1930 significa como a própria *expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro*, formação nominal que o reescreve por definição, uma vez que tal reescritura se apresenta como um modo de dizer o que efetivamente é o movimento revolucionário e, deste modo, por expansão, predica-o. *Revolução* também funciona como uma reescritura por substituição de *movimento revolucionário*, determinando-o como *a marcha incoercível e complexa da nacionalidade e como a torrente impetuosa da vontade popular*, de tal modo que o movimento revolucionário significa, por um efeito de evidência, como a expressão da vontade e da força popular dirigida a objetivos comuns e partilhados por

todos, sem quaisquer divergências, quais sejam, a derrubada do regime e a instauração de uma *Pátria nova*. Esta vontade comum se apresenta no dizer como algo que necessita ser afirmado: ou seja, é preciso afirmar a participação do “povo” junto às forças armadas.

Na sequência enunciativa (1), o locutor-chefe do governo provisório mobiliza um enunciador-individual, na medida em que seu dizer apresenta demasiado léxico de avaliação e de julgamento, o que produz um efeito de enaltecimento e de exaltação do movimento de 1930. Nesse sentido, seu dizer está marcado pela subjetividade do eu que fala, marca enunciativa que nos permite afirmar tratar-se de um enunciador-individual. Ao mesmo tempo, porém, o locutor mobiliza um enunciador-coletivo, que se sobrepõe ao enunciador-individual, uma vez que o julgamento produzido pelo dizer indica também uma posição que se coloca como coletiva. Esta posição coletiva se mostra no dizer pelas marcas linguístico-enunciativas de um nós inclusivo e, por estas marcas, sinaliza a inclusão do povo e das forças armadas como agentes da “revolução”.

O enunciador-individual e o enunciador-coletivo são, portanto, predominantes. No entanto, há também, no recorte (1), enunciados sem modalização, que produzem um efeito de generalidade e de universalidade. Esta cisão do locutor em diferentes enunciadores nos mostra que, ainda que a assinatura do dizer seja individual, há um movimento que ancora este dizer e que o representa como para além do indivíduo, embora também sustentado nele e no seu lugar de locutor. Destacamos, abaixo, a configuração da cena enunciativa e alguns exemplos que explicitam as marcas linguístico-enunciativas apontadas acima:

### L - l-chefe do governo provisório

#### => Enunciador-individual:

- (...) movimento revolucionário, iniciado *vitoriosamente* (...) e triunfante (...)
- (...) a afirmação *mais positiva* (...)
- Ele é, *efetivamente*, a expressão (...)
- (...) *admirável* unidade de sentimentos (...)
- (...) movimento *eminente* nacional (...)
- (...) movimento regenerador já estava *virtualmente triunfante* em todo o país.

#### => Enunciador-coletivo:

- *tivemos*
- *nossa* existência como nacionalidade
- *nossa* história política
- *realizamos*

#### => Enunciador-universal:

- *Todas as categorias sociais*, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo, comungaram em um *idêntico pensamento* fraterno e dominador: a construção de uma Pátria nova (...).

#### => Enunciador-genérico:

- O movimento revolucionário (...) foi a afirmação *mais positiva* (...) da *nossa* existência como nacionalidade.

Os sentidos de *movimento revolucionário* colocam, portanto, de algum modo, sentidos para *povo brasileiro* na sua relação com o governo que se instaurava naquele momento: *povo brasileiro* significa, pois, como defensor e aliado do movimento revolucionário, como parte do processo que leva Vargas ao poder. Há, nesse movimento, um gesto de produção de um efeito de pertencimento, de inclusão, que legitima o próprio governo, o que se dá a ver, na materialidade enunciativa, pelo uso do pronome pessoal nós que se apresenta, por um efeito de evidência, como um nós inclusivo, tal como apontamos acima. As marcas linguístico-enunciativas deste nós inclusivo nos indica que o dizer constrói o povo brasileiro como um destinatário positivo, isto é, um pro-destinatário, tal como classifica Verón (1986), com o qual se relacionam os enunciadores predominantes desta cena enunciativa, isto é, o individual e o coletivo. Desse modo, estabelece-se entre tais enunciadores e o destinatário positivo um laço, uma “crença pressuposta”, pela qual o destinatário, isto é, neste caso, o povo brasileiro, significa como aquele que adere aos mesmos valores e busca os mesmos objetivos que os enunciadores, produzindo, por um efeito de evidência dos sentidos, uma completa identificação entre o chefe do governo provisório e seus governados. Mais ainda, a força performativa do nós, no recorte (1), como em “tivemos”, “nossa existência”, “nossa história política”, “realizamos”, por exemplo, alinha o governo (provisório) de Getúlio Vargas e o povo como agentes da revolução, o que produz, no limite, um efeito de homogeneização da própria *vontade do povo brasileiro*. Vontade esta que traz como sentido o reconhecimento do movimento revolucionário como legítimo e o apoio do povo ao novo governo que se instaurava naquele momento da história do Brasil.

*Movimento revolucionário* rememora um dizer sobre o processo de tomada de poder de maneira específica e positiva – como movimento coletivo “da nacionalidade” e transformador da sociedade. Recebe também por predicação a expressão: *a afirmação mais positiva da nossa existência como nacionalidade*. A formação nominal *nossa existência como nacionalidade* rememora, por sua vez, um dizer sobre a nacionalidade, tomando-a como um adquirido – temos existência enquanto nacionalidade. Entendemos que tal formação nominal - *nossa existência como nacionalidade* - é dita por uma voz genérica, na qual o locutor também está localizado,

simulando um dizer que seria dito por um todos diluído, indefinido, assim trazendo como efeito de sentido a existência de uma nação brasileira já constituída e, além disso, já-sabida por todos. Desse modo, apresenta-se como evidente, no dizer do locutor-chefe do governo provisório, a existência de um Brasil e de uma nacionalidade brasileira, isto é, de um povo que se identifica como nação. No entanto, pelos movimentos textuais de articulação, a expressão *afirmação mais positiva* determina esta nacionalidade de um modo tal que a instabiliza, e mostra que ela precisa ser afirmada. A revolução de 1930 é, deste modo, um gesto fundamental (o mais positivo) na direção desta afirmação e, portanto, na direção da consolidação da República, já que esta aparece por implícito ligada à nacionalidade.

*Movimento revolucionário*, ao ser determinado pela palavra *nacionalidade*, determina, conseqüentemente, os sentidos de *povo brasileiro*. Por meio do movimento textual de reescrituração, *povo brasileiro* é determinado também por *senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas*, o que o significa como o responsável e, de algum modo, como o líder nos rumos políticos do país, em particular na tomada do poder por um movimento revolucionário. Por outro lado, as determinações de *povo brasileiro* não o significam como um grupo homogêneo, uma vez que ele é reescrito, por expansão, pela expressão *todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo*, ou seja, estão incluídas na coletividade do povo brasileiro diversas classes sociais, faixas etárias, bem como homens e mulheres.

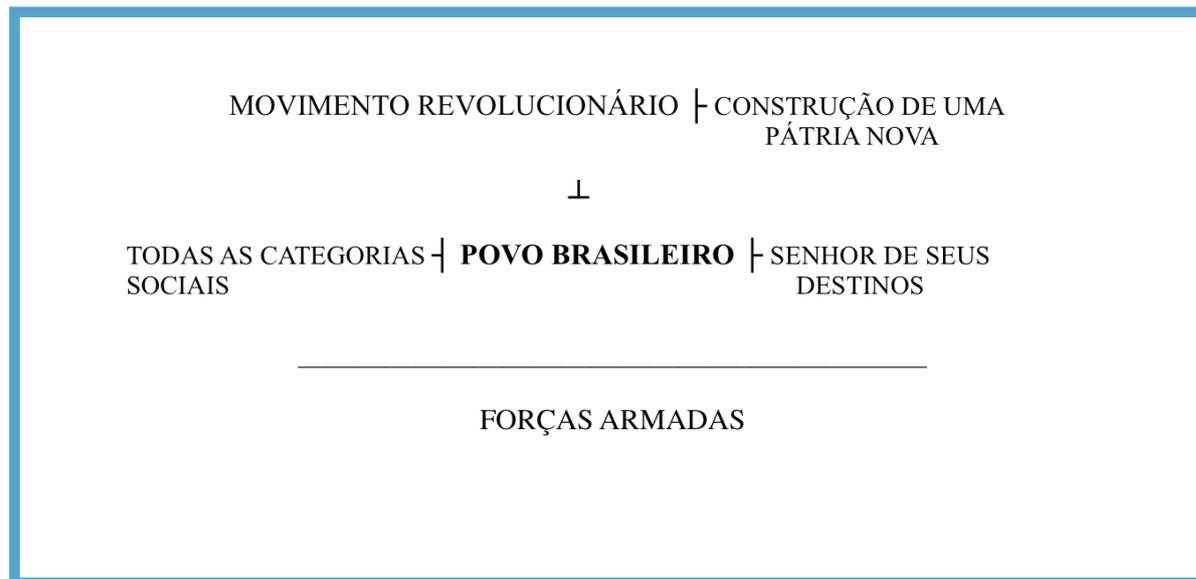
Este contraponto entre as diferenças enumeradas no dizer do locutor e a alegada “vontade comum” reforça, a nosso ver, os sentidos de união e de univocidade que afetam a formação nominal *movimento revolucionário*. Nesse sentido, apesar desta heterogeneidade característica do povo brasileiro não ser silenciada, o dizer do locutor produz, por meio das reescriturações de *povo brasileiro*, sentidos de comunhão, de união, de fraternidade e de forte identidade entre todos os setores da sociedade, o que, no limite, se apresenta como tendo possibilitado o próprio movimento “revolucionário” de 1930: *a alma popular*, todos os *filhos* da Pátria, mesmo em suas diferenças, são acolhidos por ela e, deste modo, estão reunidos para construí-la: ou seja,

BRANDÃO, RENATA; A CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS BRASILEIROS NA ENUNCIÇÃO PRESIDENCIAL DE GETÚLIO VARGAS: UMA ANÁLISE SEMÂNTICA DE SEUS DISCURSOS DE POSSE DE 1930 E 1951

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 6, ANO 2017 PP. 38-65

apoiam o movimento revolucionário e consideram-no, no limite, a única maneira de encontrar um *rumo novo* e regenerador para o país. Deste modo, ao simular falar em nome de todos e para todos, o locutor-chefe do governo homogeneiza a coletividade dos brasileiros para se legitimar e para revestir seu discurso de autoridade, produzindo aquilo que Indursky (2013) chama de *efeito de sentido de unanimidade*.

Vejamos abaixo o DSD de *povo brasileiro*:



(Onde se lê: *construção de uma pátria nova* determina movimento revolucionário, que, por sua vez, determina *povo brasileiro*, que é determinado ainda por *todas as categorias sociais e senhor de seus destinos* e que está em relação de antonímia com *forças armadas*).

Vejamos abaixo o recorte (2) do pronunciamento, que agora aponta os sentidos de liderança das Forças Armadas no movimento de 1930:

(2) Compreendestes, senhores da Junta Governativa, a delicadeza da situação e com os vossos valorosos auxiliares desfechastes, patrioticamente, sobre o simulacro daquela autoridade claudicante o golpe de graça. (...) Para não defraudarmos a expectativa alentadora do **povo brasileiro**, para que este continue a nos dar seu apoio

e colaboração, devemos estar à altura da missão que nos foi por ele confiada (...) Senhores da Junta Governativa, assumo, provisoriamente, o governo da República, como **delegado da revolução**, em nome do Exército, da Marinha e do **povo brasileiro**, e agradeço os inesquecíveis serviços que prestastes à nação, com a vossa nobre e corajosa atitude, correspondendo, assim, aos altos destinos da Pátria. (Vargas, 1930, grifos nossos).

No recorte (2) acima, o acontecimento configura uma cena enunciativa na qual o Locutor toma a palavra como locutor-delegado da revolução (l-x), isto é, como o líder que regeu e orientou as forças armadas no processo de tomada de poder, minorando, por conseguinte, a participação das forças populares neste acontecimento político. Ao se utilizar do vocativo *senhores da Junta Governativa* e de marcas linguísticas da segunda pessoa do plural (*compreendestes, vossos* valorosos auxiliares, *desfechastes, prestastes*), o locutor-delegado da revolução projeta seu alocutário (al-x). Ele se dirige, portanto, à Junta Governativa, isto é, aos líderes militares que apoiaram o movimento revolucionário e promoveram o desfecho da derrubada do governo de Washington Luís.

O dizer do locutor apresenta-se por um enunciador-individual, marcado linguística e enunciativamente pela primeira pessoa (*assumo, agradeço*). É por meio desta voz individual que o locutor assume o governo da República como *delegado da revolução*, isto é, como líder do movimento revolucionário de 1930. Ao mesmo tempo, é por meio deste enunciador que o locutor se apresenta como intérprete dos anseios populares. Desse modo, tal enunciador, por um lado, simula falar em nome de todos e, por outro, agradece os serviços prestados pelos militares, cujo papel foi decisivo e, no limite, principal, no processo de tomada do poder.

Vejamos abaixo a configuração da cena enunciativa:

L - l-delegado da revolução => enunciador-individual: “(...) assumo, provisoriamente, o governo da República, como delegado da revolução, em nome do Exército, da Marinha e do povo brasileiro, e agradeço os inesquecíveis serviços que prestastes à nação (...)”

Constatamos, no recorte (2), uma deriva dos sentidos: o *nós*, em “defraudarmos”, “nos dar”, “nos foi”, é agora exclusivo e, portanto, produz um gesto de exclusão, pois faz referência unicamente ao alinhamento entre a liderança de Vargas e os militares. Estes últimos são determinados como os líderes do desfecho do movimento revolucionário de 1930, Reforça-se aqui, deste modo, a disparidade entre o lugar dos militares e o lugar do povo.

Esse outro alinhamento entre Governo e Forças Armadas, produzido pelo acontecimento enunciativo, encaminha para os sentidos de um *povo brasileiro* que deve confiar ao novo governo e aos representantes das classes armadas a missão de construir uma Pátria Nova, dando a eles seu apoio e colaboração. Há, assim, um deslizamento dos sentidos de *povo brasileiro*, que produz também uma contradição: de *nação em armas*, participante ativo do movimento revolucionário, em sintonia e unidade de sentimentos e de objetivos entre civis e militares, para sujeitos colaborativos e confiantes das decisões do governo e das classes armadas sobre os rumos do país e sobre as formas de governabilidade que se instalariam naquele momento da História do Brasil.

### 3.2. DISCURSO DE POSSE PRONUNCIADO PERANTE O CONGRESSO NACIONAL: 31 DE JANEIRO DE 1951

Getúlio Vargas, apoiado pelas áreas mais urbanizadas do país, onde se concentravam as grandes massas de trabalhadores, retorna à Presidência pelo voto popular em 31 de janeiro de 1951. Eis seu pronunciamento:

#### **Brasileiros!**

(1) Ao deixar o recinto do Congresso Nacional, onde ao lado do ilustre Vice-Presidente da República, Sr. Café Filho, meu companheiro de chapa e de Governo, prestei o compromisso legal de servir ao Brasil, às suas instituições livres e aos seus interesses supremos, o meu primeiro desejo foi dirigir-me ao **Povo** para participar do seu **contentamento** e comungar das **suas esperanças**. Eleito a 3 de outubro como o candidato do Povo, aspiro e espero governar como o **Presidente do Povo**.

(2) Não temia os **riscos**, os **ônus** e as **vicissitudes** de luta política, nem me enfraqueciam o ânimo, as **ameaças** e as **provocações diretas ou veladas**. Mesmo assim não me decidi a disputar o pleito sem antes esgotar todos os recursos de conciliação e harmonia das forças políticas. O insucesso dos meus esforços e o malogro das minhas esperanças não abriram outro horizonte que não fosse o da luta que procuramos manter em termos de isenção e elevação. Os **profetas de calamidades**, como **aves agoureiras**, andaram anunciando a aproximação das horas de cataclismo. Outros, como **falsos pastores**, pretendiam assumir uma espécie de **curatela da opinião popular** porque ainda não estávamos amadurecidos e preparados para os prélios cívicos e os embates ideológicos que fortalecem e vivificam o exercício e a prática da democracia.

(3) Os seus **prognósticos lúgubres** e as suas **previsões funestas** não se confirmaram. A eleição de 3 de outubro desmentiu os seus **presságios** e também os **argumentos engendrados** que apenas escondiam os receios duma competição livre que permitisse ao **povo** exprimir a escolha e a preferência. A ordem não foi perturbada. Os poderes públicos permaneceram nos limites constitucionais e não precisaram extravasar para os recursos das medidas de exceção. A **Nação** não interrompeu o ritmo dos seus trabalhos e atividades. O **Governo Federal**, os **órgãos da magistratura** e as **Forças Armadas** merecem louvores pela sua contribuição para a lisura, a liberdade e a tranqüilidade da propaganda e do pleito. Os **profissionais da desordem**, os **conspiradores impenitentes** e os **inimigos da paz social** não encontraram ambiente propício para a aventura, o terror, a violência ou a demagogia. O **povo brasileiro** ofereceu um exemplo vivo de **maturidade política, cultura cívica e aprimoramento coletivo**. Não reagiu às provocações nem se deixou emaranhar nas **ciladas da traição**. Não se deixou vencer pelo **engodo das promessas** ou pelas **tentações da corrupção**. Não perdeu por um só momento a **calma**, a **confiança**, as **virtudes da fé** e a **convicção serena** de que o voto depositado nas urnas seria contado e respeitado. Não valeriam contra a sua vontade nem prevaleceriam contra a sua decisão os **sofismas**, as **maquinações**, as **intrujices**, as **chicanas** e as **rabulices jurídicas** dos que andaram tentando fraudar e perverter a limpidez e a legitimidade dos mandatos oriundos de uma eleição reconhecida e proclamada como a mais livre e honesta da nossa história republicana.

(4) Ao deixar o Governo, o **apodo**, as **invectivas** e a **calúnia** fizeram de mim o objeto e a vítima do ódio e da injustiça. *Malsinaram* atos, intenções e propósitos e *desfiguraram* a verdade ao sabor das suas prevenções e malignidades. Nunca ditei uma palavra de amargor e sufoquei sempre as penas e as mágoas que me causavam a **fúria** e a **impiedade das suas setas envenenadas**. As mensagens de solidariedade, as

palavras de conforto, as numerosas provas de gratidão e bondade, partidas da **gente anônima e obscura** e que chegaram diariamente ao meu retiro, tiveram o efeito dum bálsamo consolador e ao mesmo tempo reavivaram a crença nas **virtudes do povo brasileiro** e no dever que me competia de continuar pugnando pelos seus direitos e pelas suas causas.

(...)

(5) **Brasileiros!** A jornada eleitoral foi encerrada e podeis estar orgulhosos da página de glória com que enriquecestes os anais da nossa vida política. Precisamos agora amortecer as paixões, esquecer os dissabores, aplacar os espíritos e apagar as cicatrizes da batalha. Temos diante de nós uma imensa tarefa de recuperação e consolidação a realizar e para ela, sem exclusões partidárias, convoco a **boa vontade, a inteligência e o patriotismo dos brasileiros**. Estou certo de **vossa ajuda** e conto com a vossa cooperação porque assim estaremos servindo não ao efêmero dum Governo, mas à perenidade, à perpetuidade e à grandeza da **Nação brasileira** (Vargas, 1951, grifos nossos).

No discurso de posse pronunciado por Getúlio Vargas em 1951, o Locutor se afirma como *Presidente do Povo*, buscando, deste modo, legitimar o seu dizer, uma vez que se apresenta como aquele que só pôde tomar a palavra porque foi escolhido e eleito pelo povo. Destarte, entendemos que o Locutor assume, portanto, o lugar social de presidente (l-presidente), e que, ao assumir tal lugar, instaura, como seu alocutário direto, os brasileiros, seus eleitores (al-x). Ao fazer uso do vocativo “Brasileiros!” duas vezes, o locutor interpela os sujeitos pela nacionalidade, designando um a um como parte do todo.

O dizer do Locutor instaura um enunciador-individual que se expressa, ao longo de todo o texto, por meio de marcas linguísticas da primeira pessoa do singular. Por esta voz individual, o Locutor se significa como um servo do Brasil, como o *Presidente do Povo* (trecho (1)) e, portanto, obediente e dedicado a este povo, bem como devotado *aos interesses, às aspirações e ao serviço da comunidade nacional* (trecho (4)).

Cabe destacar aqui também que a própria candidatura de Vargas se apresenta, na materialidade enunciativa, como vinda dos apelos do povo. Nesse sentido, entendemos que o enunciador-individual entra em relação com um pro-destinatário (D1) que, neste caso, é o povo brasileiro, construído pelo dizer como aquele que adere aos valores do presidente e persegue os mesmos objetivos que ele: nas palavras de Verón (1986), o pro-destinatário é, portanto, partidário ao enunciador-individual, isto é, à voz que representa o dizer do locutor-presidente. Deste modo, constrói-se enunciativamente, por um efeito de evidência, que o povo brasileiro constitui-se por aqueles que desejaram Getúlio Vargas de volta ao poder e, por isso, o elegeram para o cargo da presidência do Brasil.

Ao mesmo tempo, a materialidade enunciativa dá a ver a sua multidestinação, projetada pela configuração da cena enunciativa: o enunciador-individual, representando o dizer do locutor-presidente, entra também em relação com um contra-destinatário (D2), cuja crença é inversa a do enunciador, não havendo, deste modo, identificação entre eles. O contra-destinatário a quem o enunciador destina o seu dizer é a própria oposição ao presidente Vargas, a sua candidatura e as suas propostas de governo.

Este contra-destinatário se expressa no dizer de modo indireto, tal como caracteriza García Negroni (2016): ele não é designado nem explícita nem oficialmente pelo locutor; ao contrário, seus indícios são a alusão, o questionamento ou a negação de discursos alheios. Nesse sentido, a voz do outro, isto é, da oposição, irrompe e atravessa o dizer do locutor-presidente, tal como em:

- i) “Os profetas de calamidades, como aves agoureiras, *andaram anunciando* a aproximação das horas de cataclismo” (trecho (2));
- ii) “Os seus *prognósticos lúgubres* e as suas *previsões funestas não se confirmaram*. A eleição de 3 de outubro *desmentiu* os seus *presságios* e também os *argumentos engendrados*” (trecho (3));

iii) “(...) o apodo, as invectivas e a calúnia fizeram de mim o objeto e a vítima do ódio e da injustiça. *Malsinaram* atos, intenções e propósitos e *desfiguraram a verdade* ao sabor das suas prevenções e malignidades” (trecho (4)).

Ao aludir, questionar ou negar as palavras do outro, o enunciador dirige ao contra-destinatário atos de desqualificação. Nesse sentido, o trabalho da adjetivação no texto, ao designar a oposição ao Governo Vargas de modo a desqualificá-la, vai produzindo um litígio enunciativo, uma partição, uma fronteira entre o destinatário positivo, o povo brasileiro, que elegeu e, portanto, apoia o atual governo, e o destinatário negativo, a oposição ao governo de Vargas. Desse modo, esses dois destinatários simultâneos são apresentados, pelo dizer, como constitutivamente opostos. Este litígio se dá a ver no e pelo trabalho mesmo dos adjetivos, tal como em: “*aves agoureiras*”, “*falsos pastores*”, “*prognósticos lúgubres*”, “*previsões funestas*”, “*argumentos engendrados*”, “*conspiradores impenitentes*”, “*impiedade das suas setas envenenadas*”.

Vejamos abaixo a esquematização da cena enunciativa:

L - l-x (l-presidente) projeta: al-x (al-brasileiros)

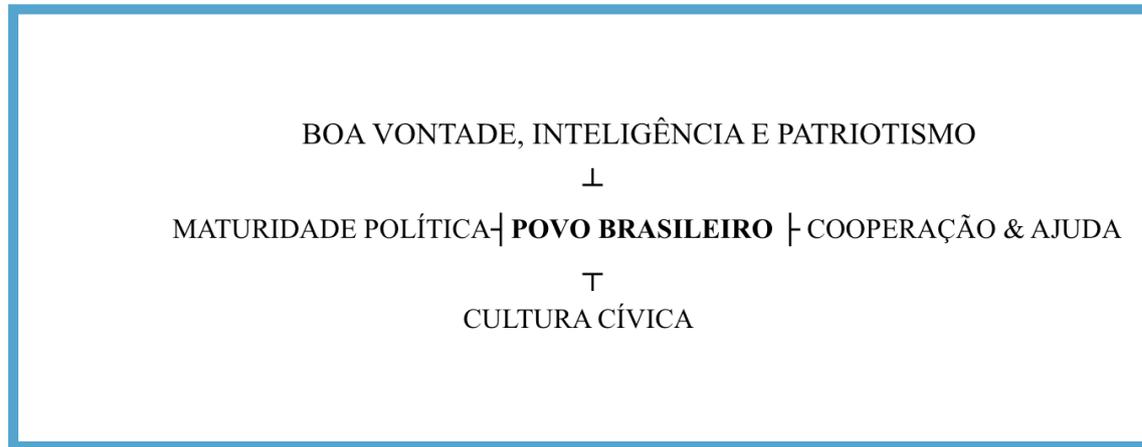
L - l-presidente => Enunciador-individual: “(...) *prestei o compromisso legal de servir ao Brasil, às suas instituições livres e aos seus interesses supremos, o meu primeiro desejo foi dirigir-me ao Povo para participar do seu contentamento e comungar das suas esperanças. Eleito a 3 de outubro como o candidato do Povo, aspiro e espero governar como o Presidente do Povo.*”

Enunciador-individual - Destinatário<sub>1</sub>: povo brasileiro  
Destinatário<sub>2</sub>: oposição ao Governo Vargas

Observando os movimentos textuais de reescritura e articulação ao longo desta materialidade enunciativa, a forma linguística *povo brasileiro*, enquanto designação, é determinada, neste acontecimento enunciativo, pelas formações nominais *maturidade política*, *cultura cívica* e *aprimoramento coletivo* (trecho (3)), o que produz, como efeito de sentido, um gesto de exaltação aos sujeitos brasileiros, enquanto atores políticos, por um lado, em razão de seu exercício cívico: eles exprimiram sua escolha e acreditaram que o resultado das urnas seria respeitado, agindo, deste modo, com *calma* e *confiança*, e demonstrando as *virtudes da fé* e a *convicção serena* no voto depositado nas urnas - expressões que, portanto, igualmente designam *povo brasileiro*.

Por outro lado, mais especificamente, os brasileiros são exaltados porque elegeram Getúlio Vargas para o cargo de presidente. O locutor-presidente, por sua vez, convoca certos atributos do povo brasileiro, isto é, *a boa vontade*, *a inteligência* e *o patriotismo* (trecho (5)) para ajudar e cooperar em seu Governo, em prol não apenas de seu mandato, efêmero posto que é finito, mas também da *grandeza da Nação brasileira*. Deste modo, apresenta-se no dizer que, para que seja possível a Vargas governar e exercer seu mandato, deve o povo fazer uso de tais atributos. É convocada aqui a cooperação dos sujeitos brasileiros para com o Estado. No entanto, tal cooperação se configura, de algum modo, pela concordância do povo com as medidas e decisões tomadas pelo Governo Vargas, pelo esquecimento das discordâncias, pelo amortecimento das paixões e, no limite, pelo apagamento mesmo das divergências.

Vejam os abaixo o DSD (1) de *povo brasileiro*:

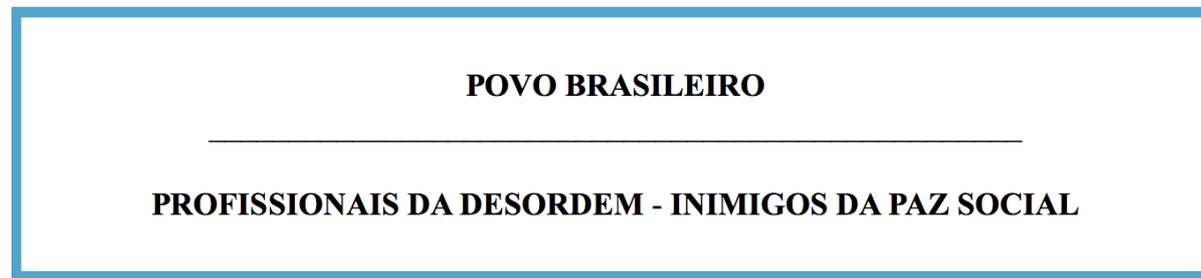


(Onde se lê: *maturidade política* determina *povo brasileiro*, que é determinado por *cultura cívica*, por *cooperação & ajuda*, e também por *boa vontade, inteligência e patriotismo*).

Apresenta-se no dizer ainda que o povo brasileiro constitui-se apenas pela parcela daqueles que não se deixaram influenciar pelos *profissionais da desordem*, pelos *conspiradores impenitentes* e pelos *inimigos da paz social*, nem caíram no *engodo das promessas* nem nas *tentações da corrupção*. Vemos aqui, por conseguinte, delinear-se enunciativamente, tanto pela configuração da cena, que instaura dois destinatários cuja relação entre eles é de oposição, quanto pelas designações, divisões entre aquilo que designa e configura *povo brasileiro*, exaltado no dizer pelo seu exercício cívico, e o que se constrói como os contrários ao governo: os desordeiros, os conspiradores, os sem-lugar.

Vejamos o DSD (2) abaixo, que ilustra nossas análises:

(Onde se lê: *profissionais da desordem* está em relação de sinonímia com *inimigos da paz social* que, por sua vez, estão ambos em relação de antonímia com *povo brasileiro*).



Constatamos também que a apresentação dos contra-destinatários no dizer se dá de maneira vaga, isto é, a oposição à Vargas não é especificada na materialidade enunciativa. Ao contrário, está diluída na própria indeterminação das expressões linguísticas: *profetas de calamidades, aves agoureiras, falsos pastores, conspiradores impenitentes, sofismas, maquinações, ciladas da traição* (trechos (2) e (3)). Desse modo, os opositores ao governo significam, no limite, como tipos, entidades, alegorias: o mau-agouro, o pessimismo, a desordem, a enganação, o engodo.

Esta indefinição dos agentes inimigos do Governo produz uma tentativa de silenciamento de tal parcela, pois não nomeá-la explicitamente produz como efeito um gesto de apagamento; além de caracterizá-la como um segmento pouco expressivo, minoritário, mas, no limite, também perigoso, pois sub-reptício. Desse modo, o locutor estabelece uma diretividade para seu dizer na qual a oposição e as dissidências políticas se apresentam como algo que deve ser obliterado, ao mesmo tempo em que as paixões, incontrolláveis e causadoras da desordem, devem ser aplacadas, para que, deste modo, os brasileiros - sem pessimismo, sem paixões, sem emoções exacerbadas - possam ajudar e cooperar com o País, de maneira pacífica, sem conflitos, sem divergências.

A oposição ao Governo Vargas, construída pelo dizer como o contra-destinatário do enunciador-individual, ao não ser diretamente interpelada nem explicitamente designada pelo locutor-presidente, adquire o status de terceiro discursivo; ou seja, em outras palavras, está excluída do coletivo de identificação estabelecido entre o enunciador e o pro-destinatário, tal como afirma Verón (1986). Está, portanto, excluída igualmente da própria designação de povo brasileiro. Vemos aí, deste modo, o movimento do político na enunciação, produzindo o litígio, que se faz ver tanto pelo trabalho enunciativo da cena, quanto pelo trabalho da designação, tal como procuramos mostrar.

É decisivo mencionar aqui que, ao longo do discurso de posse de Vargas de 1951, produz-se um gesto de pertencimento do povo ao próprio processo de decisão política. No entanto, a participação dos sujeitos brasileiros se limita, neste momento, à formalidade das urnas. Esta participação formal dos sujeitos brasileiros, isto é, por meio das urnas, significa, todavia, como só tendo sido bem sucedida devido à contribuição do *Governo Federal*, dos *órgãos da magistratura* e das *Forças Armadas* (trecho (3)), que contribuíram para manter a *lisura* e a *tranquilidade* da disputa eleitoral. Isso nos indica que o lugar do povo brasileiro configura-se a partir do alinhamento entre Governo e Forças Armadas - o que nos indica ainda que este lugar do povo brasileiro se apresenta como um lugar que precisa ser constantemente assegurado pela autoridade, mantido em vigilância e, portanto, limitado pela ordem, pela segurança, pelo ritmo do trabalho. O que está fora ou para além disto significa como abuso, desordem, conspiração e conflito, ocupando, portanto, o lugar da oposição: excluído do coletivo de identificação e, por conseguinte, da própria parcela do povo brasileiro.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos aqui, à guisa de conclusão, a importância do gesto político de referir aos governados. Ele é fundamental para o estabelecimento de um governo - isto é, dizer quem sou *eu*, quem são os *outros*, e quem *eu* governo. Nesse sentido, as palavras que nomeiam e designam

os sujeitos brasileiros não são neutras e, portanto, fazem parte da composição de um projeto político para o país e dos modos de funcionamento do regime que se constituem. Vimos, ao longo do *corpus* selecionado para este trabalho, o movimento do político na enunciação, na medida em que há um litígio, no processo de construção dos sentidos para os sujeitos brasileiros, entre aqueles que fazem parte do povo, isto é, os que apoiam o governo, concordam com suas medidas e obedecem seus comandos, e entre os dissidentes, isto é, aqueles que se opõem ao presidente Getúlio Vargas.

A partir das análises que realizamos neste artigo, procuramos lançar luz para o fato de que a construção do objeto discursivo, no nosso caso, dos sujeitos brasileiros, atinge a própria construção das figuras enunciativas a quem se destina a enunciação: a mudança de para quem se diz produz, como efeito, a reconfiguração mesma do referente e, conseqüentemente, uma (re) partilha dos sentidos. Entendemos ainda que esse movimento se dá a ver exatamente no cruzamento e na articulação entre o domínio semântico de determinação (DSD) e a cena enunciativa, isto é, entre as designações das expressões linguísticas que vão construindo o objeto de dizer e os modos de acesso à palavra pelos lugares enunciativos no acontecimento; ou, em outras palavras, entre as formas linguísticas e as figuras da enunciação.

#### REFERÊNCIAS

Biblioteca da Presidência da República: banco de dados. (2014). Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas>>. Acesso em 13 mai.

Dias, L.F. (2016). Nomes de cidade de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In: Karim, T. M. et al. (Orgs.) *Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase 1)*. Campinas: Pontes, pp.33-49.

García Negroni, M.M. (2016). Discurso político, contradestinación indirecta y puntos de vista evidenciales: la multidestinación en el discurso político revisitada. *Revista ALED*: 16 (1), 37-59.

Guimarães, E. (2002). *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes.

Guimarães, E. (2007). Domínio Semântico de determinação. In: Guimarães, E.; Mollica, M. C. (Orgs.). *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes, pp.77-96.

Indursky, F. (2013). *A fala dos quartéis e as outras vozes*. (2a ed.). Campinas: Ed. UNICAMP.

Soledad Montero, A. (2009). Puesta en escena, destinación y contradestinación en el discurso kirchnerista (Argentina, 2003-2007). *Discurso & Sociedad*: 3 (2), 316-347.

Verón, E. (1986). La palabra adversativa: observaciones sobre la enunciación política. In: Verón, E. (Ed.). *El discurso político: lenguajes y acontecimientos*. Buenos Aires: Hachette, pp.1-12.

Zandwais, A. (2012). Ler o acontecimento. In: Santos, S.S.B dos (Org.). *Teorias e práticas de leitura: olhares e percepções*. São Paulo: Terracota, pp.49-67.



## O poder do discurso darwinista sob o olhar da teoria dos gêneros discursivos: uma análise dialógica dos elementos estáveis do enunciado

**CAVALCANTE FILHO,  
URBANO<sup>1</sup>**  
urbanocavalcante@usp.br  
urbano@ifba.edu.br

**PALAVRAS-CHAVE:**  
gênero discursivo;  
análise dialógica do  
discurso;  
darwinismo;  
*Conferências Populares da  
Glória;*  
Círculo de Bakhtin.

**KEY-WORDS:**  
discourse genre;  
dialogic discourse analysis;  
darwinism;  
*Gloria's Popular Conferences;*  
Bakhtin's circle.

Doutor em Filologia e Língua Portuguesa  
Universidade de São Paulo (USP) / Instituto Federal da Bahia (IFBA)  
Pesquisador do Diálogo (USP/CNPq/Brasil) e do  
MoDyCo (UMR 7114 (Université Paris Nanterre/CNRS/França)

**RESUMO:** Estudo dedicado a uma análise discursiva do tema *darwinismo*, importante discussão presente no contexto sociohistórico e político-cultural do século XIX e materializado linguístico-enunciativamente no gênero *conferência*. Filiado teórico-metodologicamente na teoria dialógica da linguagem do chamado Círculo de Bakhtin, especialmente nas reflexões sobre a teoria dos gêneros do discurso, este estudo visa a analisar o projeto discursivo do ponto de vista do gênero de uma das atividades de divulgação científica mais importantes ocorridas no Brasil na segunda metade do século XIX: as *Conferências Populares da Glória*. O presente trabalho, portanto, é orientado pela observação do gênero não apenas pelo viés estático da produção (referimo-nos à questão das formas), mas principalmente pelo viés dinâmico da produção. Dessa forma, toma seus elementos constituintes centrais (o conteúdo temático, o estilo e a estrutura composicional) como objetos de análise, a fim de observar as peculiaridades genéricas no interior da atividade social, que é a da divulgação dos saberes científicos (nesse caso, nosso *corpus* refere-se à conferência sobre a teoria darwinista) no contexto brasileiro oitocentista.

**ABSTRACT:** Study devoted to a discursive analysis on the darwinism theme, important discussion present in the sociohistorical, political and cultural context of the nineteenth century and linguistically and enunciatively materialized in the genre conference. Theoretically and methodologically affiliated in Bakhtin's dialogic language theory called Bakhtin's Circle, especially in the reflections on the theory of discourse genres, this study aims at analyzing the discourse project of the genre from the perspective of one of the most important scientific dissemination activities that took place in Brazil in the nineteenth century: *Gloria's Popular Conferences*. The present work, therefore, is guided by the observation of the genre, not only through the static bias of production (we refer to the issue of forms), but rather, mainly, by the dynamic bias of production. Thus, it takes its essential constituent elements (the thematic content, the style and the compositional structure) as objects of analysis, in order to, this way, analyzing the general peculiarities in the center of the social activity that is the one of the scientific knowledge dissemination (in this case, our corpus refers to the conference about the darwinist theory) in the context of the eighteenth century in Brazil.

1. Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela USP (bolsa FAPESP), com Estágio Doutoral Exterior (Université Paris Nanterre – França (2015-2016), sob a supervisão do Prof. Dr. Simon Bouquet) e no Brasil (UFRN - Brasil – 2012), ambos com bolsa CAPES; Mestre em Letras: Linguagens e Representações pela UESC (2011) e em Cultura e Turismo (UESC, 2009, com bolsa FAPESP); Professor e Pesquisador do Instituto Federal da Bahia (IFBA - Campus Ilhéus/Bahia/Brasil), Professor e Orientador no Mestrado Linguagens e Representações (PPGLLR) e Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras) da UESC, Pesquisador do Grupo de Pesquisa Diálogo (USP/CNPq/Brasil) e do Laboratoire MoDyCo (Modèles, Dynamiques, Corpus), UMR 7114 (Université Paris Nanterre/CNRS/ França); autor de artigos científicos e capítulos de livros, em português, inglês e francês, publicados no Brasil e no Exterior (México, França, Portugal, Grécia, Inglaterra).

*As contribuições bakhtinianas para uma teoria/análise dialógica do discurso, sem configurar uma proposta fechada e linearmente organizada, constituem de fato um corpo de conceitos, noções e categorias que especificam a postura dialógica diante do corpus discursivo, da metodologia e do pesquisador. A pertinência de uma perspectiva dialógica se dá pela análise das especificidades discursivas constitutivas de situações em que a linguagem e determinadas atividades se interpenetram e se interdefinem, e do compromisso ético do pesquisador com o objeto que, dessa perspectiva, é um sujeito histórico.*

BETH BRAIT

## 1. INTRODUÇÃO

No século XIX, muitas teorias científicas de cunho determinista apareceram e foram difundidas, como o positivismo, o evolucionismo, o naturalismo, o darwinismo social, o marxismo. Essas matrizes de pensamento, nascidas na Europa, segundo Carula (2007), foram difundidas e redefinidas para além do velho mundo.

Assim, no contexto brasileiro da segunda metade desse século, pertencer ao mundo civilizado era o desejo de grande parte da elite brasileira. Era preciso que o país alcançasse a “modernidade” e o desenvolvimento das sociedades civilizadas, tendo as europeias como referência. Só que, argumenta Carula (2007), para chegar a esse patamar, fazia-se necessário o conhecimento das ciências e, especialmente, das ciências naturais. A ciência era vista, sobretudo pelas camadas letradas, como o veículo que levaria o país a percorrer o caminho rumo à civilização.

É nessa conjuntura que emerge a importância das atividades de difusão do conhecimento científico; afinal, para se atingir a civilização, eram necessários tanto a difusão quanto o

domínio desse conhecimento na sociedade. Partindo dessa premissa, muitas atividades foram feitas com esse intuito, a exemplo da criação das *Conferências Populares da Glória*, que tiveram início em 1873 e continuaram até a primeira década do século XX.

Esse projeto tinha o objetivo de socializar tais conhecimentos à sociedade do Rio de Janeiro na segunda metade do século. Consistia em reuniões que aconteciam semanalmente na freguesia da Glória e contava com exposições em forma de conferências ao público que era convidado ou que tinha acesso ao convite com antecedência para fazer parte dessa atividade de informação, mas também de entretenimento.

Nessas conferências, os preletores eram convidados pelo idealizador do projeto, o conselheiro Manoel Francisco Correia, considerando o “notório saber” que os intelectuais, médicos, professores possuíam para proferir as conferências.

Cavalcante Filho, em sua pesquisa de doutoramento, afirma:

O temário abordado pelos conferencistas era vasto, incluía um conjunto amplo e eclético de conhecimentos (atualidade científica, liberdade do ensino, obrigatoriedade do ensino, pedagogia, filosofia, instrução pública, educação da mulher, geografia, história, literatura), ou seja, desde temas essencialmente culturais (literatura, teatro, história das civilizações, educação) até temáticas intrínsecas ao conhecimento das diversas ciências (matemática, biologia, medicina, botânica, ciências físicas) (Cavalcante Filho, 2017, p. 19).

Em virtude do impacto positivo dessa atividade, J. M. De Almeida e H. Chaves decidiram publicar as conferências proferidas na tribuna da Glória. Assim, muitas conferências foram publicadas conjuntamente, em 1876, sob a forma de uma publicação, de curta existência. Em forma de periódico mensal impresso, chamado *Conferências Populares*<sup>2</sup>, além de publicar as preleções realizadas naquele ano de 1876, algumas conferências realizadas anteriormente foram editadas nessa publicação.

2. Esse periódico contou com o financiamento do Conselheiro Manoel Francisco Correia. Em formato pequeno, com mais de cem páginas por edição, era impresso na Typographia Imperial e Constitucional de J. de Villeneuve & Cia., no nº 65 da rua do Ouvidor.

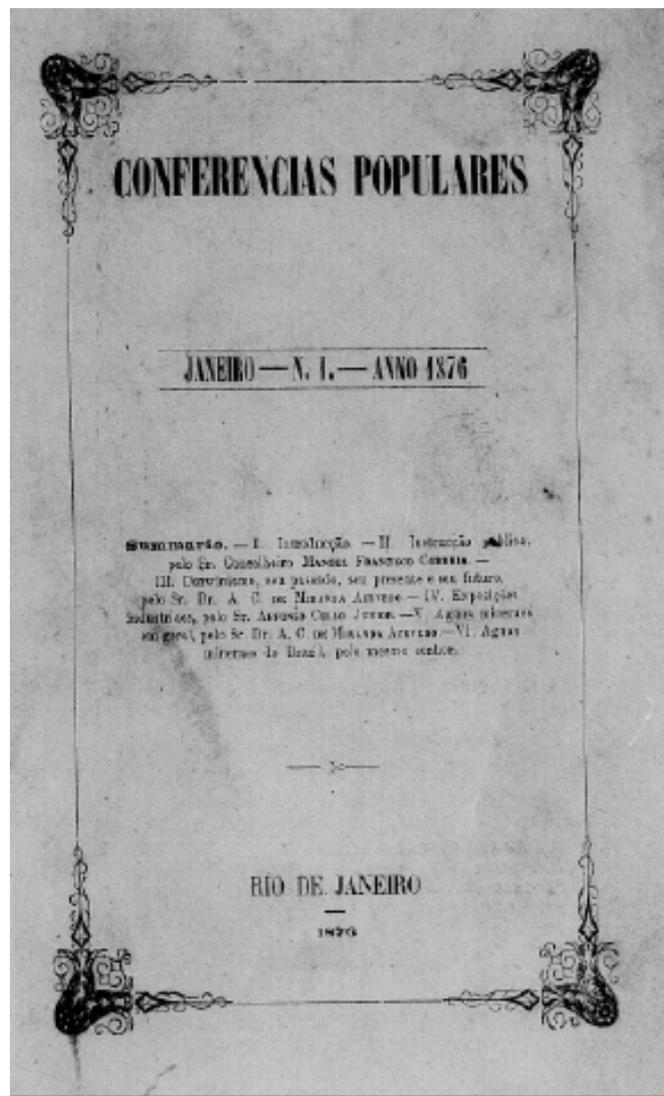


Figure 1 - Capa do periódico  
*Conferencias Populares*

Fonte Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional<sup>3</sup>

3. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/278556/per278556\\_1876\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/278556/per278556_1876_00001.pdf)>

Neste artigo, nosso objetivo é debruçar o olhar para a análise de um tema de extrema importância no contexto sociohistórico e político-cultural do Brasil oitocentista. É uma pesquisa filiada teórico-metodologicamente à teoria dialógica da linguagem do chamado Círculo de Bakhtin, especialmente voltada às reflexões sobre a teoria dos gêneros discursivos. Nesse trabalho, portanto, a orientação assumida recai na observação do gênero não apenas pelo viés estático da produção (referimo-nos à questão das formas), mas principalmente pelo viés dinâmico da produção. Dessa forma, toma seus elementos constituintes centrais (o conteúdo temático, o estilo e a estrutura composicional) como objetos de análise, a fim de analisar as peculiaridades genéricas no interior da atividade social, que é a da divulgação dos saberes científicos (nesse caso, nosso *corpus* refere-se à conferência sobre a teoria darwinista) no contexto brasileiro oitocentista.

## 2. OS GÊNEROS DISCURSIVOS NA CONCEPÇÃO BAKHTINIANA DE LINGUAGEM

Nesta seção, nosso propósito é apresentar a concepção de gênero discursivo, a partir dos vários lugares onde esse tema foi tratado pelos membros do Círculo. Trata-se de um conceito que mereceu discussão de seus integrantes em grande parte dos trabalhos por eles produzidos, quando, dentre tantas questões, interessava a esses intelectuais o estudo dos gêneros intercalados na análise do plurilinguismo no romance; a análise da função e do lugar dos gêneros nos estudos marxistas da linguagem; o estudo do romance polifônico de Dostoiévski; a ampliação da noção de gêneros para todas as práticas e esferas de atividade humana; a percepção do componente sócio-histórico como elemento constituinte dos gêneros e da língua, entre outras questões. Para essa discussão, portanto, tomaremos como referências principais em que Bakhtin e o Círculo se dedicaram à questão dos gêneros discursivos, os seguintes trabalhos: o ensaio *Os gêneros do discurso* (1952-53), constante da coletânea *Estética da criação verbal*; *O método formal nos estudos literários: introdução a uma crítica sociológica*, de Pável N. Medviédev (1928) e *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*, de Bakhtin/Volochínov (1929).

Essa discussão faz-se justamente pelo fato de tal conceito constituir-se como elemento organizador das práticas discursivo-enunciativas dos sujeitos no mundo real. Trata-se de um conceito constantemente reivindicado contemporaneamente, principalmente pela apropriação que a esfera educacional brasileira tomou desse postulado para orientar o discurso e o trabalho pedagógico em relação ao ensino da Língua Portuguesa na Escola Básica. Acrescenta Grillo ao debate (2004, p. 35):

No Brasil, o estudo dos gêneros se dá, sobretudo, pela grande penetração da obra de Bakhtin e de linguistas e psicólogos suíços, tais como Adam, Bronckart e Schneuwly, que fazem uma releitura da obra do teórico russo, incorporando contribuições da pragmática e do sociointeracionismo. A correlação entre as formas do discurso e a situação de comunicação não se coloca como um problema a ser resolvido, mas como uma metodologia de descrição e interpretação de gêneros.

Começemos nossa reflexão mencionando que a elaboração do conceito de gênero teve início na obra de Pável N. Medviédev *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*<sup>4</sup>, obra que marca o embate do Círculo com o formalismo, cuja crítica residia no fato de que, no método formal, os elementos internos da obra são tratados sem levar em consideração o gênero; este é definido mecanicamente, visto como um certo grupo de traços constantes e específicos, ou seja, abordado a partir de um estudo formal do objeto. Para Medviédev, o ponto de partida da poética deve começar com o gênero e não terminar nele, “pois o gênero é uma forma típica do todo da obra, do todo do enunciado. Uma obra só se torna real quando toma a forma de determinado gênero” (Medviédev, 2012, p. 193); afinal, para o autor, cada elemento da obra deve ser compreendido ao se levar o todo em consideração.

Embora nessa obra Medviédev esteja se referindo aos gêneros literários ou poéticos, observamos que o conceito de gênero já toma a abrangência para outros campos ou esferas de circulação do discurso, quando ele trata do acabamento dos gêneros poéticos e de enunciados de outras esferas ideológicas. Confrontando sua concepção de gênero à concepção “mecânica” dos formalistas, o autor caracteriza o gênero a partir de uma dupla orientação:

4. Em russo, *Formalniy metod v literaturoviédénii (Kritítcheskoe vvedénie v sotsiologuítcheskuiu poétiku*, publicado em Leningrado em 1928.

A totalidade artística de qualquer tipo, isto é, de qualquer gênero, orienta-se na realidade de forma dupla, e as particularidades dessa dupla orientação determinam o tipo dessa totalidade, isto é, seu gênero.

Em primeiro lugar, a obra se orienta para os ouvintes e os receptores, e para determinadas condições de realização e percepção. Em segundo lugar, a obra está orientada na vida, como se diz, de dentro, por meio de seu conteúdo temático. A seu modo, cada gênero está tematicamente orientado para a vida, para os acontecimentos, problemas, e assim por diante. [...]

Desse modo, uma obra entra na vida e está em contato com os diferentes aspectos da realidade circundante mediante o processo de sua realização efetiva, como executada, ouvida, lida em determinado tempo, lugar e circunstâncias. Ela ocupa certo lugar, que é concedido pela vida, enquanto corpo sonoro real. Esse corpo está disposto entre as pessoas que estão organizadas de determinada forma. Essa orientação imediata da palavra como fato, mais exatamente como feito histórico na realidade circundante, determinada toda a variedade de gêneros dramáticos, líricos e épicos (Medviédev, 2012 [1928], p. 195).

Observemos que essa primeira abordagem sobre o conceito de gênero nesse trabalho é anterior ao célebre artigo publicado produzido por Bakhtin em 1952-53, só conhecido no Brasil no início da década de 90. Mas em 1929, Bakhtin/Volochínov publicam *Marxismo e Filosofia da Linguagem*<sup>5</sup>. Nessa obra, a noção de gênero aparece explicitamente quando o autor trata da relação entre infra-estrutura e superestrutura e discute a questão da interação verbal. Em fase considerada ainda embrionária sobre a questão dos gêneros, os autores, ao referirem-se a eles, cunham o termo *gêneros linguísticos*:

Mais tarde, em conexão com o problema da enunciação e do diálogo, abordaremos também os problemas dos *gêneros linguísticos*. A este respeito faremos simplesmente a seguinte observação: cada época e cada grupo social têm seu repertório de *formas de discurso* na comunicação socioideológica. A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo *gênero*, isto é, a cada forma de discurso social, corresponde um grupo de *temas* (Bakhtin/Volochínov, 2009 [1929], p. 44, grifos nossos).

5. Em russo *Marksizm i filosofíia iazyká: Osnovnyé problém sotsiologúcheskovo mietoda v náúke o iazyké*, publicado em Lenigrado, sua 2. ed. data de 1930.

Mas é no ensaio *Gêneros do discurso*, produzido no início da década de 1950, mas publicado originalmente em russo em 1979, que o conceito de gênero aparece de forma mais esclarecida e definida, que passamos a tratar agora. Nesse ensaio, os gêneros discursivos ou gêneros do discurso (em russo *retchevye janry*) são definidos a partir de uma abordagem que leva em conta as dimensões sócio-históricas e normativas do gênero, com ênfase na sua relativa estabilidade, e assim nomeados como *tipos relativamente estáveis de enunciados*:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos - o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional - estão indissolivelmente ligados *no conjunto* do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo da comunicação (Bakhtin, 2016 [1952-1953], p. 11-12, grifo do autor).

Dessa assertiva de Bakhtin, três aspectos merecem ser, mesmo que de forma breve, tratados aqui: são as noções de *enunciado*, *campo* e os elementos constituintes do gênero (*conteúdo temático*, *estilo* e *construção composicional*). Mas antes atentemos para o fato de o autor afirmar que, da mesma forma que as atividades humanas são infinitas e variadas, a forma como utilizamos a língua também são: “A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multifacetada atividade humana” (Bakhtin, 2016 [1952-53], p. 12).

Os indivíduos, em cada esfera de atividade humana, fazem uso da língua mediante os gêneros discursivos específicos para cada tipo de atividade social. A produção de linguagem torna-se diversificada, heterogênea e infinita, haja vista que os atos sociais vivenciados pelos grupos são heterogêneos e variados. Dessa forma, a produção de linguagem obedecerá essa heterogeneidade. Com isso, podemos dizer que temos uma linguagem de trabalho, uma linguagem de grupos fechados (gírias), uma linguagem da ciência, uma linguagem das narrações literárias, jurídicas, cada uma delas correspondendo às necessidades das diversas situações de interação social.

Ao se tratar de gênero, Bakhtin destaca, em primeira mão, a questão da esfera/campo, já que é nessa “arena” que os gêneros têm vida. Por conta da peculiar flutuação terminológica da teoria bakhtiniana, Grillo (2012) observa que esse conceito de “esfera” é encontrado sob a forma de “esfera de utilização da língua”, “esfera da atividade humana”, “esfera da comunicação”, “esfera cultural”, “esfera da interação verbal”, “esfera da interação cultural”, “esfera da atividade e da comunicação humana”.

Afirma Grillo (2012, p. 143):

[...] a noção de esfera da comunicação discursiva (ou da atividade ideológica, ou da atividade humana, ou da comunicação social, ou da utilização da língua, ou simplesmente ideologia) é compreendida como um nível específico de coerções que, sem desconsiderar a influência da instância socioeconômica, constitui as produções ideológicas, segundo a lógica particular de cada esfera/campo.

Entendemos, pois, que essas “arenas”, esses “espaços” socioideológicos exercem coerções nas relações entre os sujeitos e a linguagem. Suas especificidades coercitivas, com sua forma de atuar sobre a realidade e sobre a onipresença social da palavra, funcionam também como um espaço de refração que condicionam os sujeitos, os enunciados, as práticas enunciativas, os gêneros discursivos e os objetivos de sentido, pois os gêneros estão ligados às situações sociais de interação. Enfim, podemos afirmar que os gêneros, assim como os enunciados, reagem de forma sensível a todas as influências e coerções dos diferentes domínios (esferas/campos) das esferas às quais eles fazem parte e, assim, essas influências e coerções se manifestam nos elementos constituintes do gênero, que são seus aspectos temáticos, estilísticos e composicionais.

### **3. CONFERÊNCIAS POPULARES DA GLÓRIA: IMPORTANTE PRÁTICA BRASILEIRA DE DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA NO SÉCULO XIX**

Na história da divulgação científica no Brasil do século XIX, as *Conferências Populares da Glória* apresentaram um impacto forte no seio da elite intelectual brasileira, constituindo uma das principais atividades divulgação das ciências no país (Massarani; Moreira, 2002, p. 48).

Mas, o que foram as *Conferências Populares da Glória*?

No início na segunda metade do século XIX, mais precisamente no ano de 1873, na Freguesia da Glória, no Rio de Janeiro, o senador do Império Manoel Francisco Correia fundou uma atividade de que tinha como objetivo central divulgar os conhecimentos da ciência e de várias outras áreas do saber para a população, tendo em vista a ideia de que um povo civilizado e uma nação desenvolvida dependiam do conhecimento das novidades científicas e educacionais. Para essa atividade, no local onde a sociedade carioca se reunia aos domingos para ouvir e discutir assuntos considerados importantes pela elite intelectual, ficou conhecida como *Conferências Populares da Glória*. Assim, grandes nomes da elite intelectual eram convidados para palestrar sobre um conjunto eclético e amplo de temas, como: atualidade científica, filosofia, instrução pública, educação, história, literatura, educação, histórica das civilizações, biologia, ciências físicas, botânica, entre outros<sup>6</sup>.

6. Um trabalho descritivo minucioso a respeito dessa importante atividade de divulgação científica brasileira do século XIX pode ser encontrado em Cavalcante Filho (2016).

#### 4. O DISCURSO DARWINISTA NO SÉCULO XIX: PODER, IMPACTO E REPERCUSSÃO NO CENÁRIO DISCURSIVO-IDEOLÓGICO

Em sua pesquisa de mestrado, Karoline Carula afirma que

O darwinismo penetrou na sociedade brasileira em um momento que importantes discussões ocorriam – mudanças na organização do trabalho, fim do sistema escravista, modificação do regime político – com isso, ele foi utilizado de diferentes maneiras pela camada letrada que estava envolvida nestes debates. O discurso cientificista – e aí também acerca do darwinismo social – começou a ser produzido e difundido no Brasil como um argumento novo para a compreensão e solução dos problemas nacionais (Carula, 2007, p. 3).

O tema do darwinismo teve forte influência e foi objeto de debate em muitos espaços sociais no século XIX (dentre eles as *Conferências Populares da Glória*), principalmente considerando o contexto desse século que se refere ao amplo desenvolvimento das ciências naturais:

Em 1875, quando 36% das conferências expuseram assuntos relacionados às ciên-

cias naturais e à medicina, a temática que mais se destacou foi o darwinismo, com grande repercussão e polêmica na imprensa. Expostas por Augusto Cezar Miranda de Azevedo e por Galdino Emiliano das Neves, as preleções sobre o sistema de Darwin ganharam ampla repercussão e acalorado debate nos jornais, conforme será visto no próximo capítulo. Das preleções realizadas em 1876, 40% abordavam assuntos relacionados às ciências naturais e à medicina. Neste ano, o tema mais exposto foi a botânica. Foram realizadas 16 conferências do chamado “Curso de Botânica”, proferidas por Joaquim Monteiro Caminhoá e Francisco Ribeiro de Mendonça (Carula, 2007, p. 70-71).

Dessa forma, Carula mostra muito bem como as ideias darwinistas “entraram” no Brasil, principalmente na segunda metade do século XIX. A autora, baseada nas pesquisas de Maria Margaret Lopes e Regina Cândida Ellero Gualtieri<sup>7</sup>, apresenta como essa teoria foi apropriada e ressignificada nos espaços de divulgação científica no país, a exemplo dos museus brasileiros de história nacional e nas faculdades de medicina e de direito. Nos museus, ele contribuiu sobremaneira na institucionalização das ciências naturais no país. Nas palavras da autora:

Na década de 1870, na Faculdade de Direito do Recife era estruturada uma nova concepção do direito, fundamentada em uma dimensão científicista, marcada pela associação de conceitos da área com princípios da antropologia física determinista e do evolucionismo. Na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mereceu destaque a tese defendida por Augusto Cezar Miranda Azevedo, em que expôs a proposição “Do darwinismo – É aceitável o aperfeiçoamento cada vez mais completo das espécies até o homem?”. O médico aí defendia as idéias da teoria de Darwin (Carula, 2007, p. 4-5).

O tema do darwinismo foi recorrente na tribuna da Glória. Ele foi um abordado por vários conferencistas, mas, conforme nos mostra Carula (2007), o médico Augusto Cezar Miranda Azevedo foi o primeiro a tratar desse assunto, além de mostrar que suas falas tiveram um impacto muito forte na imprensa da época. É de autoria do Dr. Augusto Cezar Miranda Azevedo a conferência intitulada *Darwinismo: seu passado, seu presente e seu futuro*, proferida no dia 11 de abril de 1876.

7. Segundo Carula (2007), o primeiro trabalho é o livro *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX* (de Maria Margaret Lopes) e o segundo é a tese de doutorado *Evolucionismo e ciência no Brasil: museus, pesquisas e publicações* (de Regina Cândida Ellero Gualtieri).

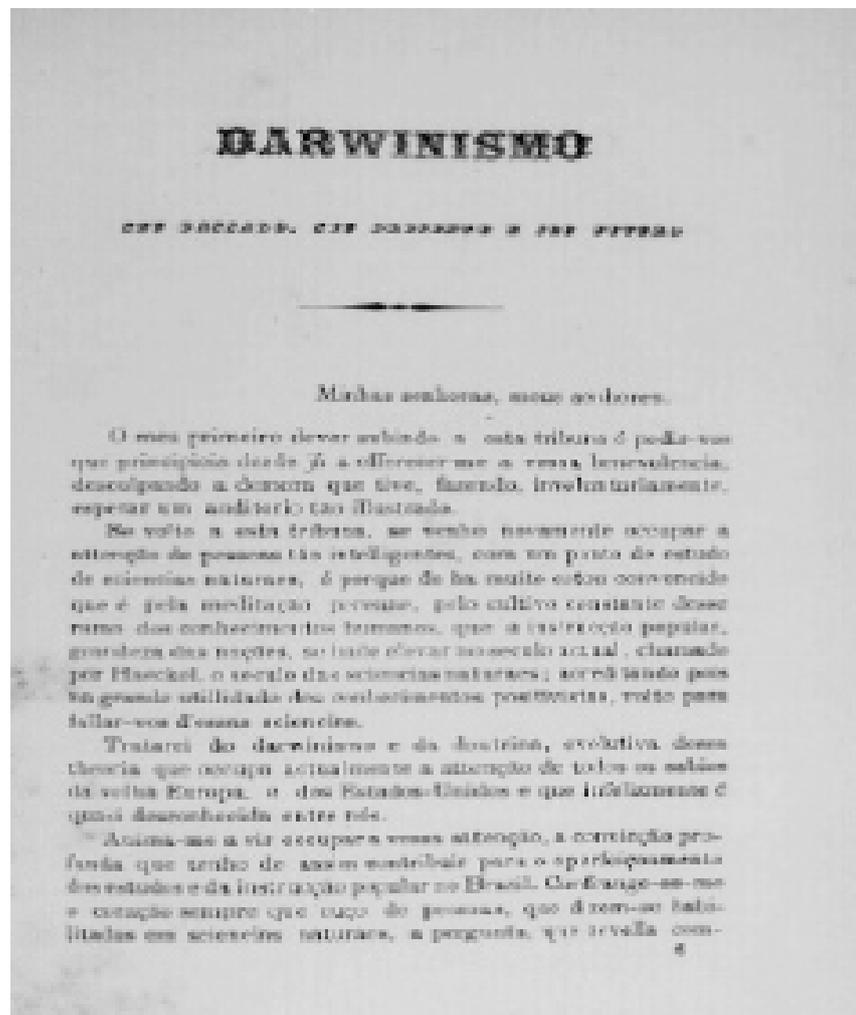


Figure 2 - 1ª página da conferência *Darwinismo: seu passado, seu presente e seu futuro*

Fonte Conferências Populares, V.1, 1876, p. 41.

Essa conferência, em sua composição integral, consta do Volume 1 da revista *Conferências Populares*. Ela é a segunda conferência publicada integralmente nesse volume, sendo a de maior extensão (contém 23 páginas). Essa conferência, juntamente com toda a coleção dos 10 volumes desse periódico encontra-se disponibilizada on line na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, podendo ser acessada integralmente em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=278556&pesq=>>

Voltemos nossa atenção para a primeira conferência a ser analisada nesse capítulo, sobre o darwinismo, proferida pelo Dr. Augusto Cezar de Miranda Azevedo<sup>8</sup>.

### **5. A CONFERÊNCIA SOB OS OLHOS DOS GÊNEROS: AS CARACTERÍSTICAS RELATIVAMENTE ESTÁVEIS DO ENUNCIADO**

Concebemos as conferências da glória como um gênero do discurso, a partir dos postulados bakhtinianos, na medida em que estamos diante do emprego da língua em forma de enunciado concreto e único em dado contexto discursivo que, por sua vez, enquadra-se no campo das atividades humanas. Tais enunciados, por conseguinte, refletem e refratam determinadas condições e coerções de campos específicos de comunicação, a partir dos seus elementos constituintes, a saber: o conteúdo temático, o estilo e a forma composicional, apresentando uma relativa estabilização enunciativa.

Gêneros dessa natureza, a exemplo de palestras, pronunciamentos, exposições, preleções, pertencem a uma só esfera cuja finalidade é a transmissão, o debate e a socialização de saberes. Assim, no projeto de dizer desses gêneros em geral, e da conferência em particular, o enunciado vem de alguém – um autor – e é endereçado a alguém – interlocutor, trazendo em si um tom avaliativo, proporcionando uma compreensão responsiva ativa, dentro do âmbito desse tipo de atividade humana.

8. Miranda Azevedo nasceu na cidade de Sorocaba, província de São Paulo, filho do magistrado Antonio Augusto Cezar de Azevedo e de Ana Eufrosina de Miranda Azevedo. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde clinicou na década de 1870. Foi professor da cadeira de Higiene Pública da Faculdade de Direito de São Paulo, e sócio do IHGB. Em 1873, juntamente com um grupo de estudantes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, fundou a *Revista Médica*.<sup>1</sup> (Collichio, Therezinha Alves Ferreira. *Miranda Azevedo e o darwinismo no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988, *apud* Carula, 2007, p. 68).

A escolha do gênero conferência para efetivar o projeto discursivo-ideológico de divulgação dos saberes científicos, no caso das *Conferências da Glória*, é determinada pela relação que o sujeito do discurso estabelece com o seu objeto de sentido, levando em conta também o elemento expressivo e a relação subjetiva e emocionalmente valorada do falante.

Enquanto atividade dialógica, concebemos essa conferência como um enunciado concreto ligado a outros enunciados na comunicação discursiva, pois ele se apresenta tanto como resposta a enunciados produzidos anteriormente quanto ele suscita respostas à sua produção. Assim afirma Bakhtin:

todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente completamente organizada de outros enunciados (Bakhtin [1952-53], 2016, p. 26).

Dessa forma, o enunciado em contraposição à frase se constitui como um evento real, único e irrepetível, com autor e destinatários marcados sócio-historicamente, ou seja, não estamos diante de uma frase, oração ou texto isolado, com acabamento abstrato. O Dr. Augusto de Miranda Azevedo, ao assumir a responsabilidade pelo seu dizer nessa conferência, permite que percebamos que tal enunciado, como um ato de linguagem de interação significativa, vem marcado sócio-historicamente, trocando milhares de fios dialógicos com enunciados de outras esferas, como religiosa, científica, filosófica, entre outras.

Na elaboração de seu projeto de dizer, logo na introdução, um dado que merece destaque refere-se à preocupação do autor em relação à imagem que ele deseja construir perante seu interlocutor. Trata-se de uma boa impressão a ser causada no interlocutor, principalmente no que se refere a 3 aspectos principais: humildade, comprometimento e conhecedor do tema a ser exposto.

Então, no início de sua preleção, ao qualificar o público como “pessoas inteligentes”, já observamos um contrato de compreensão responsiva ativa entre o autor e seu interlocutor (auditório), configurando, assim, a conferência como um espaço propício e necessário ao desenvolvimento de uma educação científica e instrução do povo, e contando, para isso, com a participação de seu interlocutor:

(1)

Minhas senhoras, meus senhores,

O meu primeiro dever subindo a esta tribuna é pedir-vos que principeis desde já a afferecer-me a vossa benevolência, desculpando qualquer demora que tive, fazendo involuntariamente, esperar um auditorio tão ilustrado.

Se volto a esta tribuna, se venho novamente occupar a attenção de pessoas tão inteligentes, com um ponto de estudo de sciencias naturaes, é porque de ha muito estou convencido que é pela meditação perenne, pelo cultivo constante desse ramo dos conhecimentos humanos, que a instrucção popular, grandeza das nações, se hade elevar no seculo actual, chamado por Haeckel, o seculo das sciencias naturaes; acreditando pois na grande utillidade dos conhecimentos positivistas, volto para fallar-vos d'essas sciencias. (Azevedo, 1876, p. 41).

Ao anunciar o tema da conferência observemos como o autor destaca sua grande importância e justifica a razão pela qual esse tema merece ser objeto de exposição.

(2)

Tratarei do darwinismo e da doutrina, evolutiva dessa theoria que occupa actualmente a attenção de todos os sabios da velha Europa, e dos Estados-Unidos e que infelizmente é quasi desconhecida entre nós (Azevedo, 1876, p. 6).

Nessa enunciação já temos claro um primeiro ponto da arquitetônica do projeto discursivo das *Conferências Populares da Glória*: o desejo de, via divulgação dos conhecimentos científicos, o país alcançar o desenvolvimento, tomando como referência países da Europa e os Estados Unidos.

É esse primeiro elemento do pilar da arquitetura que perpassa toda a conferência. A referência à necessidade de se “acompanhar” o desenvolvimento científico alcançado pelos países “desenvolvidos” é uma constante. E essa demonstração, valorização e importância de “acompanhar” as “modernidades científicas” se manifesta de diferentes maneiras. Ainda no prelúdio da conferência, vemos, de forma entusiástica, o autor demonstrar satisfação por fazer parte desse projeto, ao dizer:

(3)

Anima-me a vir ocupar a vossa atenção, a convicção profunda que tenho de assim contribuir para o aperfeiçoamento dos estudos e da instrução popular do Brazil” (Azevedo, 1876, p. 6).

Aqui, observamos, de partida, uma face responsiva e responsável do conferencista, enquanto autor-criador de um projeto de dizer, ao assumir o compromisso de participar de um projeto que busca ajudar no avanço da discussão de um tema considerado de importância fundamental à população. Responsivo na medida em que sua atitude é uma reação, uma resposta a uma demanda conjuntural de necessidade de tal compromisso, e responsável, na medida em que sua ele assume o compromisso de contribuir com tal projeto, ou seja, o autor assume, assina e responde por seu ato ético-responsável e engajado: o de “contribuir para o aperfeiçoamento dos estudos e da instrução popular”.

Em seguida, ao lado dessa demonstração de estar ocupando um lugar especial dentro desse projeto de “modernização do país” e, ao considerar o tema de grande relevância e necessidade, demonstra-se espantado e decepcionado ao perceber que há pessoas, mesmo as consideradas cultas, que não conhecem a teoria darwinista, objeto de sua preleção:

(4)

Confrange-se-me o coração sempre que ouço de pessoas, que dizem-se habilitadas em sciencias naturaes, a pergunta, que revella completa ignorancia sobre esta materia: - quem foi Darwin? o que significa essa theoria? E eu vos referirei com magoa que ainda hontem um colega, distincto por sua intelligencia e por sua litteratura, me perguntava quem era Darwin e o que significava essa doutrina! (Azevedo, 1876, p. 41-42).

Nessa passagem, chama-nos a atenção o estranhamento e a perplexidade por parte do conferencista ao perceber o desconhecimento da comunidade em relação a tão importante assunto. Tal perplexidade o acompanha todo o tempo, pois sua expectativa é a de que as pessoas, inclusive àquelas consideradas inteligentes e “distinctas” por seu vasto conhecimento cultural, sejam conhecedores de uma teoria importante e em voga no cenário cultural e científico das nações desenvolvidas. Na sequência de sua fala, em outra passagem, visualizamos sua perplexidade sobre tal “ignorância” desse assunto tanto na classe médica quanto em outros ramos da ciência. Questiona o conferencista:

(5)

Se, pois, na classe medica, se n'aquelles que de alguma maneira devem estar a par das sciencias naturaes, existe tão grande ingorancia, que muito é que na classa dos bachareis em direito, dos graduados em theologia e outras sciencias, haja completa ignorância sobre a teoria darwinista?” (Azevedo, 1876, p. 42).

Esse sentimento de perplexidade, de alguma forma, constitui-se uma motivação para que esse conferencista assuma uma postura de contribuir com tal debate, trazendo esclarecimento, discutindo, expondo, enfim, colocando na agenda do dia a exposição dessa temática, por meio de sua conferência, o que favorecerá o conhecimento e entendimento por parte do seu público.

Assim, sob o prisma dos gêneros, afirmamos que, na singularidade do dizer dessa conferência, temos uma abordagem discursiva dada à questão da teoria darwinista que, a partir da seleção, valorização e acabamento do objeto, aborda-o a partir de uma perspectiva opinativo-argumentativa.

Considerando as peculiaridades genéricas dessa conferência, no interior da atividade social onde está inserido, podemos analisar seus elementos constituintes da seguinte maneira:

### 5.1. CONTEÚDO TEMÁTICO

Compreendido como uma abordagem ou uma visão de fatos da realidade, expressos ideologicamente e valorativamente sob a forma de enunciados, o conteúdo temático, um dos elementos da materialização e organização do enunciado em um gênero, pode ser caracterizado também não só pelo assunto, mas pelo seu conjunto de sentidos que envolvem a organização da vida social, o espaço, o tempo, incluindo aí a situação social e a intenção do falante. Considerando a conferência em análise, estamos diante que de um conteúdo que reflete, com uma finalidade informativa e argumentativa, um tema de cunho científico em circulação nas esferas ideológicas, como é o caso do darwinismo. Esse conteúdo vem estruturado, do ponto de vista do conteúdo-sentido sob dois centros de valores em relação ao conceito de ciência que sustenta o projeto da conferência. Esse ponto de vista do conteúdo, de certa forma, já foi abordado na seção anterior, mas convém reiterar aqui sua materialização num enunciado que se estrutura sobre um eixo de dois centros de valor em relação à concepção e o papel da ciência na sociedade: de um lado, uma perspectiva de ciência como verdade, responsável pela legitimidade e validação do fazer científico na sociedade; por outro lado, a ciência como mola propulsora e do progresso da nação. Esse embate é constitutivo e permeia todo o projeto discursivo das conferências sendo percebido quando analisamos a conferência, enquanto gênero em suas características temáticas, estilísticas e composicionais, características essas completamente relacionadas umas às outras e, de certa forma, determinadas pelas especificidades da esfera de comunicação onde se situa, nesse caso, a esfera da divulgação científica.

(6)

Se volto a esta tribuna, se venho novamente ocupar a atenção de pessoas tão inteligentes, com um ponto de estudo de sciencias naturaes, é porque de ha muito estou convencido que é pela meditação perenne, pelo cultivo constante desse ramo

dos conhecimentos humanos, que a instrução popular, grandeza das nações, se hade elevar no seculo actual, chamado por Haeckel, o seculo das sciencias naturaes; acreditando pois na grande utilidade dos conhecimentos positivistas, volto para fallar-vos d' essas sciencias.

(...)

Tratarei do darwinismo e da doutrina, evolutiva dessa theoria que ocupa actualmente a attenção de todos os sabios da velha Europa, e dos Estados-Unidos e que infelizmente é quasi desconhecida entre nós” (Azevedo, 1876, p. 6).

O segundo e terceiro parágrafos da conferência podem ser apresentados aqui com uma boa síntese do conteúdo temático da conferência. Neles estão os aspectos nucleares concernente ao conteúdo temático das conferências: que é falar de ciência, em especial das ciências naturais. Pois é o contato com esse conteúdo, o domínio de temas das ciências naturais, a crença e o aproveitamento dos conhecimentos positivistas que, juntamente com a instrução popular, favorecerá o avanço da sociedade.

## 5.2. ESTILO

Elemento ligado absoluta e indissolivelmente ao conteúdo e à composição, é por meio do estilo que podemos observar a individualidade do orador sendo refletida por meio da configuração vocabular, lexical, fraseológica e gramatical do enunciador e das características do gênero. Estamos diante de um gênero cujo estilo pode ser analisado através de 3 características principais:

i) *Informativo*, cujas escolhas estilísticas refletem uma preocupação do autor em construir um enunciado claro, direto, objetivo e com informações que cumprirão seu propósito socio-comunicativo, que é transmitir informações, esclarecer seu interlocutor sobre o assunto objeto da pauta. Isso pode ser visto nos exemplos a seguir, por meio das opções enunciativas de seu autor, como ocorre na escolha sintática de ordem direta das frases (“Uma das bases mais

seguras do darwinismo é por certo a paleontologia” ou “Durante a idade media os vestígios fosseis eram considerados como attestados de uma raça gigantesca anterior ao homem”); na escolha de vocabulário simples e de fácil compreensão por parte do interlocutor (“bases mais seguras”, “maiores adversários”, “aparecimento da doutrina evolutiva”, “crença errônea”); no uso do aposto (“... a paleontologia, o estudo dos fosseis, quer...”, “fundada por Duvivier, um dos maiores adversários do darwinismo”); entre outros.(7)

Uma das bases mais seguras do darwinismo é por certo a paleontologia, o estudo dos fosseis, quer animaes, quer vegetaes, sciencia, por assim dizer fundada por Cuvier, um dos maiores adversarios do darwinismo. Pelas idéas falsas que por tanto tempo prevalecerão a respeito dos fosseis, por acreditar-se que erão elles meros brincos da natureza, *lusus natura*, *nisus formativus*, *vis plastica*, ensaios das forças da natureza para formar organismos e esboços reprovados, por essa ignorancia explica-se o aparecimento da doutrina evolutiva só neste século (Azevedo, 1876, p. 44).

(8)

Durante a idade média os vestígios fosseis erão considerados como attestados de uma raça gigantesca anterior ao homem, e nessa crença erronea permanêcerão sabios e povo até quasi este século” (Azevedo, 1876, p. 44).

ii) *Didático*, estreitamente relacionado com o aspecto informativo, é caracterizado e refletido, principalmente, pela escolha autoral de explicar conceitos através de vocativos, como explicitado anteriormente quando o autor, presumindo a necessidade de elucidar determinado conceito técnico ao leitor, faz uso do aposto, como o fez ao explanar o conceito de paleontologia; de se explicar no tempo dispensado ao tratamento dos temas, de fazer uma “pausa” para trazer ao seu interlocutor informações adicionais que os ajudarão a melhor compreender o tema a ser exposto, mas em seguida demonstrando a necessidade de evitar a digressão e retomar o núcleo do conteúdo da exposição.

(9)

Não pretendo demorar-me no estudo de todas as suas obras, nem traçar minuciosamente sua biographia; tão bem sabida deste auditorio; peço atenção apenas para a parte relativa á serie de considerações apropriada á doutrina evolutiva. Estudando a influencia do clima, da alimentação e da domesticidade, Buffon traçou um quadro admiravel ácerca da *degeneração dos animaes*. Arrastado pela força irresistível da verdade, Buffon admitio a *mutabilidade das especies*, e embora em algumas occasões, parecesse esquecido destes principios, apresentou argumentos tirados de sua observação em favor desta lei do darwinismo.

(...)

Senhores, repousemos um instante para contemplar Lamarck, esse talento admiravel, esse sabio naturalista que deve ser considerado o verdadeiro fundador da teoria evolutiva.

Lamarck em 1801 tornou conhecida a sua doutrina, cujas ultimas consequencias ficarão consignadas em sua importante obra *Philosophia zoologica*, uma das contribuições mais brilhantes em favor da doutrina mecanica na natureza (Azevedo, 1876, p. 45-46).

(10)

Deixemos estas digressões, consignando comtudo aqui as palavras de Huxley ao bispo de Oxford, em polemica sobre este assumpto. Disse aquelle profundo naturalista que: “preferia mil vezes descender de um animal que se aperfeiçoava do que de um homem que ocupava sua intelligencia em combate a investigação da verdade” (Azevedo, 1876, p. 47).

iii) *Persuasivo*, pois, embora seja um enunciado com características informativas e expositivas marcantes na divulgação de saberes que estão em circulação na sociedade, temos um projeto enunciativo-discursivo marcado pela individualidade do autor, que tem a finalidade de convencer seu interlocutor sobre o seu ponto de vista e, então, vislumbramos um modo de enunciar repleto de vocábulos e frases que demonstram claramente um posicionamento individual do autor, seu ponto de vista particular, seus juízos de moral e de valor. Primeiramente, podemos dizer que a demonstração de espanto apresentada pelo autor no início da conferência

já sinaliza sua intenção em mostrar ao interlocutor o quanto é importante é conhecer o darwinismo, o quanto demonstra “atraso cultural” o nosso desconhecimento e o quanto estão equivocados aqueles que confrontam o darwinismo com a religião. Vejamos os exemplos a seguir:

(11)

Tratarei do darwinismo e da doutrina, evolutiva dessa theoria que ocupa actualmente a attenção de todos os sabios da velha Europa, e dos Estados-Unidos e que infelizmente é quasi desconhecida entre nós (Azevêdo, 1876, p. 6).

(12)

Confrange-se-me o coração sempre que ouço de pessoas, que dizem-se habilitadas em sciencias naturaes, a pergunta, que revella completa ignorancia sobre esta materia: - quem foi Darwin? o que significa essa theoria? E eu vos referirei com magoa que ainda hontem um colega, distincto por sua intelligencia e por sua litteratura, me perguntava quem era Darwin e o que significava essa doutrina!” (Azevedo, 1876, p. 41-42).

(13)

Eu reconheço que uma das causas que mais tem contribuído para a ignorancia da theoria darwinista, para até hoje como que haver um sequestro dessa doutrina scientifica, é o predominio de certas ideas theologicas e orthodoxas; acredita-se que essa questão afeccta de uma maneira profunda as crenças religiosas que recebemos de nossos avós, e que contribue para toda especie de subversão dos principios da mora. Mas, senhores, no estudo da theoria darwinista nada temos que ver com a religião. É um erro profundo, um erro que sempre tem prejudicadô a sciencia, querer-se essa alliança, heterogenea, sem razão de ser, entre a *sciencia* e a *religião* productos de dous factores differentes – a razão e a fé.” (Azevedo, 1876, p. 42).

Mas também percebemos a preocupação de seu autor em uma enunciação que, de forma direta, propõe-se a convencer o interlocutor a aderir seu ponto de vista. Isso pode ser visto nas sequências abaixo, onde encontramos o autor argumentando sobre os vários estudos que têm aparecido para legitimar a validade da doutrina darwinista, a convocação ao interlocutor a lamentar o atraso da não existência da tradução de uma importante obra; numa espécie de

previsão de um contra-argumento por parte do interlocutor, já antecipa um argumento com as leis darwinistas, no intuito de dirimir as possíveis dúvidas. Vemos, pois, tratar-se de uma enunciação cujo estilo é notoriamente construído com o intuito de convencer.

(14)

Continuando no assumpto de minha conferencia, direi que desde então multiplicarão-se as investigações em todos os sentidos, vierão as excavações geológicas na Europa e na America, e surgirão milhões de provas a favor da doutrina darwinista (Azevedo, 1876, p. 53).

(15)

Senhores lamentemos esse facto; enquanto o romance escandaloso e absurdo ainda não sahio dos prélos europeus e já conta com mil traduções e versões portuguezas, um livro sério, uma obra do valor desta, não tem sequer uma tentativa de tradução!... (Azevedo, 1876, p. 55).

(16)

Mas, senhores, já prevejo a objeção natural, que levantareis baseados na própria luta da existência, contra o darwinismo; formulareis a pergunta do porque em um momento dado não desaparece a vida, e não se aniquilão todos os organismos?

Para destruir e responder categoricamente a essa duvida ahi estão as outras leis darwinistas, tão positivas e geraes como a precedente, está o principio da variabilidade das especies, da *hereditariedade* e da *seleção natural*” (Azevedo, 1876, p. 57).

Essa informatividade, didaticidade e persuasão que observamos como características estilísticas dessa conferência coadunam com o propósito sociocomunicativo de seu autor de informar, explicar e convencer seu auditório de assuntos considerados importantes para o debate sobre o domínio dos conhecimentos científicos nesse período.

### 5.3. CONSTRUÇÃO COMPOSICIONAL

Esse elemento do gênero está relacionado com a organização textual. Refere-se ao tipo de

estruturação e acabamento do enunciado. Por isso afirmamos que estamos diante de um gênero montado sob um ponto de vista e materializado composicionalmente de forma clara e objetiva, tendo em vista sua finalidade informativa, didática e convincente. Enquanto “articulações composicionais”, observamos, nessa conferência, a presença de relações dialógicas entre enunciados de diferentes esferas, a presença do discurso de outrem e uma marca forte do procedimento composicional que chamamos de didatização do discurso. No entanto, primeiramente, mostramos a organização da conferência em 3 partes básicas: introdução, desenvolvimento e conclusão, estrutura muito bem delineada e por que pode ser assim mostrada:

i) *Preâmbulo* - caracterizado pela saudação ao seu interlocutor/auditório, apresentação do tema e justificativa de sua presença nesse projeto. Diríamos que a introdução dessa conferência, com a apresentação, o pedido de desculpas pela demora em estar na tribuna, o anúncio do tema e a resistência da população em relação a tratar do tema anunciado, vai até o momento em que, caracterizados pela objetividade, ele questiona o auditório o que se entende por darwinismo e a partir aí inicia, de fato, sua a exposição. Como ilustração dessa afirmação, apresentamos os seguintes trechos:

(17)

Minhas senhoras, meus senhores,

O meu primeiro dever subindo a esta tribuna é pedir-vos que principeis desde já a afferecer-me a vossa benevolência, desculpando qualquer demora que tive, fazendo involuntariamente, esperar um auditorio tão ilustrado.

Se volto a esta tribuna, se venho novamente occupar a attenção de pessoas tão intelligentes, com um ponto de estudo de sciencias naturaes, é porque de ha muito estou convencido que é pela meditação perenne, pelo cultivo constante desse ramo dos conhecimentos humanos, que a instrucção popular, grandeza das nações, se hade elevar no seculo atual, chamado por Haeckel, o seculo das sciencias naturaes; acreditando pois na grande utillidade dos conhecimentos positivistas, volto para fallar-vos d'essas sciencias.” (Azevedo, 1876, p. 41)

(18)

Senhores, a teoria darwinista, exclusiva de historia natural, já fora prevista por alguns sábios antigos. Nos livros exparsos de vários philosophos naturalistas, encontramos os primeiros germens os primeiros ensaios dessa teoria.

Vejamos, porém, o que entende-se por darwinismo?” (Azevedo, 1876, p. 43)

ii) *Exposição semântico-objetal* - referente à exposição do assunto propriamente dito. Essa parte é caracterizada pela apresentação de argumentos na defesa de ponto de vista do autor sobre seu objeto de dizer. Essa argumentação, como já analisado no item anterior, gira em torno de dois centros de valor no que se refere à concepção de ciência e sua divulgação, visando a compreensão responsiva ativa por parte do auditório. Essa parte da construção composicional começa no momento em que o autor apresenta a definição de darwinismo, passa pelas leis que fundamentam as ciências-base que sustentam tal doutrina, expõe como tal doutrina é tratada nos mais variados países, apresenta os estudiosos que a ela se dedicaram, com destaque à figura de Charles Darwin – inclusive com uma mini biografia desse autor -, e vai até o momento em que ele encaminha para a conclusão, finalizando seus argumentos e anunciando o término da conferência. Os exemplos a seguir ilustram esses momentos que acabamos de citar do desenvolvimento da conferência:

(19)

O darwinismo, como diz Haeckel, não é mais do que um fragmento, uma parte dessa lei geral da interpretação dos fatos universaes; defini-lo-hei, portanto, assim: a theoria genealogica que sustenta que todos os organismos extinctos, existentes, futuros, e vegetaes ou animaes derivão-se de um pequeno numero de typos antepassados, excessivamente simples e transformados por uma evolução ou metamorphose gradativa por meio da selecção natural” (Azevedo, 1876, p. 43).

(20)

As quatro leis fundamentaes desta doutrina, excluindo as idéas das criações simultaneas adaptadas por Cuvier, que por tanto tempo reinarão na sciencia, são o resumo e synthese dessa theoria que todos os dias encontra novas demonstrações a favor dos principios que sustentã. Podem ser formulados do seguinte modo: 1<sup>a</sup> *luta pela existência*, 2<sup>a</sup> *variabilidade das especies*, 3<sup>a</sup> *hereditariedade* e 4<sup>a</sup> *seleção natural*” (Azevedo, 1876, p. 43, grifos do autor).

(21)

Uma das bases mais seguras do darwinismo é por certo a paleontologia, o estudo dos fosseis, quer animaes, quer vegetaes, sciencia, por assim dizer fundada por Cuvier, um dos maiores adversarios do darwinismo. Pelas idéas falsas que por tanto tempo prevalecerão a respeito dos fosseis, por acreditar-se que erão elles meros brincos da natureza, *lusus natura*, *nisus formativus*, *vis plastica*, ensaios das forças da natureza para formar organismos e esboços reprovados, por essa ignorancia explica-se o aparecimento da doutrina evolutiva só neste século” (Azevedo, 1876, p. 44, grifos do autor).

(22)

Percorrendo-se, a lista dos eminentes sabios da antiguidade, esses homens que com tão maravilhosa previsão e proficiencia, descobrirão tantas teorias, tantas doutrinas que as sciencias positivas dos seculos modernos têm confirmado, apenas se depara com um nome, o do fundador da escola eleatica, afirmando a idéa menos absurda ácerca dos fosseis que nada mais erão do que *vestigios de antigas existencias* (Azevedo, 1876, p. 44, grifos do autor).

(23)

Continuando o assumpto de minha conferencia, direi que desde então multiplicarão-se as investigações em todos os sentidos, vierão as excavações geologicas na Europa e na America, e surgirão milhões de provas a favor da doutrina darwinista (Azevedo, 1876, p. 53).

(24)

CARLOS ROBEREO DARWIN nasceu a 12 de fevereiro de 1809, em Shrewsbury, e tem hoje 65 annos. Tendo 17 annos de idade encetava sua carreira universitaria em Edimburgo, passando logo depois para Cambridge. Em 1831, tendo 22 annos, fazia parte de uma expedição scientifica enviada para estudar a America do Sul. Durante 5 annos C. Darwin observou o novo continente, e a relação de sua viagem a bordo do *Beagle* é de uma leitura muito attractiva e interessante sob o ponto de vista puramente scientifico; por ahi como que se vê a marcha da intelligencia de Darwin para a fundação de sua doutrina. A formação dos recifes de coral e a sua origem, a vida dos cirrhipedos e outros muitos pontos recebêrão dos estudos de Darwin viva luz, e a interpretação dos factos foi sempre de accordo com as leis naturaes” (Azevedo, 1876, p. 54, grifos do autor).

(25)

Eu desejava, se o tempo me não fosse tão escasso, apresentar-vos uma massa consideravel de argumentos, não meus, porque sou novel na sciencia, porém dos sabios, na demonstração de cada uma dessas quatro leis. Cada uma delas é assumpto mais que suficiente para uma longa e profunda conferencia de mestre. Se aqui venho fazer uma exposição tão rapida e imperfeita dessa doutrina; é porque além de me falharem os conhecimentos necessarios, o genero propria destas conferencias, a natureza mesmo dellas estão me ensinando a trilha que tenho marchado” (Azevedo, 1876, p. 61).

iii) *Fechamento* - marcada pela confirmação da finalidade sociocomunicativa do autor em seu projeto de dizer, explicitamente enunciado como objetivo de “convencimento” de seu interlocutor sobre o tema de sua preleção. Acompanhada dessa reafirmação, há a reiteração da importância da teoria darwinista para o conhecimento e educação da população, bem como seu ensino na academia, exaltação da ciência e, citando o discurso de outrem, finaliza valorizando a sua contribuição no projeto de divulgação do conhecimento e educação do povo (aliás, pilares arquitetônicos sustentadores do projeto discursivo das conferências).

(26)

Quiz hoje convencer parte do meu auditório, aquelles que nunca ouvirão falar no darwinismo, que esta é uma matéria que nada tem de assustadora, de revolucionaria ou de anti-religiosa, porém que é um ponto scientifico de historia natural, que merece serio e refletido estudo de todos aquelles que amão o progresso do seu paiz” (Azevedo, 1876, p. 61).

(27)

Deveria deixar-vos com a convicção dessa verdade ou ao menos chamar a vossa atenção pata tão importante assumpto, fiz apenas o que cabia na minha fraca palavra para provar-vos que não há razão para que no ensino oficial de nossas academias seja banida do programa a teoria darwinista (Azevedo, 1876, p. 61).

(28)

Como Newton, bem que eclypsado perante sua sabedoria, e sem querer-me comparar-me com aquele grande sábio, eu vos darei como ele aos que elogiavão suas obras: ‘Só apresento o resultado do estudo, sou como as crianças; nada mais fiz do que, ao pé de um oceano admirável, imenso, apanhar pequenas conchas; as mais preciosas, as mais custosas gemas essas lá estão no fundo desse oceano” (Azevedo, 1876, p. 63).

Como visto acima, essas são as principais características genéricas da conferência sobre o darwinismo no que se refere aos seus elementos constitutivos, na materialização linguística de um projeto de dizer dentro de uma determinada esfera de comunicação humana.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensador russo e seu Círculo desenvolveram reflexões extremamente pertinentes para se pensar e entender a linguagem e o homem, enquanto ser de linguagem. Dentre os muito conceitos e reflexões importantes empreendidos pelos estudiosos, defendemos a ideia de que o de *gênero discursivo* constitui elemento imprescindível na busca de uma compreensão do sujeito em sua relação com o outro e seu agir no mundo da vida, da arte e da ciência, através do discurso.

Dessa forma, a conferência aqui analisada, sob a lupa teórico-analítica da teoria dos gêneros discursivos, não pode ser concebida senão a partir de um ponto de vista extraposto, considerando seu movimento orientado para a pluralidade e fundado no dialogismo, pois por meio dele é que o mundo e seus sistemas de signos podem ser compreendidos, segundo a perspectiva filosófica bakhtiniana.

Esse dialogismo refere-se não somente à orientação filosófica do sistema teórico fundado por Bakhtin em relação à abordagem dialógica da linguagem, mas também pensando nas relações estabelecidas entre o discurso e seu contexto social, entre o enunciado e seu locutor e interlocutor, entre o projeto de dizer e os horizontes verboideológicos no qual está inserido, bem como entre os elementos constituintes do gênero, como o conteúdo temático, o estilo e a estrutura composicional.

Essas conferências da Glória são responsáveis pela organização e pelo acabamento do conjunto de signos que se manifestam no conjunto da cultura humana. Ao mobilizar relações entre aspectos internos (a exemplo de seus 3 elementos constituintes) e externos (sua relação com o mundo exterior, sistemas de valores e crenças etc.), essas conferências promovem uma elaboração de pontos de vista sobre educação/instrução no universo sociocultural em que estão inseridos.

#### REFERÊNCIAS

- Azevedo, A. C. M. (1876). Darwinismo: seu presente, seu passado, seu futuro. *Conferências Populares*. (Vol. 1). Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. De J. Villeneuve & C., pp. 41-63.
- Bakhtin, M. M.; Volochinov, V. N. (2009). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem*. (13a. ed.). Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_(2016). *Os gêneros do discurso. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra*. São Paulo: Editora 34, pp. 11-70.
- Carula, K. (2007). *As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Unicamp - Campinas.
- Cavalcante Filho, U. (2017). *A arquitetônica da divulgação científica nos enunciados das Conferências Populares da Glória (Séc. XIX)*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. FFLCH-USP, São Paulo.
- Conferências Populares. (1876). *Darwinismo: seu presente, seu passado, seu futuro*. (Vol. 1), Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. De J. Villeneuve & C., pp. 41-63.
- Grillo, S. V. de C. (2004). *A produção do real em gêneros do jornal impresso*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.
- \_\_\_\_\_(2012). Esfera e campo. In: Brait, B. *Bakhtin: outros conceitos-chave*. (2a. ed.). São Paulo: Contexto, pp. 133- 160.
- Massarani, L.; Moreira, I. de C. (2002). Aspectos históricos da divulgação científica do Brasil. In: Massarani, L.; Moreira, I. de C.; Brito, F. (Orgs.). *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, pp. 43-64.
- Medviédev, P. N. (2012). *O método formal nos estudos literários: a introdução crítica a uma poética sociológica*. Trad. Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto.



## O discurso publicitário ao serviço da construção da identidade no Estado Novo: o caso de *Mundo Gráfico*

**DUARTE,**  
**ISABEL MARGARIDA**  
iduarte@letras.up.pt

**MARQUES, ALDINA**  
mamarques@ilch.uminho.pt

**PINTO, ALEXANDRA**  
**GUEDES**  
mapinto@letras.up.pt

**PALAVRAS-CHAVE:**  
discurso publicitário;  
anúncios impressos;  
construção da identidade;  
revistas do *Estado Novo*;  
estratégias enunciativo-  
pragmáticas;  
género de texto.

**KEY-WORDS:**  
advertising discourse;  
print ads;  
identity construction;  
*Estado Novo* magazines;  
enunciative-pragmatic  
strategies;  
text genre.

Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal  
Investigadora e membro do Conselho Científico do Centro de Linguística da Universidade do Porto, Portugal

Professora auxiliar  
ILCH/CEHUM – U. Minho

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal  
Investigadora e membro do Conselho Científico do Centro de Linguística da Universidade do Porto, Portugal

**RESUMO:** O discurso publicitário é simultaneamente um reflexo do contexto em que é produzido e um agente de mudança sobre o mesmo. No presente estudo, analisamos o discurso publicitário na revista *Mundo Gráfico* com o propósito de identificar alguns aspetos da identidade portuguesa no tempo do *Estado Novo*, nomeadamente da identidade nacional e da identidade individual, do homem e da mulher portugueses de então. Simultaneamente, foi nosso propósito identificar as estratégias discursivas envolvidas na construção destas identidades, em particular as estratégias de natureza enunciativo-pragmática, tais como a identificação das vozes enunciativas em diálogo nos anúncios. Ainda, olhamos para os anúncios como manifestações textuais de um género, identificando sumariamente algumas das suas características.

**ABSTRACT:** Advertising discourse is both a reflection of the context in which it is produced and an agent of change upon it. In the present study, we analysed the advertisements in the magazine *Mundo Gráfico* with the purpose of identifying some aspects of the Portuguese identity of the regime *Estado Novo*, namely the national identity and the individual identity, of the Portuguese man and woman of that time. Simultaneously, it was our purpose to identify the discursive strategies involved in the construction of these identities, in particular strategies of an enunciative-pragmatic nature, such as the identification of the enunciative voices in dialogue in the advertisements. Still, we looked at ads as textual manifestations of a genre, briefly identifying some of their characteristics.

## 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, relacionaremos a publicidade de alguns números da revista *Mundo Gráfico* com a sociedade do Portugal coevo, quer através da análise das vozes discursivas presentes nos anúncios quer da consideração dos destinatários dos mesmos e dos objetos de discurso neles construídos. Analisaremos, ainda, a diversidade composicional e a organização enunciativa e pragmática dos anúncios estudados.

Os anúncios publicitários impressos são entidades semióticas híbridas, onde confluem e estreitamente interagem processos comunicativos diversos, entre os quais, a linguagem gráfica, a imagem, a linguagem verbal, sendo, simultaneamente, entidades fortemente vinculadas do ponto de vista pragmático.

Estes vínculos contextuais marcam os textos nos seus diversos níveis de estruturação, conferindo-lhes um “ar de família” e a pertença a um género definido.

De facto, tendo em mente as oito componentes que J.M. Adam (2001) propõe para a diferenciação de um género de texto, verificamos que o anúncio publicitário impresso exhibe marcadores prototípicos em todas elas, desde o nível composicional, com uma estrutura relativamente prototípica, aos níveis enunciativo e pragmático, com sequências textuais predominantes, situadas entre o descritivo e o argumentativo, e um locutor comprometido com o elogio e a recomendação de uma determinada marca ou produto; até ao nível semântico, sempre referente ao produto ou marca publicitados, aos níveis paratextuais, metatextuais e, finalmente, ao nível micro-linguístico, com regularidades lexicais e gramaticais assinaláveis.

Embora o nosso objetivo nesta reflexão não seja o de verificar em que medida os anúncios recolhidos no corpus em estudo cumprem os parâmetros de género<sup>1</sup>, podemos confirmar que, com algumas oscilações de que daremos conta ao longo do nosso trabalho, todos eles partilham determinadas características composicionais, enunciativas e pragmáticas que nos habilitam a reconhecê-los como manifestações textuais do género ‘anúncio publicitário impresso’.

1. Este estudo sobre o comportamento dos anúncios, na revista *Mundo Gráfico* e noutras revistas congêneres e coevas, enquanto manifestações textuais de um género ficará para um momento posterior da nossa pesquisa. Para um momento posterior ficará também a análise da evolução do género textual em causa ao longo do tempo.

2. A revista está disponível online em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/> Trata-se de uma revista de periodicidade quinzenal, editada entre 1940 e 1945, sob o financiamento dos Aliados, publicada, portanto, durante a Segunda Guerra Mundial, num contexto em que Portugal procurava manter a neutralidade num conflito que dividiu o mundo. A este vínculo com uma das fações da guerra que, por si só, faz prever a veiculação de um conteúdo de propaganda pró-Inglaterra e pró-aliados, acresce, ainda, o filtro da censura exercida sobre a mesma pela Comissão de Censura do Secretariado de Propaganda Nacional do regime do Estado Novo.
3. Com estas ações de propaganda, os países envolvidos no conflito mundial procuravam o apoio dos países neutros. De facto, estas publicações periódicas faziam parte do programa de propaganda dos países do eixo e dos países aliados em Portugal (Telo, 1990: 36) e, como tal, recebiam financiamento destes.

Todavia, é relevante acrescentar que a distância cronológica que separa a data de publicação dos anúncios em análise e a atualidade torna justificáveis as diferenças entre as publicidades de então e as publicidades de hoje. Destaca-se, como veremos adiante, a irregularidade estrutural presente nos anúncios tratados, indício de alguma imaturidade do género.

Numa outra perspetiva, o discurso é uma prática social, funcionando como um espelho de um dado contexto. Por este motivo, ele permite-nos reconstituir uma parcela do período histórico em análise. Por outro lado, ainda, o discurso é um agente de intervenção sobre o contexto. De facto, as publicações impressas foram, à data, um discurso de propaganda do Estado, ativas no recorte e defesa de uma determinada identidade individual e da nação. Estudar as estratégias de construção discursiva destas identidades está também no centro do nosso trabalho.

## 2. CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E OBJETIVOS

O trabalho que apresentamos insere-se num projeto mais global de análise da construção da identidade portuguesa nas revistas do Estado Novo, durante o período da II Guerra Mundial. Para a corrente análise, considerámos as primeiras 8 edições da Revista *Mundo Gráfico* publicadas entre outubro de 1940 e janeiro de 1941, e disponíveis na hemeroteca de Lisboa.<sup>2</sup>

O quadro político e social da Ditadura e da II Guerra Mundial condicionou as publicações jornalísticas da época e levou à criação de revistas de propaganda, de que são exemplo a revista *Mundo Gráfico*, assumidamente pró-aliados, e a revista *Esfera*, de tendência pró-eixo, mas sempre no quadro da ideologia nacionalista de Salazar (Barros, 1989).

Na revista *Mundo Gráfico*, inspirada na revista espanhola homónima, publicada entre 1911 e 1938 e financiada pelos países aliados<sup>3</sup>, o tema recorrente é a supremacia da Inglaterra (mais do que dos Aliados) no conflito internacional (Duarte, Marques & Pinto, 2016).

Esta orientação pró-Inglaterra está também muito presente nos anúncios publicitários da revista e testemunha a ligação estreita entre o contexto social-político-histórico, a ideologia e a publicidade.

De acordo com os objetivos do projeto internacional, *Memità*, em que o presente estudo se integra, visando estudar o papel da imprensa periódica na criação, manutenção ou contestação da identidade de um regime totalitário<sup>4</sup>, pretendemos, neste trabalho, abordar a publicidade na relação com as “formas de vida” características da sociedade portuguesa durante a Ditadura do Estado Novo, a partir da análise da construção discursiva dos anúncios publicitários, com atenção particular à sua estrutura composicional e à sua organização enunciativo-pragmática.

### 3. A SOCIEDADE PORTUGUESA E A PUBLICIDADE NA REVISTA MUNDO GRÁFICO

#### 3.1. A IMPLANTAÇÃO DA PUBLICIDADE NA REVISTA MUNDO GRÁFICO E NA SOCIEDADE PORTUGUESA

A análise dos anúncios publicitários nestes oito números iniciais da revista Mundo Gráfico permitiu-nos, com efeito, isolar três características relativas ao ambiente social e a comportamentos comerciais, típicos da sociedade portuguesa da época, de que o anúncio na imagem 1 é exemplo, nomeadamente:

1. Os anúncios referem apenas atividades económicas, sobretudo de tipo comercial, sediadas em Lisboa e Porto. Isso permite-nos colocar como uma hipótese forte que a publicidade dá conta de um desnível económico e social existente entre as duas metrópoles e a chamada *província*.

2. É clara a imagem de um Portugal virado para as colónias, sobretudo para África, nomeadamente ao nível dos transportes.

4. Memita é um acrónimo da designação *Memory, Identity, Integration to identify analysis models in media communication*, identificando uma rede que reúne estudos elaborados em vários países da Europa sobre a função da imprensa na constituição das identidades individual, grupal e nacional no passado e no presente. No âmbito desta rede, foram já apresentados trabalhos (Sinatra, 2015 e Prestigiacomo, 2016) que desmontaram como, em determinados períodos históricos, o poder político se serve da imprensa para difundir o seu discurso ideológico, como instrumento estratégico de auto-legitimação e de auto-propaganda.

3. Os contactos internacionais, fora de África, revelados por esta revista, estavam, à época, centrados em Inglaterra (senão mesmo limitados e esta “velha aliada”).<sup>5</sup>

5. Estes resultados são obviamente provisórios, dada a necessidade de alargar a análise aos outros números da revista e, também, de realizar uma análise comparativa da publicidade na revista *Esfera*, marcadamente pró-Eixo, como referido acima.



Figura 1 – Anúncio “Companhia Nacional de Navegação”

No que concerne ao lugar ocupado pela publicidade nos diferentes números da revista, os exemplares analisados não incluem, em geral, muitos anúncios publicitários, mas é evidente que se trata de uma área em expansão, que cresce, ocupa mais espaço e é mais diversificada

DUARTE, ISABEL MARGARIDA, MARQUES, ALDINA & PINTO, ALEXANDRA GUEDES; O DISCURSO PUBLICITÁRIO AO SERVIÇO DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NO ESTADO NOVO: O CASO DE MUNDO GRÁFICO

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 6 ANO 2017, PP. 97-117

à medida que mais números da *Mundo Gráfico* são publicados, o que tem que ver com a implantação progressiva da revista, que, por conseguinte, ganha mais atratividade em termos comerciais.

Ressalte-se que o primeiro número da revista tem apenas um anúncio, mas de página inteira, dedicada à British Airways. Se a exiguidade quantitativa da publicidade é flagrante, o mesmo não se pode afirmar quanto ao seu valor simbólico, dado ser um anúncio sobre uma companhia aérea inglesa, que estará presente em todos os números da revista a inaugurar o espaço publicitário da mesma.



Figura 2 – Anúncio publicitário “British Airways”

Nos números seguintes, é a própria revista que se apresenta como uma mais-valia, anunciando os seus espaços publicitários, em função da tiragem da revista; da abrangência do público leitor e ainda da qualidade da apresentação gráfica dos anúncios, como fica patente no anúncio abaixo:



Figura 3 – Anúncio publicitário “Mundo Gráfico”

### 3.2. DIVERSIDADE COMPOSICIONAL E PLANO TEXTUAL DOS ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS

No que concerne às características dos anúncios, importa ressaltar as diferenças que os mesmos apresentam quando comparados com anúncios atuais, em parâmetros como a dimensão composicional, em particular no que concerne à estrutura e ao aspeto gráfico

Face a uma estrutura global ou plano de texto, prototipicamente constituída por título ou headline, imagem, corpo do texto, texto de argumentação ou body-copy e linha de assinatura (baseline ou slogan + logótipo) (Pinto, 2012: 142), os anúncios em análise salientam-se pela diversidade de estruturas.

A variabilidade dos planos textual e composicional atesta a pouca fixação do género à época. Com efeito, a fraca, quando não inexistente, ritualização testemunha que estamos perante um género em constituição.

Verificamos, a partir da análise dos anúncios da revista *Mundo Gráfico*, que a estrutura, hoje tida como prototípica, tendencialmente, não é cumprida. Disso mesmo são exemplo os seis anúncios abaixo apresentados, onde não existem, ou têm pouco destaque, o título ou *headline*, a imagem, o corpo do texto/ texto de argumentação ou *body-copy* ou, ainda, a linha de assinatura, constituída por *baseline* ou *slogan* + logótipo.

Com efeito, estes exemplares representam um protótipo básico de anúncio, existente à data, constituído, maioritariamente, por sequências descritivas curtas e por atos assertivos de identificação do produto, identificação da marca e dos locais de venda dos mesmos. A componente imagética está quase totalmente ausente destes anúncios, excetuando os casos em que ocorre o logótipo da marca.

Aliás, tendo em consideração todos os anúncios até este momento transcritos, verificamos que apenas o da British Airways (Figura 2) se assume como semelhante aos dos nossos dias, com uma estrutura completa em termos de elementos prototípicos (título; imagem; corpo de texto; slogan e logótipo) e uma combinação de sequências textuais descritivas e instrucionais-diretivas. As primeiras incluem atos expressivos de elogio (“os meios de transporte mais modernos”; “o mais antigo aliado da Grã-Bretanha”; “É simples, confortável e conveniente.”) e as segundas, atos diretivos de recomendação (“Viagem de avião.”). Já no anúncio da Companhia Nacional de Navegação (Figura 1), por exemplo, não só falta a imagem, na componente estrutural, como, em termos enunciativo-pragmáticos, constatamos que o texto é composto por uma sequência de segmentos descritivos e narrativos onde faltam o elogio ao produto e o apelo ao seu uso, sendo o adjetivo “rápido” a única marca de encarecimento encontrada.

Anúncio Publicitário, 10 de Novembro de 1920

<p><b>Garland, Laidley &amp; C.<sup>o</sup>, Limited</b>                  ESTABELECIDOS HÁ MAIS DE UM SÉCULO                  Agência Geral em Portugal das seguintes Companhias de Navegação:</p> <table style="width: 100%; font-size: x-small;"> <tr> <td>Blue Star Line</td> <td>East Line</td> </tr> <tr> <td>Bremer Line</td> <td>General White Star Line</td> </tr> <tr> <td>Furness, Withy &amp; C.<sup>o</sup> Ltd.</td> <td>Lanport &amp; Holt Line</td> </tr> <tr> <td>United Fruit C.<sup>o</sup></td> <td>Yarrow Line</td> </tr> </table> <p>Tel. do Corpo Santo, 10, 2.<sup>o</sup> LISBOA      R. Infante D. Henrique, 131 PORTO</p>	Blue Star Line	East Line	Bremer Line	General White Star Line	Furness, Withy & C. <sup>o</sup> Ltd.	Lanport & Holt Line	United Fruit C. <sup>o</sup>	Yarrow Line	<p><i>Peçam</i>  <b>Gonzalez - Byass</b>  <i>Vinhos e Aguardentes do Gers</i>  <i>Vinhos do Porto</i></p> <table style="width: 100%; font-size: x-small;"> <tr> <td>                 Vinhos                  C. de Foz                  American                  A. B.                  B. B.                  Colina 1840             </td> <td style="border-left: 1px solid black; padding-left: 5px;">                 Vinhos             </td> </tr> <tr> <td>                 Aguardentes                  J. G. G.                  J. G. G.                  J. G. G.             </td> <td style="border-left: 1px solid black; padding-left: 5px;">                 Aguardentes                  B. B. B.             </td> </tr> <tr> <td>                 Vinhos do Porto                  Superior Quality                  Special Quality                  Port in Sight                  Old Port             </td> <td style="border-left: 1px solid black; padding-left: 5px;">                 Vinhos do Porto             </td> </tr> </table> <p style="text-align: center; font-size: x-small;"><i>Depositaristas:</i></p> <p><b>GARLAND, LAIDLEY &amp; C.<sup>o</sup> LTD.</b>                  10, Travessa do Corpo Santo — LISBOA                  (Telefone 2 3211)</p>	Vinhos C. de Foz American A. B. B. B. Colina 1840	Vinhos	Aguardentes J. G. G. J. G. G. J. G. G.	Aguardentes B. B. B.	Vinhos do Porto Superior Quality Special Quality Port in Sight Old Port	Vinhos do Porto
Blue Star Line	East Line														
Bremer Line	General White Star Line														
Furness, Withy & C. <sup>o</sup> Ltd.	Lanport & Holt Line														
United Fruit C. <sup>o</sup>	Yarrow Line														
Vinhos C. de Foz American A. B. B. B. Colina 1840	Vinhos														
Aguardentes J. G. G. J. G. G. J. G. G.	Aguardentes B. B. B.														
Vinhos do Porto Superior Quality Special Quality Port in Sight Old Port	Vinhos do Porto														
<p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;"><b>The Liverpool &amp; London &amp; Globe Insurance Co. Ltd.</b>  <i>Companhia de Seguros Seguros, estabelecida em Portugal há mais de 90 anos.</i>  <b>"Seguros contra incêndio e outras rasuras"</b>  <i>Agência Geral em Portugal:</i>                  10, Travessa do Corpo Santo, 2.<sup>o</sup> Lisboa</p>	<p style="text-align: center;"><b>A VOZ DE LONDRES</b>                  Os seus conteúdos e as correspondências de cada dia variam com o dia, de 10, em português e em francês, são as seguintes:</p> <p style="text-align: center; font-size: x-small;"><b>EM LINGUA PORTUGUESA</b></p> <table style="width: 100%; font-size: x-small;"> <tr> <td>                 Preço de Lisboa                  1.000\$ 000                  1.000\$ 000                  1.000\$ 000             </td> <td>                 Preço de Lisboa                  1.000\$ 000                  1.000\$ 000                  1.000\$ 000             </td> <td>                 Preço de Lisboa                  1.000\$ 000                  1.000\$ 000                  1.000\$ 000             </td> </tr> </table> <p style="text-align: center; font-size: x-small;"><b>EM LINGUA FRANCESA</b></p> <table style="width: 100%; font-size: x-small;"> <tr> <td>                 Preço de Lisboa                  1.000\$ 000                  1.000\$ 000                  1.000\$ 000             </td> <td>                 Preço de Lisboa                  1.000\$ 000                  1.000\$ 000                  1.000\$ 000             </td> <td>                 Preço de Lisboa                  1.000\$ 000                  1.000\$ 000                  1.000\$ 000             </td> </tr> </table>	Preço de Lisboa 1.000\$ 000 1.000\$ 000 1.000\$ 000													
Preço de Lisboa 1.000\$ 000 1.000\$ 000 1.000\$ 000	Preço de Lisboa 1.000\$ 000 1.000\$ 000 1.000\$ 000	Preço de Lisboa 1.000\$ 000 1.000\$ 000 1.000\$ 000													
Preço de Lisboa 1.000\$ 000 1.000\$ 000 1.000\$ 000	Preço de Lisboa 1.000\$ 000 1.000\$ 000 1.000\$ 000	Preço de Lisboa 1.000\$ 000 1.000\$ 000 1.000\$ 000													
<p style="text-align: center;"><b>GUILHERME GRAHAM JÚNIOR &amp; C.<sup>o</sup></b></p> <p style="text-align: center; font-size: x-small;">R. dos Fanqueiros, 7 LISBOA      R. das Clérigas, 6 PORTO                  DATA DA FUNDAÇÃO 1868      DATA DA FUNDAÇÃO 1868</p> <table style="width: 100%; font-size: x-small;"> <tr> <td>Fábrica do Bon Vista;</td> <td>Tecidos e Brinquedos</td> </tr> <tr> <td>Fábrica do Brço de Prata;</td> <td>Sabonaria, Tinturaria, etc.</td> </tr> <tr> <td>Fábrica do Abalhoira;</td> <td>Papelão e Cartões</td> </tr> </table> <p style="text-align: center; font-size: x-small;">OS ARTESãos FABRICADOS NAS NOSSAS FÁBRICAS ENCONTRAM-SE EM EXPOSIÇÃO NO NOSSO PAISAGEM NO SECTOR COMERCIAL E INDUSTRIAL DA REPUBLICA SÃO PRESENCIA DO MUNDO PORTUGUES</p> <p style="text-align: center; font-size: x-small;">Agência em Portugal e Colónias para o Vinho de Porto <b>GRAHAM</b> do Vinho D.<sup>o</sup> e <b>JOSÉ GRAHAM &amp; C.<sup>o</sup></b>, de Vila Nova de Gaia</p>	Fábrica do Bon Vista;	Tecidos e Brinquedos	Fábrica do Brço de Prata;	Sabonaria, Tinturaria, etc.	Fábrica do Abalhoira;	Papelão e Cartões	<p style="text-align: center;"><b>MUNDO GRÁFICO</b>                  Revista de actualidades nacionais e internacionais</p> <p style="text-align: center; font-size: x-small;"><b>ASSINATURAS</b></p> <table style="width: 100%; font-size: x-small;"> <tr> <td>12</td> <td>números</td> <td>18000</td> </tr> <tr> <td>24</td> <td>números</td> <td>36000</td> </tr> </table> <p style="text-align: center; font-size: x-small;">Pedidos e Administração:                  Rua J. S. Nunes, 88-9.<sup>o</sup> Telef. 95549 LISB</p>	12	números	18000	24	números	36000		
Fábrica do Bon Vista;	Tecidos e Brinquedos														
Fábrica do Brço de Prata;	Sabonaria, Tinturaria, etc.														
Fábrica do Abalhoira;	Papelão e Cartões														
12	números	18000													
24	números	36000													

Figura 4 – Anúncios publicitários da revista “Mundo Gráfico”

O anúncio da Shell, a seguir apresentado, apenas exhibe a marca e uma legenda relativa ao produto em divulgação, reduzindo-se estas sequências descritivas à identificação do produto e das suas funcionalidades.

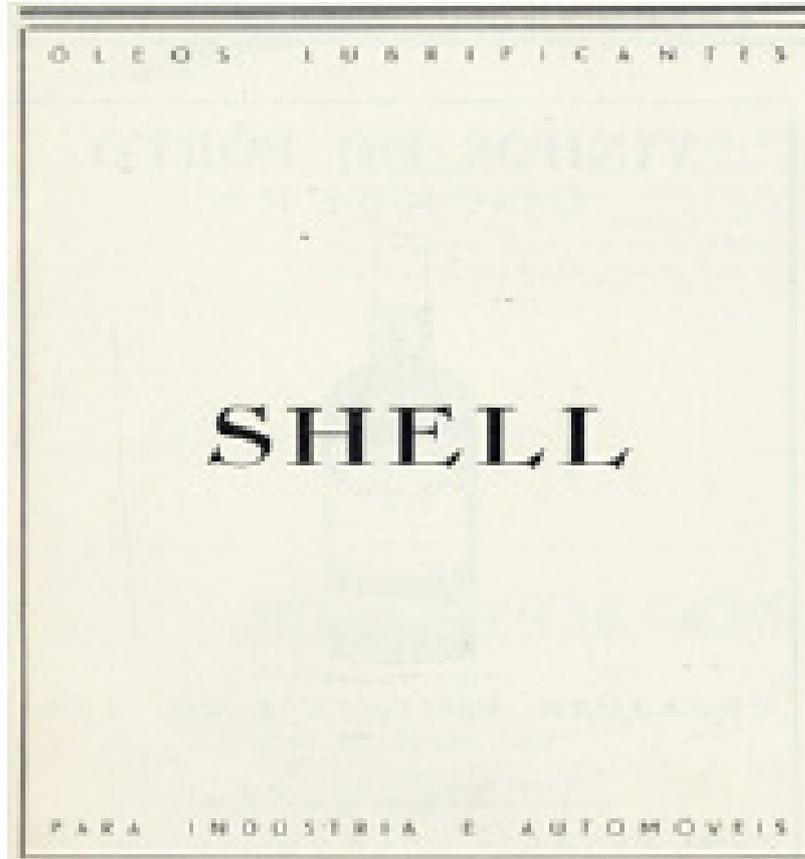


Figura 5 – Anúncio publicitário “Shell”

Da diversidade de composições e de planos atestados, os de cosméticos e produtos medicinais contrastam claramente com todos os outros anúncios que assumem uma estrutura muito sintética e com quase total ausência do designado “corpo do texto” ou “texto de argumentação”.

Nesta classe de anúncios, ao contrário, a imagem é reduzida ao mínimo e o texto é, normalmente, longo.

Com efeito, como se torna visível nos exemplos registados abaixo, a componente estrutural dos anúncios revela algum carácter híbrido que aproxima os textos de algo como o folhetim (que, aliás, lhes fica próximo, na paginação da revista). Nestes casos torna-se mais clara uma função de sedução dos anúncios, por meio desta interdiscursividade que situa o texto entre a informação, a bula de farmácia e um texto narrativo ficcional com uma clara intenção de (co) agir sobre a leitora (“O mistério da mulher que nunca envelhece”; “Dorme que eu velo”; “Jamais sardas. Uma tez de lírio”).



Figura 6 – Anúncios publicitários de cosméticos e produtos medicinais

A mulher idealizada, destinatária preferencial da revista e destes anúncios concretos, parece estar destinada à leitura de narrativas suaves de entretenimento, das quais o género anúncio publicitário, nestes casos, se aproxima.

### **3.3. ORGANIZAÇÃO ENUNCIATIVA E PRAGMÁTICA DOS ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS**

Centramo-nos, agora, em alguns aspetos da organização enunciativo-pragmática dos anúncios publicitários que fornecem pistas sobre o enquadramento contextual da sociedade da época.

#### **3.3.1. TIPOS DE PRODUTOS E DESTINATÁRIOS DOS ANÚNCIOS**

A consideração da totalidade do corpus permite concluir que há um claro predomínio de publicidade orientada para um segmento-alvo masculino. Tal facto é inferível a partir do tipo de produtos anunciados: óleos, carros, petróleo (Sacor, Shell), motores, seguros, vinhos (Cockburns; Gonzalez-Byass; Sandeman), relógios, máquinas de escrever, companhias de navegação, empresas de transportes (Companhia Nacional de Navegação; CP; Caminho de Ferro de Benguela; navios ingleses, transitários), com um nítido predomínio de companhias inglesas (British airways, Garland (navegação)), seguros ingleses, entre outros.

A prevalência deste tipo de anúncios permite-nos considerar que este é, por defeito, o público-alvo da revista. Quer a vertente verbal, quer a vertente icónica dos anúncios, reforçam a construção preferencial de um mundo masculino.



Figura 7 – Anúncio publicitário “Vinhos do Pôrto”

No polo oposto a estas categorias de anúncios, e em muito menor número, estão os anúncios que têm o segmento feminino como alvo (Belo et al, 1987). Constituem, por isso, uma categoria marcada, tipicamente enquadrada em páginas femininas e com especificidades próprias.



Figura 8 – Anúncio publicitário “Motor”

De facto, para o segmento-alvo feminino há poucos anúncios e quase todos são da área da cosmética: o creme d’Argy, o Biocel creme; a Cera Asptine.

Como salientámos, a propósito das características composicionais, estas peças assemelham-se mais a conteúdos editoriais, constituindo exemplos daquilo a que hoje chamaríamos infopublicidade.

A especificidade dos dois tipos de público é tida em conta de forma explícita: por vezes, o mesmo produto (para o aparelho digestivo, por exemplo) é endereçado a um público feminino ou a um masculino (sente-se cansado? / sente-se cansada?), uma distinção feita não só a nível verbal mas também icónico.

Contudo, as categorias não são estanques, como não é estanque a organização da sociedade por interesses e comportamentos masculinos ou femininos, e por isso há todo um conjunto de anúncios para um segmento-alvo mais indiferenciado: Fábrica de Louças Sacavém (louças tipo

azulejos); Rádio voz de Londres; Chocolate em pó (Mitzi); Medicamentos (laxantes; Kruschen, tipo digestivo / laxante).

Apesar de, por vezes, encontrarmos já enunciados muito próximos dos que atualmente ocorrem no discurso publicitário congénere, como é o caso dos enunciados interrogativos, mostrando, pois, a ocorrência de fórmulas frásicas de grande atualidade:

(1) Sente-se cansada para a tarde? (Laxante Kruschen)

(2) Mal disposto depois de uma boa refeição? (Laxante Kruschen),

outras passagens seriam impensáveis nos dias de hoje, por conterem lexemas atualmente considerados palavras-tabu. É o caso no exemplo seguinte: “Evacua com regularidade?”.

Estas características mostram que certas palavras relativas a funções biológicas parecem ter adensado, com o passar do tempo, o seu estatuto de tabu. No *corpus* em análise, é saliente que, na abordagem de tais assuntos, a atenuação não é uma estratégia frequente. Constata-se que, embora os anúncios se aproximem, por vezes, do formato *bula de farmácia*, sobretudo na publicidade a medicamentos, noutros momentos a explicitação crua de algumas mazelas não seria hoje enunciável.<sup>6</sup>

6. Uma análise comparativa de anúncios a produtos semelhantes atuais poderá trazer resultados interessantes para compreender a relação entre publicidade e esfera privada.

### 3.3.2. MECANISMOS LINGÜÍSTICOS DE CONSTRUÇÃO DAS VOZES DISCURSIVAS E DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

No tipo de discurso em estudo, o discurso publicitário, e no género de texto em análise, o anúncio de imprensa, *Locutor* e *Alocutário* estão, normalmente, inscritos na superfície do texto, de acordo com diferentes modalidades. Determinámos, neste *corpus*, dois tipos de situação enunciativa:

(a). Apagamento da fonte enunciativa e do destinatário-leitor:

Nos anúncios da revista *Mundo Gráfico*, a maior parte não contém a identificação da fonte de enunciação, nem texto dirigido ao leitor. Com frequência, os “slogans” e os textos são informações secas sem apelo ao destinatário (veja-se acima as figuras 1 ou 5 como exemplo).

Uma outra estratégia passa pelo recurso à terceira pessoa verbal. O enunciador esconde-se por detrás de um discurso impessoal, que enuncia uma espécie de verdade geral (ainda que contingente à situação de enunciação do anúncio), isto é, a sua voz parece confundir-se com a “voz do mundo” (Fonseca, 1992: 340), assumindo a legitimidade e credibilidade que esta possui e instaurando, por esta via, uma relação locutor/alocutário mais distante e um processo de persuasão mais indireto, mas talvez mais eficaz, dada a legitimidade da voz posta em cena.

A “voz de mundo”, a *doxa*, fala através de provérbios e de máximas, colocando-as ao serviço do elogio da marca.

(3) Tempo é dinheiro. (Relógios Eterna)

(4) Os velhos amigos são os melhores. (British Airways)

As frases nominais, ainda sem fonte de enunciação expressa, mas que funcionam como frases atributivas de uma marca/produto, tendo, frequentemente, a função de complemento do nome atributivo que se segue à designação do produto, constituem uma outra forma de apagamento dos interlocutores. Sobressai, assim, o valor pragmático dos slogans como ato expressivo de elogio.

Para tal concorrem mecanismos linguísticos específicos onde se salientam os adjetivos atributivos superlativados e complementos nominais que atribuem qualidades positivas ao produto (“o mais curto caminho”; “de primeira qualidade”):

- (5) Estabelecidos há mais de um século (Companhia de navegação inglesa)
- (6) O mais curto caminho entre a Europa e a África Central (Caminho de Ferro de Benguela)
- (7) Linha rápida da África Ocidental e Oriental (Companhia Nacional de Navegação)
- (8) Artigos de primeira qualidade (Louças de Sacavém);
- (b). Presença do locutor e do destinatário-leitor:

É através da dêixis pronominal que o locutor se mostra no discurso de modo privilegiado. Assim, está presente em diferentes anúncios um enunciador que se materializa num “nós” gramatical:

- (9) A Voz de Londres. Os **nossos** horários e os cumprimentos de onda dos noticiários da BBC, em português e em francês, são os seguintes (...)
- (10) Os artigos fabricados nas **nossas** fábricas encontram-se em exposição no **nosso** pavilhão.

Esta é uma instância do “Nós não-inclusivo” que fala em nome da marca ou do produto.

No que concerne ao destinatário-leitor, a sua interpelação direta ocorre apenas em alguns anúncios, tornando assim menos frequentes os atos ilocutórios diretivos diretos de conselho, recomendação, sugestão... tão prototípicos do discurso publicitário atual.

Quando surgem estas interpelações diretas ao destinatário, são usadas formas de tratamento verbais de 3ª pessoa do singular ou do plural:

- (11) *Peçam* González-Byass. (González-Byass)

(12) *Viage* [sic] de avião. (British Airways)

(13) *Faça* do Eterna o seu companheiro fiel. (Relógios Eterna)

(14) Para conhecer Portugal, *consulte* a CP.

Muito excepcionalmente, o destinatário é tratado na 2ª pessoa do singular:

(15) *Dorme*, que eu velo.

Destaca-se, neste âmbito, um anúncio em particular, pelo uso do pronome pessoal de 2ª-5ª pessoa do plural, “vós”, sinal de uma forma pronominal que tem atualmente uma utilização restrita e limitada, em termos dialetais e discursivos, que não inclui o discurso publicitário.

(16) *Enviai*-nos os vossos clichés. (Concurso Fotográfico Mundo Gráfico)

Sobressai, ainda, a ocorrência de formas de tratamento deferentes (Vossa Senhoria (17), Vossa Excelência (18)), usadas atualmente em situações institucionais muito formais, mas não, mais uma vez, no discurso publicitário:

(17) Viage de avião – é rápido, confortável e conveniente - e reflete a importância de V. S. e do seu negócio. (British Airways)

(18) Alimenta e rejuvenesce a pele durante o sono. *V. Exa.* levantar-se-ha cada manhã mais rejuvenescida.

Estes usos, ao serviço de estratégias de sedução, dão conta de relações interpessoais muito formais, características, certamente, da sociedade portuguesa altamente estratificada da época e, simultaneamente, fornecem dados importantes sobre a identidade social do público-alvo da revista, pertencente a uma classe social alta, que viaja de avião, consome bebidas caras ou, no caso das mulheres, se preocupa com o seu visual, usando produtos de cosmética sofisticados.

#### 4. CONCLUSÕES

Este estudo preliminar permitiu-nos elencar algumas características da publicidade impressa, à época, e verificar a heterogeneidade e instabilidade do género *anúncio publicitário* de então.

Foi, ainda, possível individualizar, a partir da construção publicitária, alguns traços da sociedade portuguesa ao nível da sua identidade comercial, política, social e de género. Assim, verificamos que a publicidade mostra uma sociedade epicentro de um império colonial, de que a revista se faz, aliás, eco, marcada por relações preferenciais com a Inglaterra e as Colónias; uma sociedade fortemente estratificada e formal e com uma diferenciação de género fortemente acentuada.

Foi também possível perceber, pela identificação dos produtos publicitados, a constituição do público preferencial da revista.

Em termos de eixos de pesquisa futuros, o confronto dos dados selecionados tornou evidente a necessidade da continuação da pesquisa, relativamente a questões como: o papel da publicidade na construção da identidade individual (feminina e masculina), grupal e nacional da época; a perspetiva comparativa entre os anúncios dos primeiros anos e dos últimos anos de publicação da revista e entre os anúncios da época e os da atualidade, no sentido de estudar a evolução que o género textual experimentou; a comparação entre os anúncios nas revistas *Mundo Gráfico* e *A Esfera*, dada a diferença de orientação ideológica das duas publicações e, ainda, entre os anúncios portugueses e os de outros países com regimes afins, como a Espanha ou a Itália.

#### REFERÊNCIAS

Adam, J.-M. (2001). En finir avec les types de textes. In M. Ballabriga (Org.). *Analyse des discours. Types et genres: Communication et interprétation*. Toulouse: EUS. 25-43

Barros, J. (1989). «Anglofilia e germanofilia em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial», M. Carrilho et al. (eds.), *Portugal na Segunda Guerra Mundial: contributos para uma reavaliação*, Lisboa: Dom Quixote, 91-136.

Belo, M., Alão, A. P., Cabral, I. (1987). O Estado Novo e as mulheres. *O Estado Novo - Das Origens ao Fim da Autarcia*, 1926-1959, vol. 2, Lisboa, Fragmentos, 263-279.

Duarte, I. M. Marques, M. A. & Pinto, A. (2016). La seconda guerra mondiale e la costruzione dell'identità portoghese nelle riviste dell'Estado Novo C. Prestigiacomo (Ed), *Identità, Totalitarismi E Stampa. Ricodifica linguistico-culturale dei media di regime*. pp83-100. Palermo: Palermo University Press.

Fonseca, Joaquim, (1992). *Linguística e texto/Discurso: Teoria, Descrição, Aplicação*. Lisboa: ICALP.

Pinto, A. G. (2012). Estrutura, argumentação e coesão nos textos publicitários: perspectivas de abordagem na aula de língua materna. *REDIS: Revista de Estudos do Discurso*, nº 1. pp. 141-165.

Prestigiacomo, Carla, a cura di, (2016). *Identità, totalitarismi e stampa. Ricodifica linguistico-culturale dei media di regime*. Palermo: Palermo University Press.

Sinatra, Chiara, a cura di, (2015). *Studi su Legioni e Falangi/Legiones y Falanges Una Rivista d'Italia e di Spagna*. Bern: Peter Lang.

Telo, António José (1990). *Propaganda e Guerra Secreta em Portugal (1939-45)*. Lisboa: Perspectivas e Realidades.

#### FONTES DOCUMENTAIS

Revista *Mundo Gráfico*

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MundoGrafico/MundoGrafico.htm>



## O poder do discurso: emoções no quadro de uma consulta referendária<sup>1</sup>

**GIL, ISABEL FUZETA**  
itmgil@sapo.pt  
uc41185@uc.pt

**PALAVRAS-CHAVE:**  
argumentação;  
argumentabilidade das  
emoções;  
patemização;  
emoção;  
*pathos*.

**KEY-WORDS:**  
argumentation;  
argumentability of emotions;  
pathemization;  
emotion;  
*pathos*.

Universidade de Coimbra  
C.E.L.G.A. - I.L.T.E.C.

**RESUMO:** As emoções permeiam a atividade argumentativa, suscitando nos últimos anos renovado interesse por parte das modernas teorias da argumentação. Destacaremos algumas estratégias de “patemização” (Charaudeau, 2000; Plantin, 2000, 2002, 2011; Micheli, 2007, 2008a, 2008b, 2010) delineadas com vista a agir sobre um Outro; nesta dimensão discursiva de um FAZER FAZER, interessa-nos descrever os modos de semiotização das emoções, assinalando ainda que as emoções são elas próprias constituídas em objetos de discurso e passíveis de serem argumentadas. A partir de exemplos de um *corpus* de textos de opinião publicados na imprensa antes de uma consulta referendária, a qual potenciou momentos fortemente agónicos, dar-se-á particular enfoque às dimensões enunciativo-pragmática e configuracional dos discursos, salientando a estruturação argumentativa e o modo como as emoções são mobilizadas, convocando outras vozes e outros discursos no exercício da influência através da palavra.

**ABSTRACT:** Emotions are constitutive of argumentative activity and have originated renewed interest in modern theories of argumentation. Our analysis focuses some “pathemization” strategies (Charaudeau, 2000; Plantin, 2000, 2002, 2011; Micheli, 2007, 2008a, 2008b, 2010) used to act upon one Other. In an attempt to make Others to act, emotions are semiotized and turned into the object of discourse, to the point that one may speak of their “argumentability”. Using excerpts extracted from a *corpus* constituted by opinion press texts published prior to a referendum, particular emphasis will be given to the enunciative-pragmatic and configurational dimensions of discourse, especially to its argumentative structure and how emotions are semiotized and convey other voices and discourses as a means to exert influence.

## 1. EMOÇÃO E DISCURSOS — QUADRO TEÓRICO

1. Trabalho de investigação financiado pela FCT e pelo Portugal 2020, no âmbito das atividades do CELGA-IL-TEC (POCI-01-0145-FEDER-006986 – UID/LIN/04887).

Que a atividade discursiva é percorrida pelas emoções, seja qual for a natureza destas, é hoje um facto reconhecido em várias áreas do conhecimento. Nas Ciências da Linguagem não se trata de averiguar se as emoções são, efetivamente, vivenciadas, mas antes de analisar como são convocadas de modo a configurar e a orientar argumentativamente os discursos. De resto, seria difícil afirmar que o Locutor A ou B é sincero ao manifestar determinada emoção: ao fazer a distinção entre comunicação emotiva — significada de vários modos, intencional e estrategicamente — e a comunicação emocional — esta de facto vivenciada, experienciada —, Christian Plantin nota que, embora a análise do discurso deva ter como objecto a comunicação emotiva, «la meilleure stratégie pour la communication émotive est de se faire passer pour de la communication émotionnelle, par jeu ou mensonge émotionnels» (Plantin, 2000: 106).

É, no entanto, previsível que dados os custos em manter a mentira, o Locutor acredite que experiencie as emoções que manifesta, direta ou indiretamente, no e pelo seu discurso. Este surge, assim, como o produto de uma estruturação e configuração emotiva, constituindo-se como um macro-ato ilocutório que dá lugar ainda a efeitos perlocutórios (coincidentes ou não com os objetivos do Locutor).

A heterogeneidade caracterizadora dos modos de semiotização da emoção revela-se na organização discursiva, sendo que não é apenas o léxico, o uso de “termos de emoção”, que confere ao discurso uma tonalidade emocional: os planos semântico-sintático e enunciativo-pragmático são dimensões fundamentais na “patemização” do discurso.

Não minimizando o papel das dimensões vocais e mimo-gestuais numa retórica das emoções, ocupar-nos-emos apenas das manifestações verbais das emoções no discurso, isto é, dos índices de patemização imbricados na configuração do discurso.

A planificação “patémica” da atividade discursiva pressupõe não apenas um FAZER CRER

mas também um FAZER EXPERIENCIAR em ordem a um FAZER FAZER. Plasmados no seu discurso estão os estados afetivos, psicológicos, as paixões do Locutor, que procura partilhá-los e através deles influenciar o Alocutário. As emoções tornam-se em si mesmas argumentos: a convocação de uma dada emoção deve ser fundamentada, em função das crenças, dos saberes doxais partilhados na mesma comunidade ou dos “savoirs de croyance” (Charaudeau, 2000). Surgem, pois, como objetos do próprio discurso as emoções; neste sentido, Plantin (2011) e Micheli (2008, 2010, 2013) falam de “argumentabilidade” das emoções.

As estratégias de patemização não podem deixar de se apoiar na construção discursiva do *ethos* e do *pathos*: há que construir um *ethos* capaz de recriar vivências e representações de modo a levar o Alocutário a agir.

## 2. OBJETO E OBJETIVOS DE ANÁLISE

As dimensões da ordem do afetivo, do emocional, do axiológico orientam globalmente o discurso — fundamentar um argumento poderá envolver também a justificação de uma emoção, poderá ser legitimá-la no quadro de um contexto particular em função de saberes doxais. Tal reveste-se de particular importância quando em foco está uma questão que polariza as opiniões e que envolve a passagem da esfera do privado para a esfera do público.

Justamente, a questão levada a referendo em 1998 e 2007<sup>2</sup> revelou todo um potencial de gerar estados disfóricos e dar origem a interações verbais vincadamente agónicas — tratando-se dos dois únicos momentos na vida política em que se verificou a ocorrência de uma consulta referendária, falamos da proposta sobre uma alteração da chamada “lei do aborto” ou I.V.G., alteração que incidia sobre dois pontos entendidos como fundamentais: o prazo legal para abortar/interromper a gravidez até às 10 semanas por vontade da mulher, que teria, portanto, a liberdade total para o fazer desde que dentro do prazo estipulado.

2. “Concorda com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas 10 primeiras semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?”

Note-se que a própria formulação desta pergunta foi polemizada, já que se invocou o poder de manipular a opinião pública através de escolhas lexicais e/ou sintático-semânticas — da análise desses textos não nos ocuparemos aqui.

Tal questão — o conteúdo da pergunta levada a referendo em ambas as ocasiões, com a mesma formulação — suscitou numerosas interações verbais que espelharam a bi-polarização dos cidadãos perante cenários hipotéticos que poderiam constituir o desfecho da alteração proposta. Durante a campanha que antecedeu as duas consultas, foram múltiplos os episódios de confronto verbal agónico, quer em sede parlamentar, quer nos meios de comunicação. Perante um tema tão sensível, os discursos foram orientados para a polemização, adotando diferentes estratégias na construção discursiva das emoções postas ao serviço da persuasão.

Os discursos do SIM e do NÃO — forma como globalmente os partidários e os oponentes à alteração ficariam a designar-se — manifestam emoções diversas de intensidade variável, sendo que o discurso de UM (do EU) desvela o discurso do OUTRO, ora fazendo-se eco de discursos anteriormente proferidos, ora antecipando outros discursos (Brès & Nowakowska, 2005). É constitutiva dos discursos uma dimensão dialógica/polifónica, como se sabe; tal como o discurso retoma outros discursos anteriores e outros, antecipa outros discursos-os também. Esta matriz interdiscursiva e interlocutiva convoca a voz do Outro, explícita ou implicitamente: retoma-se e confirma-se/refuta-se o discurso anterior e antecipa-se o discurso do Aloc./destinatário.

Nesse processo interessa-nos analisar de que modo as emoções se entrecem no discurso de modo a orientá-lo argumentativamente. Para tal, ter-se-á em apreço o modo como as emoções são *ditas, mostradas* ou *fundamentadas/sustentadas*<sup>3</sup> (“émotions dites”, “émotions montrées” ou “émotions étayées”, na senda de R. Micheli (2008, 2010 e 2013). Estas três categorias propostas pelo autor envolvem modos distintos de semiotização das emoções: por oposição à primeira, as outras duas envolvem processos inferenciais. A emoção “étayée” é assim definida pelo autor: «une émotion peut être inférée à partir de la schématisation, dans le discours, d’une situation qui lui est conventionnellement associée selon un ensemble de normes socio-culturelles et qui est ainsi supposée en garantir la légitimité» (Micheli, 2013).

3. Tradução nossa. O dicionário Larousse *online* (<http://www.larousse.fr/>)(<http://www.larousse.fr/>) define ‘étayer’ do seguinte modo: 1. *Soutenir un élément, une partie de construction au moyen d’étais*. 2. *Soutenir quelque chose par des arguments, des preuves, le fonder, l’établir ou en être la base, la preuve*. Cf. ainda em <http://www.cnrtl.fr/> as várias definições do termo: *appuyer, soutenir; Renforcer, soutenir (à l’aide d’arguments); étayer une assertion, une conviction, une thèse*.

### 3. ANÁLISE

Na nossa análise destacaremos alguns segmentos de um texto de opinião (transcrito no Anexo), publicado em 26/06/1998 no semanário Expresso (Revista), cuja autora/Locutor<sup>4</sup> apela ao voto SIM (como resposta à pergunta referendada). Serão objeto de análise alguns segmentos que ilustram de modo significativo o recurso ao *pathos* como estratégia de captação do Aloc./destinatário, em que a modalização axiológica que globalmente percorre o discurso serve o propósito do Loc. Os segmentos selecionados captam inequivocamente um quadro disfórico que constituirá a base da avaliação do Loc.: apoio à mulher, censura à típica figura masculina irresponsável e à sociedade que o desresponsabiliza, a partir de uma construção emocionada do discurso.

Tratando-se de um texto de opinião, não pode deixar de ser percorrido por uma dimensão marcadamente argumentativa/persuasiva — a própria temática, referenciando uma das questões mais polémicas na sociedade em geral, está na base da sua configuração como um contra-discurso, um discurso polémico que é um contra-discurso onde se degladiam vozes dissonantes.

Por outro lado, o texto inscreve-se numa rubrica que, à época e em vários jornais, era dedicada à expressão de uma opinião pessoal; ora, o Loc./autora empírica do texto em análise constrói o seu discurso de modo a modificar cognitivamente e passionalmente o comportamento dos Alocutários — que, em última instância, deverão exercer o seu direito de voto num dado sentido. Note-se que, dado o contexto referendário, estes Alocutários são também os seus destinatários, já que têm o poder de reverter pelo voto uma situação avaliada negativamente<sup>5</sup>.

#### 3.1. TÍTULO E CONFIGURAÇÃO GLOBAL DO DISCURSO

Na configuração global do discurso, assume particular relevância, desde logo, o título: “*O sim, evidentemente*”. Não só a orientação de voto é referenciada, como o papel modalizador do

4. Por comodidade, passarei a assinalar como Loc. o Locutor (instância do discurso aqui coincidente com a autora empírica) e como Aloc. o Alocutário.

5. Como se sabe, o Alocutário é a entidade do discurso a quem o Locutor se dirige (distinto do ouvinte/leitor empírico). No entanto, nem sempre o Alocutário é o único destinatário do Loc.; no caso em análise, o destinatário não é somente o leitor do artigo de opinião, mas sim os portugueses que, na sua condição de cidadãos eleitores, têm o poder de, por voto direto, fazer aprovar a modificação de uma lei em vigor, ou que, pelo contrário, através desse mesmo poder, não se identificando com o PDV do Loc., votarão NÃO (induzidos por motivações variadas que não cabe aqui referir). Assim, há que reconhecer no discurso não apenas uma co-construção, mas também uma poli-destinação (Fonseca, 1998, 2001).

advérbio indicia um trabalho argumentativo a cujos resultados, aos olhos do Loc., o Alloc. não poderá furtar-se. Por outras palavras, o Loc. cria a expectativa de um quadro que só pode levar o Alloc. a identificar-se consigo.

O título (“*O sim, evidentemente*”) projeta e condensa assim todo um programa ideológico. Esta dimensão ilocutória global do discurso é explicitada nos enunciados finais, carreando valores assertivos já anunciados no título:

6. O título poderá constituir aquilo que Maingueneau refere como uma “*énonciation aphorissante*”. Pela sua brevidade, pela capacidade de condensar uma tomada de posição e por estar enraizado num *ethos* de autoridade que legitima o discurso, adquire matizes axiológicos que habilitam o enunciado a ser transformado numa espécie de voz doxal:

[...] quelq’un se pose en responsable, affirme des valeurs et des principes à la face du monde, s’adresse à une communauté par-delà les allocutaires empiriques qui sont ses destinataires, par-delà la diversité des genres de discours (Maingueneau, 2013: 109).

7. Segundo Adam (2015), numa sequência de tipo narrativo reconhecem-se as seguintes macro-proposições: a situação inicial, o nó (desencadeador de uma série de eventos), a reação ou avaliação, a resolução e a situação final.

(1) Vota SIM, evidentemente. E eu também. É preciso explicar porquê?

Convoca o interdiscurso, ao surgir ainda como resposta a outros discursos em torno da pergunta referendada, desencadeadora da polémica.<sup>6</sup>

O exemplo (1) retoma, como se disse, o programa anunciado no título; em perspetivas conversas, subsumem a orientação global do texto/discurso, bem como os valores axiológicos que levam o Loc. a identificar-se com a(s) vítima(s) de um dado estado de coisas.

### 3.2. ESTRUTURAÇÃO DISCURSIVA E CONSTRUÇÃO EMOCIONADA DOS OBJETOS DE DISCURSO

Embora se trate de um texto de opinião, a estrutura narrativa é dominante (Adam, 2015).<sup>7</sup> O subtítulo constitui, aliás, uma introdução-resumo, que retoma o desfecho da história, ativando junto do Alloc./destinatário a representação discursiva de um “caso de vida”:

(2) Os pais nunca souberam que a sua vida tinha estado por um fio, mas a mãe desconfiou quando a viu chegar, uma estatuazinha de cera, uma velhinha, a tremelicar.

O subtítulo anuncia e resume o desfecho da sequência narrativa; na verdade, constitui a situação final ou desenlace, pelo que fica desde logo disponível a avaliação negativa de um estado de coisas avaliado disforicamente, dadas as consequências quase mortais de uma sucessão de eventos.

O encaixe desta sequência num discurso de opinião não é inócuo: é que a experiência de vida narrada serve o propósito de tipificar os estados de coisas e os actantes envolvidos no drama das mulheres, em especial as mulheres vítimas de um destino que as empurra para uma situação que as marginaliza e oprime em várias fases da vida envolvidas. Trata-se, pois, de apresentar uma sequência narrativa que é, argumentativamente, um exemplum, dotado de uma força persuasiva que apela à adesão do Alloc./destinatário ao ponto de vista (PDV) do Loc. que assina o artigo, porque tomado como prova,

Même imparfait ou discutable, l'exemple, parce qu'il est représentatif, permet de résorber des difficultés de compréhension ou de passer sous silence des cas moins nets ou plus complexes. (Herman, 2011: 98)

A narrativa de vida é, claramente, usada como estratégia para construir a emoção: procura desde logo estabelecer uma relação de empatia entre o Alloc. e a vítima, apelando à piedade e à compaixão. A narrativa de vida é aqui uma simulação de 'género', uma cenografia adotada, que produz determinados efeitos discursivos, ao serviço do tema abordado.

Anunciada como uma vítima digna da sim-patia (Charaudeau, 2000) do Alloc./destinatário, e com a qual o Loc. se identifica, é previsível que o discurso construa também o(s) *agentes(s)-causadores* do seu sofrimento. Em diversos segmentos discursivos referenciar-se-ão, de facto, vários *actantes-causadores* da dor (psicológica e física) da vítima.

Assim, organiza e domina o discurso um eixo semântico de oposição radicalizada *Vítima-Agressor(es)*, nele se inscrevendo uma perspectiva maniqueísta onde se apresentam actantes e se fazem ouvir diversas vozes, ora em sintonia ora em conflito.

O texto abre com uma estrutura não canónica, o pronome anafórico *ela*, sem antecedente expreso. Opera-se uma generalização do objeto discursivo a todas as mulheres que passaram pela situação na qual se viu envolvida a vítima:

(3) ELA já não tem 18 anos mas tinha 18 anos quando as coisas aconteceram.

O pronome “anafórico” marca a intenção de tipificar este actante e o uso de maiúsculas constitui uma estratégia de focalização. São mecanismos diversos que concorrem para que a narrativa seja “lida” como *exemplum*.

É uma narrativa que parte da exposição da complicação do elemento desencadeador, apresentado discursivamente num pano de fundo — também ele tipificado (“há sempre um rapaz, e uma noite sem guarda...”) — e que introduz um novo actante.

(4) Havia um rapaz, há sempre um rapaz, e uma noite sem guarda, e quando deu por isso as coisas tinham mesmo acontecido.

Inicia-se um movimento argumentativo, a partir desta organização de tipo narrativo, tendente a anular a culpa atribuída à mulher (uma jovem que se vê forçada a interromper a gravidez em condições deficitárias) no contra-discurso.

O Loc., apoiante do SIM, constrói discursivamente um quadro disfórico, sobre um estado de coisas que fica implícito, apresentando um ethos de empatia para com uma vítima de um quadro legal injusto. Ao longo da narrativa, a mulher será apresentada como vítima inocente, quase condenada à morte e por isso objeto de piedade.

Preparando a argumentação, a narrativa recua até uma época de inocência (macroproposição - situação inicial) em que a jovem de 18 anos se deixa envolver numa situação de enganos — esta situação é generalizada no segmento intercalado “*há sempre um rapaz*”. Este comentário, de teor doxal, que pressupõe um conhecimento partilhado, relembra que a mulher não está sozinha — há um outro actante, que se descarta “sempre” das suas responsabilidades<sup>8</sup>. Fica assim disponível no discurso um outro objeto, o rapaz/pai pouco sério nos seus compromissos, pior ainda, um agressor, causador de uma situação catastrófica para a vítima. Para o efeito de generalização do tipo de situação narrada contribui ainda o uso do pretérito imperfeito do indicativo: pelo seu valor aspetual imperfetivo/habitual, procede-se à construção discursiva

8. A indeterminação deste artigo reforça a imagem discursiva de um actante que se põe à margem dos acontecimentos. Ora, durante a campanha para o referendo, foi frequentemente sublinhado o facto de que a responsabilidade de fazer um aborto é também do homem, que não pode nem deve colocar-se à margem (na sombra...) de tal decisão.

de um estado de coisas habitual/frequente — diríamos que surge na narrativa uma situação padronizada que leva a uma série de eventos (que culminarão num evento de consequências quase fatais, anunciadas no título). Por outro lado, o Loc. introduz assim a descrição de elementos necessários à compreensão global textual (Adam, 1981).<sup>9</sup>

Por oposição a este valor imperfetivo, o uso do pretérito perfeito e do pretérito mais-que-perfeito, carreando valores aspetuais perfeitivos e episódicos, reforçados pela estrutura adverbial “uma noite”, contrasta com a habitualidade das situações veiculadas pelo uso do imperfeito e do presente do indicativo (“*Havia...*” / “*há ...*”, “*e uma noite...*”, “*e quando deu por isso... tinham mesmo acontecido*”).

A construção discursiva destes dois actantes serve a orientação discursiva maniqueísta já referida, recorrendo a estratégias de “angelização” da rapariga e “diabolização” do rapaz. Tal estratégia visa a hiperbolização das emoções e a adesão ao campo do SIM.

Da mesma estratégia maniqueísta faz parte o recurso a todo um vocabulário que carrega avaliações axiológicas negativas. O enunciado abaixo situa o rapaz no pólo da *agressão*, enquanto a rapariga se situará no pólo da *vítima*:

(5) Depois, o rapaz riu-se muito e jurou-lhe amores eternos, mas uma intuição danada, misturada de terror e desejo, segredou-lhe que estava metida num sarilho.

É pelo ponto de vista da vítima que a emoção entra no discurso: a lexia “intuição”, qualificada por “danada”, traz o medo para o mundo discursivo, prepara o Alocutário/destinatário para uma evolução negativa dos acontecimentos. Essa antevisão tende a incutir no Aloc., sobretudo pelo não-dito, disposições afetivas/psicológicas visando a sua adesão ao ponto de vista do Loc.

As lexias “terror” e “sarilho” reforçam a avaliação negativa que o Loc./Enunciador faz da situação que vitimará a jovem, cuja voz se faz assim ouvir.

9. Note-se que a forma “havia” é típica do segmento introdutório da narrativa (tal como “era uma vez”).

O Loc. lentamente vai formulando um apelo à piedade, adotando e discursivamente construindo o PDV da vítima. Esta assimilação do Loc. à voz da jovem revela contornos que *mostram e hetero-atribuem* ao representante masculino da tragédia estados passionais avaliados negativamente, desde o riso irresponsável inicial ao ‘rosnar’ final, e que indiciam/mostram uma imagem de indiferença e egoísmo.

(6) *Depois, o rapaz riu-se muito...*

(7) Era preciso desmanchar aquilo, e depressa, *rosnou* ele.

Perante uma situação desde o início avaliada disforicamente, o Loc. estrategicamente vai tecendo um discurso em que a piedade, a compaixão e a indignação se fundamentam na situação esquematizada. É esta esquematização, que dá a ver ao Alloc. uma situação indutora de compaixão, segundo saberes e crenças partilhados pela comunidade, que legitima a experiência de determinados estados passionais: é a emoção “*étayée*”. De facto, a narrativa de vida constitui-se como estratagemas de construção da emoção: através dela ficam disponíveis dados que o Alloc./destinatário pode captar como justificação ou atenuante para decisões tomadas pela “vítima”, suscitando e legitimando estados emocionais de empatia entre Alocutário/auditório e a “vítima” que aqui se representa por via discursiva

A figura masculina é construída em negativo. Fica disponível a imagem diabolizada deste actante situado no pólo da *agressão*, confirmando a perspectiva maniqueísta da organização semântico-pragmática do discurso. Com efeito, este amplifica a negatividade da imagem masculina, como o verdadeiro *agente/causa* do problema, que “rosna” que é “preciso desmanchar aquilo” e “queixa-se”:

(8) O rapaz *gaguejou* e *queixou-se* de ela ser «uma anjinha que não sabia fazer as contas». Ia emendar a coisa, através de um tipo mais velho que conhecia, uma mulher que fizesse o desmancho. O quê? Era preciso desmanchar aquilo, e depressa, *rosnou* ele. Ele *arranjava metade*

*do dinheiro*, julgando-se muito magnânimo. «Fifty, fifty», disse-lhe. Custava uns contos de réis, ela que se desenhava com a outra metade. Do amor eterno nem sinais na areia. Ela também nunca acreditara muito. E «*a culpa era dela*», evidentemente.

Ainda que sejam ambos apresentados como ignorantes, a rapariga é jovem, desprotegida, oriunda de um meio pobre, um meio que lhe tira a voz (veja-se a prepotência do pai) e a (sobre)carrega com responsabilidades para as quais não mostra ter competência. No exemplo abaixo, o locutor constrói a imagem dessa jovem-mulher integrada num ambiente disfórico, de privações variadas, uma negatividade que a atinge também, nas suas características metaforicamente apresentadas (“não era uma águia”<sup>10</sup>; “os estudos pendiam-lhe das mãos lentos e pesados”):

(9) Andava a acabar o liceu, feito com muitos sacrifícios da família, e ela seria a primeira a entrar para a universidade. Mas não era uma águia, os estudos pendiam-lhe das mãos, lentos e pesados como chumbo, e chumbara assim um ano. Repetente, soprara o pai. Estava destinada a um curso da faculdade de letras, que não devolvesse muitas crueldades [sic] e lhe autorizasse uma ocupação de professora num liceu. A irmã começara a trabalhar sem acabar de estudar e os pais faziam-lhe ver a diferença e o privilégio.

A caracterização polarizada é acentuada na descrição do ambiente que rodeia a jovem. O emprego do *verbo dicendi* “soprar”, pelo seu conteúdo semântico, implica a falta de diálogo, por um lado, e a censura à filha que não corresponde às expectativas do pai. A falta de controlo desta jovem sobre a sua vida é também mostrada pelo emprego de uma formulação sintático-semântica passiva: “estava destinada”, que anula a positividade de um possível ingresso na universidade. Eis um actante paciente, que não controla o seu destino — o *fatum* trágico ao qual se resigna e que a controla —, submetendo-se a um agente que estabelece o mapa do seu futuro.

O ambiente familiar pouco auspicioso, onde não há comunicação (“punia muito e falava pouco”; “a mãe falava pouco”; “dissera-lhe para “ter juízo””; “assunto dos namoros evitado”;

10. Como se sabe, através desta comparação emblemática a águia surge como o expoente máximo da inteligência, pelo que o discurso disponibiliza assim os saberes e crenças vigentes na comunidade. Por outro lado, fica aqui disponibilizado mais um elemento para a visão disfórica (falta de auto-confiança) através da voz da própria vítima: “*não era nenhuma águia*”).

“palavras meias”), antecipa a inevitabilidade do desfecho da narrativa, a que se junta a imagem de juventude e inexperiência da jovem (“miúda”, “miúdas como ela”):

(10) O rapaz trabalhava num «stand» de motas, o que lhe permitia andar atrás das miúdas como ela. Se os pais soubessem... lá em casa ia-se à missa aos domingos e praticava-se uma regra rígida. O pai punia muito e falava pouco e a mãe falava pouco à frente do pai. A mãe disse-lhe para «ter juízo», e o assunto dos namoros era evitado com cuidado e tratado com pinças. A irmã explicara-lhe a transição de menina para mulher, com palavras meias e acrescentando que «era normal aquelas coisas acontecerem».

Repare-se que o semantismo de “miúda” amplifica a defesa de não-culpabilidade em favor da qual o Loc. argumenta. Por isso, o recurso a esta lexia, em detrimento, por exemplo, da lexia “mulher”, orienta argumentativamente o discurso já que a esquematização discursiva escolhida suporta a representação da questão em debate como um problema de jovens indefesas que sofrem as consequências de serem mulheres muito cedo em ambiente adverso. Esta visão disfórica da mulher será reiterada ao longo do texto, reforçando os laços de sentido criados. A negatividade do mundo representado marca toda a construção discursiva. Veja-se o valor disfórico dos estados de coisas referidos e em particular a negatividade dos adjetivos no exemplo seguinte:

(11) Um prédio *envelhecido e pelado*, num bairro *mal afamado* de Lisboa. Subiu as escadas de madeira, com a amiga atrás a fazer companhia, e a mulher abriu-lhe a porta e mandou-a entrar na sala *abafada* na meia-luz. Um sofá *esgarçado e pardo*, *uma planta a morrer num vaso*, *à míngua de calor*.

O *ethos* do Locutor é, como acima referimos, um *ethos* patemizado, marcado pela com-paixão (Charaudeau, 2000), de alguém capaz de se associar à paixão-sofrimento do Outro. Em crescendo trágico, o Loc representa as consequências de um ato irrefletido.

Introduzido, na situação inicial, o quadro disfórico que aprisiona a jovem, a narrativa prossegue dando conta do seu desenrolar pela representação do medo experienciado pela jovem, uma emoção dita e mostrada, através de indícios de ordem vária (insónias, falta de apetite) e superlativada na personificação do medo:

(12) Deixou de comer e de dormir, com *o medo a deitar-se ao seu lado na cama* e a murmurar-lhe noite dentro que fora apanhada na teia de incertezas e horrores próprios do seu sexo.

O discurso é construído argumentativamente em função de um eixo complementar de agentividade/causalidade, o qual retira quase o caráter acional/agentivo da mulher, *paciente* e *experienciadora* de um processo que não controla. A sua vulnerabilidade desculpabiliza-a do crime cometido à luz da legislação.

Esta esquematização discursiva apoia a construção argumentativa da piedade e da indignação. A recategorização da mulher como vítima orienta o percurso interpretativo do Alocutário no sentido de encontrar os *agentes* e as *causas* que verdadeiramente levam à violação da lei.

A descrição da situação tão desfavorecida em que se encontra a jovem vítima reforça num movimento de *crescendo* a vertente emocional do discurso, ao serviço de um *pathos* que aproxima Loc. e Alloc. Esta descrição permite ainda representar outras emoções, as emoções da jovem dominada pelo medo (“Se os pais soubessem...”), o que reforça a construção do *pathos* de piedade e compaixão. O medo é aliás a única emoção que o Loc. atribui à jovem, mostrada, como na expressão citada, ou explicitamente dita.

É pela voz da vítima que surge na enunciação uma outra emoção dita: a vergonha, indicia-da também pelo rubor, a par da humilhação inferida do ambiente disfórico, dos pormenores sórdidos relatados.

Esses estados emocionais são induzidos por mais um momento de polifonia em que outras vozes de censura se fazem ouvir: as vozes que falam de “galdérias”, de “impureza”, de “pecado”. Também a sordidez e a falta de higiene num sítio “mal afamado”, bem como a insensibilidade — a “acidez” — com que se depara contribuem para reforçar essas emoções. A descrição de todo o procedimento justifica esses estados emotivos:

(13) A mulher, com voz ácida, disse-lhe que se despisse e começou a apalpá-la, de pernas para o ar. Tremia toda. Pôs-lhe uma máscara negra na boca e no nariz, de cheiro adocicado. Não se lembra do tempo a passar, lembra-se que doeu muito durante [sic], e que a mulher barafustava que era «uma profissional», que era o que valia, e que repetia muito «está quase, está quase». Foi a sua vez no sofá, molhada de lágrimas e de dores. A mulher deu-lhe um penso higiénico e uns comprimidos e disse-lhe para descansar meia hora. Depois estava livre.

E aconselhou-a a não se meter mais em sarilhos, que as «galdérias» pagam uma factura muito cara.

O eixo semântico-referencial da *morte* domina as sequências temáticas seguintes. Na expressão “abraços da morte” ficando condensado esse cenário disfórico de quase-morte dado a ver pelo Locutor.

(14) A hemorragia veio um dia mais tarde, sangue e mais sangue, sem parar. E as dores, *abraços da morte*.

O Alocutário é, assim, induzido a experienciar estados passionais que o persuadirão a agir de modo a impedir situações semelhantes.

### 3.3. AS VOZES DO DISCURSO: DA NARRATIVA EXEMPLAR À CAMPANHA PELO SIM

A exemplaridade da narrativa decorre das relações que é possível estabelecer entre as suas características e particularidades e as vozes que, na sociedade portuguesa se confrontam a propósito do referendo.

Desde logo, porque esta construção narrativa integra no discurso outros discursos anteriores: os discursos do SIM, que têm como um dos argumentos a favor do seu programa ideológico a inevitabilidade de um destino disforicamente apresentado, mas sobretudo os discursos do NÃO, que imputam à mulher a responsabilidade dos seus atos<sup>11</sup>.

O caráter exemplar da narrativa é ainda sublinhado pela falta de comunicação, condicionada, nomeadamente, pelo medo. Ora, este é um dos argumentos do SIM: as vítimas do aborto são, pelo impedimento de acesso à informação, pela pobreza física e moral de que são oriundas, inocentes de um crime de que são acusadas. A descrição do ambiente tipifica a situação familiar que o SIM, ao longo da campanha pré-referendo, afirmou constituir fator atenuante e indutor de compaixão perante o que a lei considera um crime. Verifica-se, pois, que este discurso convoca outros discursos e outras vozes para construir a argumentação.

O segmento final é planificado em ordem a uma inversão de valores: o crime é cometido por quem faz do aborto um negócio em condições degradantes e não pela mulher. A voz que domina agora é a da vítima que recorda o passado e que apresenta a consequência mais devastadora: a de não poder gerar vida.

E o caráter exemplar é, ainda, sublinhado pela exortação final. Fecha a sequência narrativa<sup>12</sup> uma injunção a que se sobrepõe a modalização assertiva do advérbio e a que a presença explícita do Loc., no uso do deítico *Eu*, dá força.

(15) Vota SIM, evidentemente. E eu também.

11. Não será por acaso que a tolerância é designada como um valor/sentimento ausente dos discursos dos oponentes à alteração da lei...

12. Note-se que a narrativa é também uma estratégia presente nos discursos parlamentares; por outro lado, narrativas semelhantes surgem de igual modo nos discursos do NÃO (Gil, 2012, 2013), convocando emoções da mesma ordem, embora com o objetivo ilocutório de atingir conclusões opostas.

O advérbio modalizador “evidentemente”, retomado do título, implica um único caminho a seguir. Daí a exortação aos destinatários, os eleitores portugueses, vazada na pergunta:

(16) É preciso explicar porquê?

A pergunta que fecha o texto reforça a exortação, o “sim evidentemente”; mas mais do que isso, é provocativa também (perante a narrativa exemplar, implica-se que o Alloc. tem todos os dados para atingir uma dada conclusão). Subentende o efeito persuasivo da narrativa, para além de qualquer dúvida.

#### 4. CONCLUSÃO

O eixo semântico-pragmático *vítima – agressor(es)* que estrutura o discurso convida, através de estratégias de patemização (e, logo, de modalização), à recusa de um dado estado de coisas para o inverter e corrigir. Cabe ao Alloc./destinatário — aos portugueses como atores sociais e políticos — agir repondo a justiça, num gesto de empatia/compaixão.

Mas este *fazer agir* é função de um *fazer experienciar*, antes de mais. A estratégia do Loc. de dar a ver as emoções como fundadas em razões pretende persuadir e fazer cumprir o programa ideológico do SIM: votar SIM, “evidentemente”. É que os factos e evidências argumentam em favor de e impõem mesmo, segundo o Loc., apenas uma conclusão. A espetacularização das vivências de uma vítima constituem uma instrução para reverter uma situação axiologicamente vista como negativa.

A descrição dos efeitos atribuídos, em última análise, à lei que impede a mulher de se defender é feita através da enumeração em cadeia de vários eventos que culminam ou na morte ou impossibilidade de gerar vida. Ainda que nalguns casos as emoções sejam ditas ou mostradas, é a esquematização do Locutor que justifica que este e que o Allocutário experienciem estados de natureza afetiva/psicológica tendentes a um *fazer agir*. Essa esquematização ou re-

apresentação discursiva, que Grize (1990) define como uma forma de “dar a ver”, toma aqui a forma de uma narrativa de vida que o Locutor constrói como textualização da problemática da despenalização/legalização da IVG. Tal textualização fundamenta-se, de forma pertinente, na imagem e expectativas que este Locutor possui do seu Alocutário. A narrativa está ao serviço de um programa argumentativo inserindo-se no macroato ilocutório de convencer ou persuadir a votar SIM.

Como refere Plantin (2000, 2011), argumentar uma emoção é argumentar uma conclusão. Pelas suas dimensões enunciativas-pragmáticas, pela sua configuração global, pela sua estruturação argumentativa, a atividade discursiva constitui um instrumento de influência do poder dos cidadãos no mundo.

Em particular nos excertos analisados, no contexto de um referendo, os cidadãos-destinatários têm a capacidade de agir e moldar a realidade. Essa capacidade de decisão é indissociável das emoções, na medida em que estas condicionam a imagem que cada um faz de si e do Outro.

**REFERÊNCIAS**

- Adam, J.-M. (2017). *Les textes: types et prototypes*. Paris: Armand Colin.
- Charaudeau, P. (2000). *Les stratégies de pathémisation à la télévision comme stratégie de authenticité*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- Fonseca, J. (1998). *A organização e o funcionamento dos discursos. Estudos sobre o Português*. Porto: Porto Editora.
- Fonseca, J. (2001). *Língua e Discurso*. Porto: Porto Editora.
- Grize, J.-B. (1990). *Logique et langage*. Paris: Ophrys.
- Herman, T. (2011). De l'exemple à l'exemplum: réflexions sur leur efficacité rhétorique. *Diversité et identité culturelle en Europe*, 8/2. Acedido em 15 de maio de 2016 em [www.diacronia.ro/indexing/details/A402/pdf](http://www.diacronia.ro/indexing/details/A402/pdf).
- Maingueneau, D. (2013). Aphorisation et cadrage interprétatif. *Redis: Revista de Estudos do Discurso*, 2, 103-116.
- Micheli, R. (2008a). L'analyse argumentative en diachronie: le pathos dans les débats parlementaires sur l'abolition de la peine de mort. *Argumentation et Analyse du Discours*, 1, 2008. Acedido em 10 de fevereiro de 2009 em <http://aad.revues.org/482>.
- \_\_\_\_\_(2008b). La construction argumentative des émotions: pitié et indignation dans le débat parlementaire de 1908 sur l'abolition de la peine de mort. Presses de l'Université de Rennes, 127-140.
- \_\_\_\_\_(2013). Esquisse d'une typologie des différents modes de sémiotisation verbale de l'émotion. *Semen*, 35. Presses Universitaires de Franche-Comté, 17-39.
- Plantin, Chr. (2000). *Se mettre en colère en justifiant sa colère*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- \_\_\_\_\_(2003). *Structures verbales de parole émue*. Sprimont: Pierre Mardaga, 97-130.
- \_\_\_\_\_(2011). *Les bonnes raisons des émotions: principes et méthode pour l'étude du discours émotionné*. Bern: Peter Lang.
- Walton, D. (1992b). *Slippery slope arguments*. Oxford: Oxford University Press.

## O sim, evidentemente

Clara Ferreira Alves

*Os pais nunca souberam que a sua vida tinha estado por um fio, mas a mãe desconfiou, quando a viu chegar, uma estatuazinha de cera, uma velha a tremelicar.*

ELA já não tem 18 anos mas tinha 18 anos quando as coisas aconteceram. Havia um rapaz, há sempre um rapaz, e uma noite sem guarda, e quando deu por isso as coisas tinham mesmo acontecido. Depois, o rapaz riu-se muito e jurou-lhe amores eternos, mas uma intuição danada, misturada de terror e desejo, segredou-lhe que estava metida num sarilho. Andava a acabar o liceu, feito com muitos sacrifícios da família, e ela seria a primeira a entrar para a universidade. Mas não era uma águia, os estudos pendiam-lhe das mãos, lentos e pesados como chumbo, e chumbara assim um ano. Repetente, soprara o pai. Estava destinada a um curso da faculdade de letras, que não devolvesse muitas crueldades e lhe autorizasse uma ocupação de professora num liceu. A irmã começara a trabalhar sem acabar de estudar e os pais faziam-lhe ver a diferença e o privilégio.

O rapaz trabalhava num «stand» de motas, o que lhe permitia andar atrás das miúdas como ela. Se os pais soubessem... lá em casa ia-se à missa aos domingos e praticava-se uma regra rígida. O pai punia muito e falava pouco e a mãe falava pouco à frente do pai. A mãe dissera-lhe para «ter juízo», e o assunto dos namoros era evitado com cuidado e tratado com pinças. A irmã explicara-lhe a transição de menina para mulher, com palavras meias e acrescentando que «era normal aquelas coisas acontecerem». Entretanto, outras coisas tinham acontecido. Deixou de comer e de dormir, com o medo a deitar-se ao seu lado na cama e a murmurar-lhe noite dentro que fora apanhada na teia de incertezas e horrores próprios do seu sexo. Em pequena, perguntara nas aulas de catecismo o que era o pecado da luxúria, pecados de impureza, dissera a catequista. Sem mais.

ANEXO

*Expresso — Revista*

26/06/1998

Uma amiga, filha de médicos, foi quem a salvou. Disse-lhe que tinha de fazer o teste da gravidez, deu-lhe o nome de uma farmácia que aceitava análises. Lembra-se do tempo que teve de esperar pelo resultado, com o coração apertado, e da vergonha corada quando o farmacêutico lhe entregou o sobrescrito fechado. Estava grávida, claro. Ninguém podia saber, ninguém podia saber. Dormiu com o sono do pesadelo uma semana, e chorou pelos cantos, e depois foi ter com o rapaz. O rapaz gaguejou e queixou-se de ela ser «uma anjinha que não sabia fazer as contas». Ia emendar a coisa, através de um tipo mais velho que conhecia, uma mulher que fizesse o desmancho. O quê? Era preciso desmanchar aquilo, e depressa, rosou ele. Ele arranjava metade do dinheiro, julgando-se muito magnânimo. «Fifty, fifty», disse-lhe. Custava uns contos de réis, ela que se desenvencilhasse com a outra metade. Do amor eterno nem sinais na areia. Ela também nunca acreditara muito. E «a culpa era dela», evidentemente.

Valeu-lhe a amiga, que lhe foi buscar o resto do dinheiro. Era fácil, o rapaz telefonou com uma morada e um número de telefone, ela marcava e aparecia na data marcada. Como tirar um dente, um bocado pior. E pronto. Ele não podia ir lá, era coisa de mulheres.

Um prédio envelhecido e pelado, num bairro mal afamado de Lisboa. Subiu as escadas de madeira, com a amiga atrás a fazer companhia, e a mulher abriu-lhe a porta e mandou-a entrar na sala abafada na meia-luz. Um sofá esgarçado e pardo, uma planta a morrer num vaso, à míngua de calor. Ela lembra-se que era uma árvore da borracha, e que no sofá se contorcía uma rapariguinha, a «cliente» anterior. A mulher exigiu o dinheiro, tantos contos de réis, se faz favor. A janela tapada com vidros foscos e um cheiro a sujidade e éter que trespassava tudo, o coração, as narinas, a pele, o medo. Apeteceu-lhe fugir mas não tinha saída, nem escolha, nem nada. A mulher, com voz ácida, disse-lhe que se despisse e começou a apalpá-la, de pernas para o ar. Tremia toda. Pôs-lhe uma máscara negra na boca e no nariz, de cheiro adocicado. Não se lembra do tempo a passar, lembra-se que doeu muito durante [sic], e que a mulher barafustava que era «uma profissional», que era o que valia, e que repetia muito «está quase, está quase». Foi a sua vez no sofá, molhada de lágrimas e de dores. A mulher deu-lhe um penso higiénico e uns comprimidos e disse-lhe para descansar meia hora. Depois estava livre.

E aconselhou-a a não se meter mais em sarilhos, que as «galdérias» pagam uma factura muito cara. Ela lembrou-se que o pai chamara o mesmo a uma prima que se tivera de casar à pressa, contra vontade. «Uma galdéria», tinha dito o pai. Sentiu-se impura, esvaziada como um saco, pecadora. Pecados de impureza, como no catecismo. Depois, andou muito a pé, para se esquecer, com a amiga atrás, atarantada, com o fumo dos escapes a entrar-lhe nos pulmões, o sangue a correr entre as pernas. Andou muito, como cega, isso lembra-se bem. O que era ter um filho? Um bebé? O que era isso? Como tirar um dente mas pior? Muito pior? A hemorragia veio um dia mais tarde, sangue e mais sangue, sem parar. E as dores, abraços da morte. A amiga assustou-se e contou aos pais, os médicos. Arranjaram uma desculpa de um fim-de-semana fora com a família e levaram-na de casa, com o pai a desligar o telefone, dada a autorização, e a dizer que era gente decente aquela. Tinha a sua bênção. E médicos, claro. Gente decente.

Os médicos conhecem outros médicos, e foi assim que lhe salvaram a vida. Teve de fazer uma raspagem de urgência, de levar sangue, de tomar antibióticos. Os pais nunca souberam que a sua vida tinha estado por um fio, mas a mãe desconfiou quando a viu chegar, uma estatuazinha de cera, uma velhinha, a tremelicar. Nunca mais se discutiu o assunto.

Anos mais tarde, muitos anos mais tarde, quando quis ter um filho, ouviu a verdade sobre aquela tarde. «Nunca mais pude ter filhos. O aborto tinha sido muito mal feito, mão criminosa. Naquela tarde rebentaram comigo, a isto é que eu chamo um crime. Se tivesse tido a assistência devida, a minha vida teria sido outra, mais feliz. Eu era uma criança, naquele tempo.» Ela olha para mim, sorri magoada: «Nunca mais pude ter filhos.»

Vota SIM, evidentemente. E eu também. É preciso explicar porquê?



## O poder do discurso de submissão: reflexões sobre as práticas discursivas na esfera da administração setecentista

MUNHOZ, RENATA  
FERREIRA  
renatamunhoz@usp.br

Pós-Doutoranda em Linguística com ênfase em Linguística Histórica  
Universidade de São Paulo - Brasil

**PALAVRAS-CHAVE:**

*ethos*;  
Filologia;  
Análise do Discurso;  
manuscritas setecentistas;  
avaliatividade.

**RESUMO:** Analisa-se o emprego do poder no discurso oficial produzido na administração pública do Brasil colonial no período de 1765 a 1775, quando o Morgado de Mateus governou São Paulo. Estudam-se cartas manuscritas que compuseram a documentação pública enviada dessa capitania a Portugal, sobretudo ao Marquês de Pombal. Observando-se as formas como o poder é “exercido, manifestado, descrito, disfarçado ou legitimado” (Dijk, 2012, p. 39) nos discursos políticos da segunda metade do século XVIII, nota-se que se ultrapassava a proposta de meramente comunicar as ocorrências locais e solicitar orientações. Nesses discursos havia o cuidado com a manutenção de seu *ethos* do autor, o que legitimava o poder das autoridades políticas europeias no Brasil colonial. Dentre as características do discurso coevo, nota-se a “vassalagem” enquanto prática de rebaixamento e menosprezo da própria imagem do autor diante de seus interlocutores hierarquicamente superiores. Embora paradoxalmente, esse recurso possibilitava a elevação da estima do *ethos* do sujeito em seu meio social. O embasamento teórico e metodológico do Sistema de Avaliatividade permite que se conheça a ideologia que motivava a sujeição como garantia de prestígio social. Pretende-se, portanto, verificar como se construía a intersubjetividade nas correspondências oficiais da administração colonial.

**KEY-WORDS:**

*ethos*;  
Philology;  
Discourse analysis;  
seventeen-century handwritten texts;  
Appraisal.

**ABSTRACT:** This paper presents the use of power in the official discourse produced from 1765 to 1775 when the Morgado de Mateus ruled São Paulo. The studied manuscripts were written in the São Paulo captaincy and sent to Portugal, mainly to the Marquis of Pombal. Looking at the ways in which the power is “exercised, manifested, described, disguised, or legitimized” (Dijk, 2012, p.39) in the discourses of the eighteenth century, we notice that beyond the proposal of communicating the colonial occurrences, they also contain the care with the maintenance of the author’s *ethos*, which legitimized the power of the European authorities in the colonial Brazil. Among the characteristics of the discourse, the idea of “vassalage” as a practice of relegation of the author’s own image to his hierarchically superior interlocutors. Although paradoxically, this resource made it possible to elevate the esteem of the *ethos* of the subject in his social environment. Based on the Appraisal System, it is possible to learn about the ideology that motivated the subjection practice as a guarantee of the social prestige. Therefore, it is intended to verify how the intersubjectivity was constructed in the official correspondences of the colonial administration.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta a análise de estratégias discursivas empregadas pelo Morgado de Mateus em seu discurso oficial. Além do objetivo explícito de comunicar as ocorrências locais e dar parte da situação da colônia que governava, o Capitão-General redigia seus manuscritos oficiais com finalidades subjacentes. Dentre essas finalidades, destaca-se a de demonstrar submissão pessoal e, com isso, exaltar a personalidade de seus superiores na hierarquia do governo monárquico de que era funcionário.

Para tanto, estudam-se a seguir fragmentos textuais retirados de quatro cartas manuscritas enviadas pelo Morgado de Mateus (Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão) de 1765 a 1775, seu período de atuação como governador e capitão-general de São Paulo. Essas correspondências tratam sobre assuntos variados da governança da capitania. O recorte de seleção dos documentos foi o de seu interlocutor: os quatro manuscritos analisados foram enviados de São Paulo a Portugal, para o Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo (posteriormente, o Marquês de Pombal). Além disso, foram selecionados por conterem o mesmo tom de distanciamento e respeito em relação ao interlocutor, embora sejam divergentes quanto ao conteúdo temático de que tratam.

Entendendo que as marcas textuais contidas na esfera do discurso representam elementos passíveis de análise com o aporte da Teoria da Avaliatividade, pretende-se vislumbrar por meio deles a ideologia da exaltação do interlocutor em detrimento da manutenção do *ethos* autoral.

As análises apoiam-se no conceito de *ethos* enquanto a imagem que o autor constrói de si em seu discurso para exercer uma influência em seu interlocutor, no processo de troca dentro dos parâmetros da subjetividade da linguagem. Segue-se o pressuposto retirado da retórica antiga por Kerbrat-Orecchioni (1980, p. 20) para o conceito de *ethos* em análise do discurso.

Como ponto de partida, emprega-se a metodologia de desenvolver a análise apoiada em edições textuais fidedignas. De acordo com a função substantiva da Filologia, qualquer trabalho posterior pressupõe a leitura do texto em sua versão mais próxima da original. Para isso, adota-se a transcrição semidiplomática dos originais manuscritos, realizada com base na leitura de seus originais conservados em Arquivos e de suas versões fac-similares. Nesse tipo de transcrição, mantêm-se a ortografia do período, com todas as marcas gráficas impressas pelo escriba, desenvolvendo-se as abreviaturas.

Para a realização das transcrições, empregaram-se as “Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos” disponíveis em Cambraia et al (2001, p. 13). Esse conjunto de normas que visa a uniformizar os trabalhos de edição foi proposto durante o 2º. Seminário “Para a História do Português do Brasil”, realizado em Campos do Jordão, em maio de 1998. As edições dos documentos encontram-se em anexo. Por razões de espaço, apresenta-se apenas a transcrição da carta I antecedida de sua versão fac-similar. Essa escolha deu-se por dois motivos: trata-se de um exemplar autógrafo, redigido integralmente pelo próprio Morgado de Mateus; e, sobretudo, consiste na carta mais representativa do tipo de relação interpessoal estudada, a da submissão.

Apesar de reiterar a importância de ser mantida a ortografia coeva de forma genuína pela edição semidiplomática, ao longo do texto, empregou-se a forma atualizada da linguagem para facilitar a leitura dos fragmentos citados.

Reforça-se a ideia de que o *corpus* é composto por cartas oficiais, produzidas na Secretaria de governo da Secretaria da capitania de São Paulo. Todas têm a autoria intelectual do Morgado de Mateus, tendo sido por ele ditadas aos seus secretários e por ele assinadas de próprio punho como validação de seu controle e vontade.

Embora se trate de uma espécie textual com predomínio de linguagem formulaica que visa à padronização do discurso, nota-se a existência de estratégias, como o aspecto da submissão.

Tais estratégias evidenciam a existência da intersubjetividade inculcada no discurso veiculado nessa documentação.

## **2. O CORPUS SELECIONADO**

Foram elencados quatro documentos manuscritos da espécie documental “carta”. Todos encontram-se catalogados em Arruda (2000), de onde se partiu a seleção prévia por meio dos verbetes descritivos. As quatro cartas são datadas dos dez anos que compõem o período de governo do Morgado de Mateus (de 1765 a 1775), possuem os mesmos interlocutores e a mesma data tópica, a capitania de São Paulo. Cabe ressaltar que a carta I foi produzida na Vila de Santos, local onde o governador estabeleceu-se por breve período logo no início de seu governo, antes de sua posse no planalto paulista. Essas missivas foram produzidas pela autoria intelectual do próprio Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, cuja alcunha o fez entrar para a História como o Morgado de Mateus.

O destinatário da primeira carta é o próprio monarca e o das outras três é o Secretário do Reino, o Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo. O futuro homem forte do reino de Dom José, o Marquês de Pombal, ainda assinava nas três pelo distintivo nobiliárquico “Conde de Oeiras” no período das três primeiras cartas, todas produzidas anteriormente a 1769, quando recebeu promoção a Marquês. Desta forma, a carta 4, redigida em 1774 já se reporta ao Primeiro Ministro como “Marquês de Pombal”.

Os testemunhos estudados são todos originais, produzidos sob o controle do autor intelectual, sendo um deles, a carta 1, um original autógrafo, em que o autor teria escrito o texto integral e assinado de próprio punho. O conteúdo desta carta é completamente trabalhado na tônica do rebaixamento diante da figura máxima do governo. Do ponto de vista paleográfico, deve-se ressaltar a clareza dos traçados e a perfeição no desenho das letras, características sempre cobradas pelo Morgado de Mateus a seus Secretários.

De acordo com as classificações diplomáticas, a carta é uma espécie documental não-diplomática, com redação padronizada de forma mais flexível que a estrutura redacional estritamente formulaica de outras espécies, como o, por exemplo um “requerimento”, com protocolos bem definidos conforme apresenta Bellotto (2002, p. 86). No entanto, pode ser estudada como um diploma tanto por conta dos padrões formais do período, quanto por seu objetivo precípua: o de servir instrumento “ao alto escalão da administração pública em comunicações sociais decorrentes de cargo e função públicos.” (Bellotto, 2002, p. 51).

Como já se mencionou na introdução, a reprodução dos fragmentos a serem analisados se dará em linguagem atualizada, entre aspas simples: ‘exemplo’, seguida da menção do número da carta de onde o trecho foi retirado. Por exemplo (C. I), quando se tratar da carta I. Por ter apenas um fôlio, optou-se pela reprodução do documento 3 em suas versões fac-similar e transcrita semidiplomaticamente. Os demais documentos foram reproduzidos em anexo por suas edições. Para facilitar a compreensão dos exemplos, apresentam-se, a seguir, descrições do assunto de cada carta:

I. Datada de 25 de agosto de 1765, informa ao rei Dom José I das primeiras ideias do seu governo e das dificuldades que ia encontrando e transmitindo-lhes os seus agradecimentos pelo favor do cargo concedido e os seus desejos de feliz saúde. Trata-se de documento inédito, ainda não publicado em sua versão fac-similar. Esse documento autógrafo representa o protótipo de rebaixamento diante do superior máximo do Estado português.

II. Datada de 03 de julho de 1767, apresenta queixas dos insultos e impropérios de que tem sido alvo por meio de cartazes anônimos, expostos à porta das igrejas, nos quais são postas a ridículo as principais disposições de seu governo, repetindo-se o sucedido na vila de Paranaguá, fato a que se referiu em carta de 16 de janeiro de 1767. Expõe a forma honesta como executa sempre as reais ordens, e pede que lhe faça justiça no caso dos seus inimigos conseguirem que chegue ao Reino as calúnias com que pretendem depô-lo. Encontra-se classificada como a correspondência 11 em Munhoz (2015).

III. Datada de 04 de agosto de 1767, cumprimenta e reverencia o Secretário do Reino, o Conde de Oeiras, reiterando sua obediência. Representa o documento 15 de Munhoz (2015).

IV. Datada de 18 de junho de 1774, afirma a sua amizade e informa ter entregue ao Bispo de São Paulo, Dom Frei Manuel da Ressurreição, o colégio onde estava morando. Pede que lhe envie o que achar mais justo sobre as questões de seu governo, a fim de poder desempenhar corretamente a sua função para o real serviço. Em Munhoz (2015), encontra-se sob a classificação de número 50.

### 3. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Selecionou-se a Teoria da Avaliatividade por representar arcabouço teórico e metodológico de análise que possibilita a observação dos elementos de ordem intersubjetiva, relacionada à esfera da valoração. Derivada da Linguística Sistemática Funcional (LSF), essa teoria representa, na definição de seus criadores, “um sistema interpessoal ao nível da semântica do discurso” (Martin; White, 2005, p. 33). A partir da metafunção interpessoal apresentada pela gramática funcional de Halliday e Mattiessen (2004), essa abordagem permite que se encontrem padrões de valoração, como a avaliação e a perspectiva, do discurso a partir do emprego de palavras e expressões. Nesse sentido, a proposta define que a valoração possa ser classificada em três ramificações principais: **atitude**, **gradação** e **engajamento**. A atitude observa o posicionamento atitudinal do autor, por meio do elogio e da censura, apresentando os seus sentimentos e julgamentos sobre o que o cerca. Essa função subdivide-se em afeto (que retrata estados emocionais), em julgamento (referente a normas e valores) e apreciação (recurso de expressar gostos). O engajamento revela a adesão ou não do autor em relação aos posicionamentos de outrem. A gradação, por sua vez, é responsável por intensificar ou mitigar os significados dos dois subsistemas anteriores. Divide-se em força, pela qual se intensifica ou mitiga os significados; e foco, que se observa em contextos não passíveis de sofrer intensificação ou redução de significado, trabalhando-se com a ideia de prototipificação.

Para restringir o escopo das análises, serão consideradas as funções da atitude e da gradação, sem levar em conta o engajamento. A partir de análises mais pontuais, intenciona-se delinear os objetivos essenciais a serem alcançados pela própria Teoria da Avaliatividade. De acordo com Martin e White (2005, p. 40), serão observadas as maneiras como os autores:

- constroem sua identidade para si mesmos;
- posicionam-se diante dos potenciais destinatários;
- constroem a audiência ideal para seus textos.

Em acréscimo a essa teoria, adotam-se pressupostos que apoiam análises do discurso político (Charaudeau, 2013, 2014) e do emprego do poder no discurso (Dijk, 2012). Com isso, observam-se com mais clareza “os modos em que se utilizam as formas linguísticas em diversas expressões e manipulações do poder” (Meyer, 2003, p. 31). Ademais, para se compreender aspectos referentes à intersubjetividade epistolar, emprega-se o viés do conceito de *identidade* autoral revelada pela mediação reflexiva sobre a posição do sujeito, que se exprime na primeira pessoa do singular, conforme postulam Charaudeau e Maingueneau (2008). A adoção de verbos na primeira pessoa do singular, a partir do princípio da *alteridade*, revela a assunção completa daquilo que comunica. Ademais, a identidade autoral (revelada explicitamente e construída nas entrelinhas do texto) permite que se estreitem os laços entre o governador ultramarino e suas raízes portuguesas. Afinal, segundo Conceição (2013), tornar os ausentes presentes era uma das funções precípuas dos manuscritos, inerente à cultura epistolar.

Essas teorias permitem, pois, que se observem tanto as relações explícitas de poder quanto as veladas, desde que sejam reveladas por expressões empregadas no texto. Empregam-se esses pressupostos com a intenção de observarem-se as estratégias subliminares de construção e manutenção do poder autoral por meio da negação das próprias qualidades pessoais. Ao reduzir suas habilidades e negar aquilo de positivo por que deveria se exaltar, o Morgado de Mateus

reitera o princípio monárquico da vassalagem e se estabelece como merecedor dos préstimos de seus superiores.

#### 4. ANÁLISES

Parte-se do pressuposto de que “a maioria das ideologias são formadas discursivamente” (Dijk, 2012, p. 33) para se ampliar o conhecimento da realidade e do imaginário revelados pelo discurso político escrito na segunda metade do século XVIII. Para tanto, pretende-se observar as formas como o poder é “exercido, manifestado, descrito, disfarçado ou legitimado” (Dijk, 2012, p. 39) nos manuscritos analisados.

Entende-se “poder” no Antigo Regime como uma “noção tão complexa quanto vaga” (Dijk, 2012, p. 9). Naquela estrutura social de hierarquia bastante rígida, pode-se entender o poder segundo Duverger (1983, p. 152), de maneira sociológica, como um padrão normativo, pelo qual é definida a situação daqueles que têm o direito de exigir que os outros se submetam às suas diretivas em uma dada relação social. A posição de poder seria um direito estabelecido pelo sistema de normas e de valores da sociedade em que se está inserido. Apesar dos poderes menores, de autoridades como o Vice-Rei das colônias e os Governadores, o poder por excelência era atribuído ao monarca enquanto “portador de uma voz cuja onipotência resulta de ela não se encontrar aqui, mas em um além inacessível” (Charaudeau, 2013, p. 69). Presente em toda a estrutura social setecentista, por meio da ideologia monárquica que permeava todas as relações sociais do período, o poder da realeza era ainda mais legitimado pelo catolicismo. Essa ideologia religiosa, que se manteve forte em Portugal mesmo ao lado dos preceitos iluministas, legitimava o direito ao trono pela ideia de filiação sagrada. Do mesmo modo que o Rei contava com a herança natural da predestinação, os demais governantes também teriam parte desses atributos divinos, uma vez que eram os homens escolhidos pelo próprio Rei dadas as suas posições de nobreza e qualidades pessoais.

Apesar de suas características dignas de exaltação, o autor aqui estudado rebaixa-se diante de seus interlocutores. O poder político no período apoiava-se na posse dos cargos e posições sociais delegados pelo soberano pelo critério do “merecimento”. Exemplo disso é o destinatário das cartas, o Marquês de Pombal, que ganhara o título nobilitário de Conde de Oeiras por conta de sua eficiente atuação na reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755. O Morgado de Mateus, por sua vez, foi convidado ao cargo de governador no ultramar por sua experiência militar vitoriosa na ocorrência da “Defesa da Passagem do Rio Tua” (Bellotto, 1979, p. 14), em que chefiara a Campanha de 1762 em Trás-os-Montes contra os espanhóis. Esse mérito legitima a sua nomeação e lhe confere a patente de capitão-mor. Além de conquistas pessoais, o *ethos* dos administradores setecentistas vinculava-se a questões de ordem afetiva, dentro do círculo de amizade do Rei e o consequente contrato de fidelidade à monarquia.

Os governantes mantinham conduta de submissão às ordens reais, responsáveis por sua nomeação, baseada nos critérios pessoais de confiança e de amizade, do qual derivava a constante possibilidade de destituição. Daí os governantes manterem em evidência o princípio de fidelidade ao Rei e, com isso, o constante realce de seu *ethos*: ‘e do modo possível rendo a Vossa Excelência as graças pelos especiais benefícios que a grandeza de Vossa Excelência está dispendendo continuamente comigo, e com a minha casa’ (C. IV). Os benefícios recebidos são considerados o bastante para o emprego vocabular de itens como ‘criados’, ‘súditos’, que demonstram a submissão e obediência total ao superior em nome do Rei. A obrigação perante o soberano reflete-se de forma explícita: ‘Dispense, meu Senhor, a grandeza de Vossa Excelência que a um criado tão afetivo, e tão infinitamente obrigado a Vossa Excelência como eu sou’ (C. I), ou até mesmo de maneira implícita, por meio da prática do enaltecimento pessoal: ‘Desejo muito que a preciosíssima saúde de Vossa Excelência se conserve sempre feliz para meu amparo. Que a amabilíssima família da ilustríssima e excelentíssima casa de Vossa Excelência goze da mesma perfeita disposição’ (C. I), em que se desejava a manutenção da prosperidade ao interlocutor.

As relações interpessoais entre os administradores do período pautavam-se em estratégias

deliberadas de vassalagem, deixando sempre implícito um código de conduta ligado a um ‘contrato de vassalagem’. Esse contrato chegou a ser de fato um documento escrito, em que se elencavam os direitos e as obrigações dos vassalos em relação a seus senhorios no período feudal. Mesmo que intuitivamente, as práticas contidas nesse código estenderam-se ao longo dos séculos às colônias europeias.

O reconhecimento da valoração social atribuída ao interlocutor ganha instância máxima no seguinte trecho: ‘a todos Vossa Excelência como pai e autor que é de tudo o que somos, nos ampare e sustente e favoreça como pode’ (C. I). A construção do imaginário de paternidade associa o governo monárquico ao da religião católica, em que todas as possibilidades provêm do pai.

A postura para se ‘protestar a minha fiel obediência e reverente escravidão’ (C. III) seria a de reverência do vassalo frente ao soberano, em que, humildemente, punha as mãos juntas dentro das mãos do senhor como forma de simbolizar a submissão ao controle do outro. Esse gesto, nomeado *hominaticum* no latim, tornou-se *homenatge* em um dialeto da língua francesa e resultou no termo ‘homenagem’. Assim, prestava-se homenagem por meio das cartas: ‘o meu reverente obséquio, a suma veneração com que de toda a parte adoto o respeito de Vossa Excelência e a viva memória que sempre tenho das recomendações de Vossa Excelência dos seus impreteríveis preceitos, e das inumeráveis mercês com que Vossa Excelência me tem engrandecido’ (C. I). Sentindo-se agraciado pelas concessões recebidas, agradece de maneira a seus superiores de maneira expressa e deseja que ‘Deus, Nosso Senhor, guarde a Vossa Excelência para meu amparo’ (C. II), incluindo-se como beneficiário da proteção divina, embora abaixo de seu superior.

Essas relações de poder no nível social manifestam-se na interação social. Uma vez que o contato restringia-se à comunicação escrita entre aqueles que permaneciam na Europa e os que viajavam à América, as cartas manuscritas podem ser consideradas o principal instrumento

de interação social ultramarina. Deve-se lembrar que a cultura manuscrita era fortalecida nas colônias portuguesas pela proibição de existirem tipografias nesses espaços.

Partindo-se do preceito de que “o poder social é geralmente indireto e age por meio da ‘mente’ das pessoas, por exemplo, controlando necessárias informações de que precisam para planejar ou executar suas ações.” (Dijk, 2012, p. 42), aquele que detém menos poderes serve-se de recursos que visem ao reforço do contato e validem a relação com o interlocutor. Nesse sentido, o autor emprega as estratégias discursivas de assegurar um bom relacionamento com o Conde de Oeiras, desejando ‘a continuação de uma saúde muito feliz, com que nos seguremos /mediante o vigilante zelo de Vossa Excelência/ todos os aumentos, e felicidades desta Monarquia, a consolação e amparo dos que, como eu, têm em Vossa Excelência sua fortuna e toda a sua esperança’ (C. III), de modo a personificar nele suas realizações. Na mesma diretriz, de modo muito mais amplo, atribui a ele a manutenção do próprio sistema monárquico.

De acordo com Charaudeau (2013, p. 10), o espaço público representa o lugar propício para a representação de papéis sociais. No que esse autor nomeia como “jogo de máscaras”, os interlocutores podem dar vida a personagens, sempre pelo emprego de estratégias que garantam uma interação harmônica e os permitam a preservação de sua face. Nesse sentido, o Morgado de Mateus serve-se da ideologia religiosa para a escolha lexical do verbo: ‘Confesso, Senhor, que desejara ter presa a meu arbítrio a fortuna: para poder ter préstimo e adquirir os maiores acertos neste meu emprego’ (C. I). A polaridade positiva de seu desejo expressa na demonstração de afeto “fortuna” é reforçada pela indicação do julgamento de estima social “préstimo”. A gradação de força “maiores” revela que o autor deseja intensificar seus acertos em sua posição. Essa asserção permite a inferência e que seus acertos já são grandes, mas poderiam ser ainda maiores. Esse desejo, embora tão bem fundamentado, está restrito a uma hipótese que pode não se verificar por completo na realidade, o que o invalida parcialmente e, por conseguinte, justifica suas falhas futuras.

O discurso político contém em si estratégias que visam a construir a identidade do político que o enuncia, verifica-se que a construção discursiva é sempre repleta de significado, o que pode ser ainda mais representativo se as entrelinhas forem consideradas. Por exemplo, a afirmação de ‘que em toda a parte possa eu ter o gosto, e a satisfação de me chegarem estas estimáveis, e desejadas notícias para alívio do meu cuidado e da minha grande saudade e desempenho dos meus votos e dos meus interesses’ (C. I) pode parecer meramente de cunho afetivo. No entanto, a vital importância que se atribui ao recebimento de ‘notícias’ pode ser entendida como a busca do poder. Uma vez que a comunicação com o Reino ocorria unicamente por via das correspondências enviadas e recebidas, o contato com a esfera do poder se daria por intermédio dos papéis. Afinal, “o poder é tanto exercido quanto reproduzido no e pelo discurso. Sem comunicação escrita (e falada), o poder na sociedade não pode ser exercido ou legitimado” (Dijk, 2012, p. 85).

Com isso, o Morgado de Mateus adota a prática de constantemente registrar suas ações. Exemplo disso é que, ao agir sem a validação prévia, justifica-se: ‘em muitas coisas me tenho visto duvidoso do que será mais conforme as intenções de Vossa Excelência e me resolvi segundo o que eu quisera que se me fizesse a mim em semelhante caso’ (C. I). O fato de agir de acordo com o que queria receber retoma os preceitos cristãos, detentores de prestígio social, o que justificaria o fato de porventura não ter agido de acordo com as ‘intenções’ do governo central.

A preocupação central do autor apoia-se na manutenção seu ethos, acima de sua própria integridade física: ‘Mas eu não temo o que cá me podem fazer, temo que na presença de Vossa Excelência representem de mim algumas queixas com que Vossa Excelência venha a pôr em dúvida o meu procedimento, por isso quero prevenir a Vossa Excelência dando-lhe esta notícia para que Vossa Excelência me faça a justiça de me ouvir, sendo servido, sobre as culpas que quiserem acumular-me os meus inimigos’ (C. II). As “queixas” que conduzem às “culpas” revelam a preocupação com o julgamento de sanção social a que esteja submetido. O nível do discurso é, portanto, essencial à manutenção do cargo do autor. Revela a consciência de que a

sua comunicação com seus superiores estava restrita ao envio de correspondências manuscritas e o temor por essa forma de contato estar igualmente disponível a seus adversários.

A exemplo de seus contemporâneos, o autor constantemente jurava fidelidade ao Rei de Portugal com vistas à proteção e à conquista de benefícios pessoais. Esse princípio de fidelidade incluía a promessa de cumprir as ordens e imposições do governo d'além mar, mesmo quando essas determinações contrariassem os interesses locais, o que comumente ocorria. Incluía, sobretudo, gerir o governo de forma a evitar dissabores à Coroa Portuguesa: 'eu me opunha para coibir os seus efeitos, e conservar, como conservo, mediante o favor de Deus até o presente, a tranquilidade pública.' (C. II). Além das medidas, seu empenho pode ser comprovado pela reiteração de que 'eu sirvo com zelo e amor a Sua Majestade' (C. II) e, sobretudo da demonstração do grau de dificuldade de sua missão: 'Eu os acho muito decadentes, sem rendas, sem cultura e sem sujeitos de que me possam ajudar. Quase tudo me é necessário formar de novo' (C. I). Ao se referir à capitania de São Paulo, sempre apresenta os inúmeros problemas a serem vencidos, o que faz com que suas execuções ganhem aura de verdadeiras conquistas. Ao empregar a primeira pessoa dos singular, denota a adoção da responsabilidade para si, como se todas as soluções fossem possíveis por sua dedicação. O autor atinge, por essas estratégias do discurso, a proposta de elevar o nível de conceituação de seu *ethos*.

Deve-se dizer que o rebaixamento de si não é prática exclusiva aos governantes do período, tampouco ao Morgado de Mateus. Exemplo de que se trata de uma prática recorrente na sociedade setecentista é o fato de a obra de caráter didático de Verney (1746) conter a seguinte citação: "é negócio que excede as forças de um só homem. E principalmente de um homem de tão pouco merecimento e autoridade como eu." (Verney, 1746, p. 2).

A capacidade de organização documental apresentada pelo Morgado de Mateus pode ser sua prática de registrar com detalhes todas as ações de seu governo. Para tanto, serviu-se de um diário e empregava suas correspondências públicas e pessoais como meio de comprovação de

suas ações. Esses relatos de sua governança eram compartilhados com o reino nos documentos oficiais sempre que havia oportunidade de envio: ‘Esta ocasião que me permite a frota e a obrigação de dar conta a Sua Majestade, que Deus guarde, das primeiras ideias do governo’ (C. I). O julgamento de sanção social contido em “obrigação” revela o comprometimento do autor. A expressão formulaica ‘Sua Majestade, que Deus guarde’, em terceira pessoa revela o distanciamento do autor em relação à figura máxima do governo e sua postura laudatória.

Na segunda metade do século XVIII, o trâmite documental na administração colonial atendia aos pressupostos da hierarquia vigente, sendo uns documentos “sempre ascendentes, como as cartas, outros, sempre descendentes, como a carta régia.” (Bellotto, 2014, p. 398). Sendo as cartas aqui estudadas ascendentes, trocadas entre as mais altas esferas do governo, os assuntos mais comuns referem-se ao estabelecimento/manutenção da ordem pública, dos quais transmite apenas o necessário: ‘por me parecer desnecessário cansar muito a Vossa Excelência o repeti-las’ (C. IV). A proposta da objetividade, com a meta de resumir informações e evitar a redundância de assuntos é também explicitada como meio de se valorizar o tempo do leitor ‘Desculpe-me Vossa Excelência ter lhe embarçado tanto tempo’ (C. II). Com isso, reforça-se a legitimação do poder atribuído ao interlocutor e, como consequência, confere ao autor o mecanismo de valorização de seu bom senso.

Pode-se entender a escrita do século XVIII como um instrumento a serviço da manutenção do princípio entendido como o de “vassalagem”. Essa prática social bastante positiva no período pressupunha a subordinação dos cidadãos frente às instituições detentoras do poder: igreja e coroa portuguesa, de modo a reiterar as ideologias vigentes e, sobretudo, o governo monárquico estabelecido. A produção escrita, instrumento simbólico de poder, era associada ao “poder oficial”, diretamente ligado ao Rei e aos ocupantes dos demais cargos por ele instituídos.

As produções discursivas veiculadas nas cartas têm caráter laudatório e visam a enaltecer as qualidades morais do Conde de Oeiras, colocando-o em posição superior aos demais homens,

a quem o Morgado de Mateus espera ‘poder ter a satisfação e o gosto de aparecer todas as vezes que lhe for possível aos pés de Vossa Excelência’ (C. I). Dessa maneira, o rebaixamento do autor é proporcional ao *ethos* de grandeza e merecimento atribuído ao interlocutor, o Conde de Oeiras, na construção discursiva do próprio Morgado de Mateus. Ao mesmo interlocutor, o autor recomenda que ‘Deus permita acrescentar a Vossa Excelência muitos anos de vida para amparo de nós todos, pois só em Vossa Excelência esperamos todo o nosso bem e toda a nossa felicidade.’ (C. IV). Eleva-se ainda mais o *ethos* do interlocutor ao se atribuir a dependência de seu amparo para que se tenha o bem e a felicidade. Reforça-se tal asserção com os intensificadores ‘todo’ e ‘todá’ a ampliarem o escopo dessas venturas.

O assunto sobre o qual o autor discorre na carta II pode ser associado diretamente à importância da função laudatória. Ao narrar sobre uma sátira que um autor anônimo teria feito de seu governo, o Morgado de Mateus apresenta-se estarecido diante da ruptura da função laudatória na escrita. Trata-se da oposição imediata com as práticas que sua escrita revela: ‘foram pregar na porta [da igreja] uma vergonhosa sátira’ (C. II). Ao classificar a produção escrita como ‘vergonhosa’, o autor exprime o julgamento de sanção social. Essa atitude contraria a ordem oficial estabelecida ao desrespeitar o representante do governo e traz em si também a marca do afeto negativo. Descreve com detalhes os seus planos criticados: ‘são escarnecidas as tropas, e o seu luzido fardamento, chamando-me destruidor do povo’ (C. II). Ao ser considerado ‘destruidor do povo’, pelo fato de impor o alistamento militar dos moradores da capitania de São Paulo à formação das tropas, usa a adjetivação com a atitude de julgamento de estima social ‘luzido’, a fim de comprovar a distinção dessas tropas. Nessa sátira, é ainda chamado de ‘carreiro’, ao se criticarem as lavouras que vinha instituindo como base de seu governo e criticam as a criação das ‘vilas, chamando-me fidalgo da aldeia, e de meia tigela, e outros vários impropérios indignos de pôr na presença de Vossa Excelência’ (C. II). Todas as ofensas remetem a suas medidas de governo e, por isso, ofendem seu *ethos* público, colocada por ele acima da esfera pessoal. Entretanto, o que mais o preocupa é o fato de terem concluído a sátira ‘com

muitas ameaças de darem de mim conta a Vossa Excelência para que me desse carreira e me pusesse não menos que na força.’ (C. II) Revela-se a força do discurso indicativo de julgamento de sanção social. Afinal, uma acusação de traição às diretrizes monárquicas seria capaz de conduzir um homem à morte pelo enforcamento.

A importância atribuída ao tema é revelada pela narrativa que detalha o ocorrido: ‘tirou logo o vigário capitular a dita sátira e a consumiu, de sorte que se não soube nada nesse dia e nos seguintes. Porém, não contentes com este excesso, passaram a fazer outro maior, pondo-me a mesma sátira dentro de uma carta fechada diante do bofete em que eu costume despachar, e então é que a vi, e pouco depois me disseram o que já tinha sucedido de aparecer outra pregada na porta da Igreja do Recolhimento de Santa Tereza.’ (C. II). Dos muitos detalhes, destacam-se os de ordem religiosa, pois a igreja era o lugar público onde se afixara a sátira e, sobretudo, revela-se a atitude de proteção do vigário, que retirou a sátira antes que outros a vissem, evitando aborrecimentos no dia festivo. Além disso, a esfera da gradação permite que a passagem narrativa ganhe cores, com a intensificação ‘não contentes com este excesso, passaram a fazer outro maior’, tangenciando a afetividade.

Com vistas a causar estranhamento no leitor a fim de que ele conclua por si a falta de consistência da assertiva, afirma que tem vícios: ‘atacando não os meus vícios que era o que deveriam fazer mas as disposições principais do meu governo, em que executo as reais ordens de Sua Majestade’ (C. II). Dessa maneira, ao afirmar que se sentiria menos ofendido se suas falhas de conduta fossem criticadas ao invés do seu trabalho, apresenta indícios de não possuir vícios passíveis de repreensão.

As práticas estratégicas da escrita revelam, na verdade, um bom estrategista militar e político. Apoiado nessas habilidades, o Morgado de Mateus empenha-se para descobrir o autor da sátira de forma velada: ‘tenho dissimulado até agora e vou fazendo toda a diligência para descobrir os cúmplices desta obra, o que até agora não tem sido possível. Se eu os puder conhecer, lhes

darei o castigo merecido’ (C. II). A fim de descobrir os responsáveis, devota ‘toda a diligência’, em que a gradação de força indica sua resolução em resolver o caso pessoal, elevado à esfera do público. Dessa forma, o princípio da justiça entra em voga por meio do ‘merecido castigo’, em que o culpado seria punido de acordo com o julgamento de sanção social em vigência, pois a redação de uma sátira contra uma figura pública era considerada um crime grave.

Conforme mencionado, as cartas contam com um padrão estabelecido pela “redação mais ou menos padronizada” (Bellotto, 2002, p. 77). Em detrimento da ausência de rigidez estabelecida de forma, essa padronização deve-se ao emprego reiterado dos mesmos termos em partes determinadas da estrutura redacional.

Há diversas expressões formulaicas que normalmente são empregadas na espécie “carta”. Por exemplo, todas se iniciam com a menção do vocativo ou endereçamento: ‘Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor’ (C. I, II, III e IV). Essa mesma tratativa honorífica é retomada ao final das cartas, sempre antecedendo o fecho de cortesia, seguida do título do interlocutor, o ‘Conde de Oeiras’ (C. I, II e III) e ‘Marquês de Pombal’ (C. IV). Normalmente os pronomes de tratamento são abreviados ao longo de toda a redação. Esses pronomes contêm em si, além do padrão da mais alta formalidade, o aspecto da gradação de força, por meio da intensificação revelada pela flexão de grau superlativo. Outros termos com o mesmo propósito são usados como adjetivos ‘Ilustríssima e Excelentíssima pessoa’ (C. IV), expressão na qual o julgamento de estima social exalta o destinatário da mensagem. Acrescenta-se a esta a menção ‘e casa de Vossa Excelência’ (C. I), ao se desejar que mantenha o poder do Estado e a felicidade.

O fecho de cortesia é igualmente comum a todas as cartas: ‘de Vossa Excelência cativo e menor criado’, antecedendo a assinatura de próprio punho do autor intelectual (o Morgado de Mateus). Grafada como ‘Dom Luís António de Sousa’, a firma recebe o acréscimo do termo ‘Meu Senhor’ na carta I, atribuindo gradação hierárquica à *persona* do Conde de Oeiras. A escolha lexical de ‘cativo’ e ‘criado’ pressupõe a atitude de julgamento de sanção social, designan-

do o comportamento do autor. Apesar da semântica imediata de rebaixamento a que apontam, geram destaque ao *ethos* do autor. De maneira similar, a adjetivação do superlativo ‘menor’ atua como a gradação de força e, paradoxalmente, intensifica o escopo da posição social do governante.

O distanciamento formal e a elevação do *ethos* de seus interlocutores faz com que as cartas, a exemplo de toda a correspondência oficial do Brasil colonial, mantivessem as tratativas formais pelo o uso do pronome de tratamento ‘Vossa Excelência’. Como meio de ilustrar o valor desse recurso, vale mencionar que o emprego dessa fórmula para se manter o contato com o interlocutor é uma estratégia bastante empregada, cuja ocorrência soma 17 vezes ao longo das três páginas da carta I, tanto como pronome de tratamento quanto como possessivo ‘de Vossa Excelência’. Do mesma maneira, há 16 ocorrências na carta II; 11, na carta IV; e 6 na carta III, redigida em apenas um fólio, diferente das outras, que contam com três.

Outra fórmula digna de menção é a ‘Deus guarde a Vossa Excelência’, empregada para o fechamento das correspondências. Além do alto grau de formalidade, ela inclui a esfera do religioso católico ao discurso, tornando legítimas as intenções anteriormente apresentadas. A esfera ideológica do religioso católico permeia as correspondências oficiais setecentistas, o que remete à citação de ser “difícil separar o brasileiro do católico: o catolicismo foi realmente o cimento de nossa unidade” (Freyre, 2007, p. 92). Essa mesma formulação é empregada quando se cita a pessoa do Rei: ‘Sua Majestade, que Deus guarde’ (C. II). A recorrência de uso torna essa expressão uma espécie de epíteto na estrutura de redação das epístolas administrativas do período.

O emprego de figuras de linguagem faz com que a esfera do discurso torne-se mais concreta aos olhos do leitor. A fim de retratar da maneira mais realista possível o seu cotidiano, o Morgado de Mateus serve-se de algumas figuras que retratem o contexto colonial àqueles que nunca haviam saído da Europa. Dentre os recursos usados pelo autor tanto em sua comuni-

cação pessoal quanto administrativa destacam-se as metáforas. Essa figura é empregada como meio didático e de aproximação dos interlocutores e, portanto, exerce uma função persuasiva no discurso político por “fornecer uma analogia condensada e um julgamento de valor concentrado” (Charaudeau e Maingueneau, 2008, p. 330). As metáforas têm caráter explicativo e evitam a comparação declarada entre duas realidades, provando que o autor tem conhecimento de ambas. Como exemplos de metáforas, as cartas apresentam pontos de intersecção com o imaginário católico: ‘Sabe Vossa Excelência também que aos tiros da inveja, da calúnia e da arrogância, nem a inocência de Cristo, nem a iminência do respeito pode ser isenta.’ (C. II). As investidas dos que se opõem a seus planos de governo são nomeadas ‘tiros’, como elementos direcionados contra alguém na intenção de ferir ou matar. O julgamento de estima social de polaridade negativa retrata as ações dos inimigos do autor, que agem com “inveja, calúnia e arrogância”. Contra tais investidas, nem mesmo as esferas religiosas mais altas, como a do Cristo, foram isentas. O *ethos* autoral é, portanto, incapaz de driblar as artimanhas de seus inimigos. Justificam-se, com isso, quaisquer difamações que surgirem contra si e seu governo. Outra metáfora veiculada à ideologia católica atribui ao Espírito Santo o acerto de ordem militar do Conde de Oeiras, com a criação de tropas na capitania de São Paulo. ‘He sem dúvida que só o Espírito Santo e a iluminada compreensão de Vossa Excelência podia determinar a criação destas tropas’ (C. II).

Além da metáfora, a metonímia é figura de linguagem bastante representativa no discurso do autor. Ao empregar a “designação de um objeto pelo nome de outro objeto, que constitui, como ele, um todo absolutamente à parte, e que lhe deve, ou ao qual aquele deve, de alguma forma, seja sua existência, seja sua maneira de ser” (Charaudeau e Maingueneau, 2008, p. 332), o Morgado de Mateus promove um afastamento do que seria previsível no discurso, de modo a homogeneizar o conteúdo semântico do enunciado. Por exemplo, na expressão ‘Vou juntamente aos pés de Vossa Excelência’ (C. III), o ato de submissão ao interlocutor ganha a imagem do ato físico de curvar-se aos pés do outro. O autor escolheu a parte do corpo do interlocutor

mais próxima do chão para ali posicionar-se, como se fosse digno apenas desta posição. A imagem dos pés surge em outras ocorrências, sempre com o mesmo significado: ‘Beijo reverente os pés de Vossa Excelência’ (C. III); ‘Busco os pés de Vossa Excelência’ (C. IV). Essa construção discursiva, de encostar os lábios aos pés para lhes beijar indica a postura de completa reverência do autor frente a seu interlocutor. E é com esse grau máximo de rebaixamento que o autor constrói a representação de seu *ethos*, mesmo que de maneira aparentemente paradoxal, perante os superiores na hierarquia monárquica.

Em acréscimo aos pés, há a metonímia das mãos. Enquanto os pés indicam a parte mais baixa de uma pessoa, as mãos representam o principal instrumento das ações. Dessa forma, as mãos representam os destinatários como aqueles com o poder decisório, aqueles a que se confia o controle das situações. Observam-se as seguintes ocorrências: ‘Na poderosa mão de Vossa Excelência que humildemente beijo, me encomendo a mim mesmo, a meus filhos e a toda a minha casa’ (C. I); ‘Por isso me valho da poderosa mão de Vossa Excelência’ (C. II). Nota-se que o epíteto ‘poderosa mão’ caracteriza-se pela carga semântica do afeto de polaridade positiva e, ao mesmo tempo, faz referência à esfera do julgamento de sanção social, pois essa é responsável por punir ou absolver. Trata-se da mão daquele que pode cuidar da família e das propriedades do autor em seu tempo de ausência no estrangeiro. Em última instância, atribui-se ao Conde de Oeiras o poder absoluto, como o detentor do poder temporal em nome do poder divino.

Outra estratégia discursiva recorrente é a da aparente desconstrução do *ethos*, pela negação dos valores pessoais com vistas à constante comprovação de possuir humildade e subserviência. Ao se negar o conjunto das próprias qualidades pessoais, intenciona-se que o interlocutor verifique a incoerência desse rebaixamento extremo e adote uma atitude oposta: a de exaltar as qualidades negadas por esse autor. Nessa medida, as negações seriam marcas linguísticas de ordem paradoxal, que diziam algo negativo sobre visando ao elogio do superior. O fragmento ‘o grande dito com que o mesmo Senhor e Vossa Excelência me honraram em se fiar de mim,

sem eu ter merecimentos' (C. I) registra essa estratégia, uma vez que o autor nega o seu merecimento tantas vezes já comprovado. Essa negativa deve ser entendida como meramente retórica porque contradiz o universo da verdade, haja vista os méritos pessoais que conduziram a sua nomeação, na tentativa de manipular a reação do interlocutor.

No fragmento 'Vossa Excelência será servido dar nestas matérias as providências que lhe parecem mais justas, ilustrando com as suas sábias instruções o meu entendimento' (C. IV), o autor subestima a sua própria inteligência, subjugando-se ao Marquês de Pombal, na mesma linha de construção discursiva que a da negação anterior. Nota-se que o caráter laudatório do excerto revela-se no julgamento de estima social que atribui ao interlocutor pelos adjetivos "justas" e "sábias".

Na mesma linha de afirmações de ordem retórica, encaixa-se a afirmação de que 'ninguém melhor do que Vossa Excelência sabe, que eu, que me posso enganar com as paixões e com o amor próprio' (C. II). Ao se preocupar com o fato de poder exaltar suas qualidades, o Morgado de Mateus reitera a ideia de que sua postura de rebaixamento seria sincera e não um mecanismo de promoção do *ethos*. Serve-se de um elemento típico da manipulação, que é o de "comunicar crenças implicitamente, isto é, sem realmente afirmá-las e, portanto, com pouca chance de serem questionadas." (Dijk, 2012, p. 123). Comumente encontra mecanismos de mostrar-se desinteressado do que lhe pudesse trazer benefícios pessoais em detrimento de suas funções de governador: 'Não desejo outra ventura, nem outro despacho mais do que alcançar que os meus cuidados, as minhas diligências, e os meus desvelos em que não descanso, possam vir a servir de algum aumento a estes Estados.' (C. I). Pelas marcas de julgamento positivo de social sobre seu próprio trabalho "cuidados", "diligências", "desvelos", revela-se o *ethos* que de fato deseja promover. A introdução pelas vias da atitude do afeto positivo com o termo "ventura" indica o comprometimento do autor com seu governo. A gradação de intensidade "algum aumento" retoma o caráter de modéstia de seu discurso, uma vez que na realidade empreendia obras que visavam não só à manutenção dos limites territoriais, mas à considerável ampliação desses limites.

Uma estratégia bastante comum no discurso do Morgado de Mateus é a de assumir os próprios erros, a fim de redimir-se pela justificativa de não ter errado de forma premeditada: 'Peço encarecidamente a Vossa Excelência me perdoe em tudo o que possa ter desacertado; porque asseguro muito muito a Vossa Excelência que me parece não terá sido nem com dolo, nem por interesse.' (C. I). O fato de poder errar fica diluído pela justificativa de não se ter errado por querer prejudicar, nem por interesses pessoais. A humildade é usada como recurso para justificar e, sobretudo, para redimir os erros. Adota-se, mais uma vez a dogmática católica da absolvição dos pecados mediante o arrependimento. Nesse sentido, o fato de reconhecer os erros seria o suficiente para serem perdoados, especialmente quando se comprova que não houve a intenção de errar.

Na mesma linha de raciocínio, opõe-se constantemente aos corruptores da ordem, contrários ao governo, afinal 'nem a reta administração da justiça se pode praticar, sem levantar o ódio dos maus: estes são os que ofendem, que os bons não obram desta sorte, senão o bem e a caridade' (C. II). Por meio desse postulado, implicitamente situa a si mesmo no grupo dos 'bons' e, por conseguinte, divulga a proposta de que seus atos estariam ligados ao 'bem' e à 'caridade'.

No fragmento 'e da indefectível clemência de Sua Majestade, que Deus guarde, para que me não falte a graça do mesmo Senhor porque sem ela nem as grandezas, quanto mais a minha humildade, pode conservar-se, e melhor me fora não viver.' (C. II), emprega o recurso da gradação de força ao intensificar com o adjetivo 'indefectível' o julgamento de estima social de 'clemência'. Apresenta a hipótese de que nem mesmo os detentores de grandezas poderiam suportar a ausência de 'graça' do Rei. Verbaliza, em acréscimo, deter a característica da humildade, como um julgamento de estima social de polaridade negativa, mais uma vez de modo a rebaixar-se.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

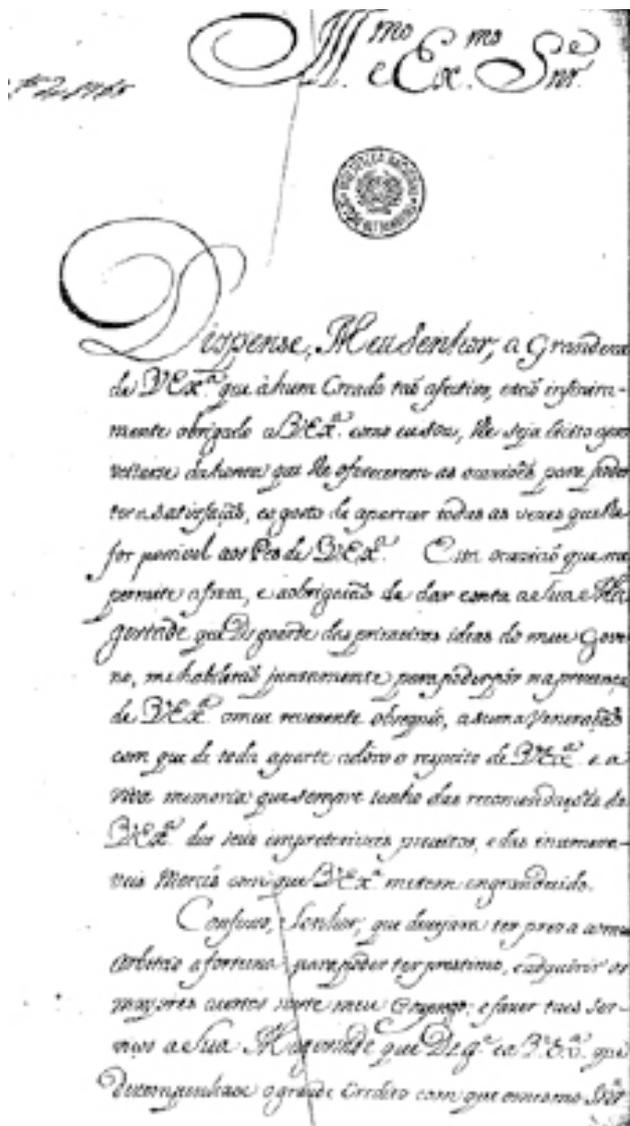
Este artigo objetivou apontar marcas no discurso oficial setecentista, produzido pelo Morgado de Mateus em cartas enviadas a Portugal, no que diz respeito às práticas que aparentemente denotam rebaixamento e menosprezo do seu *ethos*. As análises comprovam que, em acréscimo ao enaltecimento dos interlocutores, há estratégias discursivas de rebaixamento do *ethos* autorral. Dentre esses recursos destacam-se o emprego de fórmulas discursivas padronizadas às tratativas formais inerentes à espécie textual, figuras de linguagem e maneiras de desconstrução do *ethos* autorral e de práticas deliberadas de vassalagem. Essas estratégias foram observadas a partir do pressuposto comum às análises do discurso, o de que em toda formulação discursiva deve existir um ponto de vista autorral, codificado no texto e retratado de forma explícita ou implícita. E, por meio do detalhamento do sistema com o aporte das ferramentas teóricas elencadas, analisaram-se aspectos referentes à intersubjetividade contida nos manuscritos setecentistas.

O conjunto das quatro cartas permitiu observar-se a prática comum no período setecentista de inferiorizar-se e exaltar o outro. Essa prática, aparentemente contraditória, visa a conquistar a empatia do interlocutor, convidando-o a se solidarizar e a agir igualmente com simpatia. Ao reconhecer o caráter de nobreza do discurso a ele dirigido, o superior hierárquico tornaria-se mais solícito em relação àquele funcionário. Sempre em busca de reconhecimento por seu trabalho e por sua dedicação e fidelidade ao Rei, o autor emprega as estratégias discursivas construídas pelo universo ideológico da vassalagem.

Com o apoio do preceito de Dijk (2012, p. 32), de que o poder social não apenas aparece ‘nos’ ou ‘por meio dos’ discursos, mas também que é relevante como força societal ‘por detrás’ dos discursos, conclui-se que o discurso setecentista contido nas cartas ultrapassa a proposta explícita de comunicar a situação administrativa e solicitar orientações. Esse discurso pressupunha o cuidado com a manutenção de seu *ethos* por parte do autor e, em última instância, conduzia à legitimação do poder das autoridades políticas europeias no Brasil colonial.

#### REFERÊNCIAS

- Arruda, J. J. A. (2000). *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo*. Catálogo 1 (1644 – 1830). São Paulo: EDUSC.
- Bellotto, H. L. (2014). *Arquivo, estudos e reflexões*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Arquivística: Objetos, princípios e rumos*. São Paulo, SP: Associação de Arquivistas de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (1979). *O Morgado de Mateus, governador de São Paulo*. Coimbra, PT: Coimbra editora.
- Cambráia, C. N.; Cunha, G.; Megale, H. (2001). *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo, SP: Humanitas.
- Charaudeau, P. (2013). *Discurso político*. São Paulo: Editora Contexto. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2ª ed.
- Charaudeau, P.; Maingueneau, D. (2008). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Editora Contexto.
- Dijk, T. A. (2012). *Discurso e Poder*. Judith Hoffnagel e Karina Falcone (org). São Paulo, SP: Editora Contexto.
- Duverger, M. (1983). *Sociologia da política*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Freyre, G. (2007). *Casa grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Recife: Editora Global, 2007.
- Halliday, M.; Matthiessen, C. M. I. M. (2004). *An Introduction to Functional Grammar*. 3ª ed. London, EN: Edward Arnold.
- Hjelmslev, L. (2003). *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva.
- Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, SP: Editora 34.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1980). *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris, FR: Armand Colin.
- Martin, J.; White, P. (2005). *The language of evaluation: Appraisal in English*. Basingstoke, AUS: Palgrave Macmillan.
- Meyer, M. (2003). *Métodos de Análisis Crítico del Discurso*. Barcelona, ES: Gedisa.
- Verney, L. A. (1746). *Verdadeiro Metodo de Estudar, para Ser util à Republica, e à Igreja: Proporcionado ao Estilo, e Necesidade de Portugal*. Valença: Antonio Balle.



Illustríssimo eExcelentíssimo Senhor  
Dispense, Meu Senhor, a Grandeza  
de Vossa Excelência que à hum Creado tão  
afectivo, etão infinita-  
mente obrigado a Vossa Excelência como eu-  
sou, lhe seja lícito apro-  
veitarse da honra que lhe oferecem as oca-  
ziões para poder  
ter a Satisfação, eo gosto de aparecer todas as  
vezes quelhe  
for possivel aos Pes de Vossa Excelência  
Esta ocazião que me  
permite a frota, e a obrigação de dar conta  
a Sua Ma-  
gestade que Deos goarde das primeiras ideas  
do meu Gove[r]  
no, me habilitaõ juntamente para poder pôr  
na presença  
de Vossa Excelência o meu reverente obse-  
quio, a sua Veneração  
com que de toda aparte adôto o respeito de  
Vossa Excelência e a  
viva memoria que Sempre tenho das reco-  
mendações de  
Vossa Excelência dos seus impreteriveis pre-  
ceitos, e das innumera-  
veis Mercês com que Vossa Excelência me  
tem engrandecido.  
Confesso, Senhor, que dezejara ter preza  
a meu  
Arbitrio a fortuna: para poder ter prestimo,  
e adquirir os  
mayores acertos neste meu emprego; e fazer  
taes sér-  
viços a Sua Magestade que Deos guarde e  
a Vossa Excelência que  
dezenpenhase o grande Credito com que  
o mesmo Senhor

## ANEXO I

### Carta 1

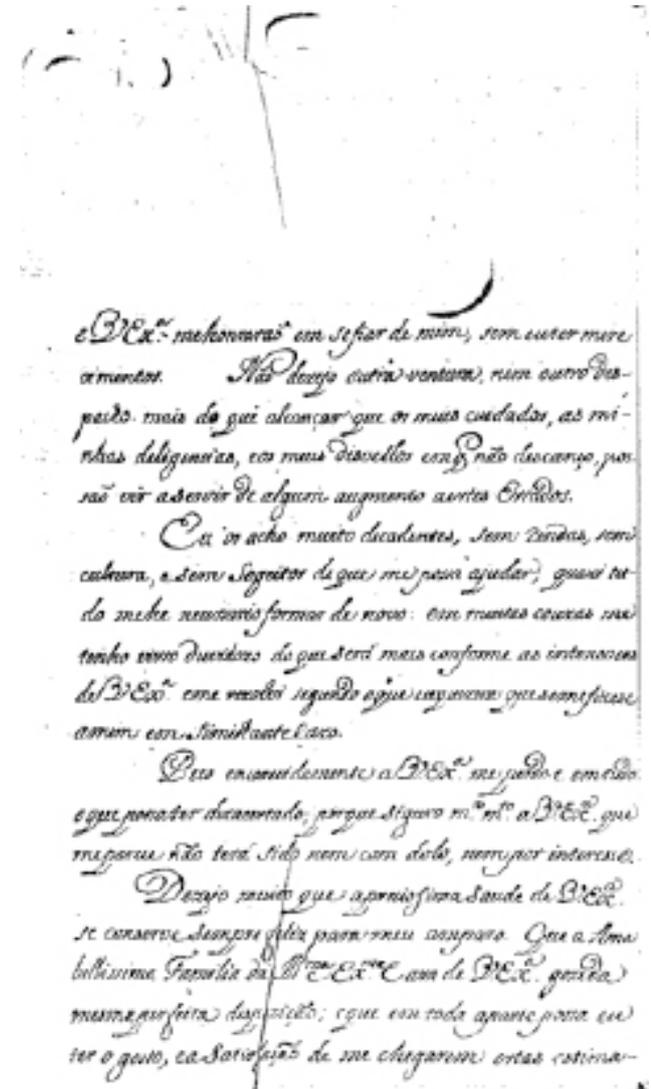
#### Transcrição semidiplomática

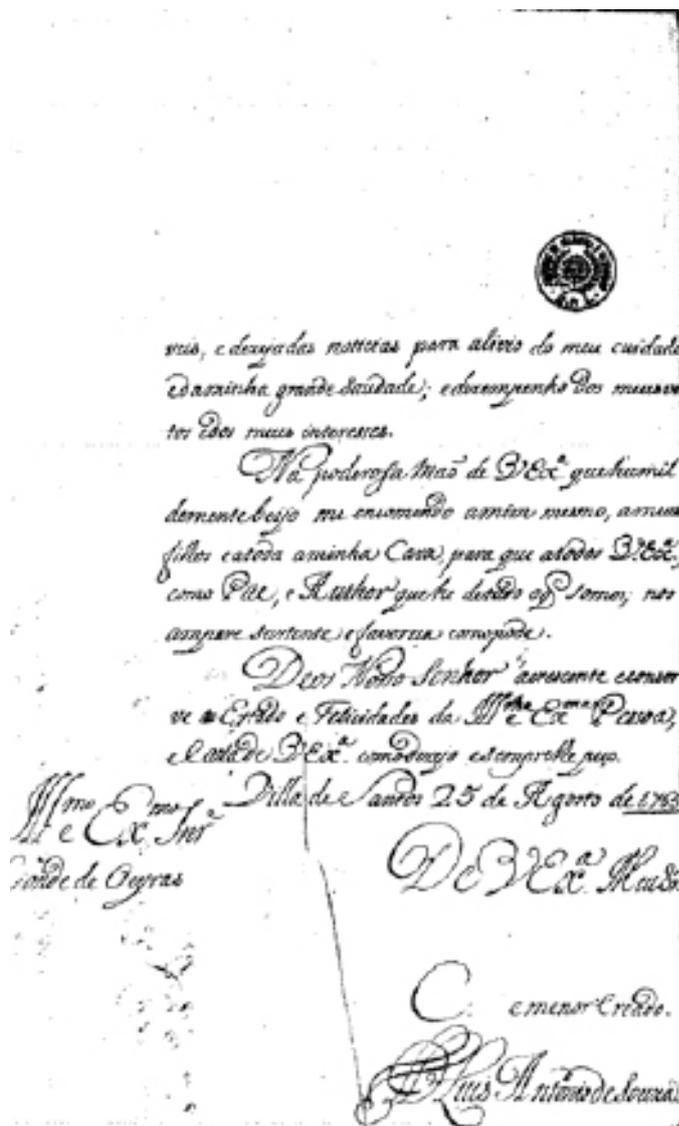
ANEXO I

Carta 1

Transcrição  
semidiplomática

e Vossa Excelência me honrará em se fiar de mim, sem euter merecimentos. Não dezejo outra ventura, nem outro despacho mais do que alcançar que os meus cuidados, as minhas diligencias, eos meus disvellos em que não descanso, são vir a servir de algum augmento a estes Estados. Eu os acho muito decadentes, sem rendas, sem cultura, e sem Sogeitos de que me possa ajudar; quazi tudo me he necessario formar de novo: em muitas couzas me tenho visto duvidoso do que será mais conforme as intenções de Vossa Excelência e me rezolvi segundo o que eu quizera que se me fizesse amim em Similhante Cazo. Peco encarecidamente a Vossa Excelência me perdoe em tudo o que possater de desacertado; porque siguro muito muito a Vossa Excelência que me parece não terá sido nem com dolo, nem por interesse. Dezejo muito que a preciosa Saude de Vossa Excelência se conserve sempre feliz para meu amparo. Que a Amabilissima Familia da Illustrissima e Excelentissima Casa de Vossa Excelência gozede sempre a perfeita disposição; e que em toda parte possa eu ter o gosto, e a satisfação de me chegarem estas estima-





## ANEXO I

### Carta 1

#### Transcrição semidiplomática

**ANEXO II**

*Carta 2*

*Transcrição  
semidiplomática*

Illustrissimo eExcellentissimo Senhor  
Minha Mulher me aviza tem  
requerido a Vossa Excellencia para que eusejarendido no fimdos tres annos  
erecolhido ao Reino:  
Sobreoque mevejo obrigado a dizera Vossa Excellencia  
que minha Mulher obrigadoseu affecto como mulher fas o quedeve; porẽ  
eu como fielvassalo de Sua Magestade que Deos guarde devo sigurara Vossa Excellencia que  
oreferido, naõ hepor insinuaçaõminha, porque eunaõ tenhovon  
tade nemdeir, nemde ficar; senaõ decumprir bem com  
o que Sua Magestade medeterminar: epeço a Vossa Excellencia que assim odispo  
nha, atendendo somente ao que forutil ao Serviçodomesmo  
Senhor, enaõ aminha particularcomodidade; porque meus filhos graças  
a Deos vivem; aminhaCaza mais alqueire menos alqueire go  
vernase eathe agoranaõ temtidoperda; e ainda que ativera;  
as minhas perdas compouco seremedeaõ: opontohe queoesta  
doe felicidade de Sua Magestade que Deos guarde se augmente, eseconserve, equ  
eupossa teralgumprestimo paralhe fazeralgumServiço.  
Deos Guarde a Vossa Excellencia muitos anos São Paulo 3 deJulho  
de1767  
De Vossa Excellencia  
Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Oeiras.  
Cativo e menorCreado.  
Dom Luis AntoniodeSouza

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor  
Com esta occaziaõ Meu Senhor; dedar conta a Vossa Excelência  
do quetenho disposto Sobre os negocios presentes do estado des  
ta Capitania, Vou juntamente Aos pés de Vossa Excelência protestar  
a minhafiel obediencia, ereverente escravidão, Edezejar  
a Vossa Excelência a continuação dehuâ Saude mui feLix, Comque  
Nos Seguremos /mediante o vigiLante Zelo de Vossa Excelência/ to=  
dos os augmentos, efelicidades desta Monarchia, EaCon=  
soLação, eamparo dosque como eu tem em Vossa Excelência sSua for=  
tuna, etoda aSua esperança.

Bejo reverente os pés de Vossa Excelência que Deoz  
guarde muitos annos. São PauLo 4 de Agosto de 1767.

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor  
Conde de Oeyras  
De Vossa Excelência  
Cativo emenor Creado.  
Dom Luis AntoniodeSouza

### ANEXO III

#### Carta 3

*Fac-símile e transcrição  
semidiplomática*

#### ANEXO IV

##### Carta 4

##### *Transcrição semidiplomática*

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor  
Busco os Pez  
de Vossa Excellencia adonde asseste sempre o meu  
reverente respeito, e humilde escravidão  
e do modo possível rendo a Vossa Excellencia as gra-  
ças pelos especiaes beneficios que agrandeza  
de Vossa Excellencia está dispendendo continuamen-  
te comigo, e com a minha Caza; Deos  
permita acrescentar a Vossa Excellencia muitos an-  
nos devida para amparo de nós todos, po-  
is sô em Vossa Excellencia esperamos todo o nosso bem,  
e toda a nossa felicidade.  
A Vossa Excellencia dou  
conta de ter cumprido a Ordem por que se  
[[se]] mandou entregar ao Excellentissimo Bispo este  
Collegio em que estava morando; e exponho  
juntamente a Vossa Excellencia o que neste particu-  
lar se oferece.  
Dos mais Negocios dou conta  
pela Secretaria respectiva, e a Vossa Excellencia faço  
presentes as relações que contem em  
suma os Negocios de que trato, e não re-  
meto todas as Copias por me parecer des-  
necessario, que será cançar muito a Vossa Excellencia  
o repetillas.  
Vossa Excellencia será servido dar  
nestas materias as providencias que lhe  
parecem mais justas, illustrando com as

[[as]] suas Sabias Instruçoens omeu  
entendimento, para poder acertar co-  
mo dezejo, não sô em os empregos do Re  
alServiço, maz tambem nos do agrado  
deVossaExcellencia  
Cuja Illustrissima eExcellentissima Pessoa  
nos GuardeDeos muitos anos como dezejamos  
epedimos aomesmo Senhor para nosso amparo,  
edetoda aMonarquia. São Paulo a18  
de Junho de 1774  
Illustrossimo e Excellentissimo Senhor Marquezd’Pombal.  
DeVossaExcellencia  
Cativo emenor Creado.  
DomLuis AntoniodeSouza

#### ANEXO IV

##### *Carta 4*

##### *Transcrição semidiplomática*



## Legiones y Falanges: construcción lingüístico-discursiva del enemigo

**PRESTIGIACOMO,  
CARLA**  
carla.prestigiacomounipa.  
it

Professore associato L-Lin 07  
Dipartimento di Scienze umanistiche  
Universidad de Palermo

**PALABRAS CLAVE:**

prensa;  
discurso;  
ideología;  
enemigo.

**RESUMEN:** Toda publicación periódica, además de reflejar una “vocación informativa”, desempeña una serie de funciones sociales, entre las cuales destaca la formación de ciudadanos, de receptores críticos del discurso de los medios. Sin embargo, sobre todo en algunos contextos socio-políticos, la prensa puede ser vehículo de una determinada ideología, convirtiéndose en instrumento para orientar al blanco receptor o, en casos extremos, manipularlo, con el objetivo de justificar o reforzar la imagen de un grupo ideológico dominante. En este sentido, es ejemplar la revista *Legiones y Falanges* (1940-43), que, con un discurso claramente populista, se propone ensalzar los fundamentos ideológicos de la joven dictadura franquista. En otras palabras, el objetivo principal del enunciador institucional de la revista es justificar la esencia misma del régimen, denunciando a los culpables de la crisis que había llevado al alzamiento, y atacando de forma sistemática al enemigo de la patria. Con este propósito, los locutores adoptan toda clase de expedientes, forjando un discurso en el que sobresalen la polarización Nosotros-Ellos y el recurso a un léxico valorativo y a una amplia gama de estrategias argumentativas, lícitas y no. Por lo que a este trabajo se refiere, dentro del marco teórico de los estudios de la pragmática lingüística, del ACD y de la argumentación, se analiza un corpus de artículos donde se percibe la construcción discursiva de la imagen del enemigo.

**KEY-WORDS:**

press;  
discourse;  
ideology;  
enemy.

**ABSTRACT:** The press, in addition to reflecting a “vocation of information”, performs a series of social functions, among which the formation of citizens and of critical recipients of mediatic discourse stands out. Yet, especially in some socio-political contexts, the press can be a vehicle for a certain type of ideology, becoming an instrument to orient the recipient or, in extreme cases, manipulate them, in order to justify or reinforce the image of a dominant ideological group. In this sense, the magazine *Legiones y Falanges* (1940-43) is exemplary, since, with a clearly populist discourse, it aims to extol the ideological foundations of Franco’s dictatorship. In other words, the main objective of the institutional enunciator of the magazine is to justify the very essence of the regime, denouncing the culprits of the crisis that led to the “alzamiento”,

and systematically attacking the enemy of the country. To this end, the locutors adopt all sorts of strategies, forging a discourse in which the Us-Them polarization, the use of a value lexicon and a wide range of legitimate -or not- argumentative strategies, stand out. As far as this work is concerned, within the theoretical framework of the studies of linguistic pragmatics, the ACD and the argumentation, I analyse a corpus of articles in which we can perceive the discursive construction of the image of the enemy.

## 1. INTRODUCCIÓN

La guerra de España no es una cosa artificial: es la coronación de un proceso histórico, es la lucha de la Patria con la antipatria, de la unidad con la secesión, de la moral con el crimen, del espíritu contra el materialismo, y no tiene otra solución que el triunfo de los principios puros y eternos sobre los bastardos y antiespañoles (Franco, 27/8/1938)

Con estas palabras, pronunciadas en una entrevista que le hizo el representante de la agencia Havas el 27 de agosto de 1938, Francisco Franco justifica una guerra fratricida, pero necesaria, para que “los principios puros y eternos”, defendidos por el movimiento, se instalen definitivamente en un país hendido en que, a los “bastardos y antiespañoles”, enemigos de la “unidad”, de la “moral”, del “espíritu”, debe ser indicado el camino de la razón. Un país, en síntesis, donde la paz y el orden, como recuerda Cayuela Sánchez (2011), estarán en manos de una minoría que pretenderá “conducir las conductas” (ibídem) de los ciudadanos mediante la represión y la institución de una serie de disposiciones que aseguren la aniquilación de los enemigos de la Patria, recurriendo para ello tanto a la coerción y a la violencia, como a una manipulación planificada y constante de la consciencia de los ciudadanos. Por esta razón, incluso la élite cultural desempeñará una función determinante, pues el arte, la literatura, la música o la arquitectura no solo apoyarán al poder, sino que además se verán en él reflejados. En este mecanismo se encontrará involucrada también la prensa, puesto que, como actor fundamental del proceso de “construcción del espejo social” (Charaudeau, 2003), participará en la constitución de la identidad individual, grupal y nacional de los destinatarios del discurso de la información. De hecho, aunque no podamos identificar la prensa con la expresión directa de la “instancia del poder” (Charaudeau, 2003: 13), tenemos que reconocer que puede actuar de intermediario de una élite ideológica, convirtiéndose en un instrumento de orientación ideológica. Es lo que sucede en determinados momentos históricos, como en los primeros años del régimen franquista que, para asegurarse el poder, pretenderá afirmar su legitimidad haciendo hincapié en la peligrosidad de un enemigo siempre al acecho.

1. *Legioni e Falangi/Legiones y falanges* es una revista que se publica en Italia y en España (en italiano y en español, respectivamente) entre octubre de 1940 y julio de 1943. Hasta la aparición del número 6 (mayo de 1941), las dos ediciones se presentan en modalidad “gemela” (Sinatra, 2015), tanto en formato, como en contenidos.

2. De forma sintética, la estructura valorativa abstracta, el ‘cuadrado ideológico’ que subyace a la polarización nosotros/ellos, busca: “1. Resaltar nuestras buenas propiedades/acciones 2. Resaltar sus malas propiedades/acciones 3. Mitigar nuestras malas propiedades/acciones 4. Mitigar sus buenas propiedades/acciones” (Van Dijk 1996: 21).

Esta será precisamente, a nuestro juicio, la misión sustancial de revistas como *Legiones y Falanges*<sup>1</sup>, que, como hemos intentado demostrar en otras ocasiones (Prestigiacomó, 2015 y 2016a), se configurará como expresión directa del joven gobierno totalitario y de su intento de autolegitimación. En sus páginas, el enunciador institucional, a través de las voces de reconocidos colaboradores, elaborará un discurso fundamentalmente autocelebrativo y populista (Charaudeau, 2009), que pretenderá justificar la revolución y el sacrificio de la sangre española en el conflicto mundial y, al mismo tiempo, identificar las causas de la crisis nacional en un enemigo político concreto: el credo republicano, el bolchevismo y todos aquellos sujetos, grupos étnicos o religiosos que han contribuido a su difusión (Prestigiacomó, 2015). Así pues, todos los textos, independientemente de la función informativa que cumplan (crónicas de guerra, actualidad, cine, literatura, anuncios publicitarios...), colaborarán en la construcción de un macrotexto ideológico, de un discurso populista encargado de exaltar las virtudes del héroe salvador (Franco) y, de esta suerte, exacerbar la negatividad y peligrosidad de la “fuente del mal”:

El líder populista denuncia la fuente del mal designando, no a los responsables como en todo discurso político, sino a los culpables. Pero esos culpables, y ahí se localiza un factor de gran emocionalidad, son designados de manera global, incluso vaga, como si se tratara de seres maléficos que estuvieran escondidos en las sombras, creando complots [...] En fin, el líder populista debe instaurarse como salvador construyendo una imagen de “poder” mediante un comportamiento oratorio elaborado por medio de “improperios”, de fórmulas de choque» (Charaudeau, 2011).

Si bien no hemos detectado casos en los que el locutor recurra exactamente a “improperios”, consideramos que las palabras del estudioso francés reflejan fielmente el tono de los artículos que constituyen el objeto de este trabajo, un pequeño corpus - en realidad, una muestra mínima de los ejemplos que se podrían traer a colación - que da cuenta de la misión propagandística de la revista bilingüe *Legioni e Falangi/Legiones y falanges*. Un reclamo inequívoco que se basa enteramente en la neta contraposición entre la autopresentación positiva del endogrupo y una visión en extremo negativa de “ellos”, del exogrupo (Van Dijk, 2009: 370)<sup>2</sup> o, lo que es lo mismo, una polarización entre dos elementos opuestos, irreconciliables. Por un lado, los justos,

PRESTIGIACOMO, CARLA; LEGIONES Y FALANGES:

CONSTRUCCIÓN LINGÜÍSTICO-DISCURSIVA DEL ENEMIGO

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 6, ANO 2017, PP. 172-192

los defensores y salvadores de España, así como de Europa y del Orbe entero, y por el otro los enemigos, cuya identidad se va perfilando y definiendo en las páginas de la revista. La finalidad no será otra que la de persuadir al lector en todos los niveles discursivos y lingüísticos mediante argumentos ilícitos y falacias, amén del recurso a un lenguaje emotivo que desembocará en lo irracional, o que asumirá, en casos extremos, la pretensión de la verdad científica.

A este respecto, en mi estudio se recogen algunos de los ejemplos más significativos de los textos cuyo objetivo principal es delinear la identidad del enemigo. Se trata de artículos que demuestran de qué manera el discurso mediático se convierte en instrumento de la ideología del vencedor y, por consiguiente, de su voluntad de ejercer un control mental (Van Dijk, varios trabajos).

Teniendo en cuenta el tema que he decidido tratar en esta ocasión, en la constitución del corpus no me he atendido a un criterio único. En primer lugar, he descartado los artículos de las secciones fijas relacionadas con asuntos culturales, los elementos paratextuales - como los pies de foto - y las páginas publicitarias. En segundo lugar, he considerado solo la edición española y, en su interior, exclusivamente los originales en castellano. Finalmente, he decidido analizar un número relativamente reducido de aquellos artículos que merecen especial atención respecto a lo que yo he llamado “construcción lingüístico-discursiva del enemigo”. Desde el punto de vista metodológico, he trabajado de forma transversal, recurriendo a la teoría de la argumentación (Anscombe y Ducrot, 1994) y a su gramática (Lo Cascio, 1991 y 2009; Fuentes Rodríguez y Alcaide Lara, 2002 y 2007), a los instrumentos del análisis crítico del discurso, así como a los estudios sobre ideología, discurso y manipulación de Van Dijk (sobre todo 1996, 2003, 2006, 2008, 2009 y 2010).

El discurso del poder, máxime cuando se hace expresión de un régimen totalitario, suele connotarse por un intento de autolegitimación, que se verbaliza en la “autopresentación positiva” (Van Dijk, 2009) y, de forma absolutamente maniquea, en la “presentación negativa de los

otros”, como hemos aludido más arriba. Aun reconociendo que se trata de una estrategia lícita en el ámbito de la argumentación política (lícita sí, pero no siempre “feliz”, si no se respalda con argumentos legítimos; Lo Cascio, 1991 y 2009), en relación con el contexto en el que nos movemos, se convierte en una estrategia intensificadora que solo aspira a exacerbar la negatividad de la imagen del enemigo, para así poder justificar cualquier medida coercitiva o reacción, incluso violenta. Dicho de otra manera, la exaltación de los valores positivos del endogrupo se nutre de la iniquidad de “la fuente del mal” en una relación recíproca (cuanto más feroz el enemigo, más heroicos los nuestros).

## **2. ANÁLISIS DEL CORPUS**

Si nos adentramos en el estudio de los textos, observamos que la trama persuasiva del interlocutor se funda en estrategias lingüístico-discursivas que afectan a todos los niveles, desde los macroactos de habla (por ejemplo, acusación/defensa), la naturaleza de los enunciados (por ejemplo, asertivos, interrogativos, exclamativos), las secuencias (descripciones con pocos o muchos detalles...), la sintaxis (forma pasiva/forma activa), la modalidad, el léxico, hasta las figuras retóricas (por ejemplo, hipérboles/eufemismos, metonimias y metáforas...); todo oportunamente seleccionado para enfatizar las propiedades positivas del endogrupo y las negativas del exogrupo (vid. Van Dijk, 2009: 370-372) y, sobre todo, para orientar y manipular las conciencias de los lectores.

El primer objetivo que se plantea el régimen, como se ha dicho, es legitimar su propia esencia y consagrar a su héroe, protagonista de una victoria histórica sin pares (“es la Historia en sí misma”). Mediante un discurso metafórico, la idea del martirio, de la cruzada, matizada también por el empleo de adjetivos eufóricos (“gloriosa”), tecnicismos (“casuismos”) y neologismos (“desmeduladas”), por una parte, y la dimensión mitológica del enemigo, amplificada por una serie de imágenes hiperbólicas (“dragón de mil cabezas”, por ejemplo), por otra, construyen una contraposición que no deja dudas sobre la trascendencia “universal” de la victoria

de Franco, tanto interna o nacional (“venciéndose sobre sí misma”, “carne desgarrada”), como externa o mundial (“frente marxista y democrático internacional”):

La victoria española, venciendo al frente marxista y democrático internacional, y venciéndose sobre sí misma, sobre su propia carne desgarrada, tiene demasiado relieve en su gloriosa realidad para que nadie pueda jamás someterla a interpretaciones parciales, amañados casuistismos, ni historias desmeduladas; la victoria de Franco está por encima de las pequeñas historias, porque es la Historia en sí misma. [...] España, con la dramática y heroica luz que su sangre proyectó sobre el Universo, alumbraba la oscuridad y la confusión, desvelando la clausura en que la enemiga potencia crecía. Desveló la maraña de Europa dando abiertamente el pecho desnudo al misterio de ese dragón de mil cabezas que era el frentepopulismo liberal, soviético y masónico. (de Echarrí, 1942: 4)

El enemigo interno, la “antiEspaña”, se identifica claramente con la II República en *En España y en Rusia* de Luis Bermúdez de Castro (1942: 12-13). Una vez más, es la violencia el argumento empleado en la construcción de la identidad del mal. De hecho, el pretexto del artículo es un acontecimiento concreto: la destrucción de un monumento de Toledo que la Infantería española había dedicado al comandante Villamarín. El episodio, en realidad, se configura como una metáfora para introducir la segunda parte del artículo, dedicada a la División española en Rusia, que “iba venciendo dificultades increíbles y enemigos frenéticos” (Bermúdez de Castro, 1942: 13). En los dos fragmentos siguientes, además de la exaltación de la “verdadera España”, destaca el desprecio del locutor por el exogrupo, expresado mediante el recurso a una descripción modalizada mediante la adjetivación y la derivación apreciativa (“ser desgredado y sucio”, “mujerzuelas”, “bestialidad”), a la metáfora animalizadora (“aulló la turba”, “se acompasaban con graznidos”), a la ironía (“¡gran victoria!”) y a la polifonía (discurso directo):

La República que estilizaban los artistas en carnosa matrona, calado el gorro frigio y luciendo las glándulas mamarias, arribó a la Imperial ciudad en su propio ser desgredado y sucio, seguida del cortejo de los intelectuales decadentes, mujerzuelas en mono y bonete americano, y obreros conscientes [...] de su propia bestialidad. Había que celebrar el triunfo sobre la tiranía de la inteligencia; era preciso empezar por un acto demostrativo de la cultura popular, apta para desempeñar los cargos más

difíciles y las misiones más arduas; ¿a quién representaba aquella estatua apoyada en un sable y empuñando un libro sino a lo más odioso de la sociedad? ¡Abajo la estatua! ¡Muera el ejército!, aulló la turba y, seguidamente, amarrando una maroma al cuello del bronce, pusieronse todos a tirar mientras se acompasaban con graznidos. Derrumbóse la efigie del caballero -¡gran victoria!- y quedó perpetrado el primer rasgo de la soberanía del pueblo. [...] No era el desprecio lo que tenía que contener a la horda en sus desmanes: la verdadera España se alzó contra los asesinos, y entre las poblaciones que no pudieron dominar a las masas comunistas, socialistas y republicanas, Toledo sucumbió; mas no del todo, porque un puñado de valientes hizose fuerte cabe los fuertes muros del Alcázar, y aquellos torreones demostraron al mundo entero que el alma de la raza, como el acero toledano, no pierde su temple con el calor de la refriega, ni se rompe al choque. (Bermúdez de Castro, 1942: 12)

[...]

La División española en Rusia está escribiendo con su sangre el apéndice de la guerra de Liberación; sus bravos soldados han echado raíces en la inhóspita tierra de la estepa [...] rechazando continuamente, sin dejar un palmo de terreno, las embestidas más furiosas de un enemigo que les odia como a ninguno, porque fue el primero que le venció. (Bermúdez de Castro, 1942: 13)

3. Para un estudio más detallado sobre los textos de Giménez Caballero, véase Prestigiacomo 2015.

Otro texto que merece nuestra atención es, sin duda, *La resurrección de España*<sup>3</sup>, que Ernesto Giménez Caballero publica en *Legiones y Falanges* en 1941. La exaltación del endogrupo (“esta España renacida, juvenil, ambiciosa y disparada”) se hace patente:

¡España reconquistada! ¡España resucitada! Diez años hace que fundamos “La Conquista del Estado”. Y muchas cosas trágicas y hermosas han pasado en esta España renacida, juvenil, ambiciosa y disparada. Muchas cosas han pasado. Y muchas más sucederán.

Pero las que sucederán no serán aquellas de hace diez años: del 14 de marzo de 1931. (Giménez Caballero, 1941: 7)

En este primer fragmento sobresalen algunos de los elementos típicos del discurso ideológico de la Falange (eso sí, de un gran intelectual de la Falange):

1- El movimiento ha cumplido con su misión redentora (“¡España reconquistada! ¡España resucitada!”)

2- El tono homilético<sup>4</sup>, casi profético, y fuertemente emotivo (que se acentúa en la segunda parte del texto), la sintaxis “abrupta”, las admiraciones, las repeticiones anafóricas, la adjetivación abundante...

3- La contraposición entre tres planes temporales: el pasado trágico (la República y sus nefastas consecuencias: “muchas cosas trágicas”), el presente (“esta España renacida, juvenil, ambiciosa y disparada”) y el futuro (“Y muchas más sucederán.”), un futuro que, gracias a la acción de determinados hombres, los que se identifican con el endogrupo del locutor, no repetirán los errores del pasado y, sobre todo, evitarán tragedias espantosas.

La fuerza del movimiento es tal que serán vanos todos los intentos de revancha del enemigo, la “fuente del mal”, que se identifica nuevamente con una masa que, convertida en una hiperbólica avalancha, podría causar un nuevo apocalipsis, merced también a la complicidad de “esos insensatos” enemigos internos (la Antipatria a la que se refería Franco en su entrevista), encabezados por Prieto, el Trotsky de Bilbao. Sobre las numerosas estrategias discursivas, poco hay que señalar, puesto que hablan por sí mismas. El ritmo “in crescendo”, el tono amenazador, el recurso a la metáfora, la adjetivación evaluativa, junto al sistema adverbial, modal y temporal, que marca la inevitable reiteración de los eventos, así como el recuerdo de trágicos hechos históricos (la quema de iglesias y conventos del 11 de mayo de 1931) construyen una argumentación que, por su alto componente emotivo e irracional, constituye un ejemplo evidente de manipulación (Van Dijk, varios trabajos):

Es inútil que los enemigos de entonces y de siempre busquen “enterradores de urgencia” y “gusanos asalariados” otra vez. Y nuevas banderas y alegrías de otro 14 de abril. Otro 14 de abril traería, inexorable e inmediatamente, su 11 de mayo -fecha del incendio, en 1931, de los conventos e iglesias de Madrid-, en forma de una fugaz y tercera República que daría paso a otra revolución oriental ¡espantosa! Porque

4. Sobre la estrecha relación entre el discurso fascista -en Italia y España- y la oratoria religiosa, remito a Martínez Garrido 1997.

ahora sería la invasión auténtica del Occidente, encuadrada por los eslavos, hoy acauchantes; la invasión de todas esas masas islámicas, hindúes y chinas, que ya, suicidamente, ciertos pueblos europeos, incitados por el judaísmo, arman y concentran con criminales promesas. Sería la irrupción de avalanchas africanas en España, que segarían las cabezas insensatas de todos esos insensatos, hoy manejados por Prieto – por el Trotsky de Bilbao –; esos insensatos a los que el calvario de estos tres años no les ha servido, tristemente, para nada. (Giménez Caballero, 1941: 7)

La alusión a los eslavos, a “las masas islámicas, hindúes y chinas”, del mismo modo que a las “avalanchas africanas”, además de confirmar cómo, en un discurso populista, el enemigo se identifica normalmente de forma vaga, indefinida, incluyendo en una única enorme masa amenazadora, etnias, religiones y credos políticos, revela también la manera en que en lo concerniente a la construcción lingüístico-discursiva del enemigo, el locutor recurre a diferentes expedientes persuasivos, entre los cuales sobresale la tendencia a la hipérbole.

En síntesis, el régimen franquista encuentra su máxima expresión en su misión redentora de España y, más en general, del mundo cristiano ante el peligro representado por el bolchevismo o la degeneración de China<sup>5</sup>. Una vez más, es Giménez Caballero quien firma uno de los textos que mejor reflejan el valor de la cruzada franquista: *Presagios, Defensa de la Cristiandad* (1942 pp. 4-5). En un discurso en el que el objetivo ideológico se expresa de una forma muy afín a la oratoria religiosa, a la vez que militar, el entramado argumentativo se alimenta bien de mecanismos propios de la persuasión legítima, bien de la manipulación puesto que, tanto la macroestructura<sup>6</sup> como la microestructura, el léxico emotivo (sobre todo la adjetivación) o el tono profético y aciago obtenido mediante el empleo de la modalidad imperativa, interrogativa y exclamativa apelan a la irracionalidad y generan una atmósfera especialmente aterradora ante la amenaza de una “venganza secular”, de un “terremoto histórico”. Único baluarte ante la inminente embestida del enemigo, la raza aria, el occidente católico, que inevitablemente tiene que identificarse con los regímenes fascistas:

5. Diferente es el caso de Japón, país con una “misión civilizadora y noble” (Giménez Caballero, 1942: 4), al que se justifica la invasión de China por representar un freno a la posible bolchevización de toda Asia.

6. La macroestructura, caracterizada por la presencia incesante de la repetición anafórica de “Sólo percibimos”, expresión de una modalidad epistémica solo aparentemente débil, quiere acentuar el tono amenazador del peligro de una inminente invasión del “marxismo semita”.

Para los que venteamos el aire del futuro, ese aire nos trae un estremecimiento cálido, moreno y amenazador, de allá por Siria. [...] ¿qué pasa por Aleppo, Bagdad, Beirut, Tiro, Jaifa? No lo sabemos bien. Sólo percibimos –confusamente, por la distancia: que Inglaterra, desesperada, busca el defender su hegemonía oriental [...] entregándoles los secretos bélicos de la sagrada técnica aria de dominación<sup>7</sup>.

Sólo percibimos: que en Africa egipcia, líbica y etiópica, las tribus negras poseen hoy carros de combate y conocen la técnica italiana de guerra. Y en el Asia china, los soldados [...] tratan de derrocar – con armas yanquis e inglesas – la misión civilizadora y noble del Japón. Y en la India, el Gange tiembla de venganza secular contra Europa.

Percibimos: que Alemania mira afanosamente hacia el “Tracio fiero” [...] Hacia un nuevo Lepanto percibimos que mira hoy la nueva Casa de Austria hitleriana, con sus ojos azules.

Percibimos: la honda y tremenda agitación del Oriente que, como un terremoto histórico, sacude las entrañas del Islam en estos instantes. [...]

Y todo esto lo percibimos contemplando de reojo la sonrisa silenciosa, inmóvil e incitadora de Rusia.

[...] ¡Roguemos a Dios el triunfo de la Cristiandad armada que hoy combate! ¡Antes de que, huidos por breñas pirenaicas, tengamos que soñar en nuevas Covadongas, en nuevos 18 de julio! ¡Seamos más católicos e imperiales que nunca! Frente a los presagios de un Oriente en revancha bestial e incalculable.

[...]

Nosotros percibimos desde nuestro rincón romanogermánico de España, desde esta occidental y cristiana España: ¡toda el ansia de “revancha semítica” que vibra en el aire del mundo!

Percibimos: el ansia de sangre y venganza que hay acumulado contra aquellos que arruinaron judíos, aplastaron bolcheviques, domeñaron Balcanes, desdeñaron demócratas. [...]

Ser hoy católico es ser totalitario. Ya España está reservado – por su misticismo secular - el convencer al mundo de que la Cristiandad significa abrir la mano en señal de paz y concordia frente al marxismo y la democracia con sus puños cerrados y rencorosos.

7. Como se verá más adelante, blanco constante de los ataques exacerbados de los locutores de *Legiones y Falanges* son los británicos (anglosajones o angloyanquis), enemigo especialmente despreciado por su “histórico comportamiento artero y cobarde”.

¡Roguemos a Dios el triunfo de la Cristiandad armada que hoy combate! ¡Antes de que, huidos por breñas pirenaicas, tengamos que soñar en nuevas Covadongas, en nuevos 18 de julio! ¡Seamos más católicos e imperiales que nunca! Frente a los presagios de un Oriente en revancha bestial e incalculable.

Españoles y gentes arias del mundo: ¡a defender la Cristiandad!

En la definición de la “fuente del mal”, un espacio importante lo ocupan las continuas referencias dedicadas a los anglosajones y angloyanquis, que, a causa de sus artimañas históricas, se llegan a considerar los máximos responsables del conflicto mundial. Las alusiones al enemigo británico, como se ha visto, por ejemplo, en *Presagios*, se encuentran incluso en artículos dedicados a temas no estrechamente vinculados con el conflicto mundial. Un fragmento muy elocuente en este sentido, es el extraído de *Sangre hispana en el foco del torbellino* de Ignacio Mendizábal (1942: 31). En el texto se justifica la agresión nipona como una lógica consecuencia de las solapadas maniobras de los sajones, ingleses, yanquis y de ambos mundos, a lo largo de la historia:

La mina del Pacífico había de reventar. Los *sajones yanquis* impulsaron al débil Japón de 1898 contra China por *móviles egoístas*, ayudándole a vencer. ¿Pueden extrañarse de que hoy el Japón quiera adueñarse de toda la China útil por sus minerales y su agricultura?

Los *sajones ingleses*, siempre *arteros* para hacer combatir al prójimo en provecho propio, arrojaron al Japón contra la Rusia zarista, que molestaba a Inglaterra. ¿Puede sorprenderles que el vencedor de Port Arthur intente hoy reivindicaciones sobre Vladivostok o la Mongolia soviética? *Los sajones de ambos mundos impelieron* en 1914 al Japón a que combatiese en el Pacífico a Alemania. ¿Puede asombrarles que los marinos nipones, hostigados por ellos a apoderarse de las Marshall y Carolinas alemanas, hoy se vean bastante fuertes para desembarcar magistralmente en Mindanao y Guam, Borneo y Malasia? ¿Qué hace el Japón sino ampliar lecciones sajonas recibidas?

Si bien los hechos históricos se traen con frecuencia a colación para identificar con toda certeza a los responsables de la degeneración del mundo católico y ario, no cabe duda de que

un argumento científico en apoyo a la tesis que identifica al enemigo rojo con la “fuente del mal” universal cobra una eficacia mayor en la misión “catequizadora” de *Legiones y Falanges*. Es lo que se aprecia especialmente en el texto con el que cerramos este breve artículo, donde, aplicando criterios aceptados de conocimiento, se pretende convertir una opinión (basada en una ideología) en una creencia, o más exactamente, en una verdad, resultado de una investigación científica<sup>8</sup>.

Me refiero a un artículo que sobresale por su unicidad en el macrotexto de *Legiones y Falanges: Características raciales del comunismo* (1941: 24-25)<sup>9</sup>, una síntesis de los resultados de los estudios del médico palentino Antonio Vallejo Nájera, el “psiquiatra del régimen”, autor imprescindible para comprender los fundamentos “científicos” que justificarían la esencia del gobierno franquista. El objetivo del enunciador es, obviamente, justificar científicamente la lucha contra el comunismo. Se trata de un análisis empírico que no puede dejar dudas sobre la legitimidad del levantamiento del 18 de julio, de la guerra mundial y del martirio de la división española en Rusia.

Si bien, por definición, el texto científico tendría que caracterizarse por su “inmunidad” contra cualquier tipo de interferencia ideológica, pueden darse casos en que el locutor traiciona el equilibrio entre demostración, argumentación y persuasión, para abogar por una forma discursiva que se acerca peligrosamente a la manipulación. Es precisamente lo que sucede en *Características raciales del comunismo*, puesto que Vallejo Nájera infringe tanto las reglas de la licitud argumentativa, como la norma de la verdad y, por supuesto, la objetividad propia de todo discurso científico. Las infracciones del médico afectan bien a la macroestructura (Prestigiacom, 2016), como a la microestructura, en la que sobresale la presencia de un léxico fundamentalmente emotivo. En nombre de la verdad científica, Vallejo Nájera, después de una primera secuencia de enunciados interrogativos, que confirmarían el propósito demostrativo del artículo, expone las premisas que justificarían su investigación:

8. Como apunta Van Dijk: “En otras palabras, todo depende de las bases o criterios de juicio. Si estos fundamentos son tan sólo una norma o un valor cultural o de grupo («es malo dañar nuestra salud fumando»), entonces la creencia es una opinión. Sin embargo, si los fundamentos son un criterio de verdad socialmente compartido (por ejemplo, la observación, la comunicación fiable, la inferencia válida, la investigación académica, etcétera), u otro conocimiento basado en tales criterios, entonces la creencia es objetiva (verdadera o falsa)” (Van Dijk 1996: 18).

9. A este artículo he dedicado el estudio publicado en Prestigiacom 2016b.

Existe una idea vulgar del “hábito” comunista. Representase el vulgo el biotipo comunista provisto de innumerables estigmas degenerativos, cejijunto, peludo, mal encarado, harapiento. Olvídanse las gentes de que algunos príncipes y aristócratas rusos fueron adalides del anarquismo libertario, primera de las fases del moderno comunismo, y, también, de que gentes de elevados círculos sociales, atildados poetas, financieros feminoides, impulsaran en nuestra tierra el bolchevismo. (Vallejo Nájera, 1941: 24)

Un sistema de creencias populares (Existe una idea vulgar del “hábito” comunista. Representase el vulgo...) que ha generado una imagen extremadamente negativa del “biotipo comunista” es la tesis que, aparentemente, el médico palentino pretende refutar con su argumentación; sin embargo, como veremos, el texto reafirma, mediante una falsa contraargumentación pseudocientífica, lo que declara desmentir. De hecho, después de la introducción, la exposición de los resultados de una investigación científica requiere una inmediata comprobación, mediante una aportación de datos. Sin embargo, en la macroestructura del artículo es posible distinguir dos partes diferentes. La primera coincide con una larga secuencia “histórica”, con una serie de argumentos coorientados a las conclusiones que se exponen en el final; la segunda, sería la más propiamente científica, porque comprende la presentación de los datos y la conclusión de un estudio empírico. Entrando en detalle, como he dicho, la primera parte del texto contiene argumentos de carácter histórico (hasta cierto punto, dado que en ocasiones se citan también a personajes legendarios o semilegendarios como Mimos y Licurgo), pero lejos de brillar por el tono científico, las palabras del locutor revelan la ideología y la aversión por el enemigo rojo (y no solo).

El recorrido se abre con “las propiedades raciales de los dorios”, pasando por la influencia de Tomás Moro, para llegar al comunismo moderno y, en concreto, a los agitadores rusos, sin olvidar una defensa desaforada de Jesucristo y un ataque al pueblo judío que, finalmente, será ratificado por los datos empíricos recogidos por el doctor y verbalizados mediante un léxico valorativo (evidenciado en cursiva en el fragmento):

[...] las características raciales de esta rama de la familia semita difieren absolutamente de las propias de las razas mogólicas, finesa y eslava, constitutivas del núcleo racial del moderno comunismo. Recuérdese que los judíos fueron representantes de la antigua civilización asiática, los depositarios de la religión, y que, aunque *egoístas y despóticos*, eran de fina inteligencia y poseían formidables dotes militares y comerciales. Ciertamente hoy figuran entre los *campeones y propagandistas del comunismo* no pocos judíos, con *misteriosos e inconfesables fines*; pero el comunismo jamás será propiedad racial judía, pues contradice la *tendencia a la adquisividad y al egocentrismo*, propias del pueblo judío. (Vallejo Nájera, 1941: 24)

En la segunda macrosecuencia, se intensifica la presencia de la terminología y, sobre todo en el final, de cifras y porcentajes, elementos que constituirían la prueba irrefutable de la cientificidad de la investigación. Sin embargo, los datos presentados se limitan al estudio de las características psicofísicas y sociales de 73 prisioneros norteamericanos (dicho sea de paso, en las brigadas internacionales, el grupo de los estadounidenses ascendía a más de 3000 voluntarios) y los porcentajes calculados no tienen un valor estadístico fiable.

El objetivo real del discurso del psiquiatra se hace manifiesto en el párrafo conclusivo, cuando, una vez más, la visión de un futuro amenazador revela cómo una argumentación pseudo-científica, o por lo menos lícitamente persuasiva, encierra un claro intento de manipulación.

Dadas sus características biológicas, el comunismo únicamente puede difundirse entre las razas degenerativas e incultas, que carecen de confianza en su destino, desposeídas de valores propios, incapaces de perfeccionarse y aspirar, por los propios trabajos y valía, a superarse y superar a los demás hombres en todos los aspectos culturales de la civilización. Considerado el comunismo en su aspecto étnico-cultural, es la vuelta a las civilizaciones primitivas y simplistas: al hombre salvaje. (Vallejo Nájera, 1941: 25)

### 3. CONCLUSIÓN

Si bien los textos analizados representan solo una mínima parte del extenso macrotexto de *Legiones y Falanges*, considero que son suficientes como para poder inferir que uno de los objetivos de la revista es legitimar la ideología del grupo dominante y su función redentora. De ahí que se dibuje una neta fractura maniquea, la misma recordada por el generalísimo en su entrevista de 1938, que aspira a imprimir en la consciencia de los lectores la imagen de una nueva España, una España regenerada y triunfadora sobre la “fuente del mal”, sobre un enemigo que se define hiperbólicamente a través del recurso constante a la amenaza y a unos expedientes lingüístico-discursivos que afectan tanto a la macroestructura, como a la microestructura, construyendo un discurso mediático totalmente complaciente con el régimen de Franco.

REFERENCIAS

Albaladejo, T. (2016). Arguing to convince. The rhetoric of scientific discourse. *MÈTODE. Science Studies Journal*, 6, 129-133. Fecha de acceso: abril 20, 2016 en <https://ojs.uv.es/index.php/Metode/article/view/4615>

Anscombe J.-C. & Ducrot O. (1994). *La argumentación en la lengua*. Madrid: Gredos.

Capuano C. F. & Carli A. J (2012). Antonio Vallejo Nagera (1889-1960) y la eugenesia en la España Franquista. Cuando la ciencia fue el argumento para la apropiación de la descendencia. *Revista de Bioética y Derecho*, 26, 3-12. Fecha de acceso: septiembre 20, 2016 en [http://www.ub.edu/fildt/revista/rbyd26\\_art-capuano-carli.htm](http://www.ub.edu/fildt/revista/rbyd26_art-capuano-carli.htm)

Carmona Sandoval, J. C. (2013). Discurso y artículo científico. Una aproximación retórica. *Ra-Ximhai*, 9 (1) 117-152. Fecha de acceso: junio 14, 2016 en <http://uaim.edu.mx/webraximhai/Ej-26articulosPDF/07-JuanCarlosCarmonaSandoval.pdf>

Cayuela Sánchez, S. (2011). *La biopolítica en la España franquista* (Tesis doctoral). Murcia: Universidad de Murcia. Fecha de acceso: abril 20, 2016 en <https://digitum.um.es/jspui/bitstream/10201/19789/1/CayuelaSanchezSalvador.pdf>

Charaudeau, P. (2011). Las emociones como efectos de discurso. *Versión, La experiencia emocional y sus razones*, 26, México, UAM, 97-118, Fecha de acceso: julio 1, 2014 en <http://www.patrick-charaudeau.com/Las-emociones-como-efectos-de.html>

\_\_\_\_\_ (2009). Reflexiones para el análisis del discurso populista *Discurso&Sociedad*, 3 (2) 253-279. Fecha de acceso: junio 20, 2016 en [http://www.dissoc.org/ediciones/v03n02/DS3\(2\)Charaudeau.html](http://www.dissoc.org/ediciones/v03n02/DS3(2)Charaudeau.html)

\_\_\_\_\_ (2009). La argumentación persuasiva. El ejemplo del discurso político. *Haciendo discurso. Homenaje a Adriana Bolívar*. Caracas: Facultad de Humanidades y Educación, Universidad Central de Venezuela. Fecha de acceso: junio 20, 2014 en <http://www.patrick-charaudeau.com/La-argumentacion-persuasiva-El.html>

\_\_\_\_\_ (2008). Pathos et discours politique. *Émotions et discours. L'usage des passions dans la langue*. Rennes: Presses universitaires de Rennes. Fecha de acceso: junio 20 2016 en <http://www.patrick-charaudeau.com/Pathos-et-discours-politique.html>

\_\_\_\_\_ (2003). *El discurso de la información. La construcción del espejo social*. Barcelona: Gedisa Editorial.

Ducrot, O. (1984). *El decir y lo dicho*. Buenos Aires: Hachette.

Franco Bahamonde, F. (1938). *Declaraciones a la Agencia "Havas"*, 27-VIII-1938. Fecha de acceso: mayo 14, 2017 en <http://www.generalisimofranco.com/Discursos/pensamiento/00001.htm>

Fuentes Rodríguez, C. (2013). La gramática discursiva: niveles, unidades y planos de análisis. *Nuevas tendencias en el análisis del discurso*, Cuadernos AISPI, 2, 15-36. Fecha de acceso: marzo 21, 2017 en <http://www.aispi.it/magazine/issues/2-slash-2013-nuevas-tendencias-en-la-linguistica-del-discurso>

\_\_\_\_\_ (2009). *Diccionario de conectores y operadores del español*. Madrid: Arco Libros.

Fuentes Rodríguez, C. (2004). Enunciación, aserción y modalidad, tres clásicos. *Anuario de Estudios Filológicos*, XXVII, 121-145.

\_\_\_\_\_ (2003). Factores argumentativos y correlatos sintácticos. *ELUA*, 17, 289-304.

\_\_\_\_\_ (2000). *Lingüística pragmática y Análisis del discurso*. Madrid: Arco Libros.

Fuentes Rodríguez C. & Alcaide Lara E. R. (2007). *La argumentación lingüística y sus medios de expresión*. Madrid: Arco Libros.

\_\_\_\_\_ (2002). *Los mecanismos lingüísticos de la persuasión*. Madrid: Arco Libros.

García Jurado R. (2012). Sobre el concepto de populismo. *Estudios*, 103 (X), 7-31. Fecha de acceso: junio 15, 2014 en <http://biblioteca.itam.mx/estudios/100-110/103/RobertoGarciaJuradoSobreelconceptodepopulismo.pdf>

Lazo, A. (1998). *La iglesia, la falange y el fascismo*. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de publicaciones.

Lazo Cividanes, J. (2006). Ciencia e ideología: apuntes para un debate epistemológico. *Revista argentina de sociología*, 6, 32-49. Fecha de acceso: septiembre 10, 2016 en <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26940603>

Lo Cascio, V. (2009). *Persuadere e convincere oggi. Nuovo manuale dell'argomentazione*. Città di Castello (PG): Academia Universa Press.

\_\_\_\_\_ (1991). *Grammatica dell'argomentare. Strategie e strutture*. Firenze: La Nuova Italia.

Martínez Garrido, E. (1997). Elementos de oratoria sagrada en el discurso fascista ítalo-español. *Revista de Filología Románica*, 14(1), 333-343. Fecha de acceso: julio 20, 2014 en: <http://revistas.ucm.es/index.php/RFRM/article/view/RFRM9797120333A>

Mucchielli, A. (2002). *El arte de influir. Análisis de las técnicas de manipulación*. Madrid: Cátedra.

PRESTIGIACOMO, CARLA; LEGIONES Y FALANGES:

CONSTRUCCIÓN LINGÜÍSTICO-DISCURSIVA DEL ENEMIGO

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 6, ANO 2017, PP. 172-192

Prestigiacomo, C. (2016a). *Identità, stampa e regimi: un trinomio indivisibile. Percorsi di lettura. Identità, totalitarismi e stampa. Ricodifica linguistico-culturale dei media di regime*. Palermo, UniPa Press, pp. 9-23.

\_\_\_\_\_ (2016b). Ciencia y manipulación discursiva en Legiones y Falanges: «Características raciales del comunismo». *Identità, totalitarismi e stampa. Ricodifica linguistico-culturale dei media di regime*. Palermo: UniPa Press, pp. 257-275.

\_\_\_\_\_ (a cura di) (2016c). *Identità, totalitarismi e stampa. Ricodifica linguistico-culturale dei media di regime*. Palermo: UniPa Press.

\_\_\_\_\_ (2015). *Legiones y Falanges: Estrategias argumentativas para “una España Nueva, Libre y Grande”*. *Stampa e Regimi. Studi su Legioni e Falangi/Legiones y Falanges, una “Rivista d’Italia e di Spagna”*. Bern: Peter Lang, pp. 253-276.

Sánchez García, F. J. (2010). *Pragmática de los titulares políticos. Las estrategias implícitas de persuasión ideológica*. Madrid: Visor Libros.

Sevillano Calero, (1998). *Propaganda y medios de comunicación en el franquismo (1936-1951)*. Alicante: Publicaciones de la Universidad de Alicante. Fecha de acceso: septiembre 27, 2016 en <http://publicaciones.ua.es/filespubli/pdf/LD84790874637062078.pdf>

Sinatra, C. (a cura di) (2015). *Stampa e Regimi. Studi su Legioni e Falangi/Legiones y Falanges, una “Rivista d’Italia e di Spagna”*. Bern: Peter Lang.

Van Dijk, T. A. (2010). Discurso, conocimiento, poder y política. Hacia un análisis crítico epistémico del discurso. *Revista de Investigación Lingüística*, 13, 167 - 215. Fecha de acceso: marzo 15, 2011 en <http://revistas.um.es/ril/article/view/114181/10812>

\_\_\_\_\_ (2009). *Discurso y poder*. Barcelona: Gedisa editorial.

\_\_\_\_\_ (2008). Semántica del discurso e ideología. *Discurso&Sociedad*, 2 (1), 201 - 261. Fecha de acceso: febrero 10, 2014 en <http://www.dissoc.org/ediciones/v02n01/DS2%281%29Van%20Dijk.pdf>

\_\_\_\_\_ (2006). Discurso y manipulación: discusión teórica y algunas aplicaciones. *Revista Signos: estudios de lingüística*, 60, 49-74.

\_\_\_\_\_ (2003). *Ideología y discurso*. Barcelona: Ariel.

\_\_\_\_\_ (1996). Opiniones e ideologías en la prensa. *Voces y culturas*, 10 (II Semestre), 9-50. Fecha de acceso abril 23, 2017 en <http://www.discursos.org/oldarticles/Opiniones%20e%20ideolog%EDas%20en%20la%20prensa.pdf>

**WEBGRAFIA**

<http://buscon.rae.es/ntlle/SrvltGUISalirNtlle>

<http://corpus.rae.es/cgi-bin/crpsrvEx.dll>

<http://www.filosofia.org>

<http://www.heraldicahispanica.com/XXVIpuntos.htm>

<http://www.retoricas.com/2009/07/recopilacion-discursos-general-franco.html>

<http://www.rumbos.net/ocja/jaoc0011.html>

**CORPUS ANALIZADO**

Bermúdez de Castro, L. (1942). *En España y en Rusia. Legiones y Falanges*, año II, 24, 12-13.

de Echarri, X. (1942). *La revolución y la victoria. Legiones y Falanges*, año II, 18, 4.

Giménez Caballero, E. (1941). *La revolución de España. Legiones y Falanges*, año I, n. 10, 6-7.

\_\_\_\_\_ (1942). *Presagios, Defensa de la Cristiandad. Legiones y Falanges*, año II, 16, 4-5.

Mendizábal, I. (1942). *Sangre hispana en el foco del torbellino. Legiones y Falanges*, año II, 15, 31.

Vallejo Nájera, A. (1941). *Características raciales del comunismo. Legiones y Falanges*, año I, 14, 24-25.



## Words of empowerment: (pseudo-)scientific discourse in magazine advertisements

**SIMÕES, ELSA**  
esimoes@ufp.edu.pt

**TUNA, SANDRA**  
stuna@ufp.edu.pt

Professora associada na Universidade Fernando Pessoa

Professora auxiliar na Universidade Fernando Pessoa

**KEY-WORDS:**  
advertising;  
magazine advertisements;  
discourse;  
advertising strategies;  
empowerment and  
credibility.

**ABSTRACT:** It is the purpose of this essay to undertake a reflection on the different strategies used in magazine advertisements in order to acquire discursive credibility, which is something advertising discourse, in general, is normally denied. After a theoretical incursion on the practice of discourse borrowing in advertising, we will concentrate on the analysis of advertising strategies which draw on (a) medicine and medical speech, (b) mathematics and mathematical jargon, and (c) environmentally-friendly discourse to enhance and substantiate their claims. In order to analyze these three different strategic options, we will be focusing on a corpus constituted by magazine ads. Although we are using a limited corpus for the present work, it would be possible to point out, in a tentative manner, to the existence of an increasing trend towards the use of science (and scientifically-grounded arguments) to confer further credibility to ads, something which can also be advantageously used as differentiation factor in a highly cluttered market, even if, very often, what is being used is merely a mimicking of the most easily recognizable discursive characteristics of such discourse, and not scientific discourse *in toto*.

## 1. INTRODUCTION

Advertising, as a discursive practice, does not usually foster goodwill or credibility. The fact that it obviously intends to sell us something or is trying to make us alter a behavior of some kind is usually harmful to its credibility:

The presence of a substantial financial investment at the sender's end of the process induces the extra motivation element in this specific communicative circuit, and, very often, this perceived premeditation taints it with a social connotation of intrusion, insincerity and undesirability amidst a world made up of other more clearly defined discourses and narratives. (Freitas, 2010: 259)

By definition, ads display asymmetrical power practices. They convey their messages by assuming an authority they do not intrinsically possess. If we look closely at their message content, we will notice that they are often outspoken, intrusive and annoying, in their attempts to make us, potential consumers, alter our behaviours. The proverbial 'visitor from Mars' would possibly find it surprising that audiences do not rebel against such discursive practices, or that advertising messages still manage to be conveyed, against all odds. As we will see, one of the ways of guaranteeing that the message is, in fact, transmitted and understood, is by using diversion strategies, i.e. by making the audience concentrate on whimsical and amusing visual and textual characteristics (in which case the message gets through edgewise); or, as in the situation we are going to discuss in more detail, to plan the message so that it presents a superficial resemblance to other - more creditable - discourses, so that some of that credibility might rub off onto the ad and its contents.

## 2. AIMS AND METHODOLOGY

It is the purpose of this paper to identify instances of empowerment in ads by means of borrowing from discourses that are traditionally seen as authoritative by the layman. In all the examples discussed, we will notice that, regardless of the fact that they are trying to establish

a scientific ground for their claims, these ads do not let go of the seductive approach they are traditionally associated with: an ad for a facial cream will try to appeal to reason with a display of statistics and measurements; however, it will also address your emotions by showing a celebrity in her late forties or early fifties whose skin still looks perfect.

It is possible to find instances of these approaches in television and print. For the category of products we will discuss (mainly cosmetics and cars), the moving image is an added resource to maximize message conveyance. Also, on TV, the soft-spoken and self-assured voice-over effectively reinforces the authority of the sender (whoever that may be). Very often, for this kind of product, there will be a multimedia campaign, with television ads and print ads working together at different levels, in order to achieve a global effect. However, for the purposes of this paper, we will be focusing on print ads, since the immobility of all elements on the page makes it easier to identify and analyze them in detail, as well as to reproduce. Special attention will be given to elements normally present in print ads, i.e. illustration and copy. These elements will be closely scanned, using discourse analysis methods, so as to detect the specific forms these occurrences may assume.

### **3. DISCOURSE BORROWING PRACTICES IN ADVERTISING**

Ads are borrowers. To put it more strongly, they are clever thieves. They will trespass on virtually every other discourse type, regardless of their nature, in order to lift from them any desirable characteristic they can possibly have and re-use those features for their own purposes: ‘The best ads are successful bandits, raiding the borders of their accompanying discourse, but with the sense not to stay too long.’ (Cook, 1992: 37). Unlike what happens with the majority of discourses, ads hide their true discursive identity, assuming (whether in earnest or mockingly) the nature of others. This happens mainly because advertising as a discourse, as we have seen, does not command much credibility or respect on the part of its intended audiences: it is often seen as a ‘voice for hire’ which will say anything, no matter what, to convince us to buy

something we do not want and do not need. Therefore, instead of highlighting its discursive presence – which is often felt as intrusive and/or annoying – it is better for ads to downplay their existence in a self-effacing manner, blending in with other, more socially valued, discursive voices.

#### **4. CREDIBLE, ‘PSEUDO’ SCIENTIFIC CLAIMS IN ADVERTISING**

The persuading purpose inherent to advertising discourse requires a constant craving for credibility and validity devices in the building of advertising messages:

Advertisers need, then, to somehow construct messages that ‘break through’ consumers’ scepticism, or at least perhaps to construct scenarios in which consumers are motivated to ‘take control’, constituted in products they can buy. So these texts need to use strategies which allow or encourage consumers to identify with their messages, or at least to find some personal relevance in the discourses they use. (Coupland, 2007: 41)

It is only expectable that a discourse that raises suspicion concerning the truthfulness of its claims and that is laudatory by nature would require some strategies that may help promote good will towards its messages or, at least, some involvement. Frequently, thus, advertising discourse will draw on scientific discourse to ensure credibility or to make up for the audience’s skepticism towards advertising, as scientific discourse, unlike advertising, seems to enjoy a reputable indisputable status in today’s world.

Discourse borrowing, in addition to accounting for discursive variety, is often used as a means of validating claims. Thus, appropriating discourses that hold consensual (and ideological) perceptions in society is a shortcut for creating acceptance towards an advertising claim. As we will see from the analysis of the selected corpus, such discourses are incorporated in advertising messages and the underlying claims that the audience is expected to uphold or to go along with. The array of discourses advertising draws on is certainly vast and diversified, but an examination of adverts reveals some consistency in the use of certain discourses, which

seem to enjoy marked credibility in today's society, namely scientific discourse speech, connected with different areas, such as mathematics, medicine, among others, and the up-to-date trend of environmental discourse, often connected with positive images of nature, urging to its protection.

The cosmetic world appears to be particularly interested in validating its advertising claims by cloning scientific discourse in a rather persistent manner. The fact that beauty care products normally present themselves as solutions for healthy skin rather than being simply connected with beauty dispositions makes this argumentative strategy almost natural or unavoidable. However, other cosmetic products, which are aimed mostly at improving appearance, make use of identical discourse features, relying significantly on pseudo-scientific messages.

As far as environmentally-friendly claims are concerned, the range of products that draw on these referents for validation is astonishingly vast and diversified. The prevalent concern for the damage caused to nature, on the one hand, and the widespread belief in nature's benefits for have made this domain quite attractive for advertisers.

Advertisers soon realized the advantages of borrowing from science, and adverts on different goods, especially in the area of cosmetics have long been using technical and scientific jargon, as well as visuals, to validate their promises and claims (Myers, 1994:22). 'Scientific claims' assume different forms; according to the products involved and to the argumentative strategy; and they resort to different branches of science; from medicine to technology and the environment: they will get hold of prevailing ideological artifacts to empower advertising messages.

The claims and connotations provided by such scientific expressions and imagery are somehow alike: authority, precision, certainty, validity, among others (Evans et al, 2013), but their scientific content is rather questionable, as it is often void of scientificity. Such scientific domains are rather referent systems, in the sense adopted by Williamson (1978), as meaning conveyors in the semiotic transfer that occurs in advertising. It is rather the form than the content that mathematical formulae in advertising provide:

In terms of the discourse of mathematics constructed, we showed that advertisements use mathematics as a referent system to associate with the product, and transfer to it, valued characteristics of mathematics like precision, rationality, and authority, rather than employing such characteristics to construct reasoned argument. (Evans et al, 2013: 23)

This holds true for the majority of claims that resort to this referent system, and even environment-friendly claims, notwithstanding possible genuine concern for ecology, comprehend subtle but complex constructs on nature and science that serve commercial and promotional intents rather than environmental causes. As argued by Chen (2016) in a thorough analysis of environmental cues in car adverts, nature and the environment are mostly symbolic systems used to support advertising strategies

In the era of cultural branding, products are not merely sold for their utility values: rather they are increasingly represented as embodiments of positive attributes such as love, friendship, youth and so on. Driven by this trend, natural images become increasingly generic so that they are more easily associated with a variety of attributes. (Chen, 2016: 15)

This has been a recurrent strategy in products particularly amenable to this discursive strategy, such as medicines, financial products, cosmetics, among others, but has certainly extrapolated to a variety of amenities and goods that seem to benefit of a more 'scientific' approach. As claimed by Hatt and Otto (2011), these discourses underpin ideological tenets that sustain the importance of being 'smart' and making 'smart choices'. Through a combination of reason-tickle argumentation, advertisers use socially credible discourses to validate their claims, making choices seem cleverly devised:

The commodification of smartness has become possible, in part, through the creation of images and marketing copy in advertising. People are now encouraged via media to purchase products such as technology, biopharmaceuticals, and baby formula and services such as wealth management to identify with and cl The commodification of smartness has become possible, in part, through the creation of images and marketing copy in advertising. People are now encouraged via media to purchase products such as technology, biopharmaceuticals, and baby formula and

services such as wealth management to identify with and claim their own smartness or to become seen as smart. aim their own smartness or to become seen as smart. (Hart and Otto, 2011: 522)

## **5. ANALYSIS OF THE CORPUS**

In this paper, we will highlight instances where ads resort to the use of more or less overt hints of (a) medicine and medical speech, (b) mathematics and mathematical jargon and (c) environmentally-friendly forms of address, in an effort to better convince audiences of the underlying scientific basis of the arguments presented. This closeness to scientific discourse therefore corresponds to the rational part of a balanced approach which, as we have seen, never lets go of emotional seduction appeals, as if these ads were telling us that we are getting the best of both worlds.

### **5.1. MEDICINE AND MEDICAL SPEECH**

As mentioned above, using medical terms in adverts for products connected with health is hardly surprising, though such advertising has long been questioned both on ethical grounds (see, for example, William et al, 1977, Cătoiu et al., 2013) – a debate that raises the issue of using advertising at all – and on the content value, as it is arguable whether such medical terms are actually a part of rational approaches or whether their denotational meaning content is actually irrelevant or meaningless. The extent to which medical terms are even intelligible to the average consumer is often a concern emerging from ethical approaches to this topic.

As part of a dominant scientific discourse, medical discourse has invaded advertising messages in various areas, for different products and services. Boasting indisputable authority, it has become part of advertising of certain products such as cosmetics, validating claims of scientific testing, accurate intervention, guarantee of results and curative properties. Medical and health-related terms have colonized the promotional discourse on cosmetics from the more initial

stages of marketing, in the naming of brands/lines of products and products (Clinique Even Better Clinical Dark Spot Corrector, Shiseido Ultimune Power Infusing Concentrate), to the statements used in advertising messages. Such argumentative strategy is also present in visuals, which often allude to medical staff, instruments/equipment and sceneries peculiar to the world of healthcare, and to less obvious but relevant aspects, such as white backgrounds and sceneries, evoking laboratories and the seriousness and sobriety required to validate the advertising claim (Kress and van Leeuwen, 1996).

Ads for facial cosmetics have been betting for a long time on the synecdoche that a ‘perfect face’ equals ‘beauty’ and ‘perfection’ (Johnson, 2008: 111). These ads seem to take for granted that the concept of ‘beauty’ (or even ‘perfection’, for that matter) can be consensually defined and is consensually coveted. These concepts are gender-related and reinforced in each of us by means of successive socially-enforced layers of messages and readings. As Johnson points out:

We do not – each of us – discover through every successive interpersonal engagement that clear skin is preferred or that wrinkles are disdained. Rather, those successive interpersonal engagements draw from multiple repetition of the same cultural message and also then contribute by repeating those established codes. (Johnson, 2008: 111)

From the moment ageing is regarded as a health problem, it has become even more justifiable for beauty care advertising to take hold of medical terms, arguments and structures. After all, such products claim to resolve and combat this ‘health problem’:

Marketed products, particularly those targeting women, are largely scientized: the products are represented as pharmaceutical rather than cosmetic, with claims made about empirical verifiability, often (exclusively for the female market) making ‘precise’ claims about how much younger such products can make skin appear to be. Readers are persuaded that skin care is a serious business in which highly technologized products can, with care and conviction, make significant and capital-enhancing changes to facial appearance, similar to those associated with surgical intervention. (Coupland, 2007:56)



Figure 1

The advertisement for Estée Lauder's Advanced Night Repair is representative of such an approach. In addition to lexical options, such as 'DNA research', and the argumentative resource in 'New Clinical Study Proves', foreground the role of medical discourse in advertising messages. This argumentative structure completely relies on the (pseudo) scientific entourage, as it invites the reader to check what is meant by 'Proven effective all ethnicities' in 'See the results' and claiming additionally that this is 'DNA Science in Depth'. The copy strategy is combined with visual options, by using a bottle with a dropper, resembling a medicine bottle (with a pipette). In addition, the model depicted and smaller pictures at the bottom serve as evidence of the claim that it works for all ethnicities. The scientific method is thus replicated through the furnishing of evidence and testing.



Figure 2

L’Oreal’s Revitalift advert expands this kind of strategy and clearly assumes ageing as a medical condition, for which L’Oreal provides the cure. From the outset – the name of the product itself – the argumentative setting lays on cosmetic surgery settings. The concept of lifting processes is taken up in the name, then, the argumentative strategy is built around this axis: ‘you will see clinical results’, a promise that is repeated throughout the advert, a promise to repair the consequences and symptoms of a supposed illness which ageing seems to have become. To make sure textual coherence is maintained, the remaining arguments resort to the medical lexicon, so the copy goes on referring to the composition of the product – ‘Pro-Retinol A’, ‘Fiber restoring complex’. In this case, we witness a perfect example of targeted action against a problem, as would be expected in a medical intervention against a serious disease. Medical intervention can be seen as metaphorical for the action of the product that is being advertised or could even be directly mentioned, as several of these ads will refer to ‘laser’, ‘botox’ or ‘lifting’ –sometimes positioning the product as a replacement for all these procedures. As Johnson points out:

The ads call to mind heavy construction crews, special subcontractors and an array of artisans each practicing a special trade [...] The face-fixing products for this age cohort [40 +] call directly on the discourse surrounding injections and surgical face-lifts by referencing these procedures either directly and metaphorically.[...] In this way, the discourse creates a direct competition with the barrage of ads for cosmetic surgeries and injections. (Johnson, 2008: 130).

As to the illustration, it offers cohesion within the overall strategy, displaying the lines commonly used in plastic surgery to mark near-surgical procedures to validate the promise of a ‘real clinical’ intervention. Naturally, this apparently rational message is counterbalanced by depiction of a glamorous actress who seems to have overcome the plight of ageing signs, as the smaller pictures of a ‘before and after’ may demonstrate.

This approach is highly recurrent in advertising for skincare products, and some brands, such as Clinique, epitomize such a strategy by assuming from the very brand name – Clinique

– pointing to the idea of a true healthcare service, an image associated with medical intervention. Indeed, Clinique presents its products as forms of treatment against the medical condition of ageing. The tripartite structure of cosmetic and skincare products' names (brand name + product range name + product name), together with its common descriptive nature, offer a possibility for a true immersion into the healthcare lexicon, ingeniously intermingled with softer appeals: Clinique Anti-Blemish Solutions All-Over Clearing Treatment, Clinique Anti-Blemish Solutions Clinical Clearing Gel, Clinique Repairwear Laser Focus Smooths, Restores, Corrects.

The advertising claim for its product Clinique Repairwear Sculpting Night cream demonstrates this argumentative route: science – treatment – medicine – medical plastic intervention – an itinerary that is markedly present from the product name to the copy.

Age defence team.

Our daily defence team help to shield skin against the visible signs of emotional and environmental stress.

Age is thus associated with a condition, provoked by harmful (natural) agents such as gravity, thus, the brand present themselves as a 'defense team', not only protecting, but also perfecting – 'sculpting' – an underlying allusion to more invasive interventions. The picture reinforces the outcomes, by displaying a partial model face – absolutely flawless, in a white, lab-like background, and with a silver product flask, thus providing the white and silvery (from the instruments and tools) atmosphere of laboratories and surgery theatres.



Figure 3

This strategy is openly assumed by this brand, which found a formula to lure consumers into buying cleverly, but also emotionally. Therefore, it built a circular concept around which nature, science, wellbeing and beauty gravitate, thus reassuring consumers that their skin's health and appearance will be well (scientifically) taken care of:

24-hour hydration for thirsty skins.

Bursting with humectants and hyaluronic acid—nature's perfect moisture magnet.

Moisture Surge specialists keep skin plumped, dewy, glowing for a full 24 hours

This line of argumentation is likewise present in makeup advertising, where the concern for perfecting the appearance is expectedly more prominent, but where the concern for boasting a (pseudo)scientific method is maintained. The reference to 'dermatologists' or 'Smart Colour Correcting Technology', implying an appeal to reason, blends with a tickle strategy, appealing to more emotional and aesthetical principles – such as the search for perfection. In the end, as the text shows, it is all about wellbeing – 'you look like the picture of health'.

One day, your skin looks 'different.' Too red, sallow, dull or ashy. Our guiding dermatologists know why. Skin's undertones change. Now, Smart Colour Correcting Technology helps change them back. In seconds, you look like the picture of health. Lasting, oil-free hydration and a sunscreen mean a more flawless look tomorrow, too.

## 5.2. MATHEMATICS AND MATHEMATICAL JARGON

What referent system could convey more authority than mathematics? It would be difficult to think of a referent that epitomizes precision, certainty and science better than maths. In addition, it is generally accepted as a universal language, which provides it with even more appealing properties – a true resourceful source for advertisers: equations, figures, graphs, mathematical

signs provide an array of argumentative opportunities. Regardless of the consumers' awareness or understanding of all symbols and devices, and regardless of their visibility as mathematical language, they provide a shortcut to accuracy, hence, credibility. The graphic properties of mathematical signs makes them useful in advertising copy and illustration, as both codes provide adverts with 'irrefutable' scientific evidence, with an objective point of view: 'Its [mathematical discourse] objectivity derives from the fact that it does not stop at appearances, but probes beyond the surface, to deeper, more hidden levels' (Kress and van Leeuwen ,1996: 150).

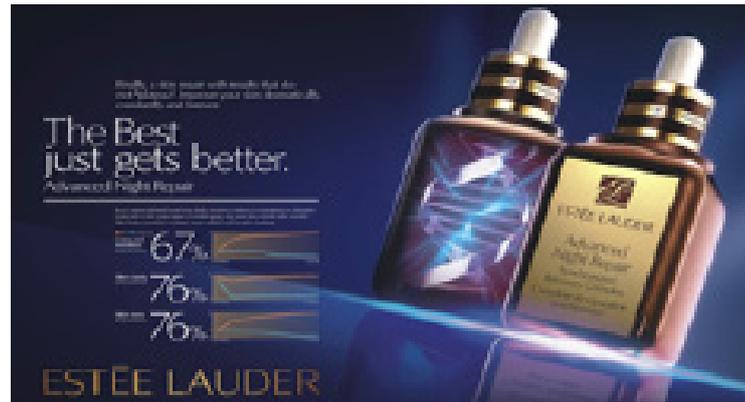


Figure 4

The line graphs of the Estée Lauder ad are an example of this strategy. As noted by Kress and van Leeuwen (1996: 149), 'scientific and technical pictures, such as diagrams, maps and charts, usually encode an objective attitude'. Such objectivity may in turn contribute to an image of rationality and, as a result, lend credibility to the advertisement. More than expecting the consumer to decipher and analyse the information contained in the graphs about skin improvement, they support the advertising promise. Percentage figures are emphasized, thus granting authority and accuracy so that the reader is convinced of the scientifically proven properties of the product. The subject positions are well-defined: 'we' – the advertisers – the holders of knowledge, provide 'you' – the reader – with the scientific evidence that what we are claiming is true, by means of scientific jargon that 'we' – the advertisers – are aware of and master: 'The

SIMÕES, ELSA & TUNA, SANDRA; WORDS OF EMPOWERMENT:  
(PSEUDO-)SCIENTIFIC DISCOURSE IN MAGAZINE ADVERTISEMENTS  
*REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO*, Nº 6, ANO 2017, PP. 193-211

function of mathematics, recruited for its rationality, certainty and authority, is to induce the reader to follow the advert's injunction' (Evans et al., p. 17).



Figure 5

The tables depicted in the Mitsubishi advert play an identical role. It is rather unlikely that the reader will engage in a thorough analysis of the comparative figures provided in these tables, but they do play a corroborative role anyway: transparency and accuracy are achieved. They are further maximized by the figures on other features, also provided in graph form: scientific and technical pictures, such as diagrams, maps and charts, usually encode an objective attitude ' (Kress and van Leeuwen, 1996: 149). We, the readers, are just expected to go along:

the way readers are positioned by discourses in mathematics, the overwhelmingly simplistic representations of mathematics used, and the tendency to empty mathematical signifiers of meaningful mathematical content suggest a generally low level of mathematical demand made on readers by these adverts (Evans et al, 2014: 24)

### 5.3. ENVIRONMENTALLY-FRIENDLY DISCOURSE

Advertisers, quick as they are in tapping into the latest trends, have long realized that environmental discourse provided a worthwhile sales pitch (Myers, 1994). In fact, green claims in ads match many people's concerns about air pollution, soil and water contamination or fear of artificially manipulated foods. As demonstrated in a study carried out by Murin et al. (2015: 261), environmental argumentation has become a crucial tool in marketing approaches:

The objective of environmental marketing is to promote and popularize science knowledge in a way that they would result into responsible behavior (...) The environmental and ecological issues, connected with provision of services, apply qualitative criteria by commercial communication with customers.

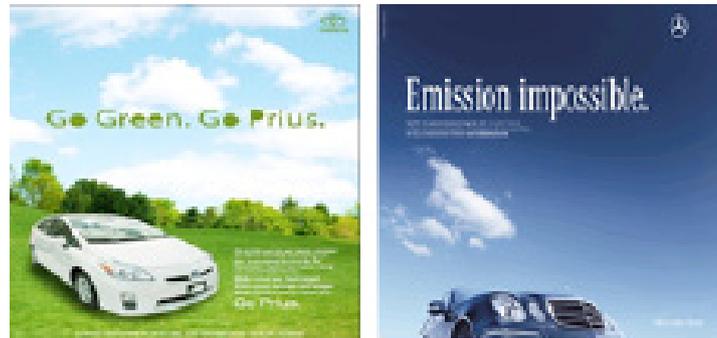
Ads that appeal to 'green attitude' when it comes to choosing a car (ironically, one of the major polluting agents in the world – the greenest attitude would be to have no car at all!) are, effectively, playing on (a) people's fears about the environment, as well as (b) prompting them to believe that their choice, as informed individuals will make a difference in the bigger picture, i.e. these ads are empowering consumers by resorting to a Romantic metaphor where Mother Nature, with all its healing and nurturing properties, is opposed to technology which is endangering the world we live in:

In this mythic formulation, nature is mythologized as an Edenic paradise where all living organisms exist in a state of harmony. Conversely, science and technology represent the forbidden knowledge that has cast humanity out of paradise, severed our organic connection with nature, and led to spiritual and physical distress. (Thompson, 2004: 164)



Figure 6

This Mitsubishi Outlander ad (even the name of the model is meaningful within this referent system) shows us a car that, apparently manages to reconcile opposites: it is the best your family can have, as well as the best choice for the planet. Visually, this juxtaposition is achieved with pristine, 'natural' colours, where the white of the car blends in with the green of trees and the harmonious movements of the humans depicted. Textually, this is reinforced by the word play: logical for your planet / ecological for the planet'. Clearly, this is a strategy for empowering customers that often feel helpless as to the growing destruction of the planet: whatever they do within the family sphere will be mirrored at a wider, planetary scale.



Figures 7 & 8

The 'marketing of nature' (Thompson, 2004: 164) can be a very effective tool when it comes to leading consumers to action. In ads like the ones for Prius and Mercedes, nature is portrayed as the natural setting for these cars, as if character (CAR) and scenery (NATURE) were one and the same. This identification of the two becomes effortless and is made almost obvious in visual terms: the colours are harmonic, the curves of the cars are flowing and organic. Textually, the sense of belonging is reinforced by the clever, staccato copy, which flows rhythmically as well. Therefore, what these ads are telling us is that going green is our choice; the way to go 'greener' is, clearly, to go on consuming, paradoxical as that may seem (Myers, 1994: 168).

## 6. CONCLUSION

In this article, we have come across a number of examples that can point out to the existence of a trend that seems to become more and more recurrent in current advertising. It is undeniable that science (or its outward characteristics) has become a powerful system affecting structures and discourses in general. Advertising, as a natural discourse borrower would necessarily come to identify such a credible-inducing source and mirror such a discursive trend. It thus borrows from science and scientific discourse its connotations: accuracy, precision, transparency and logic – all of them strong validation devices. Above all, it borrows authority, and perhaps even more importantly, power. By doing so, it defines what it is to be credible and true, but even more importantly, it determines subject positions: advertising shows up as the knowledgeable entity that assumes the position of adviser, holding the power to tell us, the consumers, what we should purchase. Therefore, we can advance the possibility that, by doing so, advertising as a discourse manages to strengthen the imbalance that it already presented: it still assumes the position of expert giving advice on a not-so-knowledgeable audience. However, by assuming the robes of science, it acquires some authority and legitimacy for assuming such a role. The fact that these three strands of scientific discourse are nowadays major staples in terms of scientificity is also very telling about the way society sees itself and where credibility lies. In a discourse where the global persuasive effect comes from a clever mix of rational and emotional arguments, there are undoubtedly advantages to be had that come from being associated with the so-called ‘hard-sciences’.

REFERENCES

- Cătoiș, I.; Geangu, I.P. & Gârđan, D.A. (2013). Applying Marketing Principles in the Field of Medical Services – An Ethical Challenge? *Procedia Economics and Finance*. 6 (1)
- Chen, S. (2016). Selling the environment: Green marketing discourse in China's automobile advertising, *Discourse, Context and Media*, 12: 11–19.
- Cook, G. (2001). *The Discourse of Advertising*, London & New York: Routledge.
- Coupland, J. (2007). Gendered discourses on the 'problem' of ageing: consumerized solutions. *Discourse & Communication* 1: 37-60.
- Curran, W.J. & Smhyg, J.D. (1977). Public Health and the Law Direct Advertising to the Public: Free Speech, Risks, and Benefits, *American Journal of Public Health*, 67 (1).
- Evans. J.; Tsatsaroni, A. & Czarnecka, B. (2014). Mathematical images in advertising: constructing difference and shaping identity, in global consumer culture. *Educ Stud Math*, 85:3–27.
- Freitas, E.S.L. (2010). Advertising the Medium: On the narrative worlds of a multimedia promotional campaign for a public service television channel. (Eds.) Grishakova, Marina; Ryan, Marie-Laure. *Intermediality and Storytelling*. Berlin & New York: De Gruyter: 258-284.
- Hatt, B. and Otto S. (2011). A Demanding Reality: Print-Media Advertising and Selling Smartness in a Knowledge Economy. *Educational Studies*, 47: 507–526.
- Johnson, F. (2008). *Imaging in Advertising: Verbal and visual codes of commerce*. London and New York: Routledge.
- Kress, G. & van Leeuwen, T. (1996). *Reading Images: the grammar of visual design*. London & New York: Routledge
- Murin, I. et al. (2015). Green Marketing as a Tool Influencing Consumers' Behavior: Slovak Case Study of Regional Mark Preference. *Procedia Economics and Finance* 34, 260 – 267.
- Myers, G. (1994). *Words in Ads*. London: Edward Arnold.
- Thompson, C.J (2004). *Marketplace Mythology and Discourses of Power*. *Journal of Consumer Research*, 31: 162-180.
- Williamson, J. (1978). *Decoding Advertisements*. London & New York: Marion Boyars.



## O poder da opinião Análise comparada de comentários televisivos sobre política<sup>1</sup>

**TEIXEIRA, CARLA**  
carla.teixeira@fcsh.unl.pt

**OLIVEIRA, TERESA**  
mtfoliveira@gmail.com

**PALAVRAS-CHAVE:**  
género textual;  
comentário político  
televisivo;  
tipos de discurso;  
tempos verbais.

**KEY-WORDS:**  
text genre;  
political T.V. comment;  
types of discourse;  
verbal tenses.

Doutorada em Linguística

Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa/NOVA

Doutorada em Linguística

Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa/NOVA

C3i, Instituto Politécnico de Portalegre

**RESUMO:** Considerando que os *media* televisivos apresentam recorrentemente diversas personalidades com o propósito de comentar factos e expor o seu ponto de vista sobre acontecimentos relevantes para a sociedade, este trabalho descreverá dois exemplares do género textual comentário político televisivo. Seguindo uma abordagem descendente, esta investigação situa-se no marco do Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart 2003, 2008), procurando adaptar a proposta de Teixeira (2016) para a análise de textos jornalísticos de comentário sobre política. Este trabalho é centrado na saliência de aspetos enunciativos, temporais e temáticos, pelo que, metodologicamente, serão consideradas e analisadas as marcas linguísticas mais relevantes de ordem enunciativa, temporal e lexical. Essas mesmas marcas serão revistas de acordo com os tipos de discurso, segundo a perspetiva sociointeracionista, destacando-se as diferentes formas de tratamento e de deferência entre os atores, o distinto peso relativo dos vários tempos verbais e a unidade lexical que tematiza a abordagem dos assuntos em causa.

**ABSTRACT:** Considering that the television media regularly present several personalities for the purpose of commenting on facts and exposing their point of view on events relevant to society, this work will describe two examples of the textual genre political television commentary. Following a downward approach, this research is developed within the framework of Sociodiscursive Interactionism (Bronckart 2003, 2008), seeking to adapt the proposal of Teixeira (2016) for the analysis of journalistic texts of commentary on politics. This work is centered on the saliency of enunciative, temporal and thematic aspects, so that, methodologically, the most relevant linguistic marks of enunciative, temporal and lexical order will be considered and analyzed. These same marks will be reviewed in relation to the types of discourse, according to the socio-interactionist perspective, highlighting the different forms of treatment and deference among the actors, the different relative weight of the various verbal tenses and the lexical unit which thematizes the approach of the commented subjects.

1. O presente trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e Tecnologia (Portugal), no âmbito do projeto UID/LIN/03213/2013.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho inscreve-se no projeto CoRUS, Conhecimento, Representação e Uso, do grupo Gramática & Texto, integrado no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL), que tem como propósito analisar vários géneros textuais *comentários* relacionados com os domínios sociais nos quais foram produzidos e descrever as respetivas formas linguísticas em ocorrência.

A presente investigação visa particularmente analisar dois exemplares do género *comentário político televisivo* datados de 2012. Atendendo à noção de género de texto enquanto “unidade de produção de linguagem” (Bronckart 2003: 71) e ao género textual em observação, pretende-se caracterizar o que é designado como comentário televisivo no qual a temática associada é a política, respondendo às seguintes interrogações: Que atitude ou desempenho apresentam os intervenientes? Quais as propriedades do género textual e dos discursos, numa perspetiva sociointeracionista? Quais as formas linguísticas ocorrentes mais recorrentes? Responder a estas questões permitirá contribuir para uma associação das formas linguísticas aos géneros textuais e uma caracterização dos tipos de discurso em Português Europeu, definindo na constituição do entendimento coletivo, ainda, com maior exatidão tipo(s) de agir desempenhado(s) pelos sujeitos que assinam estes textos.

## 2. CARATERIZAÇÃO DOS MEDIA TELEVISIVOS

É um facto que a atividade jornalística constrói “a realidade social, enquanto realidade pública coletivamente relevante.” (Brandão 2010: 33) Nesse sentido, o jornalismo e os seus profissionais têm uma responsabilidade ética e social na formação da opinião pública. Este compromisso é ainda mais evidente na televisão, como principal mediador dos acontecimentos socialmente relevantes, ou mesmo criador de uma visão do mundo, o que sucede, por exemplo, na seleção das notícias, verdadeiramente uma triagem do real, ou na eleição da área política como principal fonte do conteúdo mediático.

Esta dinâmica mediática não é recente nem exclusiva do contexto televisivo. Já no final do século XX, numa análise da imprensa italiana, compreendendo jornais e televisão, ampliada também à imprensa internacional, Umberto Eco (1998: 69) comprovou a influência que a televisão tem na constituição da agenda jornalística, na gravidade de a televisão falar recorrentemente de si mesma (Eco 1998: 77) e no “furo” ser menos o facto para ser mais como os *media* abordam o facto. O jornalismo foi alvo de crítica pelo mesmo autor por ser considerado uma atividade a rentabilizar e que, por isso mesmo, pretende atrair o grande público: segundo Eco, a “ideologia do espetáculo” (Eco 1998: 67) pressupõe a criação de casos como notícia, e a eleição da televisão como “espaço político privilegiado” (Eco 1998: 72) implica uma politização do espetáculo.

Também Bourdieu (2001: 107-108) apresenta opinião semelhante no que diz respeito à política como “um espetáculo pouco excitante”, mas que é obrigatório mostrar. Esta conceção justifica o surgimento de figuras televisivas como o “animador-*entertainer*” ou ainda do que se chama, nos Estados Unidos da América, “*panelists*”, intervenientes numa espécie de jogo televisivo que respondem a todas as perguntas (inclusive da ordem do bizarro) e estão dispostos a participar em qualquer evento (das lucrativas conferências a qualquer outro tipo de acontecimento) que lhes possa conceder notoriedade ou visibilidade mediática entre os órgãos de comunicação. Contudo, esta *animação* dos conteúdos políticos concretiza uma “política da simplificação demagógica (totalmente oposta à intenção democrática de informar, ou de educar distraindo)” (Bourdieu 2001: 108) que é, na verdade, uma projeção da visão do indivíduo, assente no “conhecimento do mundo político mais baseado na intimidade dos contactos e das confidências (...) do que na objetividade de uma observação e de um inquérito” (Bourdieu 2001: 108).

Neste estudo, primeiramente, consideraremos que Portugal, à sua escala, participa do fenómeno mediático de popularização do espaço informativo focado na área política, ao divulgá-lo como qualquer outro elemento da programação do canal e ao solicitar a presença em estúdio

de especialistas ou comentaristas, as figuras residentes do canal que interpretam a atualidade. Em segundo lugar, assumiremos que esta dinâmica internacional assume contornos específicos no caso português, observáveis ao nível do género textual comentário político televisivo e respetivas localizações linguísticas. Os vínculos entre o texto e a sua análise evidenciam o que Rastier (2002: 47) designou de relação entre “o global e o local” e que consideramos (também) ser a relação entre a ação da linguagem e a sua materialidade linguística.

### 3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O presente trabalho reporta aos princípios teórico-metodológicos do interacionismo sociodiscursivo (ISD, Bronckart 2003, 2008), enquanto corrente que promove uma abordagem holística do ser humano através do estudo da linguagem, estudo esse fundamentado, entre outras, nas componentes social, psicológica e linguística.

Desta forma, a nossa análise processa-se num movimento descendente que percorre vários tipos de patamares: tem início num patamar social, a atividade de linguagem (o contexto de produção referente ao domínio social no qual é produzido o texto); segue-se um patamar que se poderá designar de natureza sociolinguística, o género de texto (tido como um modelo ou um formato textual relativamente ao qual os textos se distanciam ou aproximam), pois a atividade de linguagem determina a concretização do género; e detalha-se em dois patamares linguísticos, o texto propriamente dito, que é percecionado como a materialização do género textual, e os tipos de discurso, unidades infraordenadas relativamente ao género textual.

Sublinhamos que, na aceção sociointeracionista, o *discurso* é considerado como o conjunto de unidades linguísticas que configura um de quatro tipos de discursos relativamente aos parâmetros da temporalidade e da responsabilização enunciativa, ao contrário do entendimento corrente de *campo social* presente nas abordagens em linguística textual e análise do discurso. No entanto, de acordo com as orientações programáticas do ISD relacionadas principalmente

com a componente psicológica, as unidades linguísticas que definem os tipos de discurso remetem para quatro constructos que descrevem operações mentais (Bronckart 2008: 45; 62-75; Coutinho 2009: 198-199). Nesse sentido, o parâmetro da temporalidade delimita a ordem do expor (a conjunção com o momento da enunciação: discurso interativo e discurso teórico) e a ordem do narrar (a disjunção com o momento da enunciação: o relato interativo e a narração); por sua vez, o parâmetro da responsabilização enunciativa delimita a implicação do sujeito produtor textual (patente no discurso interativo e no relato interativo) e a autonomia do sujeito relativamente ao momento da enunciação (no discurso teórico e na narração). Ilustramos hipoteticamente a identificação dos tipos de discurso em função dos parâmetros da temporalidade e da responsabilização enunciativa<sup>2</sup> em segmentos textuais (que, numa situação de análise real, deverão ser relacionados com o género textual): a partir de uma frequência assinalável de ocorrências relativamente a formas verbais no presente do indicativo, a utilização deste tempo e modo verbal está associada a uma conjunção com o momento da enunciação, portanto, com a ordem do expor. Desta forma, o valor temporal-aspetual definirá o tipo de discurso ocorrente: usado numa situação de interação, como um diálogo, o presente do indicativo apontará para o momento enunciativo e para os interactantes, pelo que o tipo de discurso é interativo; contudo, em segmentos que apresentam um presente do indicativo com valor genérico e o produtor textual se distancia da cena enunciativa, estaremos perante o tipo de discurso teórico.

Na análise dos textos procurar-se-á descrever a prática do comentador de televisão, a partir de uma reflexão sobre o género textual em estudo e as ocorrências microlinguísticas associadas. Para atender a este último propósito, far-se-á uso dos tipos de discurso como instrumento geral de análise e da proposta de Teixeira (2016) para o estudo dos comentários jornalísticos políticos na imprensa escrita e digital. Este trabalho, que também se inscreve no âmbito sociointeracionista, assenta na análise dos aspetos enunciativos, temporais e referenciais num *corpus* de dezoito comentários políticos, produzidos num contexto de imprensa escrita e digital em Português Europeu. Sumariamente, Teixeira verificou que os sujeitos produtores textuais:

2. Os parâmetros que referem a temporalidade e a enunciação são aqueles que prioritariamente definem os tipos de discursos, no entanto há uma série de categorias que, no seu conjunto, concorrem para a identificação correta dos mesmos, tais como o uso de nominais (designam os interactantes, diversificam a apresentação do conteúdo temático), a recorrência de conetores textuais ou os tipos de modalidade presentes.

manifestavam a sua opinião fazendo uso da 1.<sup>a</sup> pessoa do singular e delegavam a responsabilidade enunciativa por meio de citações, frases impessoais ou evocando factos do conhecimento público; demonstravam o seu ponto de vista essencialmente em função do momento presente, utilizando o presente do indicativo (Teixeira 2016: 155) com uma interpretação coincidente com a situação de enunciação ou genérica; a designação do referente decorre do uso de nominais e de expressões conotativas, principalmente com valor argumentativo, com a intenção de intensificar as ideias do produtor textual. Procurando uma melhor correspondência com os instrumentos de análise do ISD, nomeadamente, com a arquitetura interna dos textos<sup>3</sup>, manteremos as denominações *aspetos enunciativos* e *aspetos temporais* e passaremos a designar o último foco de análise de *aspetos temáticos*.

3. Dar conta da arquitetura interna dos textos tornaria este artigo demasiado extenso, contudo pensamos no nível dos mecanismos de textualização (coerência temática e processos isotópicos) e na infraestrutura geral do texto (organização temática) (Bronckart 2008: 76-85) para uma uniformização de designações.

Ainda de acordo com os propósitos do ISD, a observação destes aspetos servirá para uma definição do papel social dos intervenientes neste género de texto relativamente ao desempenho do agir; neste contexto, são agentes aqueles que apontam para a fonte de um processo, cujas capacidades não estão implicadas no desenrolar do agir, e atores aqueles que são fonte autónoma do processo do agir, com capacidade de decisão regulada por si mesmo, o que pressupõe o recurso às capacidades do sujeito (Bronckart & Machado 2004: 156).

Pretendemos, então, comprovar se os mencionados focos de análise, enunciativos, temporais e temáticos, são também relevantes para o comentário político televisivo, de acordo com as ocorrências a observar e respetivas categorias gramaticais, bem como instigadores de uma observação do agir.

#### 4. CORPUS

Os dois exemplares analisados do género textual *comentário televisivo sobre política* têm como comentadores Marcelo Rebelo de Sousa (MRS) e Miguel Sousa Tavares (MST) e foram realizados em duas estações portuguesas de televisão privada: a TVI (de conteúdos generalis-

tas) e a SIC Notícias (de conteúdos especializados em informação). À data, MRS e MST eram dos comentadores com maior reconhecimento na televisão portuguesa<sup>4</sup>. Dados específicos sobre os dois exemplares de texto encontram-se no quadro 1 abaixo.

<b>Comentário político televisivo</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>Comentador</b>	Marcelo Rebelo de Sousa (MRS)	Miguel Sousa Tavares (MST)
<b>Jornalista (pivô)</b>	Judite Sousa (JS)	Rodrigo Guedes de Carvalho (RGC)
<b>Estação de televisão</b>	TVI	SIC Notícias
<b>Data</b>	30 de setembro de 2012	29 de outubro de 2012
<b>Duração</b>	---	4 m. 25 s.

Os dois comentários foram transcritos <sup>de acordo com as convenções apresentadas no final deste trabalho (Cf. anexo 1).</sup> Este estudo incidirá nas versões transcritas dos textos orais (apresentadas no final do artigo), integralmente no segundo caso, e, uma seleção de segmentos do comentário 1 (doravante, C1) cuja extensão é equivalente ao comentário 2 (C2), devido a uma opção metodológica de observação de segmentos com o mesmo conteúdo temático e extensão semelhante.

Para um melhor entendimento do conteúdo temático dos dois comentários, há que contextualizar a situação de produção textual, já que tematicamente os comentários situam-se no campo político, e, de um ponto de vista da subtemática, estes focam o que é popularmente reconhecido como a *crise*, um período que corresponde à vigência do XIX Governo Constitucional (2011-2015) da República Portuguesa, liderado por uma coligação pós-eleitoral entre o PSD (Partido Social Democrata) e o CDS-Partido Popular (Partido do Centro Democrático Social). Estes dois partidos constituíram governo na sequência de um pedido de financiamento

4. Miguel Sousa Tavares, apesar de formado em direito, foi durante muitos anos jornalista, destacando-se no jornalismo televisivo através da *entrevista política*. Hoje em dia, além da sua participação em telejornais, destaca-se pela sua atividade de escritor. Marcelo Rebelo de Sousa é presentemente o Presidente da República Portuguesa, no entanto, além de professor universitário de direito e constitucionalista, tem participado na sociedade portuguesa nos campos jornalístico e político. Independentemente da visibilidade que a televisão possa conceder, reconhece-se que estes sujeitos, especificamente, divergem da figura do *panelist*, referida por Bourdieu, como indivíduo que desenvolve o seu mérito profissional em função dos *media*.

5. Os comentários televisivos foram transcritos por Lúcia Cunha, investigadora do Gramática & Texto/CLUNL, e revistos por Carla Teixeira.

externo realizado pelo anterior governo PS (Partido Socialista) e que foi cedido pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, a *troika*. O empréstimo concedido forçou os governantes a medidas impopulares, pelo que, nestes textos, os comentadores discutem questões relacionadas com a reestruturação económica do país, exigida pelos financiadores, ou acontecimentos que se deram neste período, como é o caso do resgate financeiro da Grécia.

#### 4.1. O GÉNERO TEXTUAL COMENTÁRIO TELEVISIVO POLÍTICO

Considerando a macroestrutura dos exemplares observados, o comentário televisivo político compreende uma injunção da parte do pivô do telejornal, uma pergunta ou um pedido para o comentador se posicionar em termos de opinião, seguida naturalmente pelas respostas por parte dos comentadores. Segmentos do *corpus* ilustram esta estrutura com uma pergunta de JS (C1) e outra de RGC (C2), jornalistas pivô, sobre a crise na Grécia e uma eventual necessidade de se proceder a uma nova revisão constitucional em Portugal, seguidas das respostas dos comentadores, MRS (C1) e MST (C2).

JS professor começamos pela situação da Grécia (.) tivemos uma greve geral esta semana (.) mais cortes (.) mais medidas de austeridade (.) mais manifestações terminaram em confrontos enfim (.) o [que há a dizer?

MRS sim no fundo] o que há a dizer é o seguinte a grande conversa esta semana é naturalmente a Espanha e depois Portugal e fala-se pouco da Grécia ah já se falou tanto tanto tanto que as pessoas se cansam mas a Grécia está por resolver (C1)

RGC Miguel, já há quem pense que este refundar do memorando não é mais do que uma <revisão> constitucional <sem> esse nome. É também essa a tua opinião?

MST Como sabemos, este governo gosta muito de trazer palavras novas para vocabulário político e quase todas as que começam por <"r"> \*\*\* reformular, reequilibrar, refundar, de tudo, de maneira que há sempre aqui um jogo de palavras que não está bem esclarecido. Pode ser \*\*\* pedir a renegociação do acordo com a troika, que é aquilo que quase toda a gente defende menos o governo [//] (C2)

É de registar que o género textual comentário televisivo político, formalmente, identifica-se com a entrevista<sup>6</sup>, que também expõe uma *espécie de conversa*, com maior ou menor orientação da parte do jornalista, que, por sua vez, assume a função de entrevistador. Na entrevista, pode ainda ser apontada alguma assimetria em questões de poder da comunicação e de domínio temático, ou seja, o jornalista conduz a conversação e o entrevistado detém o máximo conhecimento sobre o assunto. Em comparação com o comentário televisivo político, a entrevista evidencia igualmente um carácter pontual.

Porém, a razão pela qual insistimos em que os textos apresentados não se enquadram neste modelo textual prende-se com o papel social de *especialista sobre política* atribuído aos comentadores, que justifica serem regularmente interrogados sobre assuntos cuja opinião é considerada relevante ao ponto de ocupar um espaço televisivo semanal, como é o caso dos comentários de MRS e MST. Além disso, recordamos que o comentador em televisão ocupa um lugar distinto do editor em política, jornalista que apresenta uma função idêntica à do comentador nos telejornais portugueses.

## 4.2. ANÁLISE DOS TEXTOS

### 4.2.1. ASPETOS ENUNCIATIVOS

Verificámos que no C1, em que a figura de comentador pertence a MRS, este é tratado por “professor”, uma designação abreviada do título académico de “Professor Doutor”, o que, apesar de exprimir uma certa familiaridade entre MRS e JS, expressa uma deferência social da parte da pivô; além disso, este tipo de tratamento confere a MRS uma autoridade na realização dos comentários na sua área científica, o direito. É de assinalar, ainda, a ocorrência explícita do pronome pessoal de 1.<sup>a</sup> pessoa do plural, “nós”, e de formas verbais em que o mesmo está subentendido, contemplando os interlocutores ou referindo a audiência, os europeus. Quanto ao C2, observámos que RGC e MST têm uma relação socialmente mais próxima e

6. Atendendo ao conhecimento de carácter detalhado por parte do entrevistado, a entrevista é geralmente associada aos géneros de informação, segundo Authier-Revuz & Lefebvre (2015: 22), independentemente de ser a modalidade oral ou escrita. Sublinha-se que qualquer entrevista é um texto de carácter dialogal, com uma “fórmula dual” (Authier-Revuz & Lefebvre 2015: 20) de pergunta-resposta, com uma alternância de turnos de fala superior a dois (Authier-Revuz & Lefebvre 2015: 28), o que torna o género facilmente reconhecível e facilmente distinguível de um diálogo com vários intervenientes.

equilibrada, o que certamente decorre de MST ter sido jornalista, imperando o tratamento pelo nome próprio e por “tu”. Neste comentário, ocorre, inclusive, uma marca de 1.<sup>a</sup> pessoa do singular enquanto forma verbal do verbo de opinião “achar”, “eu acho”. À semelhança do C1, o C2 também apresenta o pronome pessoal “nós” que ocorre de modo explícito e implícito, referindo os portugueses, ou um “nós” explícito que pode ter uma interpretação ambivalente: os *media*, isto é, RGC e MST, bem como os portugueses; não obstante, ocorre também a forma pronominal de 3.<sup>a</sup> pessoa do plural “eles” para designar os portugueses.

A presença de marcas de pessoa, sejam formas pronominais, formas verbais e nominais, que identificam os interactantes em estúdio ou incluindo os telespetadores como elementos passivos da cena enunciativa nos C1 e C2, configuram segmentos pertencentes ao tipo de discurso interativo.

#### 4.2.2. ASPETOS TEMPORAIS

De forma a obter dados que suportem a afirmação de que o presente do indicativo é a forma verbal com maior ocorrência neste género e nos respetivos tipos de discurso em causa, procedemos a uma análise quantitativa das formas verbais presentes em C1 e C2.

Assim, no C1, num total de 707 palavras, registam-se 94 formas verbais (13,30% do total de palavras); no C2, em 855 palavras, há 148 formas verbais (17,31%), distribuídas conforme exposto no quadro 2:

Tempos verbais	C1		C2	
	94 formas verbais		148 formas verbais	
	N	%	N	%
<b>presente indicativo</b>	64	68,09	82	55,41
<b>infinitivo s/ subordinação sintática</b>	9	9,57	22	14,86
<b>pretérito perfeito simples</b>	8	8,51	16	10,81
<b>pretérito imperfeito</b>	1	1,06	12	8,11
<b>futuro indicativo + fut. perifrástico</b>	5	5,32	6	4,05
<b>conjuntivo (tempos vários)</b>	3	3,19	7	4,73
<b>pretérito perfeito composto</b>	1	1,06	1	0,68
<b>pretérito mais-que-perfeito comp.</b>	1	1,06	0	0
<b>condicional</b>	1	1,06	2	1,35
<b>gerúndio</b>	1	1,06	0	0

Quadro 2 - Distribuição das formas verbais no *corpus*

O presente do indicativo é, com efeito, o tempo verbal mais frequente, consistindo em, respetivamente, 68,09% e 55,41% do total de formas verbais. Surge, tipicamente, em contextos como o seguinte, em que coexistem segmentos mistos de discurso interativo e discurso teórico:

JS professor começamos pela situação da Grécia (.) tivemos uma greve geral esta  
sema:na (.) (...) o [que há a dizer? (C1)

Neste excerto, o presente do indicativo permite a ancoragem do discurso na atualidade (enunciativa e além do texto), enquanto o pretérito perfeito simples introduz o ponto de partida para a reflexão sobre os acontecimentos, na medida em que situa os tópicos em análise num tempo anterior ao momento da enunciação.

O presente do indicativo surge no *corpus* como marca de simultaneidade com o momento da enunciação, mas também com valor genérico, como se pode observar em C2:

MST a definição de estado social que ali está é feita num contexto social e demográfico <totalmente> diferente do que é agora (C2)

RGC Os portugueses, <para aquilo> que ganham, não pagam <muitos> impostos? (C2).

Estes dois valores do presente do indicativo não são totalmente distintos, e apresentam mesmo propriedades em comum. Segundo Correia (2012: 255), “o que parece unificar os valores do presente do indicativo, independentemente da incidência que possa ter no eixo temporal, é a construção de um valor de continuidade”.

A segunda forma verbal mais recorrente no *corpus*, o infinitivo remete para a noção subjacente ao verbo, não localizada temporalmente, como a noção de “cortar”, em segmentos mistos de discurso interativo e discurso teórico:

MST as <célebres> gorduras do estado (...) são muito difíceis de cortar (...). Nós, para cortarmos na despesa do estado, era preciso (...) despedir um milhão (...) de funcionários públicos (C2).

O pretérito perfeito simples é usado para o relato de situações anteriores ao momento da enunciação, tipicamente em relato interativo:

MST o estado não conseguiu cortar na sua despesa (C2)

Por seu lado, o pretérito imperfeito assume um conjunto de valores que têm em comum a exclusão do momento da enunciação: “No interior da predicação com o imperfeito define-se uma linha ou com valor de iteratividade, ou com valor de continuidade, que preenche todos os intervalos de tempo, excluindo, no entanto, sempre o momento da enunciação” (Correia 2012: 252). Encontramos, no *corpus*, um valor de continuidade, por exemplo, no seguinte excerto misto de segmentos de discurso interativo e de relato interativo:

MST a transformação que o país teve foi feita <em tempo> em que tínhamos o apoio dos dinheiros europeus e em que achámos que se podia gastar e endividar todos os anos (C2)

Com o pretérito imperfeito pode também construir-se a deslocação da origem da enunciação para uma localização fictiva, figurando num misto de discurso interativo e discurso teórico, como no exemplo já referido:

MST Nós, para cortarmos na despesa do estado, era preciso (...) despedir um milhão (...) de funcionários públicos (C2)

#### 4.2.3. ASPETOS TEMÁTICOS

A unidade temática do *corpus* é também assegurada por meios lexicais. Por exemplo, no C1, a ocorrência do lexema “problema”, nas falas de MRS, remete para questões financeiras e políticas motivadas pelo difícil período pelo qual a Comunidade Europeia passava e que afetava, principalmente, as economias de Portugal, Espanha e Grécia:

MRS a Grécia não está resolvida e pode rebentar a qualquer momento no sentido de pode ser um problema outra vez a qualquer momento (C2)

MRS e sobretudo o grande problema chama-se Catalunha .h não é já só o problema de não haver acordo fiscal acordo financeiro é o problema de ir avançar para eleições (C2)

O lexema “confusão” tem o mesmo uso apontado para “problema”:

JS é uma grande confusão aqui ao lado (C1)

MRS é uma grande confusão em Espanha (C1)

Em C2, há cinco ocorrências de “dilema”, na fala de MST, que servem para orientar o pensamento do comentador, através de uma coordenação de ideias de carácter disjuntivo:

MST nós estamos - perante um dilema, um dilema que o país terá que enfrentar qualquer dia (C2)

MST há aqui - o dilema consiste no seguinte (C2)

MST Pagam, Rodrigo, justamente. Pois o dilema...(C2)

MST Ora, este dilema é que tem que se romper (C2)

Estas opções lexicais reafirmam o carácter polémico dos assuntos em discussão, ao mesmo tempo que apresentam o comentador como uma autoridade capaz de compreender e expor com clareza as problemáticas e eventuais soluções.

##### **5. NOTAS FINAIS: QUEM TEM O PODER DA OPINIÃO?**

Neste trabalho, procurámos descrever os aspetos enunciativos, temporais e temáticos do género textual comentário político televisivo a partir de dois exemplares, considerando uma perspetiva de análise sociointeracionista. Observámos que o tempo verbal predominantemente usado pelos dois interactantes, o pivô e o comentador, foi o presente do indicativo; em particular, os comentadores MRS (C1) e MST (C2) e o pivô RGC (C2) expressaram-se no presente do indicativo, no entanto, além do presente do indicativo, o uso do pretérito perfeito simples por JS (C1) é igualmente assinalável. Deste modo, a identificação do referido tempo e modo verbais foi observada predominantemente em tipos de discurso da ordem do expor, os discursos

interativo e teórico, que localizam a cena enunciativa no momento da enunciação, com valor de simultaneidade ou valor genérico.

A análise linguística permite-nos também afirmar que, no desenrolar do processo do agir, o pivô é o agente que implementa a agenda editorial, selecionando os temas atuais politicamente relevantes, por isso, o comentador é o ator que detém a autoridade para opinar, legitimado pelo lugar social que ocupa, comentando a atualidade relevante para todos. A este propósito, recordamos a deferência social com que JS trata MRS no C1 ou o simples ato injuntivo de ambos os pivôs relativamente a MRS e a MST quanto à sua opinião sobre os assuntos. Por sua vez, notamos que os dois comentadores recorrem a lexemas que lhes permite apresentar os conteúdos temáticos como polémicos, atuais e complexos, pelo que o seu entendimento dependia da mediação do comentador. Assim sendo, o comentador, papel assumido por MRS no C1 e MST no C2, detém o poder da opinião, que lhe é conferido tanto pelas suas capacidades de domínio dos conteúdos na sua área de conhecimento como pelo reconhecimento social que daí lhe advém. Destacamos este último ponto de vista lembrando o pensamento de Voloshinov, um dos autores nos quais assenta o programa do ISD, no qual é patente a perspetiva marxista de como as estruturas socioeconómicas influenciam a interpretação do papel do sujeito:

Individualistic confidence in oneself, one's sense of personal value, is drawn not from within, not from the depths of one's personality, but from the outside world. It is the ideological interpretation of one's social recognizance and tenability by rights, and of the objective security and tenability provided by the whole social order, of one's individual livelihood. The structure of the conscious, individual personality is just as social a structure as is the collective type of experience. It is a particular kind of interpretation, projected into the individual soul, of a complex and sustained socio-economic situation. (Voloshinov 1973: 89)

#### REFERÊNCIAS

- Authier-Revuz, J. & Lefebvre, J. (2015). L'entretien de presse: un genre discursif de représentation de discours autre. *Revista Investigações — Representação dos Discursos* 28, 1-59. Acedido em 17.05.2016 em <http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/INV/article/view/1840/1455>.
- Barbosa, G. (2002). *Os “movimentos de avaliação” no discurso da aula – tipos, constituintes, funções e realização linguística*. Dissertação de mestrado, Universidade do Minho.
- Bourdieu, P. (2001). *Sobre a Televisão*. Oeiras: Celta Editora.
- Brandão, N. G. (2010). *As notícias nos telejornais. Que serviço público para o século XXI?* Lisboa: Guerra e Paz, Editores S.A.
- Bronckart, J.-P. (2003). *Textos e Discursos. Por um Interacionismo Sócio-discursivo*. São Paulo: Editora da PUC-SP, EDUC.
- Bronckart, J.-P. (2008). Genre de textes, types de discours et “degrés” de langue. *Texto!* XIII (1), 1-95. Acedido em 19 de julho 2013, em <http://www.revue-texto.net/index.php?id=86>.
- Bronckart, J.-P. & Machado, A. R. (2004). Procedimentos de análise educacional. *O Ensino como trabalho. Uma abordagem discursiva*. Londrina: Eduel, 131-163.
- Correia, C. N. (2012). Os tempos gramaticais em português europeu: as formas verbais e os valores de tempo, aspeto e modo(s). *VERBA HISPANICA XX*(1). Ljubljana: Ljubljana University Press, Faculty of Arts, 243-257.
- Coutinho, M. A. (2009). Marcadores discursivos e tipos de discurso. *Estudos Linguísticos /Linguistic Studies* 2, 193-210.
- Eco, U. (1998). *Sobre a imprensa. Cinco escritos morais*. Viseu: Difel, pp. 55-88.
- Levinson, S. (1983). *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rastier, F. (2002). Le silence de Saussure ou l'ontologie refusée. *Cahiers de l'Herne — Saussure* 76, 23-51.
- Teixeira, C. (2016). Questões de semiótica e de gramática. *Cadernos de Linguagem e Sociedade* 17(1), 140-161. Acedido em outubro de 2016, em <http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/18311>.
- Voloshinov, V. N. ([1930] 1973). *Marxism and The Philosophy of Language*. Tradução de Ladislav Matejka e I. R. Titunik. Estados Unidos da América: Seminar Press.

TEIXEIRA, CARLA & OLIVEIRA, TERESA; O PODER DA OPINIÃO.  
ANÁLISE COMPARADA DE COMENTÁRIOS POLÍTICOS TELEVISIVOS  
*REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO*, Nº 6, ANO 2017, PP. 212-234

**FONTES**

Sousa, Marcelo Rebelo, TVI, 30 de setembro de 2012.

Tavares, Miguel Sousa, SIC, Os comentários de Miguel Sousa Tavares, 29 de outubro de 2012.

## ANEXO I

### Convenções de transcrição

#### Convenções de transcrição

[adaptadas de Levinson (1983: 360-369) e de Barbosa (2002: 61)]

// ponto em que a palavra de um locutor se sobrepõe à palavra de outro;

? entoação interrogativa;

! entoação exclamativa;

: alongamento do som correspondente à letra ou à sílaba anterior, colocando-se tanto mais dois pontos quanto maior é o alongamento;

MAIÚSCULAS aumento do volume de um som;

- pausa curta;

-- pausa média;

--- pausa longa;

X palavra incompreensível;

XXX mais que uma palavra incompreensível;

Itálico segmentos lidos em voz alta;

< > vocábulo, parte de vocábulo ou expressão enfatizados do ponto de vista prosódico (através do ritmo, entoação, intensidade, etc.);

\*\*\* Presença de bordão de linguagem sem suporte lexical.

## Comentário 1

/JS : professor começamos pela situação da Grécia (.) tivemos uma greve geral esta semana (.) mais cortes (.) mais medidas de austeridade (.) mais manifestações terminaram em confrontos enfim (.) o [que há a dizer?

MRS : sim no fundo] o que há a dizer é o seguinte a grande conversa esta semana é naturalmente a Espanha e depois Portugal e fala-se pouco da Grécia ah já se falou tanto tanto tanto que as pessoas se cansam mas a Grécia está por resolver

JS : claro

MRS : portanto está por resolver internamente (.) o Governo corta corta corta já vai em onze mil milhões mais de cortes e não chega .h para satisfazer a Troika .h e fora da Grécia continua a Europa dividida entre os que querem dar a mão (.) como é o caso da França e os que não querem dar a mão .h > ou estão divididos < como é o caso da Alemanha .h e portanto só para chamar à atenção para o facto de que a Espanha é o tema do momento mas a Grécia não está resolvida e pode rebentar a qualquer momento no sentido de pode ser um problema outra vez a qualquer momento

JS : e em Espanha tivemos estas manifestações grandiosíssimas esta semana a primeira das quais logo na noite de terça feira .h que também terminou da pior maneira .h com ameaças de independência por parte da Catalunha: datas marcadas para o referendo .h um resgate que poderá estar por dias .h é uma grande confusão aqui ao lado

MRS : é uma grande confusão em Espanha há várias coisas ao mesmo tempo umas que correm (.) um bocadinho melhor e outras a maior parte que (.) correm mal francamente mal tá a correr mal o ambiente social (.) portanto mais agressivo do que no nosso país eh fazendo lembrar de vez em quando a Grécia essa agressividade tem vindo a subir e a continuidade da agressividade ao longo do tempo (.) depois melhor um bocadinho o Governo a cortar na sequência do que o anterior já tinha cortado e está a cortar brutalidades acaba de cortar mais no p- orçamento para o ano que vem eh aparentemente até tem bons resultados nós se fossemos pela linha (.) daquilo que é positivo em Portugal que é a melhoria na balança de pagamento na Espanha há mesmo (.) um superavit na balança de pagamentos (.) uma vez que as importações caíram a pique simplesmente um complicado é que mais uma região pediu o resgate (.) Castilha La Mancha (.) e sobretudo o grande problema chama-se Catalunha .h não é já só o problema de não haver acordo fiscal acordo financeiro é o problema de ir avançar para eleições que são uma espécie de referendo (.) ao avançar por sua vez a seguir para a independência (.) [isto é

JS : que implicações é que isso tem]

MRS: se ganhar a coligação formada pelos independentistas e pela convergência Catalã .h isso significaria a realização de um referendo o referendo é claramente contra a constituição es-

## ANEXO II

### Comentário 1

## ANEXO II

### Comentário 1

panhola .h não é permitido pela constituição espanhola e portanto vai haver uma luta jurídica terrível se for por diante essa intenção e depois duas uma (.) ou se realiza o referendo (.) e estamos à porta de uma coisa que é uma (.) explosão na Europa a Europa não está preparada o euro não está preparado para um novo país independente é o renascer dos nacionalismos sob a forma de estados no pior momento em crise financeira ou então não fica recalcado (.) porque o Tribunal Constitucional diz que não fica recalcado e temos aí um processo que não é só um processo financeiro (.) nem económico é um processo político .h ou seja (.) em Espanha com alguma culpa do Governo (.) deste Governo porque esteve a gerir muito partidariamente a situação (.) para empurrar com a barriga para a frente o resgate (.) mesmo quando as notícias são boas por exemplo para os bancos são precisos menos dinheiro falava-se em cem mil milhões parece que sessenta mil milhões chegam

JS : [m m

MRS : politicamente] está-se a perder a batalha (.) mesmo quando económica e financeiramente a batalha pode estar a ser não direi ganha mas travada [politicamente

JS : politicamente poderemos estar perante um [desastre

MRS : exatamente]

## Comentário 2

RGC Miguel, já há quem pense que este refundar do memorando não é mais do que uma <revisão> constitucional <sem> esse nome. É também essa a tua opinião?

MST - Como sabemos, este governo gosta muito de trazer palavras novas para o vocabulário político e quase todas as que começam por <"r"> \*\*\* reformular, rebalancear, refundar, de tudo, de maneira que há sempre aqui um jogo de palavras que não está bem esclarecido. Pode ser \*\*\* pedir a renegociação do acordo com a troika, que é aquilo que quase toda a gente defende menos o governo [//]

RGC [//] Mais um erro [//]

MST ou pode ser \*\*\* , de facto, pensar numa revisão constitucional que diminua - o estado social ou pode ser o conjunto de ambas as coisas. Agora, não há dúvida que, se for uma revisão do estado social, nós estamos - perante um dilema, um dilema que o país terá que enfrentar qualquer dia, \*\*\* como se o agora, pela estrutura de despesa do estado, <noventa> e tal por cento disto é despesa fixa, ou seja, o estado não pode cortar isto sem estar a cortar ou no funcionalismo público ou na defesa ou na justiça ou na política externa ou então nas prestações sociais das pessoas; significa que não sobra <nada> nem sequer para pagar a dívida que temos, para reduzir o défice a zero ou para o estado ele próprio investir. Portanto, há aqui - o dilema consiste no seguinte: se nós perguntarmos ao país todo (ainda no outro dia vi um jornal que fazia essa \*\*\* esse inquérito), quer dizer os portugueses preferem pagar menos impostos ou preferem ter mais \*\*\* prestações sociais? E eles respondem: <ambas> as coisas. É claro que a parte do país que não paga impostos ou não paga a sério vai dizer sempre que quer mais prestações sociais. //

RGC // X Mas não... não pagamos \*\*\* não interessa a \*\*\* a comparação com outros países europeus. Os portugueses, <para aquilo> que ganham, não pagam <muitos> impostos?

MST Pagam, Rodrigo, justamente. Pois o dilema... XX//

RGC // Mas é que..., mas é que o governo deu a entender que ainda pagamos pouco e, se querem..., se querem pagar menos, vão ter menos benefícios do estado.

MST Não, não, eu acho que aquilo que o ministro Vítor Gaspar disse faz algum sentido, tem razão de ser. Ele disse: os portugueses têm demasiadas expectativas para aquilo que estão dispostos a pagar. Ou seja, os portugueses, por um lado, acham que pagam impostos demais (aqueles que pagam), e é verdade, por outro lado, acham que as prestações sociais deviam ser melhores (aqueles que vivem sobretudo do apoio do estado). Ora, este dilema é que tem que se romper, porque aquilo que está a acontecer, ao contrário do que estava previsto no memorando da troika, é que o estado tem ido buscar dinheiro à economia para se financiar. De facto, o estado não conseguiu cortar na sua despesa - e aquilo que nós devemos discutir é porque é

## ANEXO III

### Comentário 2

### ANEXO III

#### Comentário 2

que o estado não consegue cortar na sua despesa, porque as <célebres> gorduras do estado de que se fala, e fala-se quase sempre em tom... tom demagógico e populista, são muito difíceis de cortar; na verdade, as gorduras são muito difíceis de cortar. Nós, para cortarmos na despesa do estado, era preciso, por exemplo, uma das hipóteses, foi no outro dia, foi... acho que foi o José Miguel Júdice que disse isso, era despedir um milhão -, despedir um milhão, não..., despedir uma quantidade de funcionários públicos que custaria mil milhões de euros. Só esse despedimento... - reduzir isso, reduzir as prestações sociais, tornar o ensino público mais caro, tornar a saúde mais cara, quer dizer, alguma coisa teria que ser feito por aí...

RGC Mas, portanto, inevitavelmente, em tua opinião, acabaremos por ter <menos> estado - no futuro...

MST Eu acho que... que é inevitável, quer dizer, quando nós olhamos para a constituição de 1975, a definição de estado social que ali está é feita num contexto social e demográfico <totalmente> diferente do que é agora, quer dizer, as pessoas não viviam o que viviam hoje, não havia a <quantidade> de reformados que existe hoje, as despesas com a saúde não tinham <nada a ver> com o que existe hoje, o nível de exigência cívica e das pessoas era <muitíssimo> menor e o salto que o país deu, a transformação que o país teve foi feita <em tempo> em que tínhamos o apoio dos dinheiros europeus e em que achámos que se podia gastar e endividar todos os anos. Agora, que chegámos à conclusão que não é possível, já tentámos o empréstimo estrangeiro, como se viu, não chega, porque nós não conseguimos cortar na despesa e, portanto, das duas uma e este, finalmente, para concluir, é isto que os portugueses têm que decidir <ou querem> que continue este nível de estado social e, para o pagar, os impostos vão ter que subir até a um nível inimaginável, ou então querem que o estado cobre menos impostos para que haja mais economia a funcionar, nomeadamente, para criar emprego, mas aí o estado vai ter que cortar em coisas que são essenciais.



## Argumentatividade no jornalismo político brasileiro: aspectos linguístico-discursivos do adjetivo nas notícias sobre o governo atual

**VALENTE, ANDRÉ CRIM**  
prof.acvalente@gmail.com

**PALAVRAS-CHAVE:**  
argumentatividade;  
discurso;  
adjetivo;  
mídia.

**KEY-WORDS:**  
argumentativity;  
speech;  
adjective;  
media.

Professor Associado do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Professor Convidado do Centro de Linguística da Universidade do Porto, Portugal

**RESUMO:** O presente artigo parte da premissa de que não há imparcialidade na linguagem midiática que, por seus aspectos argumentativos, deve ser objeto de pesquisa nas abordagens de linguistas e professores de Língua Portuguesa. A integração de estudos sobre léxico e discurso vem constituindo a base das nossas pesquisas e, para tanto, teorias linguísticas sobre o adjetivo são revistas com o intuito de abordar textos midiáticos cada vez mais presentes nas aulas de linguagem. A abordagem a ser desenvolvida encontra suporte nos trabalhos sobre adjetivos nas gramáticas tradicionais, de grande prestígio entre os estudiosos da área, e nas novas gramáticas escritas por linguistas nas três últimas décadas. Na fundamentação teórica, partiu-se da ideia de que o adjetivo não é um termo secundário, meramente acessório, mas sim uma palavra de forte papel discursivo-argumentativo na elaboração de textos. Apresenta-se aqui uma abordagem, com fins comparativos, de textos das revistas *Veja* e *Carta Capital* sobre o governo Dilma Roussef, antes e após o impeachment, com o intuito de mostrar, com base numa tipologia do adjetivo, como se constroem, ideologicamente, as mensagens jornalísticas.

**ABSTRACT:** The present article starts from the premise that there is no impartiality in the media language that, due to its argumentative aspects, should be object of research in the approaches of linguists and teachers of Portuguese Language. The integration of lexical and discourse studies has been the basis of our research and, for that, linguistic theories about the adjective are revised in order to approach media texts increasingly present in language classes. The approach to be developed finds support in the work on adjectives in traditional grammar, of great prestige among scholars of the area, and in the new grammars written by linguists in the last three decades. In the theoretical foundation, it was based on the idea that the adjective is not a secondary term, merely accessory, but a word of strong discursive-argumentative role in the elaboration of texts. We present here an approach, with comparative purposes, of texts by the magazines *Veja* and *Carta Capital* on the Dilma Roussef government, before and after the impeachment, in order to show, based on a typology of the adjective, how ideologically they construct journalistic messages.

## 1. INTRODUÇÃO

Alguns estudos sobre classes de palavras enfatizaram o caráter secundário do adjetivo no sintagma nominal no confronto com a principalidade do substantivo. Este, visto como termo determinado, nuclear ou central tem prioridade sobre o adjetivo, termo determinante, modificador ou periférico. Daí surgiu a ideia de que o adjetivo é um termo “descartável”, o que encontra apoio na inclusão do adjunto adnominal (às vezes representado por um adjetivo) entre os termos acessórios na classificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira.

Não concordamos com essa abordagem do adjetivo e preferimos tratá-lo em uma perspectiva linguístico-discursiva, com destaque para seus aspectos semântico-estilísticos. Assim, não atribuímos caráter secundário ou acessório aos adjetivos dos seguintes exemplos:

. O encanto começa a se dissipar e a donzela começa rosnar mensagens *constrangedoras*, com o rosto novamente *crispado, masculinizado, hostil*. (Guilherme Fiúza, Revista Época, 25/10/2010)

. Tratou-se claramente de uma parceria *afinadíssima*, que de alguma forma se mantém, *garantida*, em primeiro lugar pela continuidade. (Mino Carta, Carta Capital, 19/02/2011)

Os dois exemplos tecem comentários sobre a presidente Dilma Roussef, no primeiro ano do seu mandato. Fiúza, que sempre foi contrário ao governo, é extremamente agressivo e emprega adjetivos de valor disfórico. Carta, que sempre apoiou o governo, elogia a parceria Dilma/Lula e emprega adjetivos de valor eufórico.

Com base em tais premissas, desenvolvemos uma pesquisa comparativa do tratamento dado ao governo Dilma pelas revistas semanais brasileiras Veja e Carta Capital: esta sempre apoiou os governos do Partido dos Trabalhadores; aquela sempre os criticou violentamente. Na primeira parte do trabalho, antes do impeachment de Dilma Roussef, Veja era oposição e Carta Capital, situação. Na segunda parte, após o impeachment, inverteram-se as posições no governo Temer: Veja torna-se situação; Carta Capital, oposição.

Durante a realização do II CIED/JADIS VI, Michel Temer era o presidente do Brasil. Na análise do corpus, deu-se prioridade ao novo governo com oito textos relativos a esse período. Foram selecionados dois textos da fase pré-impeachment.

Na fundamentação teórica sobre adjetivos, foram consultadas as quatro gramáticas tradicionais brasileiras de maior projeção no século XX: *Gramática Secundária da língua portuguesa* (1969), de Said Ali; *Gramática normativa da Língua Portuguesa* (1976), de Rocha Lima; *Nova gramática do português contemporâneo* (1985), de Celso Cunha, com a participação de Lindley Cintra, na versão ampliada da *Gramática do português contemporâneo; Moderna gramática portuguesa* (1999), de Evanildo Bechara. A última é uma edição revista e ampliada da obra de 1961. Para este artigo, optamos por apresentar das gramáticas do início e do final do século XX as considerações sobre o adjetivo.

Said Ali (1969) define adjetivo como a palavra “que se junta ao substantivo para denotar qualidade, propriedade, condição ou estado do respectivo ser” (p. 50). Acrescenta que há outras palavras – pronomes adjetivos ou pronomes adjuntos e os quantitativos – que se juntam a substantivos não para denotarem qualidade etc., mas servem para delimitar ou individualizar os seres. Exemplifica com “jardim grande e bonito”, “dia quente”, “madeira resistente”.

Bechara (1999) amplia a caracterização do adjetivo ao explorar a ideia de delimitação. Exemplifica com: delimitadores explicadores: vasto oceano, as líquidas lágrimas; delimitadores especializadores: a vida inteira, o sol matutino, o dia no ocaso; delimitadores especificadores (especificação distintiva): castelo medieval, menino louro, o médico de família.

Pode-se perceber que a conceituação do adjetivo e as considerações sobre seu emprego tiveram um percurso evolutivo nas gramáticas tradicionais. A ampliação foi maior ainda nas gramáticas de forte embasamento linguístico por conta, certamente, da própria evolução dos estudos linguísticos. Optamos aqui por trabalhar com duas gramáticas de autores portugueses e duas de autores brasileiros: *Gramática da língua portuguesa* (2003; a 1ª edição é de 1983),

de M. H. Mira Mateus et alii; Gramática do Português(2013), de Eduardo B. Raposo et alii; Gramática de usos do português(2000), de M. H. Moura Neves; Gramática Hoauiss da língua portuguesa(2008), de J. C. de Azeredo. A tipologia do adjetivo, a seguir, foi formulada a partir do que elas apresentam.

## 2. TIPOLOGIA DO ADJETIVO

Azeredo	Moura Neves	Mira Mateus et al	Raposo et al
- classificadores (ou de relação) - qualificadores	- classificadores - qualificadores . de modalização 1. epistêmico 2. deontico . de avaliação 1. intencional a. eufórico b. disfórico c. neutro	- modificadores ou qualificativos - relacionais  - modificadores do significado ou intensão dos nomes - negativos e conjecturais - modais - temporais-aspectuais	- denotativos . qualificativos . relacionais  - avaliativos - modais - intensionais

Tabela 1 - Tipologia do adjetivo em gramáticas atuais

### José Carlos Azeredo

- adjetivos de relação ou classificadores: expressam conteúdos de existência objetiva.

Ex.: peixe fluvial, energia solar

- adjetivos qualificadores: expressam noções, referencialmente variáveis ou decorrentes de opinião.

Ex.: roupas escandalosas, bancos confortáveis

Maria Helena Moura Neves

- classificadores

- qualificadores

. de modalização

1. epistêmico

Ex.: *É óbvio que...; É evidente que...*

2. deôntico

Ex.: *É necessário que...; É obrigatório ter...*

. de avaliação

1. intencional

a. eufórico

Ex.: *Estava tudo limpo.*

b. disfórico

Ex.: *O brasileiro pode ser pobre, feio e doente.*

c. neutro

Ex.: *A verdade é a nossa vida poderia ter sido muito diferente*

**Maria Helena Mira Mateus *et alii***

- modificadores ou qualificativos

Ex.: *menino lindo; casa grande; vestido vermelho*

- relacionais

Ex.: de Agente (*a revolta estudantil, a destruição romana da cidade*); de Experienciador (*preocupação popular*); de Tema (*crítica musical*); de Possuidor (*trânsito urbano*)

- modificadores do significado ou intensão dos nomes

Ex.: *a principal revolta; um mero incidente*

- negativos e conjecturais

Ex.: *o presumível ladrão*

- modais

Ex.: *uma provável derrota dos independentistas*

- temporais-aspectuais

Ex.: *a frequente violação dos direitos humanos*

### Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*

- denotativos

. qualificativos

Ex.: *vermelho, comprido, inteligente e fútil*

. relacionais

Ex.: *presidencial, solar e europeu*

- avaliativos

Ex.: *uma gravata fantástica*

- modais

Ex.: *é possível que o exame seja adiado*

- intensionais

Ex.: *um falso advogado*

### 3. COLOCAÇÃO DO ADJETIVO (JEAN COHEN)

Para a análise do *corpus*, também exploramos a colocação do adjetivo em relação ao substantivo. Recorremos ao estudo de Cohen por entendermos que suas considerações sobre a língua francesa são aplicáveis à língua portuguesa. Em ambas, predomina a posposição do adjetivo, o que nos permite explorar os valores semântico, discursivo e estilístico da anteposição. Diferentemente da língua inglesa, em que a anteposição é marca da estrutura sintagmática nominal,

a flutuação do adjetivo nas línguas francesa e portuguesa tem merecido diversas abordagens com propósitos de natureza estilística ou semântico-discursiva.

Para Cohen, a colocação do epíteto é uma das questões mais pormenorizadas e debatidas da gramática francesa. Ele distingue quatro casos principais:

1. Os adjetivos normalmente pospostos (adjetivo de relação, de cor etc.). Diz-se “as eleições municipais” e não “as municipais eleições”; “o cachorro preto” e não “o preto cachorro”;
2. Os adjetivos normalmente antepostos, pouco numerosos, dos quais se pode dar a lista limitativa, tais como *belo, grande, velho, longo*, etc. Diz-se “um belo quadro”, e não “um quadro belo”;
3. Os adjetivos que podem ocupar as duas posições, mas com um só valor: “Um terrível acidente. Um acidente terrível”;
4. Ou com dois valores: “Um livro grande. Um grande livro”.

#### 4. ANÁLISE DO CORPUS MUDIÁTICO

##### 4.1. PERÍODO ANTERIOR AO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEF

a) Fiquemos no Brasil. Houve alguns, raros, momentos a justificar esperança. A eleição de Getúlio em 50. No final dos anos 50 e começo dos 60. A eleição de Lula. Sempre damos para trás, de sorte a recompor a situação que parecia **superada**. É por isso que somente a conciliação das elites, **vetusto** instrumento dos **autênticos** donos do poder, manterá Dilma na Presidência, sem detrimento das pressões **destinadas** a cercá-la e a acuá-la até o fim do segundo mandato. Não é **descartável**, em todo caso, a probabilidade de turbulências de intensidade **variável** em meio à **monumental** crise de duração **prevista** (talvez pelos otimistas) em dois anos. A incógnita diz respeito à situação **social precipitada** pelo aperto **econômico** que devolve à miséria aqueles que haviam saído dela durante o governo Lula. (Mino Carta, Carta Capital, 2 de setembro de 2015)

O texto apresenta doze adjetivos: sete pospostos e cinco antepostos.

Destacam-se as construções “vetusto instrumento dos autênticos donos do poder”, “em meio à monumental crise” e “alguns, raros, momentos para justificar a esperança”. A última combina anteposição do adjetivo “raros” com uma pontuação expressiva, inusitada para tal adjetivo em sintagmas nominais, quer anteposto, quer posposto ao substantivo. No contexto, o adjetivo valor tem positivo, eufórico, para destacar bons momentos políticos, de Getúlio a Lula, no que respeita à esperança de privilegiar o povo nas questões políticas.

Na primeira, além da anteposição com valor enfático dos adjetivos, ganha destaque a relação estabelecida entre o emprego de um adjetivo (vetusto) com traços eruditos e outro menos formal (autênticos), o que possibilita atribuir, em uma perspectiva semântico-discursiva, caráter irônico aos dois sintagmas nominais.

b) Dilma Roussef e Michel Temer nunca foram muito **próximos**. Durante boa parte do primeiro mandato, o grau de consideração da presidente por seu vice podia ser medido pela importância das tarefas que lhe eram **delegadas** no dia a dia do governo. O vice sempre pairou em Brasília como figura **decorativa**, **encarregado** basicamente das agendas **internacionais** que a presidente não se dispunha a cumprir. com a popularidade **alta**, a economia **cambaleante** mas ainda de pé e sem as revelações demolidoras da Operação Lava-Jato, manter Temer à margem das decisões importantes, mesmo ele carregando a faixa de representante do **maior** partido do Congresso, o PMDB, nunca chegou a gerar **maiores** abalos para Dilma. As dificuldades **econômicas**, as revelações da roubalheira no petrolão e **meteórica** queda de popularidade construíram um cenário **ideal** para uma crise **sem precedentes**. (Robson Bonin, Veja, 2 de setembro de 2015)

O texto apresenta quinze adjetivos: doze pospostos e três antepostos.

- **maior** partido do Congresso, o PMDB;
- **maiores** abalos para Dilma;
- **meteórica** queda de popularidade.

Percebe-se, na anteposição, tanto o emprego de adjetivos classificadores (*maior partido*) como de qualificadores (*meteórica queda*). Observe-se, na posposição, o caráter disfórico dos adjetivos em: “*figura decorativa*”; “*economia cambaleante*”; “*revelações demolidoras*”. Cabe registrar que a expressão “*figura decorativa*” utilizada em referência ao Vice-Presidente Michel Temer é retomada, três meses depois, por ele para, em carta à Presidente Dilma, queixar-se de que vinha sendo tratado como “*figura decorativa*”.

Não só no emprego dos adjetivos antepostos, mas também no uso de adjetivos pospostos, a revista *Veja* critica, veementemente, o governo Dilma. A grande presença de adjetivos com valor disfórico comprova a intencionalidade discursiva na elaboração dos textos.

A comparação com seleção dos adjetivos nos textos da revista *Carta Capital*, de valor eufórico nas considerações sobre o governo federal, atesta que não há neutralidade nas escolhas lexicais.

A respeito de “maior partido do Congresso...” e “maiores abalos para Dilma”, cabe ressaltar a observação encontrada no capítulo “O Adjetivo”, escrito por Esmeralda V. Negrão *et alli* (2014, p.254) em “Palavras de classe aberta”. As autoras afirmam no estudo dos “comparativos” irregulares, “que as formas *melhor, pior, maior e menor*, que a tradição gramatical tem descrito como comparativos irregulares dos adjetivos *bom, mau, grande, pequeno*, expressam o **grau comparativo** em posposição ao nome e o **grau superlativo relativo** em anteposição ao nome”. Exemplificam com: *botar num colégio menor; sendo Recife a maior cidade do Nordeste*.

#### 4.2. PERÍODO POSTERIOR AO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEF

##### a) As apostas de Temer



p. 44, 04/05/2016

No texto “As apostas de Temer”, encontram-se dois adjetivos classificadores (*queijo branco*; *maratona diária*), conforme a tipologia, e dois qualificadores antepostos (*antigos aliados*; *novos amigos*), com maior possibilidade de alteração semântica no segundo exemplo. Há, no texto, velado apoio a Temer.

b) Surfista do golpe



Vários organismos internacionais manifestaram-se, sobretudo aqueles de alcance regional. Há um temor generalizado de que o *impeachment* de Dilma sem a prova de um crime praticado por ela possa virar um (mau) exemplo mundo afora e deixar presidentes expostos ao sabor das conveniências parlamentares e dos ibopes momentâneos. Na antevéspera da aprovação do processo na Câmara, o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, o uruguaio Luis Almagro, foi a Brasília solidarizar-se com Dilma. Na saída, afirmou que a OEA não vê motivos jurídicos, éticos e políticos para a deposição. “Aqui temos alguém que não

p. 14, 04/05/2016

No texto “Surfista do golpe”, há forte crítica a Temer (comparem-se os títulos das duas revistas: as apostas de Temer/Surfistas do golpe) com 8 adjetivos pospostos e apenas 1 anteposto (*mau*). Dentre os pospostos, merecem destaques os presentes nos sintagmas nominais em sequência: *presidentes expostos*, *conveniências parlamentares* e *ibopes momentâneos*. A crítica ao surfista Temer acentua-se na passagem com 3 adjetivos coordenados, construção rara no *corpus*: ... a OEA não vê motivos *jurídicos, éticos e políticos* para a deposição.

c) A cruzada de Dallagnol



Um Lula emocionado, mas equilibrado, ergueu por volta de 1h20 da quinta-feira 15 um dos microfones instalados em um auditório do hotel Jaraguá, no Centro de São Paulo. Na sala api-nhavam-se militantes do Partido dos Trabalhadores, integrantes do conselho político da legenda, advogados e jornalistas. Do lado de fora, uma

p. 16, 21/09/2016

Só os mais fanáticos antilulistas não se constrangeram diante da exposição recheada de retórica e suposições e carente de provas dos representantes do Ministério Público liderados por Deltan Dallagnol.

p. 16

pinocracia”). Detalhe: apesar das palavras fortes, o petista não foi denunciado por formação de quadrilha, um dos tantos contrassensos do espetáculo curitibano. Para azar de Dallagnol, as afirma-

p. 18

gem a centenas de memes. E, embora ele e seus colegas não tenham pronunciado exatamente essa frase, em mais de uma ocasião deram a entender que a hipótese a respeito do papel central de Lula no esquema de corrupção não tinha origem em fatos irrefutáveis, mas na convicção pessoal dos integrantes da força-tarefa. tério Público.” Mirian Gonçalves, advogada e vice-prefeita de Curitiba, concordou: “O Dallagnol não explicitou sua posição jurídica, mas uma interpretação política. É um prejulgamento barato”.

Carta Capital, p. 18, 21/09/2016

Nos dois últimos textos do *corpus* pós-impeachment, a revista Carta Capital faz críticas contundentes aos representantes do Ministério Público, liderado por Deltan Dallagnol, no tratamento dado ao ex-presidente Lula. Já a partir da montagem da capa, na combinação de signos verbais e não verbais (ver capa), percebe-se o tom indignado da revista, o que se corrobora na seleção dos adjetivos: positiva para Lula, *emocionado, mas equilibrado*; negativa para os procuradores e sua apresentação midiática, *carente de prova/espetáculo curitibano, convicção pessoal*. A revista destaca a fala de Miriam Gonçalves (advogada e vice-prefeita de Curitiba): “O Dallagnol não explicitou sua posição jurídica, mas uma interpretação política. É um prejulgamento barato.”

d) Prenda-me se for capaz



p. 43, 21/09/2016

No pedaço substantivo da denúncia, os investigadores acusam o ex-presidente de receber vantagens indevidas de ao menos três contratos bilionários assinados entre a construtora OAS e a Petrobras. As propinas geradas por esses negócios somaram 87,6 milhões de reais. Desse to-

p. 44

As vantagens indevidas embolsadas por Lula extrapolam 3,7 milhões de reais, segundo estimativas dos investigadores. Entre 2011 e 2014, o Instituto Lula e a L.I.L.S.

p. 45

Com um propinoduto instalado em diversas estatais, a denúncia também detalha o método de funcionamento. Apenas na Petrobras, o prejuízo foi de 42 bilhões de reais. Para os procuradores, a capilaridade dessa estrutura criminoso criou as bases para o que eles definiram como "propinocracia". Lula não apenas saberia de tudo, mas seria o comandante do esquema, além de seu principal beneficiário. Entre as provas que confirmam o papel de des-

p. 45

### e) Honestidade seletiva



VEJA, p. 48, 21/09/2016

A revista *Veja* procura desconstruir a imagem de Lula (ver capa com imagem do rosto se desfazendo, mais a sequência “Prenda-me se for capaz” [intertextualidade com o filme]). Destaca-se, no campo linguístico-discursivo, o emprego do termo “substantivo” em “no pedaço substantivo da denúncia”. O texto utiliza, a seguir, vários adjetivos em sintagmas nominais com conteúdo destrutivo para Lula: *propinas geradas por esses negócios, vantagens indevidas embolsadas por Lula, estrutura criminosa, principal beneficiário*.

Na continuação da matéria, *Veja* também ataca Dilma Rousseff, com nova intertextualidade (O nome da rosa), e adjetivos com carga negativa: *dinheiro desviado, honestidade seletiva* (com valor irônico) e *notório* empreiteiro (Leo Pinheiro, que envolveu Dilma na delação premiada).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se buscamos, sobretudo, interagir, valemo-nos, prioritariamente, de textos argumentativos para a consecução dos nossos objetivos. Em última instância, o ser humano – por ser gregário

– quer quase sempre agir sobre o outro; tenta convencê-lo ou intenta persuadi-lo. Entendemos que só uma visão dialética permite ao analista da linguagem superar preconceitos e distorções presentes no maniqueísmo midiático. Cabe, então, destacar tanto seus aspectos negativos como os positivos, estes pouco observados nos vários trabalhos a respeito do tema. Já a partir da sua etimologia – do latim *medium/media*, o meio/os meios – pode-se constatar que ela intermedeia. E a mídia intermedeia o quê? O que se interpõe na relação entre o fato ocorrido, origem da notícia, e o processamento dela pelos destinatários. Se, em si, a linguagem não é cópia da realidade, menos ainda será, na mídia, expressão fiel dos fatos ocorridos no mundo. As construções linguístico-discursivas sempre estarão permeadas pelas escolhas lexicais, morfossintáticas e semântico-estilísticas dos produtores do texto. Sabemos que nenhuma escolha é gratuita: não há, *et pour cause*, neutralidade no uso da linguagem.

VALENTE, ANDRÉ CRIM; ARGUMENTATIVIDADE NO JORNALISMO POLÍTICO BRASILEIRO:  
ASPECTOS LINGUÍSTICO-DISCURSIVOS DO ADJETIVO NAS NOTÍCIAS SOBRE O GOVERNO ATUAL  
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 6, ANO 2017, PP. 235-253

#### REFERÊNCIAS

- Azeredo, J.C. (2008). *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha.
- Bechara, E. (1999). *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Negrao, E.V. et alli. (2014). O adjetivo. IN: ILARI, Rodolfo (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: volume III: palavras de classe aberta*. São Paulo: Contexto, 2014.
- Cohen, J. (1978). *Estrutura da linguagem poética*. São Paulo: Cultrix.
- Cunha, C. & Cintra, L.F. (1985). *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Lima, R. (1976). *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Mateus, M.H.M. et alli. (2003). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Neves, M.H.M. (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP.
- Raposo, E.B.P. et alli. (2013). *Gramática do português. Vol. I & II*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Said Ali, M. (1969). *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.

#### OUTRAS REFERÊNCIAS

- CARTA CAPITAL. São Paulo, ano XXII,n.891, 04 mai. 2016
- CARTA CAPITAL. São Paulo, ano XXII, n.909, 21 set. 2016
- VEJA. São Paulo, edição 2476, ano 49, n.18, 04 mai. 2016
- VEJA.. São Paulo, edição 2496, ano 49, n.34, 21 set. 2016

